



**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL N° [●]**

CONCESSÃO PARA RESTAURO, REFORMA, OPERAÇÃO, EXPLORAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS MERCADOS MUNICIPAIS PAULISTANO E KINJO YAMATO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - SP.

**ANEXO III DO EDITAL - MEMORIAL DESCRITIVO**

**SUBANEXO V - TOMBAMENTO - PAULISTANO E KINJO YAMATO – PARTE 2**

MANUATA



Este arquivo é parte integrante do Projeto FAPESP nº 2009/51394-3

Programa de Pesquisa em Políticas Públicas da FAPESP

[www.arquicultura.fau.usp.br](http://www.arquicultura.fau.usp.br)

Parceiros

CONDEPHAAT

EMPLASA





PROCESSO Nº 26399

ANO 1988

I VOLUME



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico,  
Artístico e Turístico do Estado - **CONDEPHAAT**

26399

PROCESSO Nº

INTERESSADO: SILVIA BEATRIZ SANTANA AMORIM

PROCEDÊNCIA: CAPITAL

DATA: 30/08/88

REPARTIÇÃO: \_\_\_\_\_

Nº DE ORDEM DO PAPEL: \_\_\_\_\_

ASSUNTO: Estudo de tombamento do edifício do Mercado Municipal e  
duas outras construções sito à Rua da Cantareira, nºs 316/390 -  
Capital.

OBS: CAPA REFEITA EM 27/08/98-R.G., 03/04/2007-R.G.



SECRETARIA DA CULTURA

CONDEPHAAT

1988

SOLICITAÇÃO DE TOMBAMENTO

26399/88

GUICHÊ N.º 00257

INTERESSADO SILVIA BEATRIZ SANTANA AMDRIM

DATA -15/06/88

DESCRIÇÃO- Estudo de Tombamento do Edifício do Mercado Municipal e Du  
outras construções sito à Rua :Da Cantareira nº316 -390 -n  
Capital.

PROPRIETÁRIO

LOCALIZAÇÃO - CAPITAL.





f 2  
31

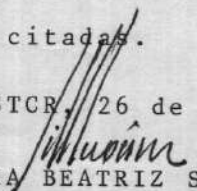
Do	Número	Ano	Rubrica
----	--------	-----	---------

Senhora Diretora Técnica

Eu, Silvia Beatriz Santana Amorim, estagiária de arquitetura deste CONDEPHAAT venho solicitar a essa Diretoria Técnica a devida apreciação do material em anexo relativo ao edifício do Mercado Municipal situado à Rua da Cantareira nº 316-390, nesta Capital, e dois pequenos edifícios laterais que compõem o conjunto, obra do escritório técnico Ramos de Azevedo de 1925, tendo sido inaugurado em 1933. Trata-se de uma construção monumental com uma planta perfeitamente modular o que gerou uma planta de cobertura com um sistema uniforme de iluminação que determina as principais circulações. O Edifício apresenta um conjunto de vitrais que foram encomendados ao artista plástico Conrado Sorgenicht Filho que reproduziu figurativamente toda uma realidade rural de São Paulo, vale a pena ressaltar que o próprio artista já deu início as obras de restauração dos referidos vitrais.

Tendo em vista as constantes polêmicas que atualmente cercam este edifício e sua área envoltória, além do seu inegável valor histórico e arquitetônico venho por meio deste solicitar a abertura do processo de tombamento do referido imóvel e as duas outras construções laterais já citadas.

STCR, 26 de maio de 1988.

  
SILVIA BEATRIZ SANTANA AMORIM  
Estagiária de Arquitetura







1-4  
20



A. S.  
32





# Uma pequena cidade de 30 mil pessoas

Distribuição regularmente de acordo com o setor de comércio a que pertencem os boxes do Mercado Municipal Central continuam a manter a mesma característica da época em que aquele centro de abastecimento foi inaugurado. E com uma característica: a maioria deles é hereditária, sendo raros os casos de desistência e mesmo as transferências se verificam muito esporadicamente.

Os concessionários, em certa época, eram obrigados a pagar uma taxa relativa ao aluguel de três anos. Depois foi reduzida para dois e, agora, é de apenas um ano. O aluguel (15 cruzeiros o metro quadrado) é cobrado de acordo com o salário mínimo regional.

Responsável pelo abastecimento de grande parte da população paulistana e também das cidades mais próximas, no sistema de varejo ou atacado, o Mercado Municipal Central chega a receber diariamente de 10 a 11 toneladas de pescado, oriundo dos mais diferentes locais, incluindo Santos, Espírito Santo e Rio. Parte dos peixes de água doce vem do Estado de Mato Grosso e em muitos casos é utilizado o transporte aéreo para que o produto aqui che-

média diária é a seguinte: 9 a 10 mil aves abatidas, duas toneladas de camarões, 47 mil caixas de laranja e 35 toneladas de melancia.

No setor de fruta, o fornecimento é feito pelas mais diferentes regiões do País e também do exterior. O abacaxi vem dos Estados do Norte e Nordeste, Minas e Rio. As regiões de Bebedouro e Limeira, no Estado de São Paulo, e a da Serra Santa Catarina são as principais fornecedoras de laranja. Maçã e pêra vêm, em maior quantidade do Exterior, principalmente Chile e Argentina. A uva vem também do Chile e, no Estado, os grandes fornecedores são Jundiá e São Roque. Fruta do Conde tem seu abastecimento feito pelos Estados do Norte. Em muitas ocasiões o transporte é efetuado por via aérea.

Quando começou a se incentivar o consumo de rãs em São Paulo, o Rio Grande do Sul surgiu logo como o grande fornecedor. Neste Estado existem criações de rãs programadas de acordo com técnicas bastante modernizadas.

O Mercado tem a fama de vender os melhores melões na Capital, cuja qualidade — segundo os entendidos — che-

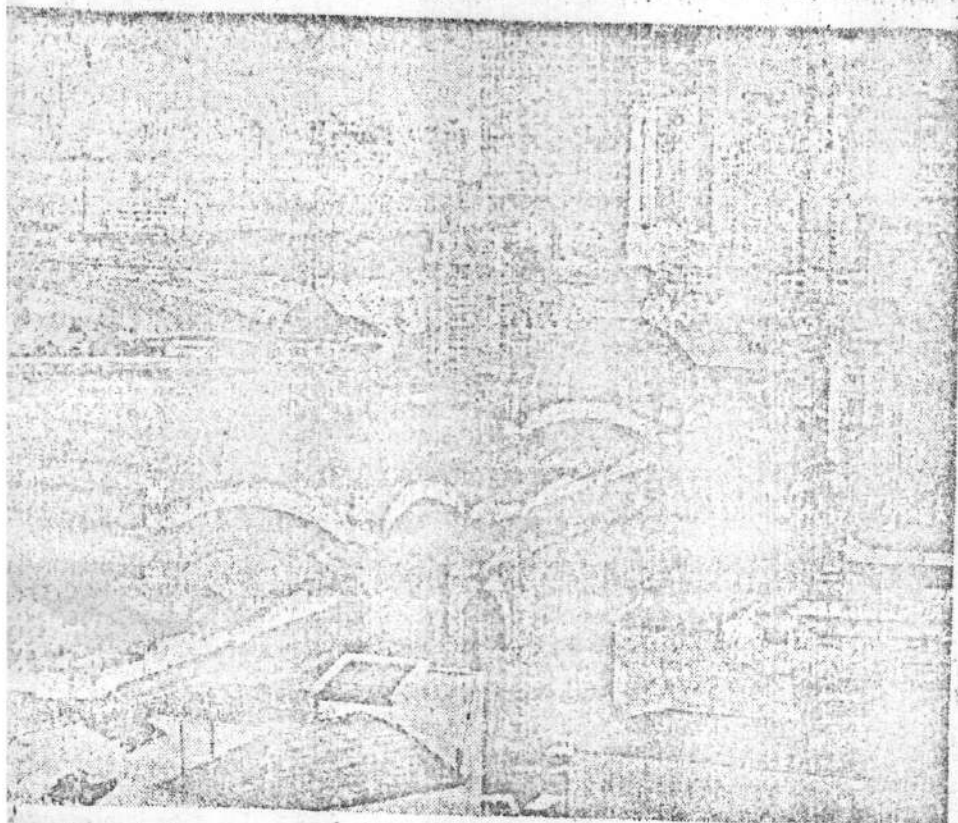
comércio é feito apenas no entreposto da rua da Cantareira. No Mercado existem apenas dois boxes, e no entreposto, o abastecimento é feito pelo CEAGESP.

## TRES MIL PESSOAS

A divisão dos boxes é feita por 24 ruas. São 1.700 pessoas que ali trabalham diariamente, o que somado aos 550 carregadores e mais aos fornecedores e outras pessoas cujas atividades estão diretamente ligadas aos boxes dá um total de três mil pessoas fixas, das 6 às 18 horas, todos os dias. A população flutuante tem a média diária de 30 mil pessoas, total superior ao número de habitantes de muitos municípios do interior. Sábado é o dia de maior movimento. Aos domingos, o Mercado não funciona.

A maioria das pessoas que vai ao Mercado Municipal Central pela primeira vez logo estranha a existência de apenas boxes onde são vendidas verduras. A idéia comum é de que no Mercado o produtos mais comercializados são os hortícolas, quando na realidade, são as frutas que ocupam o primeiro lugar com 254 boxes.





A população flutuante do Mercado Central é calculada em trinta mil pessoas por dia

...rcadação, onde tu-  
o Mercado Municipi-  
Cantareira, mais  
tido como entre-  
da Cantareira. De-  
especie dos produ-  
ndidos o movimen-  
se inicia bem mais  
que o do Mercado  
l.

...horas da manhã,  
á estão trabalhã-  
o os proprietários  
boxes colocando as  
verduras e ovos  
s lugares, à espera  
gueseas que come-  
chegar por volta  
horas. Durante a  
a o expediente vai  
às 12 horas e nos  
s, das 4 às 13 ho-  
os domingos tam-  
io abre.

...ercado Municipal  
ntareira funciona  
cessor do antigo

Assim como o Merca-  
do, o entreposto sofreu  
bastante com as enchen-  
tes e, a maior delas acon-  
teceu numa data celebre  
para as pessoas ali esta-  
belecidas. Foi em 1966  
quando o entreposto co-  
memorava seus trinta  
anos de existência. Os  
prejuizos foram totais, só  
não atingindo os varejis-  
tas instalados na sobre-  
loja, atualmente trans-  
formada em oficina de  
manutenção dos dois  
mercados.

Com a abertura do . .  
CEASA atual CEAGESP  
(Companhia de Arma-  
zens Gerais do Estado de  
São Paulo), alguns co-  
merciantes se transferi-  
ram para o Jaguaré, mas  
a grande maioria conti-  
nuou no entreposto.

Há dois anos e meio

...eira modelo no atual  
Mercado Municipal da  
Cantareira, abrigando . .  
180 barracas e 62 boxes  
apenas de produtos hor-  
tifrutigranjeiros.

Apesar de sua localiza-  
ção pouco significativa  
(fica defronte ao princí-  
pal centro de abasteci-  
mento da cidade) o anti-  
go entreposto se prevale-  
ce de sua fama de forne-  
cer produto fresco e bem  
mais barato. Isto se ex-  
plica pelo fato da grande  
maioria dos comercian-  
tes adquirir os produtos  
no CEAGESP. Apenas  
uma minoria se abastece  
em outros locais.

Os consumidores con-  
tam também com o fator  
seleção, pois ali somente  
são vendidos produtos  
hortifrutigranjeiros. E'



# Vitrals do Mercado, patrimônio esquecido

Depois de oito anos, Conrado Sorgenti Filho voltou ao prédio do Mercado Central para ver os vitrais que construiu em 1933. Examinou atentamente os desenhos da pecuária de corte, da colheita do café, plantio de bananas, de legumes e hortaliças, das granjas de aves e ovos. A reprodução figurativa de toda uma época, que ele pesquisou durante anos, no interior paulista, antes de construir os 55 vitrais. E sentiu "uma dor muito grande", como ele mesmo diz. "Tudo destruído. Estupidamente, sem finalidade. Não sei como há pessoas tão bárbaras."

Há oito anos Conrado fez a última recuperação dos vitrais. Foi na gestão do prefeito Faria Lima e os maiores problemas eram causados pelas bombas que os ocupantes do mercado costumavam soltar dentro do prédio, para comemorar os festejos juninos, abalando os vitrais. O Sindicato dos Varejistas recebeu, então, um apelo para que seus associados também zelassem pela conservação. Mas foi inútil.

Hoje, as peças estão outra vez quebradas e a Prefeitura se dispõe a fazer sua recuperação. Conrado vai candidatar-se ao trabalho e reivindicar seus direitos autorais sobre a obra, mas não sabe se, legalmente, tem exclusividade — ele diz que não vai discutir essa questão. O que mais lhe interessa, no momento, é que se recupere a obra e seja esclarecido o mal-entendido que atribuiu à Alemanha a procedência das peças, na verdade construídas na "Cada Conrado", de sua propriedade. "Não só as peças — esclarece — como todo o material de acabamento (pisos, revestimentos das colunas em lajotas cerâmica) foi fabricado aqui."

Os trabalhos de construção dos vitrais começaram em 1927, encomendados pelo então prefeito Pires do Rio ao escritório de Ramos de Azevedo, que projetou o prédio, e de quem Conrado era amigo pessoal. "Não tivemos dificuldades para conciliar a idéia com a execução. Nem mesmo depois de Ramos de Azevedo ter morrido, antes de concluída a obra. Seu lugar foi ocupado pelo engenheiro Arnaldo Dumont Vilares e pelo arquiteto Ricardo Severo, com os quais também nos entrosamos muito bem."

Na verdade, a dificuldade de Conrado foi sempre quanto à conservação de seus vitrais. Antes mesmo deles serem inaugurados, já estavam danificados. As tropas que vieram guarnecer São Paulo durante a Revolução de 30 ficaram alojadas no prédio do Mercado, e os soldados, que eram pessoas de baixo nível — "do chamado pente fino", explica Conrado — se divertiam praticando tiro ao alvo nas cabeças das figuras desenhadas nos vitrais. O artista demorou dois meses para deixar as peças em ordem para a inauguração. Depois, veio a reforma de 1971.

Agora, é um "campo de futebol" que causa os problemas: improvisando em campo um terreno baldio que há ao lado do mercado, as pessoas jogam bola sem se preocupar com os danos que causam aos vitrais de Conrado. Além disso, há o problema dos pombo que se alojam nos telhados do mercado. Os garotos tentam alvejá-los com estilingues e sempre acertam nos vitrais.

"Tudo isso é lamentável", desabafo o artista. "O valor desses vitrais é muito grande, preserva toda uma época da história de São Paulo". Os desenhos são fiéis à cultura de início do século: as carroças aparecem puxadas a burros e os painéis sobre a agriculturam mostra imigrantes italianos e checos — não havia japoneses, ainda. O tipo de gado foi fotografado no Interior, para que Conrado pudesse reproduzir suas características, e também o do homem que trabalhava nos bananais.

Ele mesmo, descendente de imigrantes (alemães), profeta na autenticidade da história de seus vitrais uma tradição que já vem de família: herdou o gosto pela profissão do pai que, por sua vez, aprendeu o ofício com o avô. Em 58 anos de trabalho, Conrado atuou em muitas das principais obras da cidade: está presente no Teatro Municipal, no Palácio da Justiça, na Faculdade de Direito da USP e no Palácio da Indústria (depois Assembleia Legislativa). Também é seu o vitral da Bolsa de Valores de Santos, com a primetria interpretação de motivos tipicamente brasileiros sobre os bandeirantes.

8/8/57  
8



# Como e porque nasceu nosso Mercado

As obras duraram mais de sete anos. A inauguração estava prevista para meados de 1932, porém São Paulo já vinha planejando o movimento constitucionalista contrário à ditadura de Vargas. Em 9 de julho daquele ano a revolução estodiu e o prédio do Mercado foi ocupado pelas tropas paulistas. A inauguração e o funcionamento normal se deram somente em fevereiro do ano seguinte, quando a situação política já havia se estabilizado.

No início de suas atividades, apenas metade dos boxes era ocupada e o movimento também era pequeno, explicando alguns comerciantes mais antigos que o fato era justificável, em virtude de São Paulo ainda

não ter iniciado seu ciclo desenvolvimentista, baseado principalmente na indústria e que a transformou na megalópole de hoje, ocupando o quinto lugar entre as principais cidades do mundo.

O Mercado possuía cerca de 16 boxes que vendiam somente flôres e, ainda, uma banca de jornais o que para muitos "era um luxo".

Entre os comerciantes de gêneros alimentícios havia uma preocupação: a inexistência de ligação direta dos transportes coletivos das diversas partes da cidade com o Mercado. Eles iniciaram, então, um movimento reivindicatório junto à administração municipal até que, em 1942 tiveram suas exigências atendi-

das. Foram criadas ou modificadas várias linhas de bonde, cujos pontos finais se situavam justamente na área do Mercado.

Foi o bastante para que o movimento começasse a aumentar. A procura de boxes se tornou cada vez maior e aqueles utilizados para a venda de flôres passaram a dar lugar para os de gêneros alimentícios. O Mercado Municipal foi sendo aos poucos o ponto mais comensado da cidade. Era seu estômago e, até mesmo o seu principal local de referência. O Mercado crescia junto com a São Paulo.

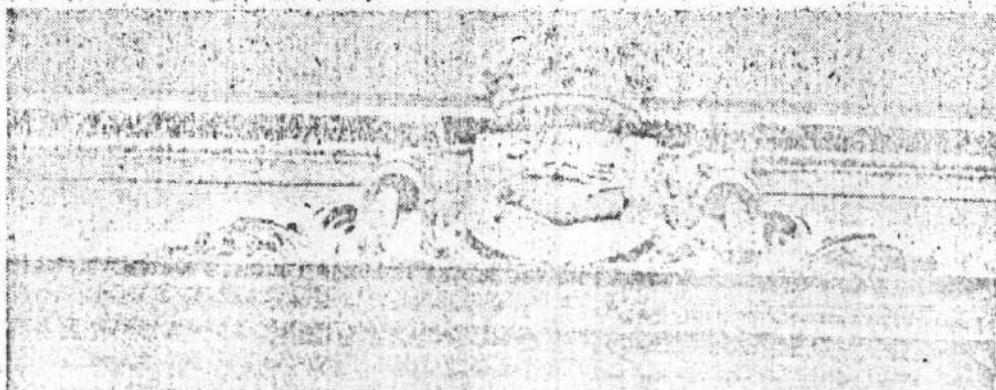
## ENCHENTES

Com um movimento de compra e venda cada vez

maior, os comerciantes do "Mercadão" estavam vivendo os chamados "dias de glória", onde todos saíam lucrando: o consumidor que era bem atendido e o fornecedor que auferia bons lucros.

Até que um novo problema começou a atingi-los. O Tamanduaeté, um rio até certo ponto calmo, transformava-se com as chuvas, inundando toda a área. A vida voltou a ser difícil para os comerciantes, pois a ameaça de chuva, tinham que remover todos os produtos para evitar grandes prejuízos.

As enchentes naquele local passaram a ficar frequentes e, quando uma chuva se tornava mais forte, a população exclamava: "o Mercado vai ficar inundado outra vez". Os prejuízos eram grandes e se repetiam todos os anos. A maior das inundações que o M.M. sofreu foi a de 6 de março de 1966, quando a água subiu tanto que chegou a passar por cima dos balcões dos boxes. Todo o local ficou inter-



O proj  
elabora





o Mercado Municipal Central foi  
do engenheiro Ramos de Azevedo

As frutas, com 254 boxes são os produtos mais  
vendidos no mercado, com a predominância da  
laranja

tado durante uma se-  
mana, sendo jogadas fo-  
grandes quantidades  
gêneros alimentícios.

As constantes inunda-  
ões, seguidas das inter-  
ões e rápidas limpezas,  
eram com que o pré-  
que chegou, inclusive,  
um dos principais  
ntos de referência da  
pital perdesse tôda sua  
leza, tornando-se sujo  
e aparência bastante  
ha. Até os três gran-  
vitrais que em uma  
paredes mostram a  
a e uma fazenda pau-  
a na década de 20, tor-  
ram-se cinzentos e  
expressíveis.

Em 1968, a Prefeitura  
municipal ordenou uma  
orma total no prédio  
vltou, pelo menos  
parte, a mostrar seu  
lendor arquitetônico  
outroira. Quanto às  
hentes, devido a algu-  
obras realizadas no  
manduatei, este não  
atingido com maior  
ência o local.

lesmo assim, uma vez  
ano, na época das  
vas, os comerciantes  
entem ameaçados A

última das inundações  
foi em março passado, lo-  
go após o carnaval, quan-  
do as águas embora bai-  
xas, atingiram todos os  
boxes. Um dos mais anti-  
gos funcionários da ad-  
ministração do mercado  
(trabalha ali há 35 anos)  
conta que logo no início  
da chuva alertou os pro-  
prietários dos boxes para  
que erguessem as merca-  
dorias. Estes, no entan-  
to, não acreditaram e  
continuaram suas ativi-  
dades normalmente. Só  
quando a água cobriu a  
av. do Estado e Senador  
Queiroz e começou a en-  
trar no prédio é que re-  
solveram remover as mer-  
cadorias. Muitos fizeram  
esse serviço já com os pés  
cobertos d'água.

#### FRUTAS, O MAIOR COMERCIO

O Mercado Central  
ocupa uma área de 12.700  
metros quadrados, sendo  
7.100 para a área de co-  
mércio e o restante em  
ruas e espaços para o pú-  
blico. Até por volta de  
1952 funcionava quase

centro de comércio vare-  
jista, enquanto que o mo-  
vimento de atacadistas  
ficava no entreposto da  
rua da Cantareira. Uma  
lei municipal regulamen-  
tou aqueles dois sistemas  
de comércio no M.M. e os  
atacadistas começaram,  
lentamente, a se transfe-  
rir do entreposto para o  
Mercado.

Atualmente, o princí-  
pal tipo de comércio —  
em quantidade — é o de  
frutas, destacando-se a  
laranja, cuja comerciali-  
zação é feita em três es-  
calas: atacado, semi-ata-  
cado e varejo. São cêrca  
de 420 boxes, alugados ao  
preço de 15 cruzeiros o  
metro quadrado (com  
uma taxa adiantada,  
equivalente a 12 meses e  
reajustamento de acôrdo  
com o salário mínimo re-  
gional). De acôrdo com a  
espécie de produtos ven-  
didos, é a seguinte a di-  
visão dos boxes:

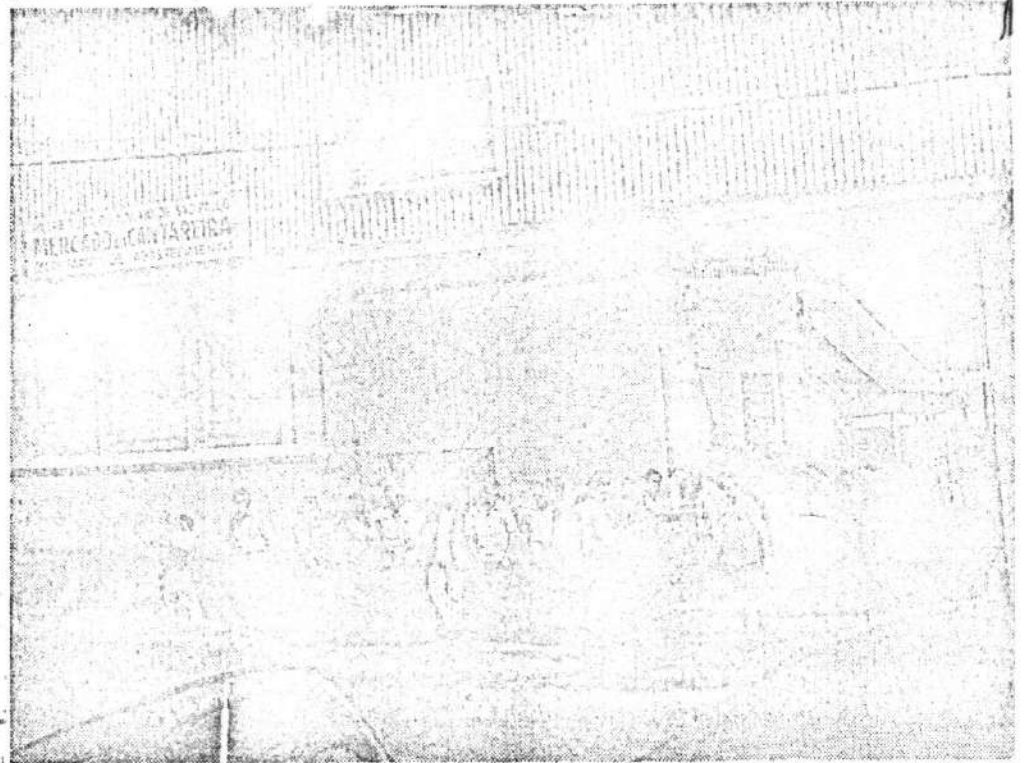
Frutas — 254, açou-  
gues — 33, empórios de  
sêcos e molhados — 23,  
peixarias — 23, latici-  
nios — 15, aves abatidas

menta etc. . .) — 14, ba-  
res — 7, massas alimen-  
tícias — 5, venda de pás-  
saros — 4, torrefação de  
café — 4, ovos — 4, ar-  
tigos de cerâmica — 3,  
espanadores e objetos fa-  
bricados na Casa do Cego  
— 2, verduras e legumes  
— 2, palmito, plantas or-  
namentais, floricultura,  
tabacaria e salsicharia —  
uma cada.

Existem boxes onde  
são comercializados prá-  
ticamente os mesmos ti-  
pos de mercadorias, mas  
permanecem em setores  
separados, devido a pro-  
blemas legais da época  
em que o mercado foi  
criado. É o caso, por  
exemplo das aves abati-  
das que ficam em áreas  
separadas dos açougues.  
Quando da criação do  
Mercado Central havia  
uma lei que proibia a  
venda de aves abatidas e  
miudos em açougues. Em  
vista disso, os boxes fo-  
ram construídos de acôr-  
do com o estipulado le-  
galmente e, mesmo de-  
pois que a exigência foi  
abolida a divisão conti-  
nuou a existir, devido a

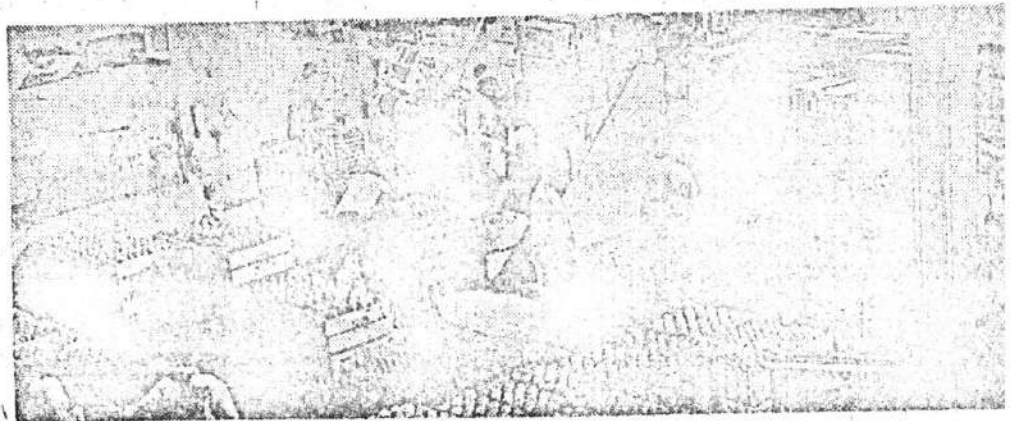
1/30

O problema da demolição do Mercado da Cantareira aflige não somente aos donos de boxes, mas à grande quantidade de comerciantes que se instalaram em suas imediações



## Comerciantes protestam pela mudança do Mercado

Após 40 anos, o Mercado Municipal, também chamado Mercado que foi fundado em abril de 1933, vai desaparecer. Em seu lugar, será construída uma área verde. Esta é a intenção da Prefeitura, que está ultimando os estudos de transferência das suas instalações para o bairro do Jaguaré, ao lado do Ceagesp. Tal medida, motivou protesto dos comerciantes estabelecidos naquela área, principalmente da rua da Cantareira, e levou o sindicato do Comércio de Mercados de São Paulo a se reunir na tarde de segunda-feira, com o secretário do Abastecimento da Prefeitura para expor a posição dos comerciantes diante da mudança.



# Mercado Central será restaurado após 18 anos

O Mercado Central, construído há 18 anos pelo prefeito Francisco Ferreira Pinto, e projetado por Ramos de Azevedo — autor dos projetos dos Teatros Municipais de São Paulo e Rio de Janeiro e, entre outros, da Pinacoteca do Estado — será pela primeira vez totalmente restaurado pela Prefeitura.

Após 18 anos de uso — embora tenha sido construído durante a segunda metade da década de 20, somente foi inaugurado após a revolução de 1932 — os técnicos da Secretaria do Abastecimento concluíram que as instalações do Mercado Central não atendem mais tanto as necessidades de seus comerciantes como as exigências da Saúde Pública para o comércio de alimentos.

Segundo eles, a Saúde Pública não permite mais que os gêneros perecíveis sejam mantidos e expostos em temperatura ambiente, tanto que os comerciantes são obrigados a mantê-los em balcões ou vitrinas frigoríficas e os boxes devem ter piso e paredes totalmente impermeáveis.

Por esta razão, a próxima reforma será concentrada principalmente no setor frigorífico do Mercado Central, onde será reforçada toda a instalação elétrica, que não mais suporta a carga usada pelos equipamentos de frio, além da substituição de todo o revestimento do setor, dizem os técnicos da Secretaria do Abastecimento.

Nos demais setores, será realizada restauração de todos os equipamentos, como boxes, piso, onde serão utilizados materiais mais sofisticados para atender as exigências do comércio atual.

## RESTAURAÇÃO

A restauração do Mercado Central terá o objetivo de renovar a obra de Ramos de

Azevedo, informam os técnicos. Para isso serão recolocados os seus vitrais, atualmente quebrados, e será lavado e pintado todo o prédio. Serão ainda instalados novos elevadores, uma vez que os atuais foram instalados há 40 anos.

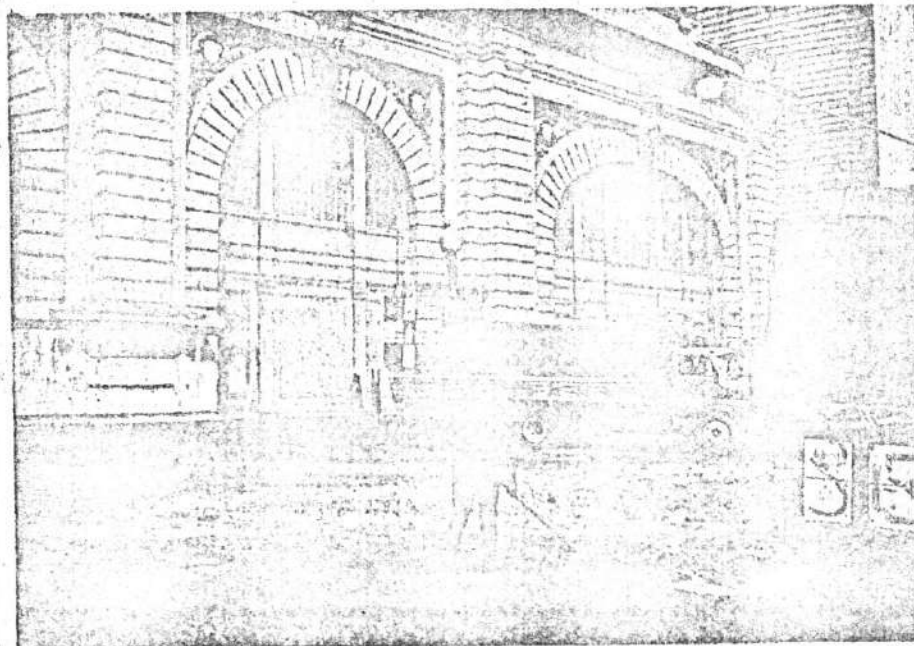
A verba reservada pela Prefeitura para a realização desta obra é de um milhão de cruzeiros. Ainda não foram feitas as tomadas de preços para se saber se a verba é suficiente, mas se for preciso será pedida outra já que a Prefeitura acha importante concluir a restauração.

O Mercado Municipal fica numa área de 12.700 metros quadrados, da qual ocupa 7.100 metros quadrados. Tem três patios de estacionamento, sendo dois para carga de gêneros alimentícios e um para o público. Possui três andares: o térreo, para o comércio, e os demais para a administração. No térreo há 390 boxes, alugados aos comerciantes a Cr\$ 30,00 o metro quadrado.

Comércio local se dedica aos produtos hortifrutícolas, cereais — empórios, utilidades domésticas, passaros, lanches, produtos de origem animal, açougues, frios e laticínios.

Segundo os técnicos da Secretaria do Abastecimento, o Mercado Central é responsável por 50% da distribuição de frutas na cidade. Seu comércio varejista serve a uma população de 100 mil pessoas aproximadamente. Suas 25 peixarias atendem à maioria dos hotéis e restaurantes da cidade.

Os técnicos julgam o Mercado Central como importante centro de distribuição de gêneros alimentícios da cidade. Por isso, concluem, é importante que ele seja preservado e valorizado.

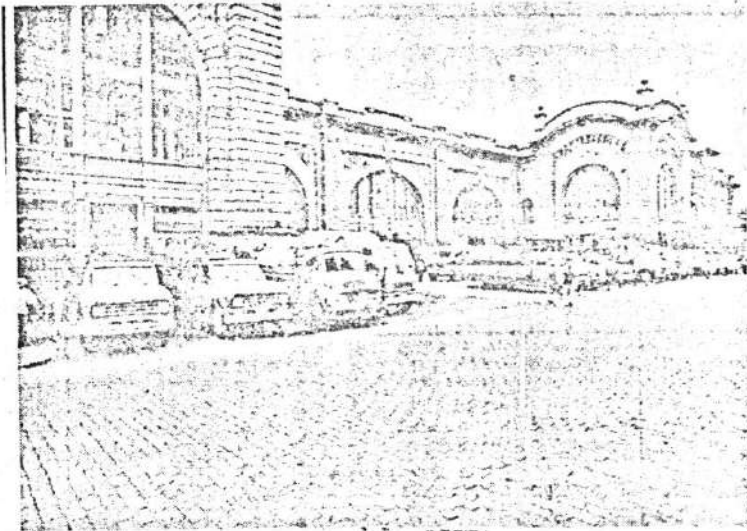


As instalações do Mercado Central, segundo os técnicos, não atendem as exigências dos comerciantes e da Saúde Pública.

V. de Paulo - 14-11-73







O Mercado Municipal está relacionado como imóvel de valor histórico

## Recuperação do mercado custará Cr\$ 4 milhões

A Prefeitura vai gastar quase quatro milhões de cruzeiros para reformar o antigo Mercado Municipal da área central da cidade. No entanto, ao mesmo tempo em que a administração pretende trocar o telhado do velho prédio, em condições precárias, segundo o Departamento de Edificações que fará a reforma, é contrariada uma lei municipal que exige consulta prévia para reformas de edifícios considerados de interesse histórico, artístico ou paisagístico.

O mercado está relacionado entre outros 160 ou 180 imóveis de grande valor para a cidade, que devem ser preservados e que foram incluídos na Lei do Zoneamento como Z-8-200 especiais. Em 3 de dezembro de 1975, a lei municipal 8326 passou a exigir que os proprietários de todos esses edifícios fizessem uma consulta à Coordenadora Geral do Planejamento — Cogep — para saber das conveniências de uma reforma, ampliação ou mesmo demolição. A lei ainda não foi regulamentada, mas existem dois arquitetos da Cogep que vêm se especializando no assunto, justamente para evitar que a cidade perca seus últimos monumentos históricos ou paisagísticos, representados por essas "manchas arquitetônicas", entre as quais está a zona do mercado.

Segundo o diretor do Patrimônio Histórico da Prefeitura, Murilo de Azevedo Marx, o prédio do Mercado Municipal conta com três valores essenciais: histórico porque representa o esforço do governo imperial de regularizar o abastecimento, construindo os mercados centrais de distribuição de mercadorias. Essa preocupação iniciou-se na metade do século passado e acentuou-se ainda mais com a República. Datam dessa época, o Mercado de Santo Amaro — naquele tempo ainda município independente de São Paulo — e o Mercado da Capital.

No entanto, o prédio da Capital

tal obedeceu a determinados requisitos e sua construção mostra um extremado cuidado com os espaços, o acabamento e representa uma das primeiras edificações monumentais, já com o objetivo de atender a uma cidade que se desenvolvia muito rapidamente. Al, portanto, está evidenciado seu valor arquitetônico, de acordo com o diretor do Patrimônio da Prefeitura.

Além disso, na transformação histórica de São Paulo, entre o final do século passado e início do atual, o mercado é um documento da paisagem urbana do tipo de atividade que passou a ser exercida e que trouxe um desenvolvimento muito grande para a Capital. O prédio e o próprio local que o circunda, por representarem um documento na paisagem urbana de novo tipo de ocupação, têm portanto, valor paisagístico.

A reforma que a Prefeitura pretende fazer no prédio, refere-se, principalmente à substituição do telhado. O diretor da Divisão de Reforma e Ampliações do Departamento de Edificações esclareceu que um terço das telhas antigas de barro, será substituído por cobertura de fibrocimento, ou seja, telhas únicas onduladas. A reforma incluirá também a troca do madeirame que suporta o telhado, das calhas e condutores. O sistema de captação de águas pluviais será melhorado e a câmara frigorífica terá dois novos transformadores.

A Prefeitura publicou edital de concorrência pública para a reforma, mas elaboração de projeto, já que 80% do trabalho serão feitos no telhado.

No mesmo edital foi aberta concorrência para a reforma do obelisco e mausoléu do Ibirapuera. A Prefeitura vai trocar a instalação elétrica, hidráulica e a impermeabilização do lago que circunda o monumento. O piso também será substituído por outro do tipo "portuguesa", e os portais receberão um revestimento de mármore travertino.



Obelisco será reformado

3. falh da pref.  
Luci J. BIRARVERD

Handwritten notes in the top right corner, including the number '13' and some illegible scribbles.



## Reforma do velho mercado central

O mercado central de São Paulo vai ser reformado, por decisão do prefeito Reynaldo de Barros, que deseja manter em condições ótimas de funcionamento os onze mercados do Município.

O mercado central não é uma edificação histórica por ser velho, pois foi inaugurado em 1933, tendo, portanto, 46 anos de construção, mas pelo fato de ser uma das grandes realizações do engenheiro Francisco de Paula Ramos de Azevedo, responsável também pela construção do Teatro Municipal de São Paulo.

Todo material de acabamento e os vitrais são de origem alemã, assim como o prédio obedece o estilo neopôntico alemão. Os vitrais coloridos lembram as atividades de plantio e colheita. Na área onde hoje se localiza o mercado central, havia dois outros mercados — o do Anhangabaú, também chamado de Mercado do Buraco, e o da rua 25 de Março.

Na história política de São Paulo o mercado central tem sua parcela de contribuição, por ter servido como depósito de mantimentos e de quartel das forças paulistas, durante a Revolução Constitucionalista de 1932. Do ponto de vista econômico, sua importância destaca-se pelo fato de ter sido o único distribuidor de gêneros alimentícios, desde a sua inaugura-

ção até a criação da Ceagesp, em 1966, no bairro do Jaguaré.

O projeto inicial do mercado central foi orçado em 10.000 contos de réis e sua construção ocupa uma área de 12.600 metros quadrados, na qual se localizam 361 boxes. Ele é o maior dentre os onze mercados da Prefeitura.

As reformas a que será submetido durante 210 dias, custarão ao Município Orç 10,2 milhões, e se fazem necessárias não apenas pela importância do velho mercado como entreposto distribuidor de gêneros alimentícios, localizado em plena zona cerealista da cidade, mas porque do ponto de vista arquitetônico, em que se destaca a sua fachada, ele apresenta grande beleza. Deve-se destacar, também, o fato de estar o mercado central localizado no mesmo sítio onde estão a antiga Assembleia Legislativa do Estado e o velho Gasômetro, que em 1832 inaugurava o serviço de iluminação de São Paulo.

Inclui-se, assim, o mercado central na paisagem de uma tradicional região do Município, que devido ao fato de localizar-se na antiga várzea do Tamanduaí, enquadra-se hoje no enorme espaço representado pelo parque D. Pedro II, com seus edifícios e um dos mais modernos complexos viários urbanos do País.

A Prefeitura de São Paulo gastará 10 milhões e 200 mil cruzeiros para reformar o Mercado Central, localizado na zona cerealista da cidade. A Secretaria de Serviços e Obras já abriu concorrência pública e os trabalhos levarão 210 dias para serem concluídos, após a assinatura do contrato. A intenção dos técnicos é realizar a reforma durante a noite, para que o funcionamento normal do Mercado não seja prejudicado.

Serão executados serviços de pintura interna e externa, recomposição das fachadas, eliminação de infiltração de água, restauração dos vitrais, conserto dos telhados, colocação de telas de proteção para os caixilhos e impermeabilização da laje de cobertura.

De acordo com o secretário de Serviços e Obras, Paulo Gomes Machado, a reforma do Mercado Central integra um plano mais amplo, que prevê a revitalização dos 11 mercados municipais da cidade, para melhor atendimento ao público. Além dessas obras, o Mercado Municipal Central passará por uma fase de higienização das vias e áreas internas, sanitárias, teto, portões, telefones, pátios de carga e descarga e depósitos.

O Mercado ocupa uma área de 12.600 metros quadrados e tem 361 boxes, que atendem cerca de 30 mil pessoas por dia, numa movimentação média de cinco mil funcionários.

Desde sua inauguração, em 25 de janeiro de 1933, o Mercado Central enfrentou inúmeras ameaças de fechamento, prejuízos provocados pelas enchentes do rio Tamanduaí e algumas reformas. Há pouco tempo, o piso interno foi totalmente trocado, a fiação elétrica e de telefones instalada em canaletas suspensas e o telhado passou por uma restauração. Mesmo assim, de acordo com Hidel Goldberg, presidente do Sindicato do Comércio Varejista nos Mercados de São Paulo, restam ainda algumas obras importantes, como é o caso da pintura interna.

"Eu acredito que a Prefeitura, como das vezes anteriores, vai realizar as reformas durante a madrugada, para que o movimento diário de quase 30 mil pessoas não seja prejudicado. Além disso, temos quase 400 firmas aqui, que respondem pelo trabalho de pelo menos cinco mil pessoas."

#### OS PIONEIROS

Ao longo de 46 anos de funcionamento, o Mercado Municipal reuniu milhares de comerciantes, mas nenhum deles deve ser tão antigo quanto Francisco Saverio Saporito, um italiano de 83 anos, que desde o dia 25 de janeiro de 1933 tem seu box para venda de laticínios, frios e latarias.

Saporito recorda-se do início de funcionamento do Mercado, quando os comerciantes viveram quase seis anos de crises e incertezas. "Uns seis meses depois da inauguração, havia dificuldade para se encontrar comerciantes que quisessem se estabelecer por aqui. O mercado estava quase vazio e, por isso, a Prefeitura resolveu suspender a cobrança de aluguel dos comerciantes. Acho que nos ficamos de oito meses a um ano sem pagar nada. Depois, quando a crise passou, a Prefeitura fixou um aluguel de 10 mil réis, que foi subindo gradativamente".

Outro pioneiro do Mercado Municipal é Rizzleri João Bruno, que se estabeleceu com venda de fumo em corda um dia depois da inauguração. "Eu me lembro quando o general Valdomiro Castilho de Lima, que era interventor federal em São Paulo, e o prefeito Teodoro Ramos abriram o Mercado, em 1933. Na época não havia condução nesta parte da cidade. Só lá por 1939 e que apareceu uma linha de bonde por aqui, que era a praça Fernando Costa-Penha. Logo depois chegou o bonde 63, que ia para a Casa Verde. Desde aquele tempo eu continuo vendendo fumo, porque havia uma determinação de que cada box se especializaria num tipo de comércio. Havia bancas de queijo, de carnes, de frios, sem misturas. Hoje mudou muito e todos vendem de tudo".

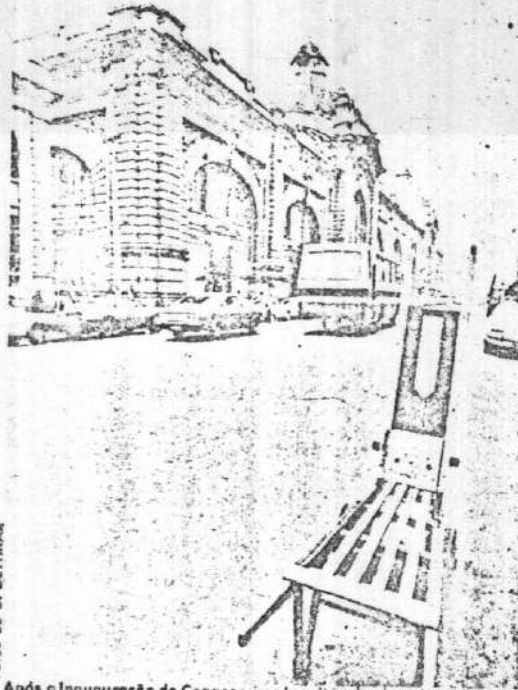
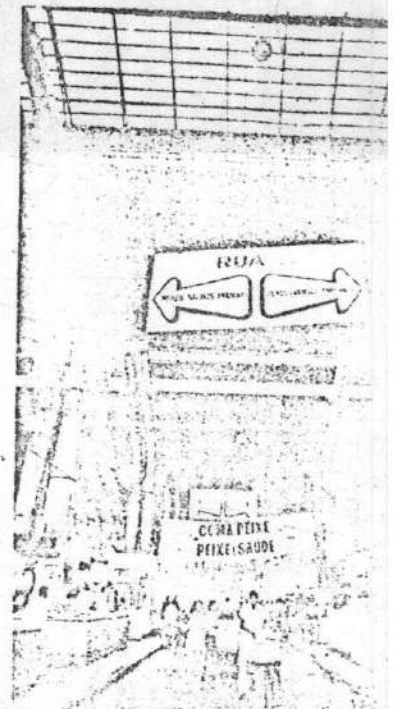
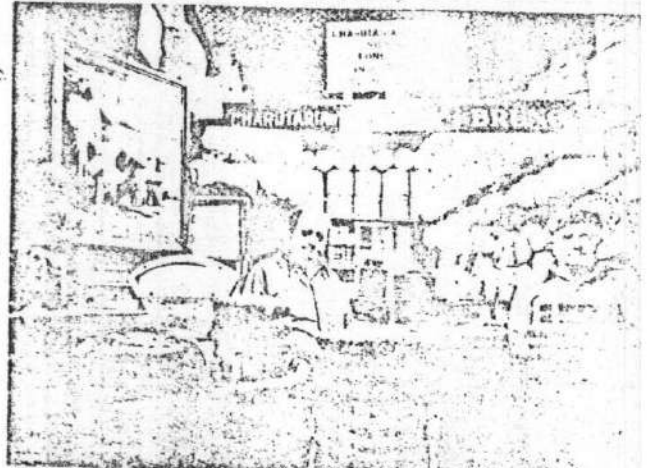


Foto de U. DIETMAR

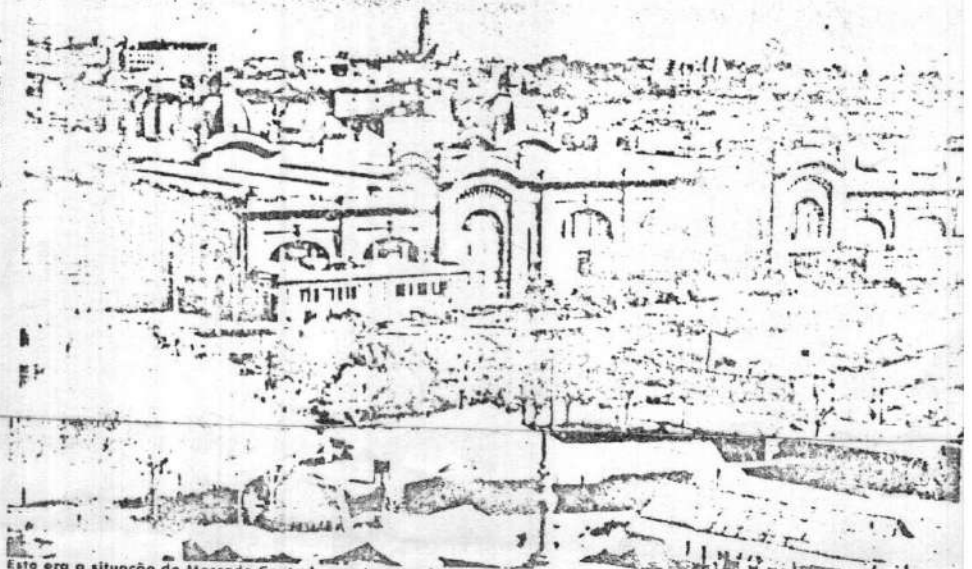
Após a inauguração do Ceagesp, era inevitável a decadência do Mercado. Apesar de tudo, ele ainda é útil à cidade.



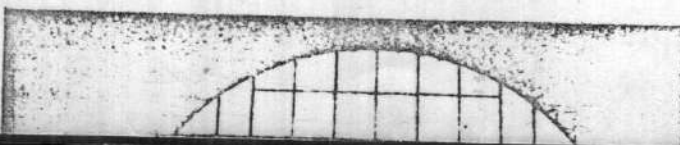
Saporito, o mais antigo.



O velho Bruno diz que, no começo, não havia nem mesmo condução para o Mercado.



Esta era a situação do Mercado Central na paisagem de São Paulo, nos dias de sua inauguração, em janeiro de 1933.



Essa posição pro...  
na quadros dos out...  
cidade...  
tem, a paralisar...  
para obter uma soluç...  
classe, os médicos

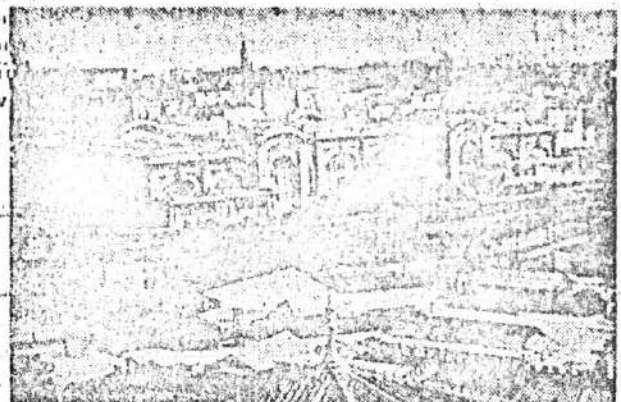






DP.  
2/9/79

# Liberados dez milhões para a reforma do Mercado Central



O Mercado Central em 1933

Autorizada pelo prefeito Reynaldo de Barros, a Secretaria de Serviços e Obras abriu concorrência para a reforma e limpeza do Mercado Central, na zona cerealista de São Paulo, cujo prédio foi inaugurado oficialmente em janeiro de 1933. As obras custarão Cr\$ 10,2 milhões e deverão estar concluídas em 210 dias.

Também estão sendo feitas licitações para a contratação de serviços de higienização desse

mercado e de outros quatro (Vila Formosa, Dr. Américo Sugaí, Tucuruvi e Cantareira), ao custo de Cr\$ 3 milhões. As aplicações para melhoramento e conservação desses edifícios municipais totalizam Cr\$ 11,8 milhões.

O secretário Paulo Gomes Machado, de Serviços e Obras, disse na terça última que é intenção da Prefeitura executar um plano de reformas em todos os 11 mercados mu-

nicipais, para melhorar o atendimento ao público, segundo orientação do prefeito Reynaldo de Barros. Depois de informar que já manteve reunião com os administradores desses estabelecimentos, explicou que a intensa utilização dos mercados provoca um desgaste excessivo dos equipamentos e instalações, tornando-se necessário um adequado serviço de manutenção.

## BOXES

Localizado à rua da Cantareira, 306, o Mercado Central tem área de 12.600 metros quadrados e 361 boxes, sendo o maior dos 11 da Prefeitura. A concorrência para essa reforma compreende a impermeabilização da laje de cobertura; recomposição do reboco da fachada, para eliminar a infiltração de água; fachada e pintura interna (a fachada será recomposta externamente até a altura de 2 metros e o restante será lavado com jato de água quente e sob pressão); recomposição de vitrais; telas de proteção para os caixilhos de vidro recompostos; revisão dos telhados, com a substituição de ripas e telhas quebradas, além da vedação das jun-

tas de dilatação na cobertura e platibanda.

O Mercado Central foi inaugurado oficialmente no dia 25 de janeiro de 1933, começando a funcionar no dia 12 de março do mesmo ano. O prefeito da cidade era Pires do Rio. O projeto foi orçado em 10.000 contos de réis e teve a responsabilidade do eng. Francisco de Paula Ramos de Azevedo, que também teve a seu cargo outras obras públicas; o Fórum da praça Clóvis Bevilacqua, o antigo Palácio das Indústrias e o Teatro Municipal.

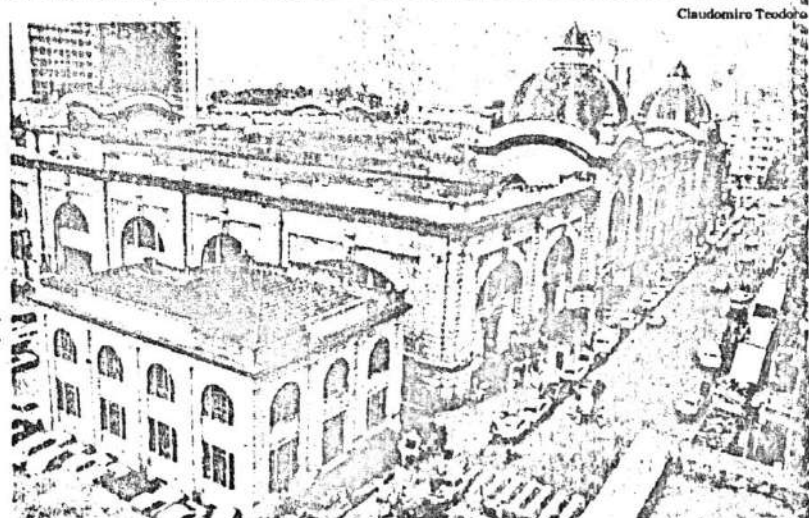
Todo o material de acabamento e os vitrais são de origem alemã e o próprio prédio é de estilo neo-gótico alemão. Os vitrais coloridos lembram todas as atividades de lavradores no campo, como, por exemplo, plantio e colheita. A construção do Mercado Central teve por objetivo a substituição de dois velhos mercados, o do Anhangabau — um mercado de interioranos, popularmente conhecido por Mercado do Buraco — e o da rua 25 de Março. O Mercado Municipal, originalmente conhecido por Mercado do Anhangabau, passou a ser chamado depois de Mercado Central, talvez em razão de os trens da Cantareira entrarem em sua via central, para descarga dos produtos que eram levados pelos agricultores da zona da Cantareira, Mairiporã e outros locais vizinhos a São Paulo.

O Mercado Central desempenhou papel importante na história do São Paulo em 1932, quando serviu, durante meses, como depósito de mantimentos e de quartel das forças paulistas, empenhadas na Revolução Constitucionalista. Foi também importante como único distribuidor de gêneros alimentícios, até a instalação do entreposto da CEAGESP, no Jaguaré, em março de 1966. Outra função também destacada em sua atividade: a distribuição dos gêneros alimentícios no varejo da área central da cidade, ou seja, hotéis, restaurantes, pensões, particulares e feirantes que dele se utilizam.

O Mercado Central conta com boxes das mais diversas atividades: empórios, peixarias, laticínios, ovos, frios, salgados, salsicharias, açougues, pássaros, flores, tabacarias, cafés, bares, lanchonetes, frutas nacionais e estrangeiras, verduras e legumes e hortifrutícolas.

## Memória paulistana

A seção "Memória paulistana" tem por objetivo mostrar os imóveis históricos de São Paulo — tombados, em processo de tombamento ou protegidos pelo município através da Lei do Zoneamento — e o seu estado de conservação



Claudomiro Teodoro

FSP  
10.7.86

## MERCADO ESTÁ PRESERVADO

Inaugurado a 25 de janeiro de 1933, o edifício do Mercado Municipal, na rua da Cantareira, 306 e 390 (Sé, zona central de São Paulo), está protegido desde 1975 pela Lei Municipal do Zoneamento. Em bom estado de conservação, o imóvel deverá passar em breve por obras de manutenção, com troca de telhas quebradas, eliminação de peneiras e reforma das

Seus vitrais alemães, restaurados em 1979, deverão receber grades de proteção. O edifício de características neoclássicas foi projetado em 1925 pelo Escritório Técnico Ramos de Azevedo e permanece inalterado. A instalação do Mercado Municipal gerou uma importante transformação na ocupação dos imóveis da área — na maioria, residências da década de 10 — que passaram a abrigar



## Em 210 dias, um "novo" mercado

O secretário de Serviços e Obras da Prefeitura, Paulo Gomes Machado, informou que hoje assinará o contrato com a empresa que venceu a concorrência pública para reforma do Mercado Central, localizado na zona cerealista da cidade. Os trabalhos serão realizados das 16 horas às 3 da madrugada, para que o funcionamento normal do Mercado não seja prejudicado, devendo estar concluídos em 210 dias.

A restauração do prédio, inaugurado em 25 de janeiro de 1933, será feita sob a orientação do Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura do Município e inclui a recuperação da fachada externa e dos vitrais, com adaptação de telas de proteção para evitar que sejam depredados. O plano de reforma prevê também pintura interna, impermeabilização de lajes e telhados e limpeza geral, além de adaptação de defensas nas paredes externas do prédio. O custo total está calculado em Cr\$ 8,6 milhões.

"A parte, faremos a manutenção dos compressores e elevadores e, no ano que vem, realizaremos a reforma das instalações frigoríficas do prédio", declarou Gomes Machado.

### OUTROS MERCADOS

De acordo com o secretário de Serviços e Obras, a reforma do Mercado Central integra um plano mais amplo, que prevê a revitalização dos onze mercados municipais. "No entanto, este ano cuidaremos apenas dos quatro mais carentes de reformas, além do Central, deixando os demais para o próximo ano", acrescentou.

No Mercado da Vila Formosa será realizada uma reforma geral, de acordo com licitação aprovada em 12 de setembro no valor de Cr\$ 1,7 milhão. Para a ampliação da cabina primária do Mercado do Ipiranga, com licitação aprovada no último dia 4, serão utilizados Cr\$ 157 mil, enquanto para a impermeabilização da laje de cobertura do de Pirituba serão gastos 2,6 milhões, segundo licitação também já aprovada.

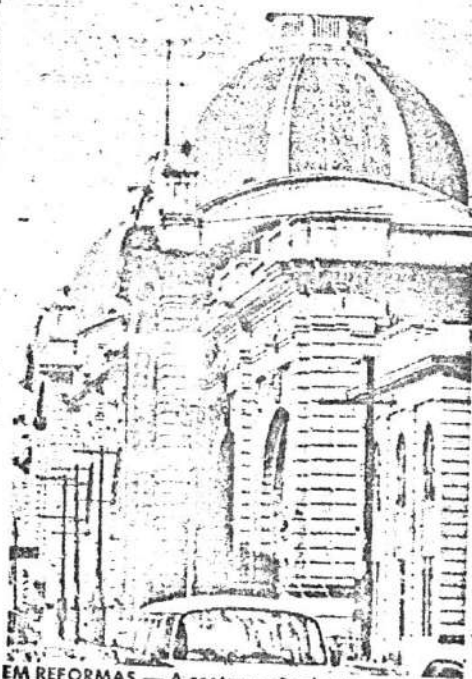


Os vitrais do Mercado Central receberam uma tela de proteção, para evitar depredações.

12/5  
16

# FOLHA DE S. PAULO

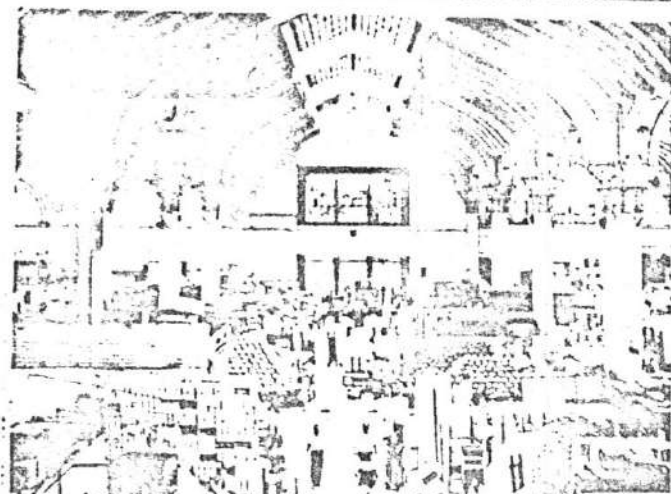
Quarta-feira, 17 de outubro de 1979



**EM REFORMAS** — A restauração do Mercado Central custará Cr\$ 8,6 milhões e estará pronta em 210 dias, informou ontem a Prefeitura. PÁG. 10



Terça-feira, 1.º de abril de 1980



A imponência do interior do prédio, foto de Samuel de Queiroz Moreira.

## Mercado central, lugar certo na memória de SP

ERNANI SEVA BRUNO

A coleção de fotografias que compõem a exposição que hoje se inaugura no Museu da Imagem e do Som tem o objetivo de colaborar na conscientização da opinião pública de São Paulo em torno da significação do grande edifício da rua Cantareira. Se o Mercado Central tiver de ser um dia desativado — o que, a curto prazo, não parece provável — o edifício que o abriga deverá ser preservado. Porque, integrado à paisagem do centro de São Paulo há quase meio século, não pode deixar de ser hoje considerado um definitivo componente da memória paulistana.

Os mercados das cidades brasileiras, no começo do século passado, foram descritos, pelos viajantes estrangeiros, como locais quase sempre descuidados e cheios de sujeira. Seu aspecto "afugentava o europeu suscetível", como escreveu o sábio Von Martius. Mas eram, ao mesmo tempo, lugares que interessavam ao visitante do país que apresentavam de insólito e curioso, exibindo aos olhos dos homens do Velho Mundo frutas e hortaliças de origem indígena ou africana, macacos e nêgros, papagaios e outras aves de plumagem exótica e viva como se fossem os símbolos párvios do tropico.

Quando davam seus depoimentos, no entanto, esses viajantes se referiam provavelmente mais a locais onde se mercadejava que propriamente a edificações planejadas especificamente para servirem de mercado. Estas talvez apenas começassem a ser construídas em uma ou outra cidade maior. No próprio Rio de Janeiro, cujo aprimoramento urbano era estimulado, na época, pela sua condição de corte do vice-reinado e em seguida do Império do Brasil, o primeiro edifício daquele tipo a ser erguido foi o Mercado da Candelária segundo projeto de um arquiteto ilustre, Grandjean de Montigny, da famosa Missão Artística Francesa que chegou ao Brasil em 1816.

Na cidade de São Paulo, até essa época, faziam as funções de mercado aquelas precárias e humildes casinhas que datavam de fins do século 14 e que foram sucessivamente destruídas por Saint-Hilaire. Cada venda era uma pequena casa isolada. "O tocilinho os cereais, a carne estão alijados em promiscuidade e não existe ainda, nem por sombra, aquela arte com que nossos mercadores de Paris sabem dar um aspecto agradável aos alimentos mais grosseiros".

Mais de 40 anos depois da visita do naturalista francês foi que se cogitou pela primeira vez em São Paulo, de dotar a cidade de um edifício que funcionasse como mercado — preocupação nascida do fato de que, estando em construção a primeira estrada de ferro na província (a Santos-Jundiaí), tornava-se urgente a criação de um centro geral para compra e venda de commodities na cidade. Construído na vizinhança do Tamanduaí, ficou concluído em 1867. Mas menos de duas décadas depois esta edificação já destinava da paisagem central do burgo e do quadro do crescimento urbano e não foi à-toa que um visitante proclamou: "Faz muito falta ao rico São Paulo um mercado conveniente".

Demolido em torno de 1907, ele ficou se outro, e então chamado Mercado Novo, na parte baixa da rua General Carneiro. Logo depois faz também para a vizinhança do Tamanduaí, isto é, a rua 2 de Março. "Era uma construção em pavilhões de alvenaria — lembra-se que America and em suas evocações — cobertos de telhas coloniais. Surtia



O velho mercado, foto de Hilton de Souza Ribeiro.

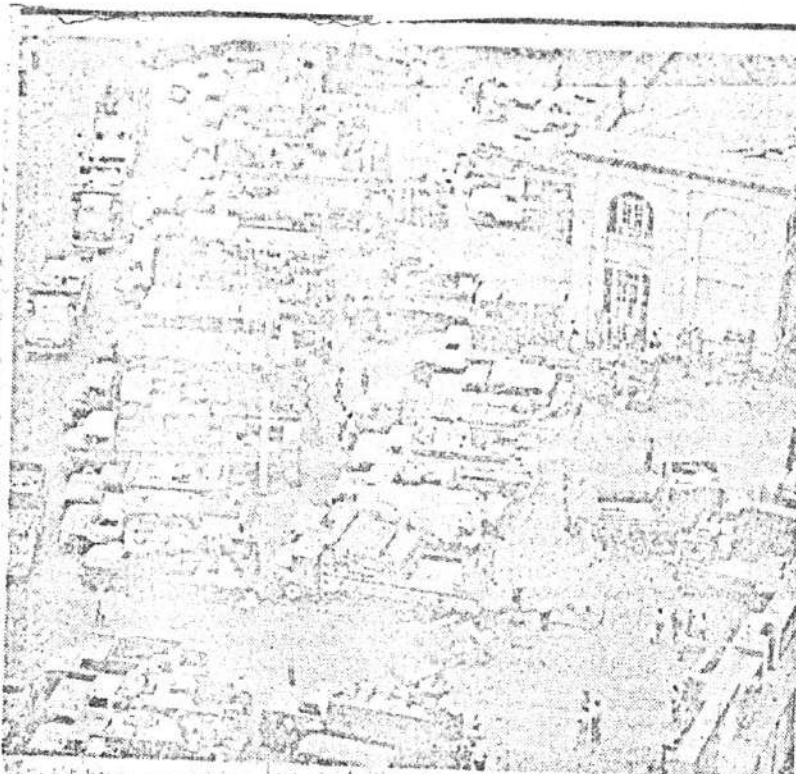
babau e que durou até cerca de 1916, combatido como "galpão ignóbil" pelo então vereador Alcântara Machado. Lembre-se que dois anos antes — em 1914 — haviam sido criadas as feiras livres na cidade, que passaram a competir com os mercados no comércio varejista.

Mas o próprio Mercado Grande foi em pouco tempo se tornando insatisfatório diante do rápido desenvolvimento da cidade. E então se cogitou da construção do mercado que seria inaugurado em 1933, na rua Cantareira, perto das imediações do Parque Pedro II, logradouro projetado pelos especialistas Bouvard e Cochet, dispo de pontes e pontilhões com toques artísticos, colosques, estatuas, coretos chumbo, além de árvores, muitas árvores, fileiras bravas e aqueles chorões cujas cadeleiras mergulhavam nas águas do córrego. Para a localização, al. do novo Mercado Grande, havia obviamente vantagem menos poética e mais prática que isso tudo, a Estrada de Ferro Inglesa as suas portas.

Esse novo Mercado Central — projeto do Escritório Ramos de Azevedo — provavelmente o último daqueles edifícios que, a partir de fins do século passado, começaram a ser construídos para que a cidade assumisse cada vez mais seu "status" de Metrópole do Café, repudiando a tradição dos chamados "paralíticos" de sabor colonial.

Esse grande edifício de três pavimentos — forjado em concreto, metal e tijolo — por sua planta simples e funcional, pelo estremo cuidado revelado com os espaços e por uma excelente solução de iluminação natural, feita através de claraboias e telhas de vidro, criou luz difusa e regular — pôde preencher de forma razoável suas funções no decorrer das últimas décadas. Desenvolveu ali suas atividades 120 trabalhadores. A frequência diária de público era entre 3 e 20 mil pessoas. E considerado um dos mercados mais variados do mundo, pois oferecia em determinadas épocas do ano, mais de 20 produtos diferentes.





Os atacadistas deverão liberar 15 quarteirões

Arquivo

## Sem planos para área do mercado

A Emurb não tem ainda nenhum projeto de urbanização para os 15 quarteirões da zona cerealista, entre as avenidas do Estado e Mercúrio e rua do Gasômetro, que até março do ano que vem deverá ficar livre das 200 maiores empresas paulistas do setor e dos seis mil caminhões que diariamente congestionam o trânsito da região. Os técnicos da Emurb informaram, no entanto, que poderão fazer um estudo a respeito, assim que o prefeito Salim Giarola solicitar a recuperação de uma privilegiada área urbanística.

Esclareceram ainda que o zoneamento da área é voltado para facilitar o comércio e que a reurbanização da região, tornando-a mais residencial, depende de alteração na Lei de Zoneamento pela Coordenadoria Geral de Planejamento. Na Cogep, porém, ninguém soube informar ontem se há estudos para alterar a legislação, e uma funcionária do setor de Ocupação do Solo disse apenas que "o pessoal que poderia dar essa informação não trabalha na sexta-feira à tarde. Porque o senhor não volta na terça-feira?".

Já os moradores receberam com indiferença a promessa do presidente da Bolsa de Cereais de transferir as empresas para uma área próxima a Guarulhos. "Há oito anos que ouço falar nisso, mas até agora nenhuma medida concreta foi tomada para que a mudança se torne uma realidade", comentou Arcanjo Mura, que há 20 anos mora no Edifício São Vito, na avenida do Estado, acrescentando, no entanto, que, "se realmente acontecer a transferência dessas empresas, será ótimo, pois só assim teremos um pouco mais de paz, segurança e menos ruído e sujeira no bairro".

Sua colega Giselda de Paula acha que a Prefeitura deveria urbanizar a região, como irá fazer com a praça Júlio Prestes, que "ficou livre de trombadinhas, assaltantes e desocupados depois que a estação rodoviária saiu de lá". Já Pedro de Oliveira, residente no Edifício Mercúrio, por problemas financeiros, diz que se acostumou ao barulho e confusão provocados pelas 400 empresas que operam na zona cerealista movimentando três mil toneladas diárias de cereais, batata, cebola, laticínios, artigos de perfumaria e de higiene.

"Você já imaginou como vai ficar esta região depois que essas empresas forem embora e a Prefeitura reurbanizá-la?", perguntou Pedro, dando ele mesmo a resposta: "Os aluguéis aqui vão ficar caríssimos". Em segui-

Universidade de São Paulo  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Cesad Centro de Coleta Sistematização Armazenamento e Fornecimento de Dados  
Arquivo de Imprensa — Problemas urbanos



# A reforma do Mercado é ordenada pelo prefeito

O prefeito Altino Lima convocou ontem o administrador Lellis Carlil, para discutir um plano de reestruturação do Mercado Central, que se encontra praticamente em estado de abandono. Muito irritado com o que viu na visita ao Mercado ontem de manhã — pátios de carga e descarga intransitáveis, sanitários em condições precárias e instalações deterioradas —, o prefeito mostrou-se insatisfeito com a atuação da Administração Regional da Sé, dizendo que recuperar o Mercado depende apenas de uma atitude administrativa. "Queremos agressividade na ação."

Segundo o prefeito, o povo está cobrando as mudanças prometidas. "Por isso, estou visitando todos os órgãos municipais e cobrando a execução de obras e serviços que já deveriam ter sido feitos e não foram não sabemos por que."

Recebido por um grupo de carregadores e permissonários, Altino Lima prometeu providências imediatas para melhorar a situação do Mercado, como o reaparelhamento dos pátios 2 e 3 (um na avenida do Estado e outro na rua Comendador Assad Abdala), usados para carga e descarga. Também disse que os carregado-

res passarão a contar, pelo menos, com armários para guardar suas roupas, o que atualmente é feito em pequenos caixotes sujos.

## Providências

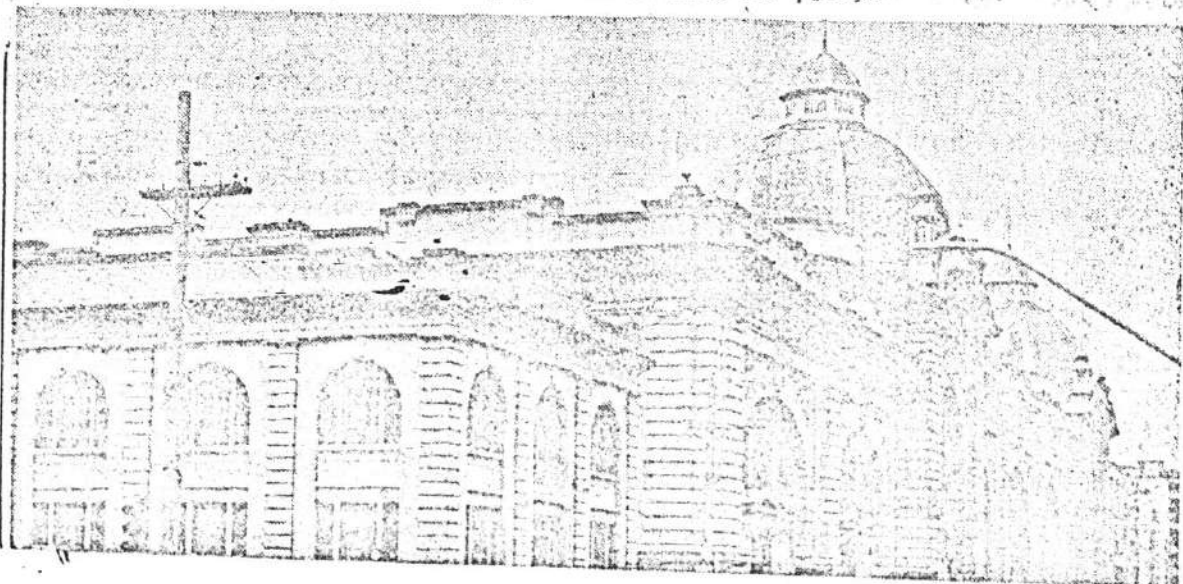
Também o secretário das Administrações Regionais, Eurípedes Sales, anunciou ontem uma série de providências com relação aos 11 mercados municipais de São Paulo, após uma reunião, ontem de manhã, com os seus administradores, realizada no mercado municipal Américo Sugaí, em São Miguel Paulista.

Entre as providências anunciadas, figuram a colocação de balanças do Procon na potta de todos os mercados municipais, para que a população confira o peso das mercadorias; proibição de comercialização de carnes em açougues com iluminação, toldos ou papéis de cor vermelha, o que é considerado uma forma de enganar o comprador em relação à qualidade da mercadoria; instalação de relógios de água e luz em todos os mercados, despesas que serão pagas, a partir de agora, pelos permissonários e não pela própria Prefeitura, como vinha ocorrendo; e a intensificação da fiscalização sanitária, com a participação das unidades mó-

veis do laboratório de controle de alimentos.

Durante a reunião, o secretário também procurou transmitir tranquilidade aos 11 administradores de mercado, explicando-lhes que não existe nenhuma intenção de mudanças no setor. Eurípedes Sales deixou claro, entretanto, que os administradores de mercado e demais funcionários de sua Secretaria deverão adaptar-se a seu ritmo de trabalho "Quem não agüentar o ritmo vai ficar sozinho", afirmou.

Após a reunião com os administradores de mercados, Eurípedes Sales percorreu a Regional de Santana onde, segundo informou, constatou que os problemas mais graves estão localizados no Jardim São João. Em companhia do vereador Luís Tenório, observou a captura, no local, de duas cobras (uma delas jararaca) que deverão ser exibidas hoje na Câmara Municipal, segundo informou, "para mostrar que, embora esteja numa região central, ali no Jardim São João se mata cobra todo dia". O secretário esteve ainda na rua Manoel Soares, em Vila Albertina, onde a Prefeitura deverá limpar um terreno para que os moradores do local instalem uma praça.



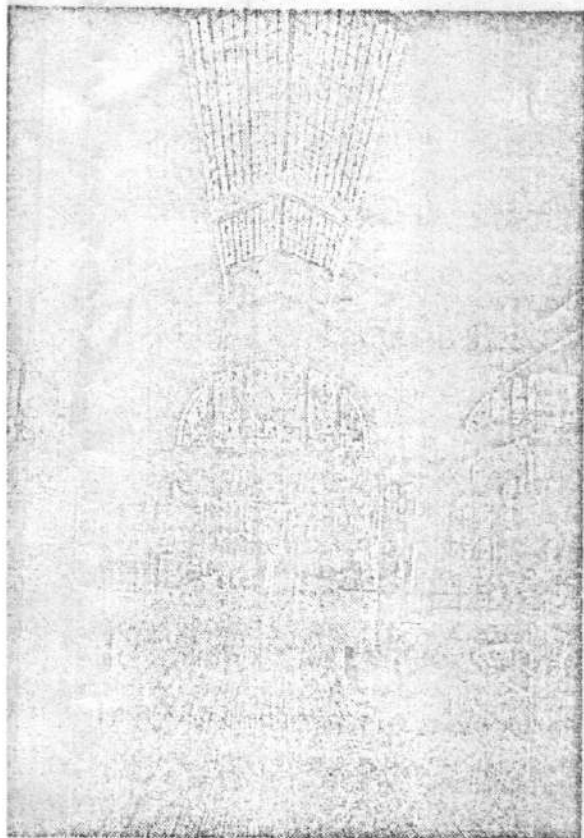






em se escreve com comida

# está completando 50 anos



Visão Interna

missionários e carregadores". E não o "conserto de telhas, substituição de lâmpadas, separação de brigas e expulsão de arruaceiros do recinto, o que não adianta muito. Temos 12 portões. A gente expulsa por um, eles entram pelos outros 21... É uma luta!", desabafa.

Mas o "padre" esteve por ali cerca de um ano. Luchava em caixotes, fazia pregações", depois "desafiou o braço na platéia". Além disso roubava. Seu entretenimento preferido também não era lá muito audável: "Gostava de jogar três calças (chelas) e laranjas para o alto e despedaçá-las a golpes de aratê". O "padre" era um homem fortíssimo, sendo os que os conheciam, branco, com aproximadamente 1,90 de altura. A perseguição e prisão o bandido se deu após o estupro de um garoto de

8 anos, em 79, nas proximidades do Mercado", conta o administrador que foi surrado por ele, uma vez. Voou "quatro metros e amassou uma geladeira com a testa". Lellis cuidou do levantamento de sua "vida progressa", e, parece-lhe, o rapaz está preso.

Quando "não bebia e não fumava maconha, o rapaz era uma moça", considera.

## MALOQUEIRA

Outro caso que deu a Lellis embarçado, foi o da "maloqueira" com quem teve uma luta de quarenta minutos. "A moça tinha 18 para 19 anos e pôs-se a desnudar-se dentro do recinto, abrindo o vestido e dizendo aos homens à sua volta: "Venham, venham". Era uma mulher bonita, teve tempo de observar, com um belo corpo. Foi uma algazarra tremenda. Ao ouvir o ba-

rulho, Lellis foi verificar, com ajuda de seu monôculo, o que ocorria, da janela da Administração.

Desceu, pegou-a pelo braço e levou-a à LP que estava de plantão, na rua Comendador Assad Abdalla. Ao largá-la, "levou uma rasteira". Recom pôs-se, levantou e "levou outra". Daí para diante — conta — a única coisa que fazia era defender-se dela, evitando que golpes de capoeira e, segundo ele, saltos mortais, o pegassem desprevenido. "Nem um golpe me atingiu, afirma, e eu não encostei a mão nela, pois estava lutando a melhor e em mulher não se bate sem com uma flor", diz num rasgo de romantismo.

## QUESTÃO DE RESPEITO

O diário conta os dias que teve de "bater, que apañhou os inquiridos policiais, as queixas mais variadas". Mas registra, também, o lado belo: "Aos sábados isto aqui é uma beleza! É quase impossível andar, em virtude do grande número de compradores e turistas, principalmente alemães, que fotografam tudo que vêem. Tenho certeza de que o Mercado, devido à beleza arquitetônica, é conhecido no mundo todo".

## SEGURANÇA

Lellis desenvolveu métodos próprios de segurança e controle. Idealizou o zonóculo, para detectar a presença de ladrões no telhado ou de malandros que dormem nas torres, que "de 77 para cá estão trançadas". Agora, o respeito junto aos permissionários, arruaceiros e público que ali comparece, segue-se de forma simples: "Com a argumentação clara, honestidade e força. Esta última jamais com o permissionário".

Até o último dia 6, o diário de Lellis Carli não havia registrado nenhum caso grave. Apenas uma telha quebrada. Tranquilo, por ora, ele fala sobre os "catadores", aqueles que vêm do subúrbio, cujo trabalho tem ponto final no

Parque D. Pedro II: "É uma necessidade em virtude da inflação", simplifica. São geralmente mulheres e crianças que rondam os caminhões à espera que caíam batatas, cebolas, alho, etc para poderem vender ou levar para casa. A situação de Braz Antonio dos Reis, 34 anos, "catador" de limões e laranjas é mais ou menos trágica: "Quando como não durmo não como", explicou em rápidas palavras. Ganha, vendendo a carga, o suficiente para pagar uma "dormida" na pensão. Se está com mais fome que sono, troca-a por um prato de comida e dorme embaixo do viaduto.

## O LIXO NÃO É CULPA NOSSA

Todos os comerciantes são obrigados a vender no varejo, embora também ocorram vendas no atacado. É grande a variedade de produtos e o é, por outro lado, o descuido do público com o lixo. "O público não procura o lixo", justifica-se o administrador. Já quebraram a perna em casca de abacaxis aqui dentro mesmo estendendo um latão em cada banca. Além do mais — continua — o "supérfluo" da Administração Municipal de S6, deixa isso aqui impecável no domingo à tarde. Na segunda, às duas horas da madrugada, está tudo sujo novamente. São os feirantes que chegam e começam a limpar frutas e a jogar cascas em qualquer lugar, inclusive nos bueiros".

Lellis Carli vai viver do seu paião: uma vez entrou no Mercado a nado, por ocasião de uma enchente. Cortou-se e levou um ponto na perna "a sangue frio" porque é alérgico a anestesia local. Mas esquece logo as dores. E resalta um problema atual: "Antigamente tínhamos serviço de alto falantes e quando uma criança se perdia da mãe a gente podia anunciar. Hoje tenho de ficar com a criança no colo, na janela, que dá para a via interna e esperar que a mãe a veja".



# No contraste, o fascínio da velha zona do Mercado

Riqueza e miséria convivem nas suas movimentadas ruas de comércio

Fotos Álvaro da Costa

JANE SOARES

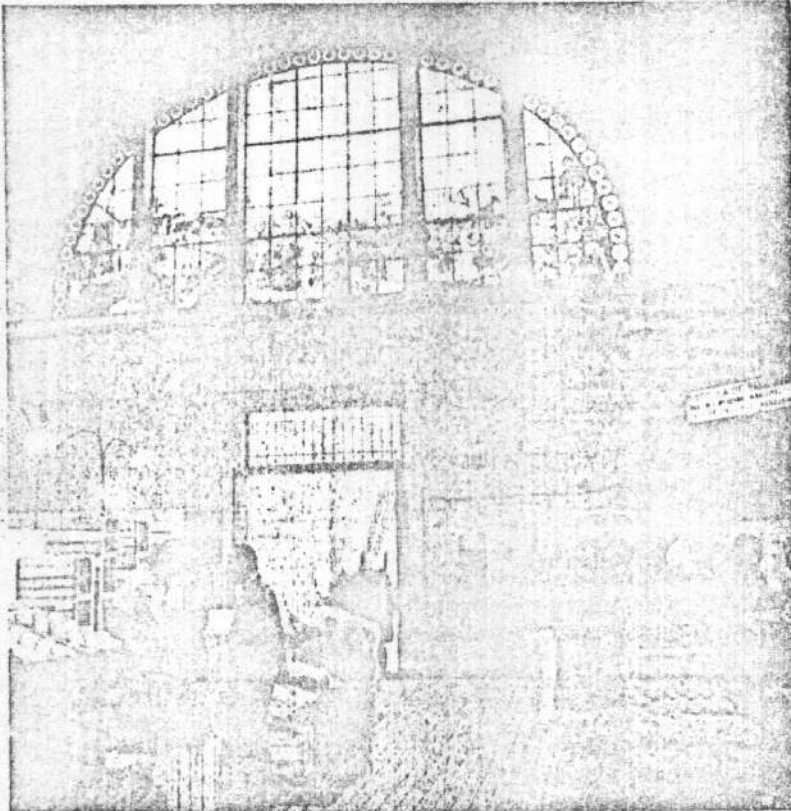
Ruas sujas, apinhadas de gente, crônicos congestionamentos. Buzinas, gritos de ambulantes e apitos tornam o ambiente ainda mais agitado. Placas de mau gosto desfiguram prédios antigos, que em qualquer outro lugar do mundo seriam preservados. Ali pode-se comprar de tudo, de delicados instrumentos cirúrgicos, alimentos e roupas a objetos eróticos. É a promíscua, mas fascinante região do Mercado Central, no parque D. Pedro 2.º.

A área é um mundo à parte, que começa a se movimentar por volta das três horas da madrugada, quando a maior parte da cidade ainda dorme. Caminhões vindos das mais diferentes regiões do Estado chegam ao Mercado, para serem descarregados. Este horário é o mais lucrativo para as prostitutas da região, e de trabalho intenso para os carregadores. É preciso preparar os 356 boxes para receber as milhares de pessoas que diariamente fazem ali suas compras.

As sete horas as portas são abertas ao público. Nos seus 12.500 metros quadrados, o mercado é um dos prédios paulistas que atestam a genialidade do engenheiro Francisco Ramos de Azevedo. Inaugurado oficialmente em 1933, custou a exorbitância de 10 mil contos de réis. Em 32, estourava a Revolução Constitucionalista e ele serviu de depósito de mantimentos e quartel para as tropas.

## Alvo, os vitrais

Antes mesmo de sua inauguração, o mercado sofria sua primeira depredação. Seus vitrais — que muitos acreditavam ter vindo da Alemanha — serviam de divertimento para os soldados, que praticavam tiro ao alvo em suas figuras. Passaram-se os anos, mas não mudou a mentalidade dos brasileiros. Pedradas destruíram parte do delicado trabalho de Conrado Sorgenicht Filho e são raros os frequentadores do local que têm tempo



Vitrais dão a marca ao prédio do velho Mercado Central

— ou disposição — para apreciar o que ainda resta.

Pedro Augusto, o "Pedrão", não é do tempo em que os bondes verdureiros abasteciam o "mercado" trazendo os produtos das distantes chácaras do Brás, Mooca, Água Rasa. Aparentando muito mais que seus 39 anos, ele é um dos 500 "chapas" que trabalham na zona cerealista, nas proximidades do mercado, descarregando sacos de 60 quilos, para ganhar 30 cruzeiros em cada um. Por volta das 4 horas começam a chegar os 3 mil caminhões que circulam diariamente na região cerealista. Por isto "Pedrão" levanta às três horas em

um quarto de cortiço no Brás, toma um café preto e vem, a pé, esperar os primeiros carregamentos. Serviço nunca falta, "a paga é que é pouca".

"Veja isto, moça, num lugar em que corre tanto dinheiro, nós quase morremos de fome", comenta, amargurado, suando muito, apesar do vento frio que corta a rua do Lucas. Nos últimos dias ele está angustiado. Uma dor constante na virilha lembra a possibilidade de uma hérnia, doença comum entre eles, e médico não consta da reduzida lista de despesas de "Pedrão". Parar de trabalhar? Nem dá para pensar. "Meus filhos precisam comer, né?"

## Nos restos das cerealistas, muitos conseguem o mínimo para sobreviver

E se "Pedrão" reclama do curto pagamento, os comerciantes queixam-se das margens de lucro, segundo eles, cada vez menores, do aumento constante dos preços, da freguesia sempre mais reduzida, da caótica região onde são obrigados a trabalhar. "Há 25 anos insistimos com o governo para mudar a zona cerealista para outro lugar", explica Laerte Collela, presidente da Associação Brasileira de Cerealistas (Abrace). São aproximadamente mil estabelecimentos comerciais que empregam cerca de

mil pessoas são atraídas para a zona cerealista. Alguns compram artigos de "segunda", geralmente cebola ou batata. Sentam-se nas calçadas, selecionam o que consideram aproveitável, colocam em saquinhos para vender nas feiras livres. "Uma forma de garantir o sustento", comenta rispido um senhor, que alega não ter tempo para conversa.

## Lixo não falta

Os que não podem nem comprar ar-

Não longe dali, um outro velhinho também não gosta de falar. Leve sotaque português, seu Adriano, fundador da Casa Fim do Mundo, a mais antiga da rua Paula Souza, diz que "o proprietário está viajando no Sul com a família. Não sei quando volta". Depois de muita insistência, admite — sorriso matreiro nos lábios e nos olhos — que é um dos donos. Os outros são seus filhos, Adri e Artur Vicente. Mas seu Adriano, com seus 86 anos, ainda é o primeiro a chegar na loja que



lojas para os armazéns.  
A miséria não é exclusividade dos "chapas". Diariamente dezenas de

de sua vida. coisa triste a gente guarda pra gente", diz, olhos brilhantes de lágrimas.

umidade do fundo do guarda-roupa para comprar tachos e fogões portáteis, especiais para fazer pastéis.

## As atividades ali são variadas, mas ainda se busca maior diversificação

Em meio às inúmeras lojas de artigos para restaurantes e grandes importadoras da Paula Souza, as carrancas do São Francisco, colocadas na porta da Casa das Cordas, chamam a atenção. Há alguns anos, um artesão sem dinheiro procurou um dos donos, Antonio Abreu, e fez-lhe uma proposta: a troca de um suporte para vaso por material para trabalhar. Com pena do rapaz, Abreu aceitou. O suporte foi rapidamente vendido. Outros foram aceitos. Só que

as pessoas queriam também os vasos. O jeito foi arranjá-los. Hoje, dos aproximadamente 200 metros quadrados da Casa das Cordas, 160 são ocupados por artesanato de todo o Brasil.

Diversificar parece ser uma palavra mágica na região da rua 25 de Março, onde a maioria das lojas já desistiu da venda exclusivamente por atacado. O comércio tradicional de tecidos foi cedendo lugar a outros. Nos velhos prédios da rua amontoam-se

casas de artigos para esporte, bijouterias, armariinhos, meias, confecções, perfumarias, importados, numa confusão que a presença dos ambulantes só faz aumentar.

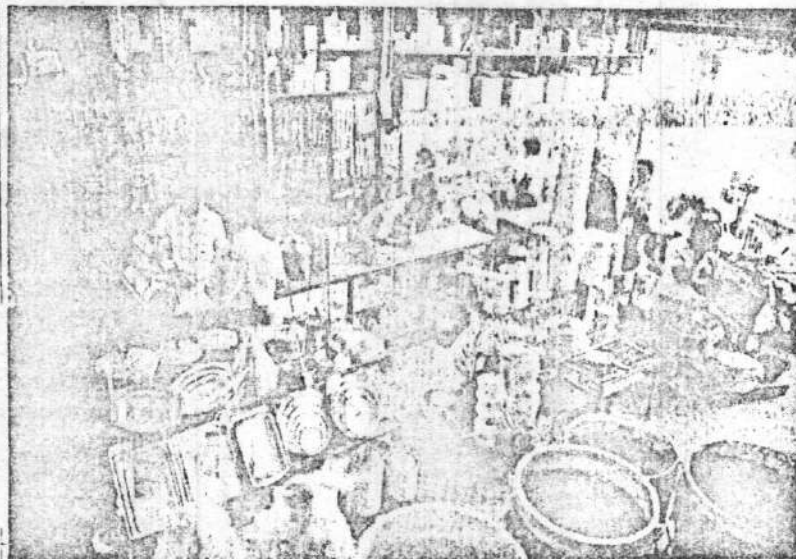
Com o passar dos anos, o monopólio dos árabes na 25 de Março foi-se acabando, embora muitos ainda permaneçam ali, frequentando seus inúmeros restaurantes e lanchonetes típicos. Mas a Casa Árabe de Som, existente há 20 anos na rua comendador Abdo Schaim, ainda é muito procurada. O que chama a atenção ali são os delicados trabalhos em mosaico, que enfeitam objetos, como mesas de gamão. Tudo importado do distante Oriente. A madeira é pacientemente escavada e em cada um destes pequenos buracos são colocadas pedrinhas de madeira de cores contrastantes, formando desenhos originais.

### Contrabando e golpe

Falar em artigos importados é lembrar da Galeria Pagé, onde se compra de tudo. Muito contrabando, é claro, o que favorece a aplicação de diferentes "golpes" nos compradores mais afoitos e desavisados. Num deles, o "vendedor" oferece um produto qualquer, recebe o dinheiro e alega: "Contrabando é 'sujeira'. É melhor o senhor não arriscar e esperar aqui." Enfia-se na galeria para buscar a mercadoria e some. Para sempre.

Nas imediações da Galeria Pagé, lojas de calçados se estendem pela Barão de Duprat, reduzido das bolsas, brinquedos, objetos de plástico, artigos para embalagens. Num dos andares de um velho prédio da ladeira Porto Geral, em meio a casas de armariinhos e mil lantejoulas, um estranho mercado erótico. Porta discretamente fechada, o rapaz sai quando entra uma freguesa. A balconista encarrega-se de mostrar os artigos e repete, decoradinho: "Temos vibradores, órgãos sexuais masculinos de todos os tamanhos, sprays para sexo oral e sexo anal, revistas..." Envergonhadíssima, não explica como se usa tais "maravilhas".

Em toda a região impera o jogo do bicho, são comuns os roubos de pequenas mercadorias e o corte de bolsas. Enquanto os guardas tentam disciplinar um trânsito caótico, gastando blocos e blocos de multas, os marreteiros vendem de tudo, empurcalhando as ruas com cascas de frutas, para desespero da fiscalização da Prefeitura. Planos para recuperar a área nunca saíram das gavetas e a região do mercado promete ficar, anos a fio, do jeito que está hoje. Se não piorar.



O comércio da região oferece desde artigos populares a sofisticados



Os "chapas" ganham 30 cruzeiros por taco que descarregam



As sobras de cereais são recolhidas para consumo próprio ou revenda

classificação

fonte FSP data 26.4.83 página 10

conteúdo

assunto PATRIMÔNIO URBANO  
PATRIMÔNIO - RESTAURAÇÃO

manifestação

agente

forma

localização

## ✓ Prefeito decide reestruturar o Mercado Central

Reestruturar o Mercado Central foi a decisão tomada ontem pelo prefeito Altino Lima ao visitar e constatar o estado de abandono em que se encontra o local.

Durante a visita, realizada pela manhã, o prefeito mostrou-se indignado com a deterioração e péssimas condições dos sanitários e pátios de descarga, determinando providências imediatas à Administração Regional da Sé.

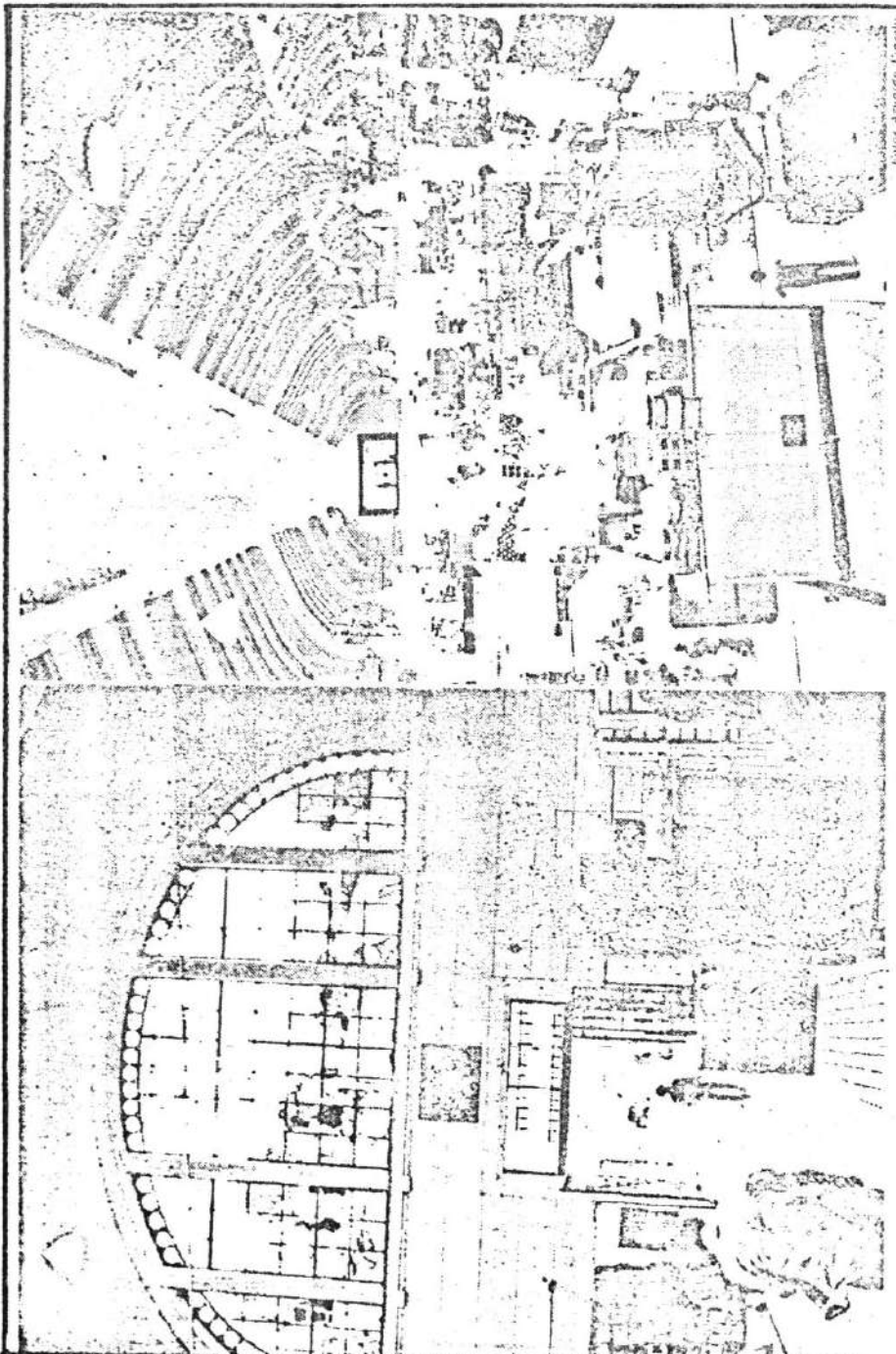
A tarde, o secretário das Administrações Regionais, Euripedes Sales, informou ter recomendado aos administradores dos 11 mercados municipais que adotem medidas práticas para "melhorar seu aspecto e o atendimento à população".

24

~~24~~

CONDEPHAAT	TÍTULO: O ESTADO DE SÃO PAULO MERCADÃO CONSERVA O PRESTÍGIO - I - PAG. 12      DATA 26/01/83.	DOCUMENTO Nº
------------	--	--------------

st-c



A cidade abriu outros entrepostos, mas o movimento do Mercado não caiu. E não é maior porque o estacionamento é difícil

**Mercadão conserva o prestígio**





25  
JK

CONDEPHAAT	<b>TÍTULO: O ESTADO DE SÃO PAULO</b> <b>MERCADÃO CONSERVA O PRESTÍGIO.</b> PAG. 12 DATA 06/07/82	- II - DOCUMENTO Nº
------------	--	------------------------

**ROSA ELEUTERIO**

Quando foi inaugurado, 50 anos atrás apenas "dois ou três" permissionários ocupavam os 13.600 m<sup>2</sup> de área construída do Mercado Central. Sem despertar grande interesse no início, sobretudo devido às dificuldades de acesso, uma vez que não havia qualquer condução ligando a várzea do Carmo aos bairros, foram necessárias algumas estratégias administrativas para garantir a sua ocupação total, dois anos mais tarde. Nesse período, as locações eram concedidas gratuitamente, e as taxas de aluguel reduzidas em 50%.

Hoje, com 341 boxes que comercializam 18 linhas de produtos, e empregando aproximadamente duas mil pessoas, o velho entreposto conta com a fidelidade diária de 6 mil clientes, número que duplica aos sábados engrossado inclusive por turistas estrangeiros. Todo esse movimento gera uma circulação de dinheiro "absolutamente impossível de precisar", garante o administrador Lellis Carli.

O mercado não se abalou nas últimas décadas quando a cidade ganhou inúmeros centros de abastecimento, como o Ceagesp, supermercados, varejões. Sua tradição de oferecer mercadorias diversificadas, abundantes e de qualidade, fez com que o movimento se mantivesse estável nesse período. Contrariando a visão de alguns setores da administração municipal, como o DSV (um antigo diretor propôs, em 1974, sua mudança do centro, como única forma de melhorar o trânsito na região), o velho mercado só não tem frequência maior devido à precariedade de estacionamento. Afinal, entre as histórias que seus comerciantes contam com orgulho estão as dos velhos frequentes que não abandonam o Mercado Central por nenhum outro centro de abastecimento, mesmo quando se mudam para locais distantes.

Na metade da década de 20, quando tinha pouco mais de 800 mil habitantes, a cidade de São Paulo era surpreendentemente pelo Mercado Novo — uma modesta construção em pavilhões de alvenaria cobertos por telhas coloniais, entre as ruas 25 de Março e General Carneiro. Seu abastecimento, diário, era feito pelas chácaras e sítios dos subúrbios a margem da Central do Brasil.

Construído para substituir o antigo Mercadinho, que foi na realidade, a primeira central de abastecimento da cidade, no início do século — um conjunto de casebres que funcionou até 1916 no Vale do Anhangabau, onde a falta de higiene "afugentava o europeu suscetível", segundo relatos da época.

**DANOS E RESTAURAÇÃO**

As obras do novo centro de abastecimento, que ficaria conhecido como "Mercado da Cantareira" ou "Mercado Central" foram iniciadas em 1928. Três anos depois o edifício de estilo neoclássico, projetado pelo escritório de Ramos de Azevedo — autor dos projetos do Teatro Municipal e do Palácio das Indústrias —, com 13.600 m<sup>2</sup> de área construída sobre um terreno de 22.146,89 metros, estava concluído. Antes de ser inaugurado, o prédio foi requisitado para servir de paiol às tropas que defendiam São Paulo na Revolução Constitucionalista, abrigando munição, armas e alimentação. Terminada a revolução, o importante edifício estava danificado e foi restaurado.

Em 25 de janeiro de 1933 quando ele entrou oficialmente em operação, dos 50 interessados em transferir-se para o novo mercado, apenas "dois ou três" o ocuparam efetivamente, na manhã seguinte. A falta de transportes até a região foi suficientemente forte para tornar pouco atraente o grande edifício destinado a abastecer a cidade, que já estava com um milhão de habitantes. As facilidades de arrendamento e aluguel dos boxes, adotadas para combater esse desinteresse, deram resultados dois anos mais tarde. Seis anos depois, a Prefeitura criava as primeiras linhas de bonde passando pelo local: Penha—General Carneiro; Tamandaré—Estação da Luz; e Bresser—General Carneiro.

E foi implantada uma novidade, nessa época: o bonde *Cara-de-pau*, que transportava apenas comerciantes e suas mercadorias, não atendendo aos demais usuários. Este foi um grande incentivo para a consolidação do novo centro de abastecimento. Na década seguinte foi aberta nova linha importante, ligando o Mercado à Casa Verde. Outras se sucederam, até a transformação do Parque D. Pedro II em terminal de ônibus, bem mais recente. Essas medidas foram, aos poucos, mudando as características do cliente comum do Mercado Central. Se no início eram basicamente feirantes e donos de armazéns, aos poucos se foram mesclando moradores do centro e das regiões ligadas a ele por transporte, como as das zonas Norte e Leste.

É uma clientela tratada pessoalmente, e disso se orgulha muito Lellis Carli. Há seis anos administrador do mercado: "Os frequentes podem experimentar qualquer produto nosso, antes de se decidir desde frutas até queijos ou conservas importados. Ao contrário dos super-

Além dos tradicionais boxes de frutas, verduras e legumes, aves e ovos, acouques, peixaria e casas de vísceras, o Mercado Central tem ainda laticínios, tabacaria, flores e pastas, massas, lanchonetes e café moído que o tornam um dos mais bem sortidos do mundo, totalizando mais de 300 produtos em disponibilidade.

Além de empregar 680 carregadores contratados como autônomos, e pessoalmente vigiados pelo administrador, que os pune sempre que se envolvem em desordem — com penas que vão da advertência ao afastamento e cassação da licença —, o Mercado tem ainda cerca de mil funcionários para serviços gerais, burocráticos e de vigilância.

**TOLERÂNCIA E PROTEÇÃO**

Ao contrário do que acontecia há poucos anos, na nova administração os "catadores" são tratados com tolerância e até protegidos contra arruaceiros e marreiros. Diariamente, cerca de 60 pessoas — moradores na zona Leste, na quase totalidade dividem-se em dois turnos — das 4 às 13 horas, e das 11h30 às 16 horas — recolhendo todo o material jogado no "caminhão de colheita" pelos comerciantes, e dos quais aproveitam em boas condições cerca de 30% de tudo o que é considerado impróprio para o comércio.

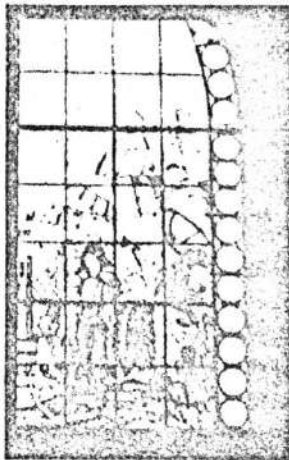
Lellis Carli refere-se a eles familiarmente: "Eu os defendo, socorro e protejo. Com a inflação que está afetando, entendo que lhes devo dar apoio. É melhor estarem aqui do que roubando ou se prostituindo em outros locais". Ele fala, ainda, com entusiasmo, da diminuição dos roubos e desentendimentos até algum tempo frequentes, "porque quando o movimento cai, os carregadores apelam para a bebida e se descontrolam". E, entusiasmado com seu trabalho, exibe um diário no qual anota, desde que assumiu a administração, todas as ocorrências importantes que presenciou: brigas, reformas, enchentes.

Aliás, esse é um assunto que poucos gostam de tratar. Lellis e os comerciantes não se esqueceram daquela de 1966, "quando tínhamos uma pilha de oito metros de produtos estragados que deixaram milhares de prejuízos". Ele prefere falar de coisas interessantes e exibe "um documento que ninguém possui", uma planta original do edifício, que mostra os belos jardins ocupados hoje por patios de descarga e estacionamento, e que no rodapé direito tem algumas anotações importantes de informações obtidas por ele através de pesquisas. Uma delas diz que o terreno, de 22.146,89 metros, foi doado por Martin Afonso de Souza à gente de São Paulo, "benefício que



# Mercadão conserva o prestígio

26  
28



## Os vitrais, uma raridade

O Mercado Central da cidade também aniversariou ontem. Fez 50 anos. Esse fato não teria a menor importância e sequer mereceria um simples registro em jornal se o Mercado Central não estivesse ligado à história política de São Paulo. E se não estivesse relacionado com a pesquisa e reprodução de uma época e até mesmo de um ciclo econômico, por intermédio dos seus vitrais.

Vitrais que foram encomendados pelo sexto prefeito do Município de São Paulo, José Pires do Rio (16.1.1926 a 23.10.1930), ao escritório de Ramos de Azevedo, que projetara o prédio e de quem Conrado Sörgenicht Filho era amigo. Foi certamente essa amizade, aliada ao conhecimento que Ramos de Azevedo tinha das qualidades artísticas de Conrado, que determinou a entrega da realização dos vitrais a esse cidadão.

O artista teve o cuidado de examinar os desenhos representativos da realidade rural de São Paulo para reproduzi-la em seu notável trabalho. Sob seus olhos passaram desenhos relativos à pecuária de corte, à colheita do café, ao plantio de bananas, legumes e hortaliças e às granjas de aves e ovinos. O resultado foi a reprodução figurativa de toda uma época, pesquisada durante anos no interior do Estado, possibilitando a Conrado Sörgenicht Filho construir os 55 vitrais que ornaram o Mercado Central e são um verdadeiro patrimônio da cidade.

Esse patrimônio esteve durante muito tempo ameaçado. Primeiro pela solidadesca que lá esteve alojada durante as obras e que se divertia praticando tiro ao alvo na cabeça das figuras desenhadas nos vitrais, o que obrigou o artista a mais dois meses de trabalho para deixar outra vez as peças em ordem antes da inauguração em 1933.

Depois juntaram-se a incompreensão e a irresponsabilidade dos próprios ocupantes do Mercado, que faziam suas festas juninas soltando bombas dentro do prédio e abalando os vitrais. Houve época em que um terreno baldio fora transformado em campo de futebol, bem ao lado do Mercado, e as pessoas que jogavam não tinham a menor preocupação pelo seu patrimônio artístico.

A morte de Ramos de Azevedo não interferiu no trabalho de Conrado, pois o engenheiro Arnaldo Du Mont Vilares e o arquiteto Ricardo Severo continuaram apoiando a execução da obra, cujas peças, ao contrário do que durante muito tempo foi crença geral, não vieram da Alemanha, mas foram construídas na Casa Conrado de propriedade do próprio artista que há três anos esciarcia a este jornal que também todo o material de acabamento (pisos, revestimento das colunas em lajotas cerâmica) foi aqui fabricado. Os vitrais do Mercado merecem toda a atenção do Poder Público porque são de valor inestimável, preservam parte da história de uma época, são um patrimônio dos paulistas e paulistas.

### ROSA ELEUTÉRIO

Quando foi inaugurado, 50 anos atrás, apenas "dois ou três" permitidos ocupavam os 13.600 m<sup>2</sup> de área construída do Mercado Central. Sem despertar grande interesse no início, sobretudo devido à dificuldade de acesso, uma vez que não havia qualquer condução ligando o várzea do Carmo aos bairros, foram necessárias algumas estratégias administrativas para garantir a sua ocupação logo dois anos mais tarde. Nesse período as locações eram concedidas gratuitamente e as taxas de aluguel reduzidas em 50%.

Hoje, com 341 boxes que comercializam 18 linhas de produtos, e empregando aproximadamente duas mil pessoas, o velho entreposto conta com a fidelidade diária de 6 mil clientes, número que duplica aos sábados engrossado inclusive por turistas estrangeiros. Todo esse movimento gera uma circulação de dinheiro "absolutamente impossível de precisar", garante o administrador Lellis Caril.

O mercado não se abalou nas últimas décadas, quando a cidade ganhou inúmeros centros de abastecimento, como o Ceagesp, supermercados varejões. Sua tradição de oferecer mercadorias diversificadas, abundantes e de qualidade, fez com que o movimento se mantivesse estável nesse período. Contrariando a visão de alguns setores da administração municipal, como o DSV (um antigo diretor propôs, em 1974, sua mudança do centro, como única forma de melhorar o trânsito na região), o velho mercado só não tem frequência maior devido à precariedade de estacionamento. Afinal, entre as histórias que seus comerciantes contam com orgulho estão as dos velhos fregueses que não abandonam o Mercado Central por nenhum outro centro de abastecimento, mesmo quando se mudam para locais distantes.

Na metade da década de 20, quando tinha pouco mais de 800 mil habitantes a cidade de São Paulo era suprida precariamente pelo Mercado Novo — uma modesta construção em pavilhões de alvenaria cobertos por telhas coloniais, entre as ruas 25 de Março e General Carneiro. Seu abastecimento, diário, era feito pelas chácaras e sítios dos subúrbios à margem da Central do Brasil.

Construído para substituir o antigo Mercadinho, que foi, na realidade, a primeira central de abastecimento da cidade, no início do século — um conjunto de casebres que funcionou até 1916 no Vale do Anhangabaú, onde a falta de higiene "afugentava o europeu suscetível", segundo relatos da época — o Mercado Novo acabou vencido pela avidez do crescimento urbano.

### DANOS E RESTAURAÇÃO

As obras do novo centro de abastecimento, que ficaria conhecido como "Mercado da Cantareira", ou "Mercado Central", foram iniciadas em 1928. Três anos depois o edifício de estilo neoclássico, projetado pelo escritório de Ramos de Azevedo — autor dos projetos do Teatro Municipal e do Palácio das Indústrias —, com 13.600 m<sup>2</sup> de área construída sobre um terreno de 22.148,89 metros estava concluído. Antes de ser inaugurado, o prédio foi requisitado para servir de paiol às tropas que defendiam São Paulo na Revolução Constitucionalista, abrigando munição, armas e alimentação. Terminada a revolução, o importante edifício estava danificado e foi restaurado.

Em 25 de janeiro de 1933, quando ele entrou oficialmente em operação, dos 50 interessados em transferir-se para o novo mercado, apenas "dois ou três" ocuparam efetivamente, na manhã seguinte. A falta de transportes até a região foi suficientemente forte para tornar pouco atraente o grande edifício destinado a abastecer a cidade, que já estava com um milhão de habitantes. As facilidades de arrendamento e aluguel dos boxes, adotadas para combater esse desinteresse, deram resultados dois anos mais tarde. Seis anos depois a Prefeitura criava as primeiras linhas de bonde passando pelo local Penha—General Carneiro, Tamandaré—Estação da Luz, e Bresser—General Carneiro.

E foi implantada uma novidade, nessa época o bonde Cara-de-pau, que transportava apenas comerciantes e seus mercadores, não atendendo aos demais usuários. Este foi um grande incentivo para a consolidação do novo centro de abastecimento. Na década seguinte foi aberta nova linha importante, ligando o Mercado à Casa Verde. Outras se sucederam, até a transformação do Parque D. Pedro II em terminal de ônibus, bem mais recente. Essas medidas foram, aos poucos, mudando as características do cliente comum do Mercado Central. Se no início eram basicamente feirantes e donos de armazéns, aos poucos se foram mesclando moradores do centro e das regiões ligadas a ele por transportes, como as das zonas Norte e Leste.

É uma clientela tratada pessoalmente, e disso se orgulha muito Lellis Caril, há seis anos administrador do mercado: "Os fregueses podem experimentar qualquer produto nosso, antes de se decidir desde frutas até queijos ou conservas importados. Ao contrário dos supermercados, não temos embalagens fechadas. Nosso cliente sabe o que compra."

Além dos tradicionais boxes de frutas, verduras e legumes, aves e ovos, açougues, peixaria e casas de vísceras, o Mercado Central tem, ainda, laticínios, tabacaria, flores e passarinhos, massas, lanchonetes e café moído, que o tornam um dos mais bem sortidos do mundo, totalizando mais de 300 produtos em disponibilidade.

Além de empregar 680 carregadores contratados como autônomos e pessoalmente vigiados pelo administrador que os pune sempre que se envolvem em desordem — com penas que vão de advertência ao afastamento e cassação da licença —, o Mercado tem ainda cerca de mil funcionários para serviços gerais, burocráticos e de vigilância.

### TOLERÂNCIA E PROTEÇÃO

Ao contrário do que acontecia há poucos anos, na nova administração os "catadores" são tratados com tolerância e até protegidos contra arruelões e marretelões. Diariamente, cerca de 60 pessoas — moradores na zona Leste, na quase totalidade, dividem-se em dois turnos — das 4 às 12 horas, se abastecem. Eles recolhem todo o material jogado no "caminhão de coleta" pelos comerciantes, e dos quais aproveitam em boas condições cerca de 30% de tudo o que é considerado impróprio para o comércio.

Lellis Caril refere-se a eles familiarmente: "Eu os defendo, socorro e protejo. Com a inflação que está aí, entendo que lhes devo dar apoio. É melhor estarem aqui do que roubando ou se prostituindo em outros locais". Ele fala ainda com entusiasmo na diminuição dos roubos e de sentenças, até algum tempo freguentíssimas, "porque quando o movimento cal, os carregadores apertam para a bebida, e se descontrolam". É, entusiasmado com seu trabalho, exibe um diário no qual anota, desde que assumiu a administração, todas as ocorrências importantes que presenciou: brigas, reformas, enchentes.

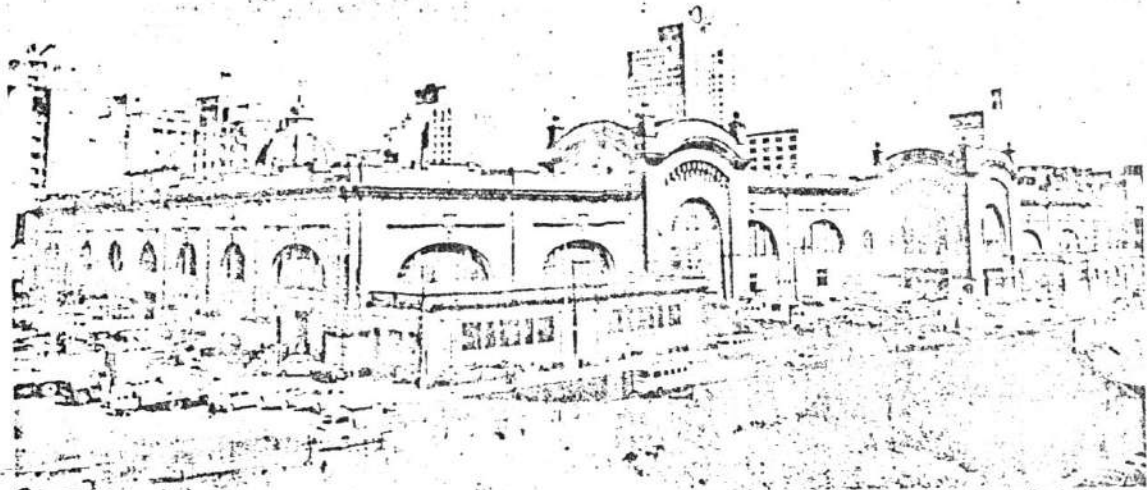
Ahã, esse é um assunto que poucos gostam de tratar. Lellis e os comerciantes não se esqueceram da queda de 1966, "quando tínhamos uma pilha de oito metros de produtos estragados que deixaram milhões de prejuízos". Ele prefere falar de coisas interessantes e exibe "um documento que ninguém possui": uma planta original do edifício que mostra os beios jardins ocupados hoje por pátios de descarga e estacionamento, e que no rodapé direito tem algumas anotações importantes de informações obtidas por ele, através de pesquisas. Uma delas diz que o terreno, de 22.148,89 metros, foi doado por Martin Afonso de Souza à gente de São Paulo, "benefício que foi confirmado por Carta de Sesmaria, de D. Rodrigo César de Menezes, em 25 de março de 1924".

classificação  
fonte ESP  
assunto  
manifestação  
agente  
forma  
localização

Universidade  
Faculdade  
Cesad Ce  
Arquivo

Fonte e Fornecimento de Dados





O Mercado Central de São Paulo, que deverá passar por reformas internas e externas a partir do próximo ano, após autorização do Condephaat

# Reforma pode mudar características do Mercado Central após final do ano

Da Reportagem Local

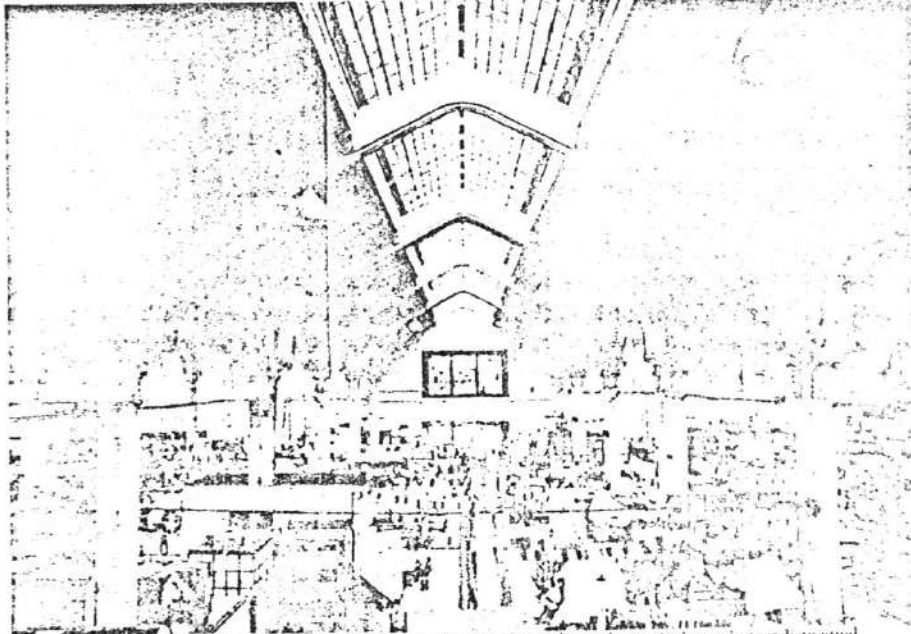
Este pode ser o último final de ano para conhecer o Mercado Central de São Paulo dentro de suas características originais, deterioradas pelo tempo. Sem ainda ter consultado o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), a Prefeitura planeja a restauração do edifício. Acreditando que não sofrerá resistências do órgão estadual, a quem compete autorizar qualquer reforma na construção, a Secretaria Municipal do Abastecimento, que administra o mercado, já está licitando as obras para 1968.

Embora o mercado não seja um patrimônio tombado, fica situado a 300 metros do Palácio das Indústrias (no parque Dom Pedro 2º, centro da cidade), um imóvel protegido pelo Estado. Por estar na área de outra construção tombada, não pode sofrer intervenções sem o consentimento do Condephaat. Nos planos da Prefeitura estão a alteração e a introdução de novos equipamentos, que no final pretendem transformar o velho mercado em uma espécie de shopping center com o charme do passado.

Projetado pelo escritório do arquiteto Ramos de Azevedo durante a década de 20 e inaugurado em 1933, o edifício é um marco do estilo arquitetônico eclético da economia cafeeira. Entre as inovações que poderá receber, as mais imediatas serão grades com quase dois metros de altura, que cercarão suas áreas próximas. Mas o mercado não muda só na forma. Também o conteúdo está na mira dos reformadores. O comércio semi-atacadista deve ser transferido para outros pontos de armazenamento da Prefeitura a partir de março, restando no local apenas as bancas que vendem produtos no varejo.

### Restauração dos vitrais

Seguindo a política de tentar associar-se com a iniciativa privada para empreender melhorias públicas, a Prefeitura espera contar com C\$ 800 milhões vindos dos próprios comerciantes que operam no mercado. Por enquanto, há apenas a previsão de que ela mesma deverá gastar C\$ 200 milhões no projeto. As maiores despesas previstas serão para evitar as goteiras do telhado que cobre os cerca de 14 mil metros quadrados de área construída. Ainda na cobertura, será implantada iluminação especial para as duas abóbodas da construção.



A parte interna do mercado, na qual haverá venda a varejo, em lugar do comércio semi-atacadista atual



(1) mercado, próximo ao pq. D. Pedro

trabalho, pelo critério da notória especialização. Desta vez — a quarta desde a abertura do mercado —, a Prefeitura espera que a restauração seja mais durável, pois os vitrais serão protegidos por telas metálicas. As grades externas começam a ser colocadas já no início do ano. Com elas, pretende-se ampliar o espaço fechado para estacionamento, já que

que circulam pelo mercado são insuficientes diante do movimento causado pelas quase 20 mil pessoas que frequentam o local a cada dia.

### Fregueses conhecidas

Desde sua inauguração, o mercado atrai apreciadores de iguarias. Os grandes restaurantes da cidade têm em comum o fato de se servirem de suas surpresas. Nozes europeias e norte-americanas, avelãs argentinas, passas chilenas e li-chiãs que vieram da China para serem plantadas no interior do Estado são as atrações especiais oferecidas nesta época de festas obrigatórias. Mas há também os artigos encontrados o ano todo, escondidos entre as bancas de alimentos, que se especializaram no paladar do freguês.

Peixes para o sushi, temperos orientais ou azeitonas e azeites espanhóis são oferecidos em um burburinho de feira livre. O comerciante de fumos Rizzi João Bruno, 73, que se estabeleceu no mercado já no seu primeiro ano de funcionamento personalizado, afirma ser este o segredo

Brasil todo", o prefeito de Curitiba (PR), Roberto Requeno, e afirma que alguns deles o acompanham desde que adquiriu a banca. Esta fidelidade de meio século, para ele, e prova de duas coisas: o fumo de corda é menos mal que o industrializado e a concorrência dos supermercados não irá acabar com os negócios Mercado Central. Nisto também acredita Mário Haga, 69, que silenciosamente repete todos os dias movimentos quase rituais com o cuidado de sua banca de secos molhados há 54 anos.

Em véspera de mudanças, antigos comerciantes lembram tempos também agitados, quando periodicamente o local era inundado pelo rio Tamanduaí. Problema resolvido com a retificação do leito em 1966. Outros vão mais longe e recordam que em 1932, durante a inauguração, aquele era de armas e equipamentos e muitos dos aviões de São Paulo estavam na Revolução Constitucionalista. São eles que desvendam o mistério de o mercado anexo, especializ-







Do	Número	Ano	Rubrica
----	--------	-----	---------

Para protocolar

17/06/88

Therese De Katnizky

Therese Katnizky K e Pielesz  
Diretor. de ... Subst.º





Do	Número	Ano	Rubrica
GUICHÊ	257	88	

INTERESSADO: SILVIA BEATRIZ SANTANA AMORIM

ASSUNTO : Estudo de tombamento do Edifício do Mercado Municipal e duas outras construções sito à Rua da Cantareira nº 316/390 - Capital.

Ao arquiteto Flávio Moraes  
para manifestação  
S.T.C.R., 23 / 06 / 88.

Temos recebido o parecer do Sr. Flávio Moraes, arquiteto, em 23/06/88.





Do	Número	Ano	Rubrica
GUICHÊ	257	88	

INTERESSADO: SILVIA BEATRIZ SANTANA AMORIM

ASSUNTO : Estudo de tombamento do edifício do Mercado Municipal e duas outras construções sito à Rua da Cantareira nº 316/390 - Capital.

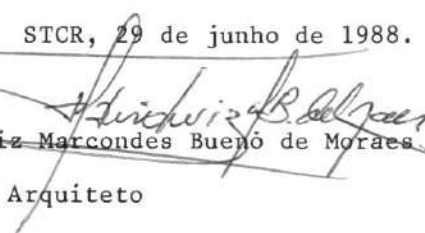
Senhora Diretora Técnica

Trata-se o presente guichê, de uma solicitação para abertura de estudos para tombamento do edifício sede do Mercado Municipal de São Paulo, projeto do arquiteto Ramos de Azevedo.

O material em anexo, constituído pela interessada Silvia Beatriz Santana Amorim, estagiária de arquitetura neste CONDEPHAAT, configura-se satisfatório para um exame do Egrégio Colegiado. Soma-se a isso o fato de que nossa posição é favorável a um aprofundamento dos estudos do edifício, com o objetivo de caracterizar a sua tipologia, em relação aos padrões similares presentes na sua época de construção, assim como poderá nos propiciar relacionar o mesmo com a extensa obra do arquiteto, algumas delas já reconhecidas de valor cultural e tombadas por este CONDEPHAAT.

Vale destacar ainda a possibilidade de inserir dentro do panorama histórico da cidade a importância que tal edifício sustentou nos anos e situar no espaço do desenvolvimento da cidade os agentes que interferiram e possibilitaram ao aparecimento do edifício dessa natureza.

STCR, 29 de junho de 1988.

  
Flávio Luiz Marcondes Bueno de Moraes

Arquiteto



À Presidência

Para análise pelo Colegiado

*Tereza de Katinsky*  
Tereza Katinsky de K. e Pielasz  
Diretora do Serv. Téc. Subst.

ao Sr. Conselheiro

EDMILSON TENOCO JÚNIOR

para relatar

S. Paulo 15 / 08 / 88

*[Handwritten signature]*

~~\_\_\_\_\_~~  
~~\_\_\_\_\_~~

Juntada

Segue \_\_\_\_\_ juntada \_\_\_\_\_ nesta data, Documento \_\_\_\_\_ / Folha \_\_\_\_\_ de Informação rubricada

sob n.º \_\_\_\_\_

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

Assinatura

~~\_\_\_\_\_~~  
~~\_\_\_\_\_~~







Do

Número

Ano

Rubrica

Senhor Presidente

Ao ratificar o parecer do arquiteto Flávio L.M.B. Moraes, à folha 31, favorável ao aprofundamento dos estudos sobre o Edifício, cabem duas observações que se somam e reforçam a sua argumentação:

1- O Mercado da Cidade, quando ganha singularidade, ultrapassa a sua função extrita de equipamento urbano e ganha um valor simbólico de tal envergadura que passa a caracterizar-se como elemento arquétípico da cidade.

É o caso do nosso, de São Paulo, que acabou dando nome à região em que se implanta, (Zona do Mercado), numa evidência de extrapolação da sua função original, o que por si só justificaria o aprofundamento do estudo.

2 - É de se louvar o fato de uma estagiária deste Condephaat ter a dupla clareza de, primeiro perceber a importância do edifício para a cidade, e, com esta sensibilidade, dar consequência maior às pesquisas que vinha realizando. Ao tomar a iniciativa de solicitar a abertura de processo de tombamento, a estagiária de arquitetura Silvia Beatriz, inicia precocemente a sua contribuição profissional à Cidade.

EDNELSON TINOCO JUNIOR

33  
/ 2

Do	Número	Ano	Rubrica
P. CONDEPHAAT	26.339	88	

INT.: SILVIA BEATRIZ SANTANA AMORIM

ASS.: Estudo de tombamento do edifício do mercado Municipal e duas outras construções sito à Rua da Cantareira, n.ºs. 316/390- Capital.

SÍNTESE DE DECISÃO DO EGRÉGIO COLEGIADO  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE AGOSTO DE 1988

ATA Nº 805

O Egrégio Colegiado aprovou por unanimidade o parecer do Conselheiro Edmilson Tinoco Junior favorável à abertura do processo de estudo de tombamento ao Edifício do Mercado Municipal e das duas construções sito à Rua da Cantareira n.ºs. 316 e 390, nesta Capital.

1. À SA para atuar;
2. Ao GP para officiar;
  - às autoridades competentes,
  - à proponente,
  - ao proprietário.
3. Ao STCR para prosseguir os estudos.

GP/CONDEPHAAT, 30 de agosto de 1988.

  
PAULO DE MELLO BASTOS

Presidente



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

CONDEPHAAT

Ofício GP-1129/88  
Processo 26.399/88


São Paulo, 30 de agosto de 1988.

Senhor Prefeito

Vimos através deste notificar a Vossa Excelência que o Egrégio Colegiado do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT, em sua sessão ordinária de 29/08/88, Ata nº805, deliberou aprovar por unanimidade a abertura do processo de estudo de tombamento do edifício do Mercado Municipal e das duas construções situadas a Rua da Cantareira nºs. 316 e 390, nesta Capital.

Cumpre-nos também informar que o referido bem cultural tem assegurada a sua preservação, conforme reza o artigo 142, parágrafo único, e 146 do Decreto Estadual nº 13.426, de 16/03/79. O eventual infrator do mencionado dispositivo incorrerá nas sanções previstas no artigo 166 do Código Penal Brasileiro. Como consequência, qualquer intervenção em termos de modificação, reforma ou destruição deverá ser precedida de autorização do CONDEPHAAT a fim de evitar eventual descaracterização.

Valemo-nos da oportunidade para apresentar nossos protestos da mais alta estima e consideração.

  
PAULO DE MELLO BASTOS  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
Doutor JANIO DA SILVA QUADROS  
DD. Prefeito Municipal de São Paulo







SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

CONDEPHAAT

Ofício GP-1127/88  
Processo 26.399/88

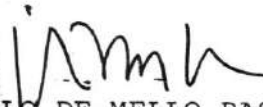
São Paulo, 30 de agosto de 1988.

Senhor Diretor

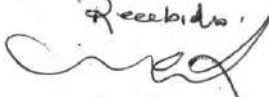
Vimos através deste dar ciência à Vossa Senhoria, que o Egrégio Colegiado do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT, em sua sessão ordinária de 30/08/88, Ata nº 805, deliberou aprovar por unanimidade a abertura do processo de estudo de tombamento do edifício do Mercado Municipal e das duas construções sito à Rua da Cantareira nºs. 316 e 390, nesta Capital.

Cumpre-nos também informar que o referido bem cultural tem assegurada a sua preservação, conforme reza o artigo 142, parágrafo único, e 146 do Decreto Estadual nº 13.426, de 16/03/79. O eventual infrator do mencionado dispositivo incorrerá nas sanções previstas no artigo 166 do Código Penal Brasileiro. Como consequência, qualquer intervenção em termos de modificação, reforma ou destruição, deverá ser precedida de autorização do CONDEPHAAT a fim de evitar eventual descaracterização.

Valemo-nos da oportunidade para apresentar nossos protestos de estima e consideração.

  
PAULO DE MELLO BASTOS  
Presidente

Ilmo. Senhor  
Doutor CESAR DE ARRUDA CASTANEO

Recebido  






SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

CONDEPHAAT

Ofício GP - 1130/88

P.CONDEPHAAT- 26.339/88

São Paulo, 30 de agosto de 1988.

Senhor Delegado

Vimos através deste dar ciência à Vossa Senhoria, que o Egrégio Colegiado do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT, em sessão ordinária de 29/08/88, Ata nº 805, deliberou aprovar por unanimidade a abertura do processo de estudo de tombamento do edifício do mercado Municipal e das duas construções situadas à Rua da Cantareira nºs. 316 e 390, nesta Capital.

Cumpre-nos também informar que o referido bem cultural tem assegurada a sua preservação, conforme reza o artigo 142, parágrafo único, e 146 do Decreto Estadual nº 13.426 de 16/03/79. O eventual infrator do mencionado dispositivo incorrerá nas sanções previstas no artigo 166 do Código penal Brasileiro. Como consequência, qualquer intervenção em termos de modificação, reforma ou destruição deverá ser precedida de autorização do CONDEPHAAT a fim de evitar eventual descaracterização.

Valemo-nos da oportunidade para apresentar nossos protestos de estima e consideração.

  
PAULO DE MELLO BASTOS

Presidente

Ilmo Senhor

do Distrito Federal





SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

CONDEPHAAT

Ofício GP - 1128/88

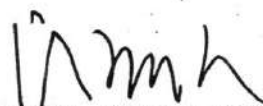
P.CONDEPHAAT- 26.339/88

São Paulo, 30 de agosto de 1988.

Senhora Proponente

Vimos através deste dar ciência à Vossa Senhoria, que o Egrégio Colegiado do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT, em sessão ordinária de 29/08/88, Ata nº 805, deliberou - aprovar por unanimidade a abertura do processo de estudo de tombamento do edifício do Mercado Municipal e das duas construções situadas à Rua da Cantareira nºs. 316 e 390, nesta Cidade.

Valemo-nos da oportunidade para apresentar nossos protestos de estima e consideração.

  
PAULO DE MELLO BASTOS

Presidente

Ilma Senhora

Arqtª SILVIA BEATRIZ SANT'ANA AMORIM







Do	Número	Ano	Rubrica
CONDEPHAAT	26399	88	

INT: SILVIA BEATRIZ SANTANA AMORIM

ASS: Estudo de tombamento do edifício do Mercado Municipal e duas outras construções sito à Rua: da Cantareira, N.ºs. 316/390 - Capital.

Ao Arquiteto \_\_\_\_\_  
para manifestação \_\_\_\_\_  
S.T.C.R., \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

São Paulo, 02 de setembro de 1988.

Of. nº 631/88 - PGJ/CMA  
Pt. nº 320/88

**SENHOR PRESIDENTE:**

Visando instruir o protocolado em epígrafe e com fundamento na Lei nº 7347/85, tenho a honra de me dirigir a Vossa Senhoria, tendo em vista o equívoco de dados constante do ofício nº 607/88 - PGJ/CMA, de 19/08/88, para solicitar o envio de informações sobre eventual autorização desse r. órgão, para as obras de reforma do MERCADO MUNICIPAL, a serem efetuadas pela Municipalidade de São Paulo.

Solicito, outrossim, informações sobre eventual abertura de processo de tombamento do referido mercado, enviando-se, se o caso, cópias do respectivo processo administrativo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria os meus protestos de real estima e distinta consideração.

**ANA LUCIA MOREIRA BORGES COSTA ALVES LIMA**  
Promotora de Justiça  
Curadora do Meio Ambiente da Capital

Ilustríssimo Senhor  
Dr. **PAULO DE MELLO BASTOS**  
DD. Presidente do CONDEPHAAT





SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

CONDEPHAAT

Ofício GP-1149/88

São Paulo, 02 de setembro de 1988.

Senhora Curadora

Em atenção à solicitação de Vossa Excelência, encaminhamos para as doutas providências dessa Curadoria, cópias xerografadas dos documentos relativos ao Mercado Municipal, situado à Rua da Cantareira, nesta Cidade, a saber:

- Anexo 1 - Ata nº 778;
- Anexo 2 - Síntese de Decisão;
- Anexo 3 - Ofício GP-288/88;
- Anexo 4 - Parecer do STCR - Arquitº Flávio Luiz Marcondes B. de Moraes, favorável à abertura do processo de estudo de tombamento do referido Mercado;
- Anexo 5 - Parecer do Conselheiro-Relator, Arquitº Edmilson Tinoco Júnior, também favorável ao citado estudo;
- Anexo 6 - Síntese de Decisão de 29/08/88;
- Anexo 7 - Notificações às autoridades competentes.

Valemo-nos da oportunidade para renovar à Vossa Excelência nossos protestos de estima e consideração.

  
PAULO DE MELLO BASTOS  
Presidente

Exma. Sra.

Dra. ANA LÚCIA MOREIRA BORGES COSTA ALVES LIMA  
DD. Curadora do Meio Ambiente da Capital

Em Mãos





Ao STCR já se prosseguir  
os estudos com vistas ao  
tombramento do sítio para  
sua gestão.

Ceará, 27/10/88

Judith Monari

JUDITH MONARI  
Diretora Técnica  
CONDEPHAAT



41/11

Do	Número	Ano	Rubrica
P. CONDEPHAAT	26399	88	

INTERESSADO: SILVIA BEATRIZ SANTANA AMORIM

ASSUNTO : Estudo de tombamento do edifício do Mercado Municipal e duas outras construções sito à Rua da Cantareira nºs 316/390 - Capital.

Ao Arquiteto Flávio Moraes  
para manifestação  
S.T.C.R., 28/10/88

*Raphael Gendler*

RAPHAEL GENDLER  
Agente Serv. Civil





Prefeitura do Município de São Paulo  
Secretaria Municipal de Abastecimento - SeMab

DEPARTAMENTO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO - SEMAB-AD

São Paulo, 05 de Marco de 1989

Ofício nº 013/AD-DA/89

MLGS/ramn

Senhor Presidente,

Tendo assumido recentemente a Diretoria de SEMAB-AD, na qual recai a responsabilidade pela conservação e manutenção dos edifícios ocupados por Mercados Municipais, e em vistoria ao Mercado Municipal Central, tivemos a oportunidade de constatar problemas graves nas colunas de sustentação da cobertura principal em virtude da obstrução dos condutores de águas pluviais, os quais são embutidos nas referidas colunas.

Assim sendo, solicitamos a Vossa Excelência, apoio e orientação da Secretaria de Estado da Cultura - CONDEPHAAT, através do seu Departamento de Patrimônio Histórico, D.P.H., no sentido de tomarmos as providências necessárias. Valemo-nos da oportunidade para apresentar nossos protestos de estima e consideração.

  
MARIO LUCIO GOULART SIQUEIRA  
ENGENHEIRO  
Diretor do Departamento  
SEMAB - AD

Excelentíssimo Sr.  
Profº AUGUSTO H. VAIRO TITARELLI  
D.D. Presidente da CONDEPHAAT  
São Paulo - S.P.







43


Do	Número	Ano	Rubrica
OFÍCIO 013/AD-DA		89	

INT.: DEPARTAMENTO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO - SEMAB-AD  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO

ASS.: Solicita apoio e orientação referente a problemas graves nas colunas de sustentação da cobertura do Mercado Municipal Central

1. À SA para juntar ao respectivo processo.
2. Ao STCR para entrar em contato com o interessado, para atender a solicitação pleiteada.

GP/CONDEPHAAT, 11 de abril de 1989.

  
AUGUSTO HUMBERTO VAIRO TITARELLI  
Vice-Presidente em exercício

/ds





Do	Número	Ano	Rubrica
P. CONDEPHAAT	26399	88	

INT: SILVIA BATRIZ SANTANA AMORIM

ASS: Estudo de tombamento do edifício do Mercado Municipal e duas outras construções sito à Rua: da Cantareira, n.ºs. 316/390 Capital.

Ao arquiteto

*Flávio Moraes*

para manifestação

S.T.C.R.,

*20/4/89*

*Raphael Gendler*

RAPHAEL GENDLER

Agente Serv. Civil

*À Sua Diretora Técnica*

*Estivemos na data de ontem 16/05, em visita ao Mercado Central conjuntamente com técnico da Prefeitura Municipal, quando pudemos constatar o fato decorrente da deterioração das colunas causada pelo mau escoamento de águas pluviais na cobertura do edifício.*

*Nesta oportunidade pudemos prestar esclarecimentos a aquele técnico (Sr. Nelson) sobre procedimentos*



usará este CONDEPHADT em caso desta natureza.

Diante do acima exposto, recomendamos o curso deste processo a ser de S.A. para aguardar documentação técnica a ser enviada pela Prefeitura para encontrar uma solução técnica adequada aos problemas detectados, como pudemos informar ao Sr. Nelson.

Após ~~se~~ concretizar estes fatos, solicitamos o retorno deste processo para este S.T.C.R. para continuação aos estudos de tombamento. Não mais temo a acrescentar.

STOR, 17 de maio de 1989.

~~Flávio Luiz~~  
FLÁVIO LUIZ MARQUES BOENO DE MORAES  
ARQUITETO.

Juntada

Segue \_\_\_\_\_ juntada \_\_\_\_\_ nesta data, Documento \_\_\_\_\_ / Folha \_\_\_\_\_ de Informação rubricada

sob n.º \_\_\_\_\_

Em \_\_\_\_\_

de \_\_\_\_\_

de 19 \_\_\_\_\_

Assinatura





45



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
GABINETE DO PREFEITO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO

RECEBI  
CONDEPHAAT 15.9.88

Conceder as prorrogações  
respetivas  
SP. 12/05/89  
[Signature]

A Municipalidade de São Paulo, tendo sido notificada por meio do Ofício GP-1129/88 (processo nº 26399/88) da abertura do processo de estudo de tombamento do edifício do Mercado Municipal e das construções situadas na Rua da Cantareira nºs. 316 e 390, vem com base no artigo 193, "caput", do Decreto Estadual nº 13426, de 16 de março de 1979, apresentar sua impugnação ao aludido tombamento, pelas razões de fato e direito que, a seguir, passa a expor:

1 - Conforme noticiado, pretende esse Colendo órgão tomar os próprios municipais acima especificados, para fins de submetê-los ao natural regime jurídico de proteção e preservação decorrente desta particular espécie de ato administrativo.

2 - "Data maxima venia", não pode esta Municipalidade aquiescer com tal pretensão visto que afronta dispositivo constitucional que resguarda, de forma plena, a autonomia e soberania dos Municípios (art.15, da Constituição Federal). Com efeito a administração dos bens públicos municipais e, por conseguinte, a natural preservação de seu valor histórico é medida que compete, exclusivamente, ao Chefe do Executivo Municipal, que não pode em nenhuma perspectiva ser tolhida ou usurpada por decisões administrativas de outros entes que integram a Federação.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
GABINETE DO PREFEITO

- 2 -

De plano, pois, se deve ter por rejeitada a pretensão que ensejou a instauração do presente procedimento.

3 - Não bastasse a questão de Direito supra invocada, outras razões existem in casu a tornar descaído o pretendido ato de tombamento.

Com efeito, visando já a preservação histórica dos próprios municipais em apreço, a Egrégia Câmara Municipal de São Paulo fez a aprovar em 02 de dezembro de 1975 a Lei nº 8328, que os enquadrou na zona especial Z 8.200. Como de inteiro conhecimento desse Colendo órgão, nos termos da legislação em vigor no Município de São Paulo, os imóveis enquadrados em tal faixa de zoneamento, sejam públicos ou privados, sujeitam-se a particular proteção jurídica, absolutamente capaz de impedir "per se" atos atentatórios, ou modificativos, da sua estrutura físico-territorial.

Assim sendo, inexiste motivo para o ato de tombamento, posto que a sua natural eficácia já se encontra plenamente garantida por normas municipais editadas em plena consonância com o artigo 180, da Constituição Federal.

4 - Por fim, cumpre ponderar que causa surpresa a esta Municipalidade o fato de que sempre que qualquer ação municipal de preservação se faz anunciar de público, esse Colendo órgão acaba por tomar medidas restritivas, objetivando, ao que tudo indica, dificultar ou mesmo inviabilizar tais iniciativas.

O Município de São Paulo, como já foi dito, é autônomo e não necessita ser tutelado na defesa de seus peculiares interesses.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
GABINETE DO PREFEITO

- 3 -

Isto posto, é a presente para postular à Vossa Excelência, na forma do previsto na legislação esta dual em vigor, seja acolhida a impugnação que ora se oferta, para fim de ser declarado extinto o procedimento que tem ob jetivo o tombamento dos imóveis municipais "sub examine".

Termos em que espera oportuno acolhi-  
mento.

São Paulo, 15.9.88 de setembro de 1.988.

*venner*  
JÂNIO QUADROS  
Prefeito

AO Dr. Evairto para análise da  
peroração do Sr Janio Quadros.  
Se nada houver a fazer, trânsito  
direto ao SA para aguardar os  
informes prometidos ao Eng. Flavio  
Leis B de Moraes

19/05/89

*Key*





ao STCK (Pa. Tuya)

1. Em respeito ao disposto constante de anteriores, entendendo que, nada obstante deprivado de precedência legal, não além de or tambamento de pedras municipais nem compulsória (art. 144 de Dec. est. n. 13.426, de 16.3.79), a contratação, em administração no caso postando, só deveria, a rigor, ser apresentada 15 dias após a notificação do tombamento, e não da abertura de seu processo, como se dá no caso. Sem embargo, contudo, imo considerado tais impermissíveis a final. Ser tempo que se apresem em, pelo que parece me deva ser levada à apreensão do Colegiado para manifestação e respeito à Lei da Prefeitura.

2 - Sem se considerar na respectiva que o produto do tombamento, para na Prefeitura Constituída de A. L. de, que ainda vigora, que não condições federais, inclusive e principalmente a atual, de 5.10.88, ordinária e fora como pacífica - comemória, solidária da Poderes Públicas das 3 esferas, federal, estadual e municipal visando a preservação de bens culturais, ao contrário de que alega o recurso, pelo que nada prejudica o tombamento de bens materiais, dependendo da existência do interesse representado. 23.5.89





SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

48

Folha de informação rubricada sob n.º.....  
do P. CONDEPHAAT n.º 26399 / 88 (a).....

Interessado SILVIA BEATRIZ SANTANA AMORIM

Assunto Estudo de tombamento do edifício do Mercado Municipal  
e duas outras construções sito à Rua: da Cantareira,  
n.ºs. 316/390 - Capital.

Ao arquiteto .....  
para manifestação .....  
S.T.C.R., \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

*Cio De Eranisto digo GP*

*Ciente*

*Solicito enviar ao Conselho para  
as providencias cabíveis e depois  
ao SA para aguardar a docu-  
mentação prometida.*

*23/05/89* *[Signature]*





419


Do	Número	Ano	Rubrica
P. CONDEPHAAT	26.399	88	

INT.: SILVIA BEATRIZ SANTANA AMORIM

ASS.: Estudo de tombamento do edifício do Mercado Municipal e duas outras construções sito à Rua da Cantareira, nos. 316/390 - Capital.

Ao Dr. Evaristo Silveira Junior para elaborar minuta de ofício a ser encaminhado, à nova administração da municipalidade de São Paulo, indagando sobre a conveniência ou não de manutenção da impugnação apresentada pelo então Prefeito Dr. Jânio da Silva Quadros.

GP/CONDEPHAAT, 24 de novembro de 1989.

  
EDGARD DE ASSIS CARVALHO  
Presidente

*Assunto ofício em  
segredo  
5-12-89  
JSC*

LCA/ahm.





Do	Número	Ano	Rubrica
Processo CONDEPHAAT	26,399	88	

Interessado: SILVIA BEATRIZ SANTANA AMORIM

Assunto : Estudo de tombamento do Edifício do mercado municipal e duas outras construções sito à Rua da Cantareira, nºs 316/390 -CAPITAL.

Senhor Presidente

Permito-me considerar, para a apreciação de Vossa Senhoria, que falta ser cumprido, nos autos, o despacho de fls. 48, a cujos termos me reporto.

Então sim, após o pronunciamento do E. Colegiado sobre o pedido de reconsideração formulado pelo Senhor Jânio Quadros, então Prefeito, a fls. 45/47 e o curto parecer que exarei a fls. 47 v, poderíamos responder à nova Administração da Prefeitura da Capital, como resposta à impugnação oferecida na gestão anterior.

É o que tenho a sugerir.

CONDEPHAAT, 05 de dezembro de 1989.

EVARISTO SILVEIRA JÚNIOR

Assistente de Planejamento e Controle I

ESJ/rcl.



Do	Número	Ano	Rubrica
P. CONDEPHAAT	26.399	88	

INT.: SILVIA BEATRIZ SANTANA AMORIM

ASS.: Estudo de tombamento do edifício do Mercado Municipal e duas outras construções sito à Rua da Cantareira nºs. 316/390 - Capital.

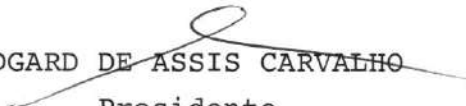
SÍNTESE DE DECISÃO DO EGRÉGIO COLEGIADO  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 07 DE MAIO DE 1990.

ATA Nº 872

O Colegiado deliberou por unanimidade, aprovar a proposta do Dr. Evaristo Silveira Junior, constante à fls. 47v. e 50 dos presentes autos.

1. Ao Dr. Evaristo Silveira Junior para elaborar ofício à nova administração da Prefeitura Municipal de São Paulo;
2. Ao STCR para prosseguir com os estudos.

GP/CONDEPHAAT, 10 de abril de 1990.

  
EDGARD DE ASSIS CARVALHO  
Presidente

LCA/ahm.

ATENÇÃO: entrar em contato com o Dr. Evaristo para que o processo nos fique parado. Caso isso não ocorra, encaminhar-se ao Dr. Montinho para o cancelamento.



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - CONDEPHAAT

52  
sp

Ofício GP-0454/90  
P.CONDEPHAAT-26.399/88

São Paulo, 16 de maio de 1990.

Senhora Prefeita

Reportando-nos à impugnação enviada pelo então Prefeito do Município de São Paulo, Senhor Jânio da Silva Quadros, ao estudo de tombamento do Mercado Municipal, à rua da Cantareira, nº 316/390, Capital, cujo processo interno recebeu o nº 26.399/88, temos a ponderar a Vossa Excelência, no que se refere à peça contestatória em anexo, por cópia, a cujos termos nos reportamos, que, ao contrário do que alega, além de os tombamentos de próprios municipais serem compulsórios (artigo 144 do Decreto Estadual nº 13.426, de 16/3/1979), a impugnação, desprovida de procedência legal, no caso, portanto, só deveria, em princípio, ser apresentada 15 (quinze) dias após a notificação do tombamento, se coubesse, e não da abertura do respectivo estudo, como é o caso, apenas "ad argumentandum".

Sem embargo, contudo, e em consideração, levamos o assunto à apreciação de nosso Egrégio Colegiado na sessão ordinária de 7 do corrente mês de maio de 1990, que deliberou se ponderasse, como estamos fazendo, a Vossa Excelência que o instituto jurídico do tombamento, ademais, quer na vigente Constituição do Estado de São Paulo, a exemplo da anterior, quer nas Constituições Federais que se sucederam no tempo, inclusive e principalmente a atual, de 5/10/88, estimula, nos artigos 216 e seguintes, fixando-a como pacífica, a concorrência solidária dos Poderes Públicos, das três esferas pois, visando a preservação de bens culturais, ao contrário do que alega o recurso com cópia anexa, pelo que nada impede o tombamento de tais bens nos níveis, cumulativamente, federal, estadual e municipal, dependendo da extensão do interesse e valor cultural que representem.

- segue -





SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - CONDEPHAAT

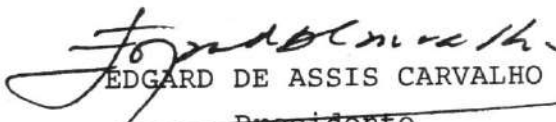
53  
A

Ofício GP- 0454 /90  
P.CONDEPHAAT-26.399/88

continuação

Voltaremos à presença de Vossa Excelência, como nos cumpre, acerca da evolução de nosso processo interno referido anteriormente, quando da deliberação final de nosso Egrégio Colegiado.

Na oportunidade, renovamos a Vossa Excelência, Senhora Prefeita, nossos protestos da mais alta estima e elevado apreço.

  
EDGARD DE ASSIS CARVALHO  
Presidente


À Sua Excelência, a Senhora  
DRª LUIZA ERUNDINA DE SOUZA  
M.D. Prefeita do Município de São Paulo  
Prefeitura do Município de São Paulo  
Parque do Ibirapuera  
Capital - São Paulo

ESJ/rcl.





Atendidas solicitudes de ff. 51,  
encaminadas a STCR para proseguir  
de estudio.

AT - 17/05/90  




Do

Número

Ano

Rubrica

Ao arquiteto Walter Pires  
 para incluir este  
 processo na lista de  
 estudos de tombamento a  
 serem redistribuídos.

22.05.90



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Av. da Liberdade, 113 - 2a. andar -s/25

Departamento Judicial - JUD. - 1

São Paulo, 14 de Janeiro

de 1991

Ofício n.º 002 /91-JUD.1

Prezado Senhor

Na qualidade de procurador designado para acompanhar o processo de tombamento do Mercado Municipal, edificações da rua da Cantareira, 316/320, em curso perante esse Conselho, vimos solicitar se digne de autorizar o fornecimento de xerox das peças relevantes contidas no Processo 26.399/88, para instruir o processo administrativo n. 43.001-850.88\*04.

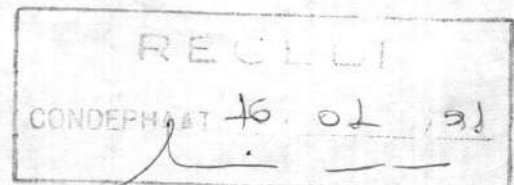
Colocando-nos à disposição de Vossa Senhoria para as diligências necessárias à obtenção dessas cópias, fornecemos o nosso telefone para contato, no Departamento Judicial da Procuradoria Geral do Município, JUD 1 - telefone 239.2402.

Aproveitamos o ensejo para enviar nossos protestos de alta estima e consideração.

ALICE BARINI GUERRA DE OLIVEIRA

Procurador Municipal - JUD 1

Ao Il.<sup>mo</sup> Senhor  
Prof. EDGARD DE ASSIS CARVALHO  
DD. Presidente do CONDEPHAAT  
r. Consolação 2333 - 8º andar.






Do	Número	Ano	Rubrica
OFÍCIO	002	91	

INT.: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

ASS.: Solicita cópia do processo de nº 26.399/88.

1. À SA para juntar ao respectivo processo;
2. Ao GP para providenciar as cópias xerox.

GP/CONDEPHAAT, 21 de janeiro de 1991.

  
EDGARD DE ASSIS CARVALHO  
Presidente

LCA/ahm.







571

# Prefeitura do Município de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO - SEMAB  
SUPERVISÃO GERAL DE OPERAÇÕES - SEMAB  
SUPERVISÃO DE MERCADOS E FRIGORÍFICOS MUNICIPAIS - SEMAB.OP.4

São Paulo, 21 de março de 1991.

Ofício N.º 056/SEMAB.OP.4-Adm/91

Senhor Presidente:

Vimos através do presente, expor e solicitar o que segue:

- É de nosso conhecimento que existe um processo em tramitação que trata do tombamento do Mercado Municipal Kinjo Yamato, situado à Rua da Cantareira, nº 377 - Pque. D. Pedro II;
- O referido Próprio Municipal apresenta problemas, que para serem sanados, exige alguns reparos e reformas, com certa urgência.
- Tendo em vista o total desconhecimento por parte desta Supervisão do encaminhamento dado ao citado processo de tombamento e o nosso desejo de estarmos procedendo melhoramentos no referido Mercado, encarecemos nos seja esclarecida a situação atual do processo bem como proceder para que as reformas pretendidas sejam levadas à efeito.

À vista do acima exposto, solicitamos que a resposta às nossas indagações seja encaminhada ao endereço abaixo mencionado:

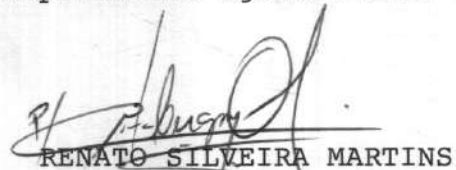
- Supervisão de Mercados e Frigoríficos Municipais  
Rua da Cantareira, nº 390 - Pque. D. Pedro II  
Fone para contato: 227-5807

Contando com o atendimento da solicitação ora levada ao conhecimento de Vossa Senhoria, antecipadamente agradecemos.

Atenciosamente,

  
OLAVO ANGELO RIBEIRO

Administrador I  
SEMAB.OP.4

  
RENATO SILVEIRA MARTINS

Resp. p/ Sup. Merc. Frig. Mun.  
SEMAB.OP.4

Ilmo. Sr.

REMETENTE: Supervisão de Mercados e Frigoríficos Municipais

ENDEREÇO: Rua da Cantareira, 390 - Pque. D. Pedro II

CEP 01024 São Paulo - Capital





58/1

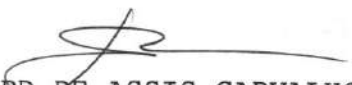
Do	Número	Ano	Rubrica
OF. SEMAB	056	91	

INT.: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

ASS.: Ref. ao Mercado Municipal Kinjo Yamato à Rua Cantareira nº  
377 - Parque D. Pedro II.

1. À SA para juntar ao respectivo processo;
2. Ao STCR para manifestação.

GP/CONDEPHAAT, 09 de abril de 1991.

  
EDGARD DE ASSIS CARVALHO  
Presidente

DS/ahm.



A D.T.

Solicito informar o interessado que o edifício do Mercado Municipal de São Paulo está em processo de estudo p/ tombamento e que qualquer intervenção no mesmo deve obter avaliação prévia deste CONDEPHAAT sob a forma de autorização dada pelo E. Colegiado.

Vale destacar que o endereço do interessado está especificado à flhe 57 deste processo.

JTUR, 16.04.91



Juntada

Segue \_\_\_\_\_ juntada \_\_\_\_\_ nesta data. Documento \_\_\_\_\_ / Folha \_\_\_\_\_ de Informação rubricada

sob n.º \_\_\_\_\_

Em \_\_\_\_\_

de \_\_\_\_\_

de 19 \_\_\_\_\_

Assinatura





SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - CONDEPHAAT

59  
[Handwritten signature]

Ofício GP/0473/91  
P.Condephaat 26399/88

São Paulo, 18 de Abril de 1991.

Prezados Senhores

Em atenção ao ofício 056/SEMAB.OP.4-Adm/91, de Vossas Senhorias, datado de 21 de março último, relacionado a reforma do imóvel sito à Rua da Cantareira, nº 377, Parque D. Pedro II, Capital ( Mercado Municipal ), informamos que o imóvel em questão encontra-se em processo de estudo de tombamento, sob nº 26.399/88, portanto, qualquer intervenção no mesmo deverá obter avaliação prévia deste CONDEPHAAT sob a forma de autorização dada pelo Egrégio Colegiado.

Ressaltamos, ainda, que para a referida reforma, deverá ser encaminhado a este Órgão a seguinte documentação:

- 1 via do croqui de localização
- 3 Vias do projeto completo
- 3 vias do memorial descritivo
- 4 fotos do imóvel sendo 2 fotos da fachada e 2 fotos internas do mesmo.

Aguardando as providências cabíveis, subscrevemo-nos,

atenciosamente.

  
EDGARD DE ASSIS CARVALHO  
PRESIDENTE

À  
Supervisão de Mercados e Frigoríficos Municipais  
A/C Sr. Olavo Angelo Ribeiro ou  
Sr. Renato Silveira Martins  
Rua da Cantareira, 390 - Parque D. Pedro II  
SÃO PAULO - CAPITAL  
CEP - 01024







Do	Número	Ano	Rubrica
PROC. CONDEPHAAT	26399	88	sra


Ao Assessorado  
para manifestação  
S.T.C.R., \_\_\_\_\_

Em tempo.

X Prudência

Encaminho o presente poema  
para apreciação da Comissão  
de Avaliação no sentido de  
julgar as medidas necessárias  
à sua tramitação.

STUR, 24.04.91

  
Gláudio Luiz M. Bueno de Moraes  
Diretor Técnico do S.T.C.R.






Do	Número	Ano	Rubrica
Processo	26.399	88	

INT.: SILVIA BEATRIZ SANTANA AMORIM

ASS.: Estudo de tombamento do edifício do Mercado Municipal e duas outras construções sito à Rua da Cantareira nºs 316 e 390 - Capital.

Ao Dr. Evaristo Silveira Júnior para  
oficiar o Departamento Judicial (Jud  
1) da Prefeitura Municipal de São  
Paulo, nos termos da solicitação con-  
tida no ofício 2/91-JUD 1, incorpo-  
rado a fls. 55.

CONDEPHAAT, 22 de julho de 1991.

  
JUDITH MONARI  
Diretora Técnica

*Monte reporta a fl. seg.  
23.7.91  
M*





SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - CONDEPHAAT

Ofício GP/928/91.

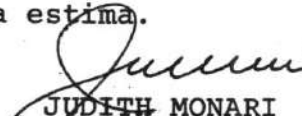
São Paulo, 23 de julho de 1991.

Prezado Senhor Procurador

Ref: Ofício nº 002/91 JUD.1

Em cumprimento à requisição contida no ofício citado em epígrafe, anexamos ao presente, por cópia "xerox", todas as peças, de inteiro teor, de nosso processo nº 26399/88, referente ao estudo de tombamento do edifício do Mercado Municipal, e duas outras construções, à rua da Cantareira, nº 316/390, nesta Capital.

Continuando ao dispor de Vossa Senhoria, protestamos-lhe nossa alta estima.

  
JUDITH MONARI  
Diretora Técnica

Ilma Srª  
Drª Alice Barini Guerra de Oliveira  
M. D. Procurador Municipal Jud. 1  
Av. da Liberdade, nº 113 - 2º andar, s/25  
Departamento Judicial . 1  
São Paulo - Capital

  
ESJ/mas





As ST ca.

26.7.91

*[Signature]*

A D.T.

Recomendo juntas este processo  
aos demais que estão aguardando  
uma definição de prioridades a  
serem efetivadas para sequência  
e definição de recursos operacionais.

~~para~~ STUR, 30.07.91

*[Signature]*

Ao GP para juntas aos demais  
processos que aguardam uma  
definição de prioridades, para  
poderem ser executados quanto à  
dos de tombamentos

Coordenador, 30/7/91





63/A

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**  
DEPTº JUDICIAL DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
Av. Liberdade, 113 - 2º Andar - S.26 - Fone:239-2144/R.210

São Paulo, 12 de agosto de 1992


Ofício n.º 16/92/JUD. 1

Prezado Senhor

Na qualidade de procurador designado para a acompanhar o processo de tombamento do Mercado Municipal (processo nº 26.399/88), que envolve edificações da Rua da Cantareira, 316/320, solicito esclarecimento sobre a atual situação do referido processo.

Contando com o atendimento da solicitação o ra levada ao conhecimento de Vossa Senhoria, antecipadamente agradecemos.

  
ALICE BARINI GUERRA DE OLIVEIRA  
Procurador Municipal - JUD 1

  
LUCIANA DA COSTA AGUIAR ALVES  
ESTAGIÁRIA DA PROCURADORIA MUNICIPAL

ILMO. SENHOR  
DR. MARCOS DUQUE GADELHO  
D.D. PRESIDENTE DO CONDEPHAAT  
R. Consolação, 2333 - 8º andar.

CONDEPHAAT  
Em 12/08/92  
Recebido por: SILVANA  
Horas: 15:55





61A

Do	Número	Ano	Rubrica
Ofício nº 16/92/JUD. 1			

INT.: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

ASS.: Solicita esclarecimento sobre o processo nº 26.399/88, que envolve edificações da Rua da Cantareira, 316/320, CAPITAL.

1. À SA para juntar ao respectivo processo.
2. Ao STCR para manifestação, com trânsito direto para o Dr. Evaristo Silveira Júnior, para officiar.

GP/CONDEPHAAT, 13 de agosto de 1992

  
MARCOS DUQUE GADELHO  
Presidente

cp.-



Folha de Informação  
Rubricada sob n.º  
65

Do	Número	Ano	Rubrica
PROC. CONDEPHAAT	26399	88	sra.

INT: -SILVIA BEATRIZ SANTANA AMORIM

ASS: -Estudo de tombamento do edificio do Mercado Mun.e duas outras construções sito à Rua: da Cantareira, nºs. 316/390 - Capital

Arquiteto  
S.T.C.B.

Silvia F. Wolff  
19 08 92

*[Signature]*  
Sulor Diretor Técnico,

Com relação ao presente processo com em duas partes de problemas:

1. refere-se ao estudo de tombamento
2. refere-se a obras realizadas ao interior do edificio.

Com relação ao item 1 a última manifestação encontra-se em fls. 62 - verso e estabelece que o processo aguarda "uma definição de prioridades a serem estabelecidas para priorização e definição de recursos operacionais."

Com relação ao item 2 foi solicitado pela interessada em abril de 1991 (fls. 59) o envio de material relativo às obras pretendidas pela Prefeitura. Neste ofício encaminhado à Superintendência de Mercado e Freguesias Municipais estabeleceu-se a relação de documentos a serem enviados para aprovação de reforma.

Nas condições destes autos qualquer procedimento relativo a este assunto

Em o que se refere a manifestar  
STC, 1 de Setembro de 1992

Silvia F. Wolff

Arquiteto  
RENSA  
Arquitetura



A Anomalia jurídica

em atendimento a solicitações  
da Presidência no item 02  
da pg. 64.

~~Edmundo~~

STM, 02 setembro 92

Lei da Quarta do STCR

reitor Em resposta ao despacho  
~~de V. Sa.~~ de 2 do corrente,  
parece-me devida o processo prosseguir  
em seus trâmites normais, restará  
do que o ofício de fls. 59, na sua  
segunda parte.

Quanto ao despacho que me  
foi expedido a fls. 64, ~~do qual se trata~~  
~~meu Excmo. Senhor Guardador de Selos~~,  
~~21.9.92~~, parece-me, pelo tempo decor-  
rido ~~decorrido~~ com a paralização de pro-  
cesso, devida per-lhe clado prosseguimento,  
como sugeri reitor, quer em a última  
cadete sua instrução ou, se tal for for  
completude, com o encaminhamento ao G.<sup>o</sup>

Juntada			
Segue	Juntada	nesta data, Documento	Folha de Informação rubricada
n.º _____			
Em _____ de _____ de 19__			

Assinatura

em seu recibo do

\_\_\_\_\_

21.9.92

UF







Do	Número	Ano	Rubrica
Proc. CONDEPHAAT	26399	88	

INTERESSADO: Silvia Beatriz Santana Amorim

ASSUNTO: Estudo de tombamento do edifício do Mercado Municipal e duas outras construções sito à Rua da Cantareira, nºs 316/390 - Capital.

INFORMAÇÃO AJ-073/92

Senhor Diretor do STCR

Em resposta ao despacho retro de V.Sa., de 02 do corrente, parece-me deva o processo prosseguir em seus trâmites normais, reiterando-se o ofício de fls 59, na segunda parte.

Quanto ao despacho que me foi exarado a fls. 64, parece-me, pelo tempo decorrido com a paralização do processo, deva ser-lhe dado prosseguimento, como sugeri retro, quer com a ultimação de sua instrução ou, se tal já foi completado, com o encaminhamento ao E.Colegiado, do qual, com seu resultado, daremos a informação, então, à Prefeitura.

São Paulo, 08 de setembro de 1992.

EVARISTO SILVEIRA JUNIOR

Ass. de Planej. e Controle I

ESJ/ldl





Do	Número	Ano	Rubrica
PROC. CONDEPHAAT	26399	88	sra

INT | -SILVIA BEATRIZ SANTANA AMORIM

ASS: -Estudo de tombamento do edificio do Mercado Mun. e duas outras construções  
sito à R:da Cantareira, nºs. 316/390 - Capital

X arg. Silvia F. Wolff.  
p/ manifestar.

SMZ, 14/09/92

Silvia F. Wolff

Julho Diretor Técnico

Reporte - me a sua decisão sobre se  
o presente deve aguardar até que infome-  
ntos técnicos para tombamento sejam feitos  
limitada resposta ao ofício de fls. 63.

Mesmo que iniciassem imediatamente  
as pesquisas para tal o processo ainda  
levaria algum tempo para estar pronto  
para ser avaliado pelo Conselho.

Sugiro que seja oficiada a procura-  
dora que o processo encontra-se em  
estudo de tombamento e que, por os  
termos da lei a esse respeito. Nesse  
meio tempo este serviço elicie uma  
proposta com vistas à instrução.  
Quanto a reformas no imóvel nada



Uma a partir do fato de se ter realizado a abertura do processo de tombamento - quaisquer reformas devem ser aprovadas por este Conselho. E ainda, permito-me concluir que, devidamente informado, dificilmente este imóvel deixará de ser tombado. Ele já é patrimônio paulista e assim que for devidamente estudado terá seu valor reconhecido

No aguardo de sua deliberação

STM, 17 de set 1952

Alfredo Wolf  
arquiteto

A Assessoria Jurídica solicita informar a Procuradoria de Justiça nos termos da manifestação técnica acima.

STM, 24/09/92

Juntada  
Segue juntada neste data, Documento Folha de informação rubricada  
sob n.º  
Em de de 19

Assinatura





Do	Número	Ano	Rubrica
Proc. CONDEPHAAT	26.399	88	

INTERESSADO: SILVIA BEATRIZ SANTANA AMORIM  
ASSUNTO: Estudo de tombamento do edifício do Mercado Municipal e duas outras construções sito à Rua da Cantareira nºs 316/390 - Capital.

INFORMAÇÃO AJ-102/92

Senhor Presidente,

1 - Atendendo a pedido do STCR, esta Assessoria Jurídica providenciou minuta de ofício a ser dirigido à Procuradora Municipal, encarregada de acompanhar o processo de tombamento do Mercado Municipal, que envolve duas edificações na Rua da Cantareira nºs 316/320.

2 - De acordo com sugestão do mesmo STCR, no ofício a ser assinado por essa Presidência foi esclarecido como evolui a tramitação de um processo de tombamento neste Órgão, com citação da respectiva legislação.

3 - Finalizando, sugiro a volta destes autos ao STCR pois, conforme sugestão da técnica daquele Serviço às fls. 67, o mesmo deve iniciar uma programação com vistas à instrução do processo e possível tombamento desses bens, pois "devidamente informado dificilmente este imóvel deixará de ser tombado. Ele já é patrimônio paulista e assim que for devidamente estudado terá seu valor reconhecido."

São Paulo, 04 de novembro de 1992.

  
GISELDA PENTEADO DI GUGLIELMO

  
ESJ/GPG/ldl





SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - CONDEPHAAT

Ofício GP-1713/92

Proc.26.399/88

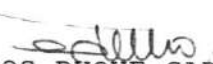
São Paulo, 04 de novembro de 1992.

Senhora Procuradora,

Em resposta ao ofício nº 16/92/JUD-1, de 12 de agosto do corrente ano, a respeito do tombamento do Mercado Municipal e de duas outras edificações situadas na Rua da Cantareira nºs 316 e 390, vimos informar-lhe de que o assunto se encontra em fase de estudos neste Órgão, devendo ser submetido à aprovação do Egrégio Colegiado depois de instruído por nosso Serviço Técnico — somente após essa tramitação, será o assunto levado ao Secretário de Estado da Cultura, que homologará a Resolução de Tombamento e determinará sua publicação no D.O.E., tudo conforme o disposto no Decreto Estadual 13.426, de 16.03.79, em seus artigos 134 a 149.

Cumpre-nos, ainda, informar-lhe que, conforme dispõem o artigo 142 e seu parágrafo único do supra mencionado Decreto, a simples abertura do processo de tombamento assegura a preservação do bem até decisão final da autoridade competente, o que quer dizer que o Mercado Municipal bem como os imóveis situados na Rua da Cantareira já estão sujeitos a tal limitação.

Nesta oportunidade, apresentamos a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

  
MARCOS DUQUE GADELHO  
Presidente

Ilma Senhora  
ALICE BARINI GUERRA DE OLIVEIRA  
M.D. Procuradora Municipal  
Av. da Liberdade, 113 - 2º andar s/26  
01503-000 - CAPITAL





No STCR, conforme super-  
Tato da Técnica daquele tempo,  
as fls 67 destes autos, a  
firma de que o mesmo presta  
deu início ~~a~~ programação  
com vistas a instâncias do  
processo de estudo de Tom-  
bamento do Mercado Muni-  
cipal.

16/11/92  
Gi. Puntadas



Do	Número	Ano	Rubrica
PROC. CONDEPHAAT	26399	88	sra

INT: - SILVIA BEATRIZ SANTANA AMORIM

ASS: - Estudo de Tombamento do edifício do Mercado Mun. e duas outras construções  
sita à R:da Cantareira, nºs.316/390 - Capital.

Ao arquiteto SILVIA FERREIRA  
para manifestação  
S.T.C.R., 23 / 11 / 88.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
SECR. NEG. JURÍDICOS/P.G.M./DEPARTAMENTO JUDICIAL  
AV. LIBERDADE, 113 - 2º ANDAR/Tel. 232-2044-R.210

São Paulo, 14 de junho

de 1994.

Ofício n.º 02/94-JUD.1

26.399/88

STCR

Prezado Senhor

Na qualidade de procurador responsável pelo acompanhamento do processo de Tombamento do Mercado Municipal (processo nº 26.399/88), que envolve edificações da Rua Cantareira nº 316/320, solicitamos informações sobre a atual situação do referido processo.

Agradecendo a colaboração de Vossa Senhoria, apresentamos nossos protestos de consideração e respeito.

SILVIA FÁRIA

Procuradora Chefe - JUD.1

ILMO. SR.  
DR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA  
DD. PRESIDENTE DO CONDEPHAAT  
Av. Paulista nº 2.664 - 2º andar

CONDEPHAAT  
Em 18/06/94  
Recebido por: SILVIA FÁRIA  
Horas: 15:55





fl 72

Do	Número	Ano	Rubrica
Of. 02/94			

INT.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO  
ASS.: Solicita informações referentes ao processo nº 26.399/88).

1. À SA para juntar ao respectivo processo.
2. Ao STCR para atender a solicitação da Prefeitura Mun. de São Paulo.

GP/CONDEPHAAT, 17 de junho de 1994

*José Carlos Ribeiro de Almeida*  
JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA  
Presidente

/krqs.-



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
SECR.NEGÓCIOS JURÍDICOS/P.G.M./DEPARTAMENTO JUDICIAL  
Av: Liberdade, 113 - 2º andar/Tel:232-2044-R:210

732

São Paulo, 29 de setembro de 1994.

Ofício n.º 03/94-JUD:1

Prezado Senhor

Servimo-nos do presente para reiterar o ofício n.º 02/94-JUD.1 de 14.06.94, cujo teor é o seguinte:

Na qualidade de procurador responsável pelo acompanhamento do processo de Tombamento do Mercado Municipal (processo n.º 26.399/88), que envolve edificações da Rua Cantareira n.º 316/320, solicitamos informações sobre a atual situação do referido processo.

Agradecendo a colaboração de Vossa Senhoria, apresentamos nossos protestos de consideração e respeito.

ZENON MARQUES TENÓRIO

Procurador Chefe - JUD:1

Em 30 09 94  
Recebido: 51725  
Horas: 15:25

ILMO. SR.  
DR. JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA  
DD. PRESIDENTE DO CONDEPHAAT  
Av. Paulista n.º 2.6444 - 2º andar







79/12

Do	Número	Ano	Rubrica
Ofício nº 03/94.	26399	88	

INT.: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
ASS.: Reiteração do ofício nº 02/94.

1. À SA para juntar ao respectivo processo.
2. Ao STCR para manifestação.

GP/CONDEPHAAT, 04 de outubro de 1994.

*Ribeiro de Almeida*

JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA

Presidente

cp.-





fls - 75

Do	Número	Ano	Rubrica
PROC. CONDEPHAAT	26399	88	

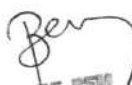
INT: SILVIA BEATRIZ SANTANA AMORIM

ASS: Estudo de tombamento do edifício do Mercado Municipal e duas outras construções sito à Rua da Cantareira nºs 316/390 - CAPITAL

À arq. Silvia Wolff e hist. Luciana Miguel,

Para informar sobre o desenvolvimento dos estudos para instrução do presente processo, a fim de providenciarmos a resposta ao ofício enviado pelo Departamento judicial da Prefeitura Municipal de São Paulo, de fls. 71 e 73.

STCR, 06 de outubro de 1994.

  
SUZELI FERREIRA DE BEM  
Diretora Técnica do STCR  
CREA n.º 55.198-D-RJ

SFB/srap.


À D.T.

Temos a informar que os estudos históricos e arquitetônicos necessários à instrução do presente processo encontram-se em desenvolvimento. Realizamos o levantamento de grande parte do material, cujos dados estão em fase de compilação.

Restam, ainda, obtermos algumas informações junto ao Arquivo do Estado e no próprio local, através de vistoria.

Era o que tínhamos a informar.

STCR, 27 de outubro de 1994.

  
Luciana C. Nunes Miguel





Do	Número	Ano	Rubrica
PROC. CONDEPHAAT	26399	88	

INT: SILVIA BEATRIZ SANTANA AMORIM

ASS: Estudo de tombamento do edifício do Mercado Municipal e duas outras construções sito à Rua da Cantareira, nºs 316/320-CAPITAL.

Sr. Presidente,

Sugiro envio de ofício ao Departamento Judicial da Secretaria de Negócios Jurídicos do Município, conforme segue em anexo, para atendimento a presente solicitação.

STCR, 03 de Novembro de 1994.

  
SUELI FERREIRA DE BEM  
Diretora Técnica do STCR  
CREA n.º 55.198-D-RJ

SFB/pac.





SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA  
CONDEPHAAT

Des. 72

Ofício GP-1863/94  
P. COND. 26399/88

São Paulo, 03 de Novembro de 1994.

Senhor Procurador

Em atenção ao ofício nº 03/94-JUD.1, datado de 29 de setembro último, que reitera os termos do ofício nº 02/94, de 14/06/94, sobre o tombamento do Mercado Municipal e outras edificações da Rua da Cantareira nº 316/320, Capital, informamos que os estudos históricos e arquitetônicos necessários à instrução do referido processo encontram-se em fase de compilação neste Órgão, restando apenas algumas informações que serão obtidas através de vistoria que o nosso Setor Técnico procederá ao local.

Pelo exposto, comunicamos que tão logo tenhamos uma posição a respeito, informaremos a Vossa Excelência sobre a deliberação do Egrégio Colegiado quanto ao Tombamento ou não do aludido imóvel.

Continuando ao inteiro dispor de Vossa Excelência para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários com relação ao assunto, apresentamos no ensejo nossos protestos de estima e apreço,

Atenciosamente.

*José Carlos Ribeiro de Almeida*

JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA

Presidente

Senhor

Dr. Zenon Marques Tenório

M.D. Procurador Chefe-JUD-1

Secretaria Negócios Jurídicos/P.G.M/Departamento Judicial

Av. Liberdade, 113 - 2º andar

Capital

SRH/pac.





fol. 78

Do	Número	Ano	Rubrica
P. CONDEPHAAT	26399	88	

INT:-SILVIA BEATRIZ SANTANA AMORIM

ASS:-Estudo de tombamento do edifício do Mercado Municipal e duas outras construções sito à R:da Cantareira nºs.316/390- Capital

Ao Arquiteto Silvia Wolff e hist. Luciana Miguel  
 para manifestação / prosecimento.  
 S.T.C.R., 08/11/94.

*Bem*  
 SUELI FERREIRA DE BEM  
 Diretora Técnica do STCR  
 CREA n.º 55.198-D-RJ





79  
~~79~~

Ao

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO  
E TURÍSTICO DO ESTADO -CONDEPHAAT-

Senhor Presidente:

ANA CRISTINA AMBROGI  
(estudante da Universidade de São Paulo)  
R.G. 26 896 613-8 residente à R. Vergueiro, 1921  
Apto 73  
Bairro V. Mariana Cidade São Paulo Estado São Paulo  
Telefone 570 8950 CEP 04101-000, vem requerer a

Vossa Senhoria, Entrei com um pedido de  
acesso a documentação do tombamento  
do Mercado Municipal Central para  
trabalho da Universidade de São Paul-  
o e não obtive resposta.

Solicito também autorização para  
acrescentar cópias da documentação  
ao meu trabalho. Pág 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10,  
11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 31, 32, 34,  
42, 45, 46, 47 Antecipadamente grata.

52 e 53 (rente e cortas)  
Proc: nº 26399/88

no imóvel que se localiza à \_\_\_\_\_  
Bairro \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_  
Estado \_\_\_\_\_  
nº do contribuinte \_\_\_\_\_.

Seguem em anexo, os documentos.

*Antônio*  
*Almeida*  
9/5/95

Nesses termos  
P. Deferimento

CONDEPHAAT  
Em 09/05/95  
Recebido por: SUZANA  
Horas: 12.30

JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA  
Presidente  
CONDEPHAAT

São Paulo, 09 de Maio de 1995

Ana Cristina Ambrogi  
Assinatura



AO  
CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO ARTÍSTICO  
E TURÍSTICO DO ESTADO - CONDEPHAAT

Senhor Presidente

EU, KIYOHIDE IIZUKA

R. G. 14.057.211 residente à Av. Cel. Sezefredo

Fagundes, 2570 Bairro Jo. Tremembe

Cidade São Paulo Estado S. P.

Telefone 9529276 CEP 02306-004, vem requerer a Vossa

AUTORIZAÇÃO para VISTA AO PROCESSO DO COMBATEMENTO  
DO MERCADO MUNICIPAL DA CANTAREIRA

26399/87

no imóvel que se localiza à RUA DA CANTAREIRA, RUA MERCURIO,

Av. do Estado Bairro CENTRO - CIDADE SÃO PAULO

ESTADO SP

Nº do Contribuinte \_\_\_\_\_.

Seguem em anexo, os documentos.

TERMOS EM QUE  
P. DEFERIMENTO

São Paulo, 6 de Dezembro de 1974

Kiyohide Iizuka  
- Assinatura -

06 12 31



# FACULDADE DE BELAS ARTES DE SÃO PAULO

**BACHARELADO EM ESCULTURA, GRAVURA E PINTURA**  
RECONHECIDOS PELO DECRETO FEDERAL 7.399 DE 17 DE JUNHO DE 1941. D.O.U. 15/07/1941

**LICENCIATURA EM ED. ARTÍSTICA - HAB. EM ARTES PLÁSTICAS, ARTES CÊNICAS E DESENHO**  
RECONHECIDOS PELO DECRETO FEDERAL 77.310 DE 17 DE MARÇO DE 1976. D.O.U. 18/03/1976

**LICENCIATURA EM ARTES PRÁTICAS - HABILITAÇÃO EM ARTES INDUSTRIAIS**  
RECONHECIDO PELO DECRETO FEDERAL 77.039 DE 15 DE JANEIRO DE 1976. D.O.U. 16/01/1976

**GRADUAÇÃO DE PROFESSORES - FORMAÇÃO ESPECIAL DO CURRÍCULO DO ENSINO DE 2º GRAU**  
RECONHECIDO PELO DECRETO FEDERAL 78.472 DE 27 DE SETEMBRO DE 1976. D.O.U. 28/09/1976

**ARQUITETURA E URBANISMO**  
RECONHECIDO PELA PORTARIA MINISTERIAL Nº 199 DE 09 DE MAIO DE 1983. D.O.U. 10/05/1983

**DESENHO INDUSTRIAL - HABILITAÇÕES EM PROJETO DO PRODUTO E PROGRAMAÇÃO VISUAL**  
RECONHECIDO PELA PORTARIA MINISTERIAL Nº 692 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1989. D.O.U. 18/12/1989  
ALTERADA PELA PORTARIA MINISTERIAL Nº 100 DE 30 DE JANEIRO DE 1991 D.O.U. 01/02/1991



ENTIDADE  
MANTENEDORA  
**FEBASP**

São Paulo, 22 de fevereiro de 1995.

AO

CONDEPHAAT

Em Mãos

Prezados Senhores,

Vimos pela presente apresentar a aluna **Marcia de Andrade Gueiros**, RG. 99.0799, estudante do Curso de Arquitetura e Urbanismo desta Faculdade, a fim de solicitar de V.Sas., autorização para que a mesma tenha acesso a fotos, livros, documentos e a todo processo de tombamento do Mercado Municipal de São Paulo.

Esse material servirá de apoio para apresentação de Trabalhos de Graduação.

Desde já agradecemos a colaboração e atenção dispensadas.

Prof. Sergio Augusto Malacrida  
Assistente do Curso de  
Arquitetura e Urbanismo



P. 28.399/

82

AO  
CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO ARTÍSTICO  
E TURÍSTICO DO ESTADO - CONDEPHAAT

Senhor Presidente

COORDENADOR  
Fol. 21 02 95  
SELVINA  
16:30

EU MARCIA DE ANDRADE GUEIROS

R. G. 990799 SSP-ES residente à R. MORAIS DE BARROS

Nº 822 AP 202 Bairro CAMPO BELLO

Cidade SÃO PAULO Estado S.P.

Telefone 5434484 CEP 04614-001, vem requerer a Vossa

AUTORIZAÇÃO para TER ACESSO A FOTOS, DOCU-

MENTOS, LIVROS, REGISTRADOS E DE MAIS

MATERIAIS QUE CONTENHAM INFORMAÇÃO

A RESPEITO DO MERCADO MUNICIPAL DE

SÃO PAULO

no imóvel que se localiza à \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_ - CIDADE \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ESTADO \_\_\_\_\_

Nº do Contribuinte \_\_\_\_\_.

Seguem em anexo, os documentos.

TERMOS EM QUE  
P. DEFERIMENTO



26.399 - Em CNM

83

Ao

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO  
E TURÍSTICO DO ESTADO -CONDEPHAAT-

Senhor Presidente:

Lussara Gomes Alberti Prestelo

R.G. 10202422-4 residente à Al dos Azeis 392 apto

132  
Bairro moeme Cidade SP Estado SP

Telefone 533 8388 CEP 04086000, vem requerer a

Vossa Senhoria, separar do material de estudo sobre tombamento do mercado municipal.

no imóvel que se localiza à \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_

nº do contribuinte \_\_\_\_\_.

Seguem em anexo, os documentos.

Nesses termos

P.Deferimento

São Paulo, 15 de maio de 1995

[Assinatura]  
Assinatura

CONDEPHAAT  
RS / 05 / 95  
SELVANA  
16:00







Do	Número	Ano	Rubrica
----	--------	-----	---------

REQUERIMENTO

INT.: JUSSARA GOMES ALBERTI PERESTELO  
ASS.: Solicita xerocópia do processo referente ao Mercado Municipal

1. De acordo.
2. À SA para atender.

GP/CONDEPHAAT, 15 de maio de 1995.

  
JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA

/ds

Presidente



Ao

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO -CONDEPHAAT-

Senhor Presidente:

HENRIQUE FRANCA BUSTAMANTE

R.G. 1062299-3 residente à RUA SÃO VICENTE DE PAULA 416 Apt 21

Bairro SANTA CECILIA Cidade SÃO PAULO Estado SÃO PAULO

Telefone 67 03 61 CEP 01229-010 ,vem requerer a

Vossa Senhoria, CÓPIAS DE PLANTAS E DOCUMENTOS REFERENTES AO MERCADO MUNICIPAL 3, 4, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 21, 27, 28

RECEBI AS CÓPIAS PEDIDAS

GRATO 26/05/95

no imóvel que se localiza à

Bairro Cidade

Estado

nº do contribuinte

Seguem em anexo, os documentos.

Nesses termos

P.Deferimento

São Paulo, 18 de Maio de 199 .

[Handwritten Signature]

Assinatura





Do	Número	Ano	Rubrica
Requerimento			

INT.: HENRIQUE FRANCA BUSTAMANTE

ASS.: Solicita cópias de plantas e documentos referentes ao processo do Mercado Municipal - CAPITAL

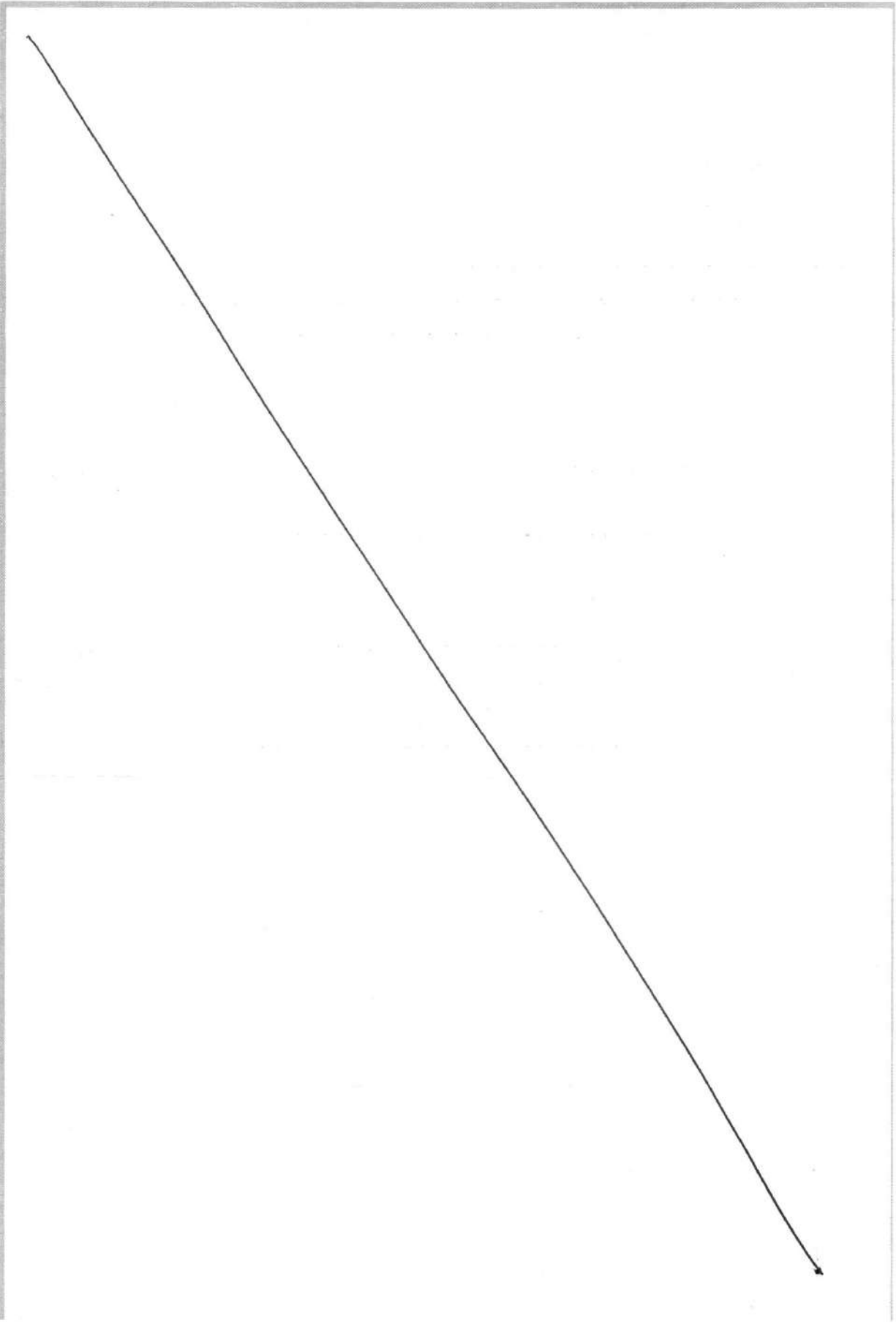
1. Autorizo.
2. À STA para atender a solicitação.

GP/CONDEPHAAT, 19 de maio de 1995.

*Ribeiro de Almeida*  
JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA  
Presidente

cp.-

*Cópias recebidas pelo  
requerente, conforme  
conta dos fs. 85.  
17/9, setembro/1995.*



Juntada

Segue 5 juntada 5 nesta data. Documento            / Folha            de informação rubricada

sob n.º 87 A 94.

57/P-OTOCOLO

Em 17 de OUTUBRO de 19 95

Assinatura



CONT. METALURGICOS

Bairro Jd. Veroso Cidade OSASCO Estado SP

Telefone 7209-1855 CEP 06150-240, vem requerer a

Vossa Senhoria, VISTA NO PROCESSO ~~0000~~ 26399/88 -  
MERCADO MUNICIPAL

no imóvel que se localiza à \_\_\_\_\_  
Bairro \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_  
Estado \_\_\_\_\_

nº do contribuinte \_\_\_\_\_.

Seguem em anexo, os documentos.

Nesses termos  
P. Deferimento

São Paulo, 07 de outubro de 1995

[Handwritten Signature]  
Assinatura







Do	Número	Ano	Rubrica
Requerimento			

INT.: ISABEL CRISTINA DE ANDRADE E OUTRAS

ASS.: Solicita vistas ao processo 26.399/88 (Mercado Municipal)

1. Autorizo.
2. ã SA para atender.

GP/CONDEPHAAT, 10 de outubro de 1995.

*José Carlos Ribeiro de Almeida*  
JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA  
Presidente

cp.-





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**  
SECR. DOS NEG. JURÍDICOS - DEPTO. JUDICIAL - PGM.  
Av. Liberdade, 113 - 2º andar - Sl. 26

São Paulo, 06 de outubro

de 19 95

Ofício n.º 02/95 - JUD. 1

Prezado Senhor

Servimo-nos do presente para solicitar a Vossa Senhoria informações quanto ao tombamento ou não do Mercado Municipal e outras edificações da Rua da Cantareira nº 316/320, nos termos do Ofício ora juntado por cópia.

Agradecendo a colaboração de Vossa Senhoria, apresentamos nossos protestos de consideração e respeito.

**ZENON MARQUES TENÓRIO**  
Procurador Chefe - JUD. 1  
OAB/SP - 46.305

Ilmo. Sr.  
Dr. José Carlos Ribeiro de Almeida  
DD. Presidente do CONDEPHAAT  
Av. Paulista, nº 2644 - 2º andar  
São Paulo - SP.



Segue fl. 02  
em 06/10/95

*Gislene Aparecida*  
Gislene Aparecida Munhoz Denton  
Oficial Administração Geral  
JUD.





SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA  
CONDEPHAAT

Ofício GP-1863/94  
P. COND. 26399/88

Fl. 02  
Of. 02/94 - JUD-1  
Gislene Aparecida de Moraes Diniz  
Oficial Administração Geral  
JUI

São Paulo, 03 de Novembro de 1994.

Senhor Procurador

Em atenção ao ofício nº 03/94-JUD.1, datado de 29 de setembro último, que reitera os termos do ofício nº 02/94, de 14/06/94, sobre o tombamento do Mercado Municipal e outras edificações da Rua da Cantareira nº 316/320, Capital, informamos que os estudos históricos e arquitetônicos necessários à instrução do referido processo encontram-se em fase de compilação neste Órgão, restando apenas algumas informações que serão obtidas através de vistoria que o nosso Setor Técnico procederá ao local.

Pelo exposto, comunicamos que tão logo tenhamos uma posição a respeito, informaremos a Vossa Excelência sobre a deliberação do Egrégio Colegiado quanto ao Tombamento ou não do aludido imóvel.

Continuando ao inteiro dispor de Vossa Excelência para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários com relação ao assunto, apresentamos no ensejo nossos protestos de estima e apreço,

Atenciosamente.

*José Carlos Ribeiro de Almeida*  
JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA  
Presidente

Senhor  
Dr. Zenon Marques Tênorio  
M.D. Procurador Chefe-JUD-1  
Secretaria Negócios Jurídicos/P.G.M/Departamento Judicial  
Av. Liberdade, 113 - 2º andar  
Capital

SRH/pac.





Do	Número	Ano	Rubrica
Ofício nº 02/95	26399		

INT.: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO-SECR.DOS NEG.JURÍDI-  
COS-DEPTO. JUDICIAL-PGM

ASS.: Solicita informações quanto ao tombamento do Mercado Muni-  
cipal e outras edificações - CAPITAL

1. À SA para juntar ao respectivo processo.
2. Ao STCR para informar.

GP/CONDEPHAAT, 10 de outubro de 1995.

*Osório de Almeida*  
JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA  
Presidente

Serviço Técnico de Conservação e Restauro - S.T.C.R.  
Em 10/10/95  
Recebido por *Luciana C.*  
Horas \_\_\_\_\_

cp.-





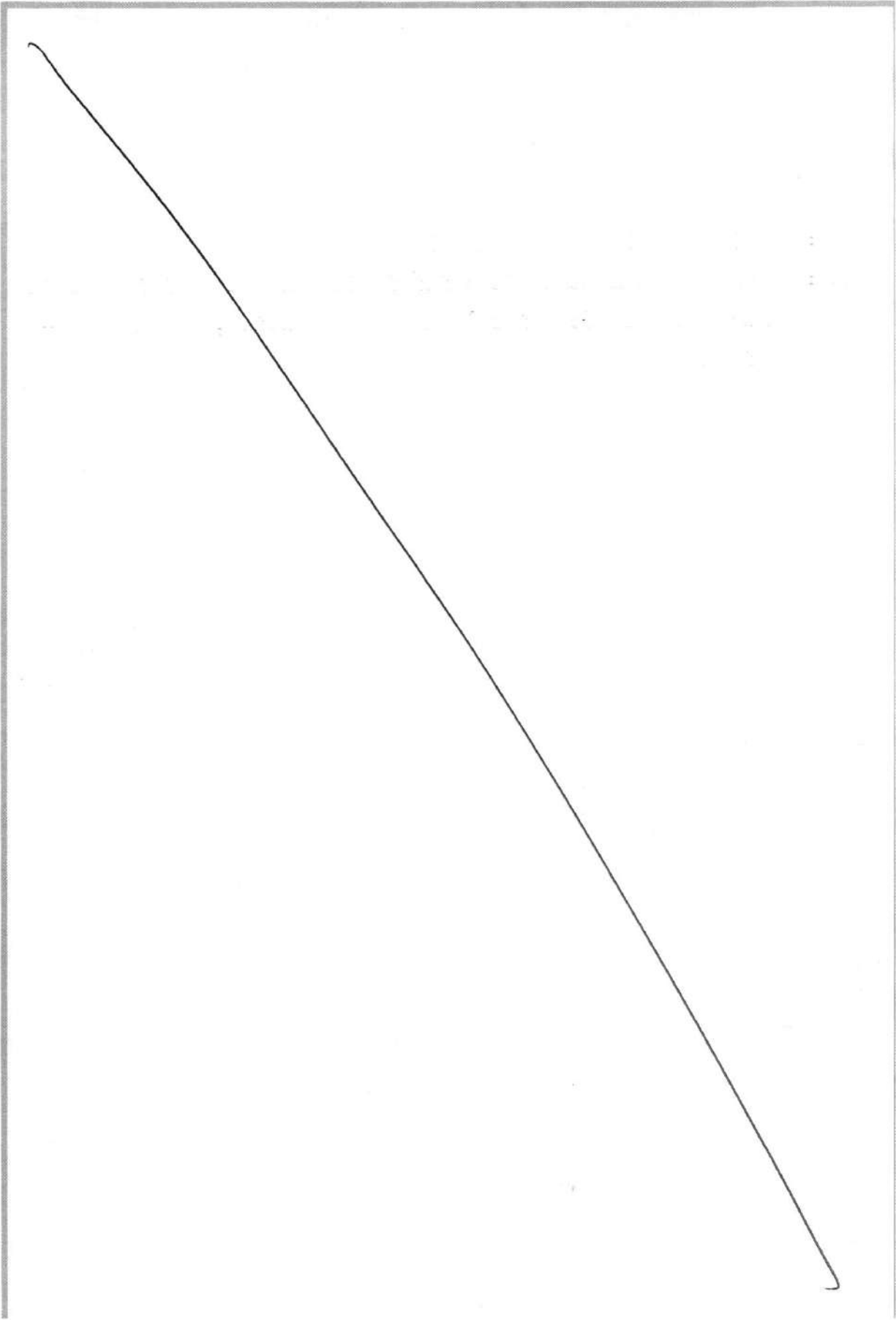


Do	Número	Ano	Rubrica
PROC. CONDEPHAAT	26399	88	

INT: SILVIA BEATRIZ SANTANA AMORIM

ASS: Estudo de Tombamento do edifício do Mercado Municipal e duas outras construções sito à Rua da Cantareira, nº 316/390 - Capital





Juntada

Segue \_\_\_\_\_ juntada \_\_\_\_\_ nesta data, Documento \_\_\_\_\_ / Folha \_\_\_\_\_ de Informação rubricada

sob n.º 93

57/1 PTO 606

Em 02 de JANEIRO de 19 96

Assinatura





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

93  
A

São Paulo, 20 de Dezembro de 19 95

Ofício nº 04/95 - JUD:1

Prezado Senhor

Vimos reiterar o Ofício nº 02/95 - JUD:1 de 06:10:95, cujo teor é o seguinte:

"Servimo-nos do presente para solicitar a Vossa Senhoria informações quanto ao tombamento ou não do Mercado Municipal e outras edificações da Rua da Cantareira nº 316/320, nos termos do Ofício ora juntados por cópia;

Agradecendo a colaboração de Vossa Senhoria, apresentamos nossos protestos de consideração e respeito:"

ZENON MARQUES TENÓRIO

Procurador Chefe - JUD:1

OAB/SP nº 46:305

Ilmo: Sr:  
Dr: JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA  
DD: Presidente do CONDEPHAAT  
Av: Paulista, nº 2644 - 2º andar  
São Paulo - SP:

CONDEPHAAT  
Em 22/12/95  
Recebido por: [Signature]  
Horas: 15:15 h

Serviço Técnico de Conservação e Restauro - S.T.C.R.

Em 02/01/96

Recebido por: [Signature]

Horas: \_\_\_\_\_



de acordo com o projeto de 94. STCR, 28-02-96. B

SUELI FERREIRA DE BEM  
Diretora Técnica do STCR  
CREA n.º 55.198-D-RJ



94  
8

Do	Número	Ano	Rubrica
P. Condephaat	26.399	1988	

Int.: Silvia Beatriz Santana Amorim  
Ass.: estudos de tombamento do Mercado Municipal, situado na Rua da Cantareira n.ºs.316/390, capital.

À D.T./Condephaat,

na vacância do Colegiado, e em atenção ao Ofício n.º.04/95-JUD.1-, da Prefeitura Municipal de São Paulo (fls.93).

Trata o presente dos estudos de tombamento do MERCADO DA CANTAREIRA, iniciados — em Junho/1988 e transformados no presente processo em Agosto/1988.

As dificuldades crônicas desta Instituição prejudicaram sempre a realização da instrução técnica destes estudos e de inúmeros outros de natureza semelhante, o que é pena especialmente neste caso, dado às características já conhecidas do edifício.

Em Outubro/1994, ao lado de outros tantos trabalhos em andamento, este STCR tentou retomar a pesquisa, que deve anteceder à análise e deliberação do Colegiado (fls.75).

Ocorre que tal pesquisa vinha sendo desenvolvida pela hist. Luciana Nunes Miguel e interrompeu-se quando de sua demissão deste Conselho, em decorrência de determinações governamentais. O agravamento das condições difíceis de trabalho, com redução do já escasso Corpo Técnico, não permitiu redistribuição do assunto até o momento.

STCR, 28 de Fevereiro de 1996.

  
SUELI FERREIRA DE BEM  
Diretora Técnica de STCR  
CREA n.º 55.198-D-RJ

CONDEPHAAT  
Em 29 / 02 / 96  
Recebido por: AC.  
11:00





SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA  
CONDEPHAAT

95  
abd

Ofício GP-197/96

Processo 26.399/88

São Paulo, 05 de março de 1996.


Prezado Senhor,

Em atenção ao ofício 04/95-JUD.1, informamos a Vossa Excelência que os estudos visando o tombamento do Mercado Municipal e outras edificações da Rua Cantareira nºs 316/320 , nesta Capital, estão momentaneamente paralisados, em decorrência do afastamento da Técnica que vinha instruindo o processo. O mesmo deverá ser redistribuído para prosseguimento dos estudos.

Comunicamos que tão logo tenhamos uma posição a respeito, comunicaremos Vossa Excelência sobre deliberação do Egrégio Colegiado.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

  
VALQUÍRIA ABDO GANEU  
Diretora Técnica

Exmo. Sr.

DR. ZENON MARQUES TENÓRIO

M. D. Procurador Chefe JUD-1

Secretaria Negócios Jurídicos/P.G.M./Departamento Judicial

Av. Liberdade nº 113 - 2º andar

CAPITAL

01503-010

/emws.-





*Handwritten signatures and initials*

Do	Número	Ano	Rubrica
PROCESSO CONDEPHAAT	26.399	88	

INT.: SILVIA BEATRIZ SANTANA AMORIM

ASS.: Estudo de tombamento do edifício do Mercado Municipal e duas outras edificações situadas na Rua da Cantareira nºs 316/390 nesta Capital

Senhora Diretora do STCR,

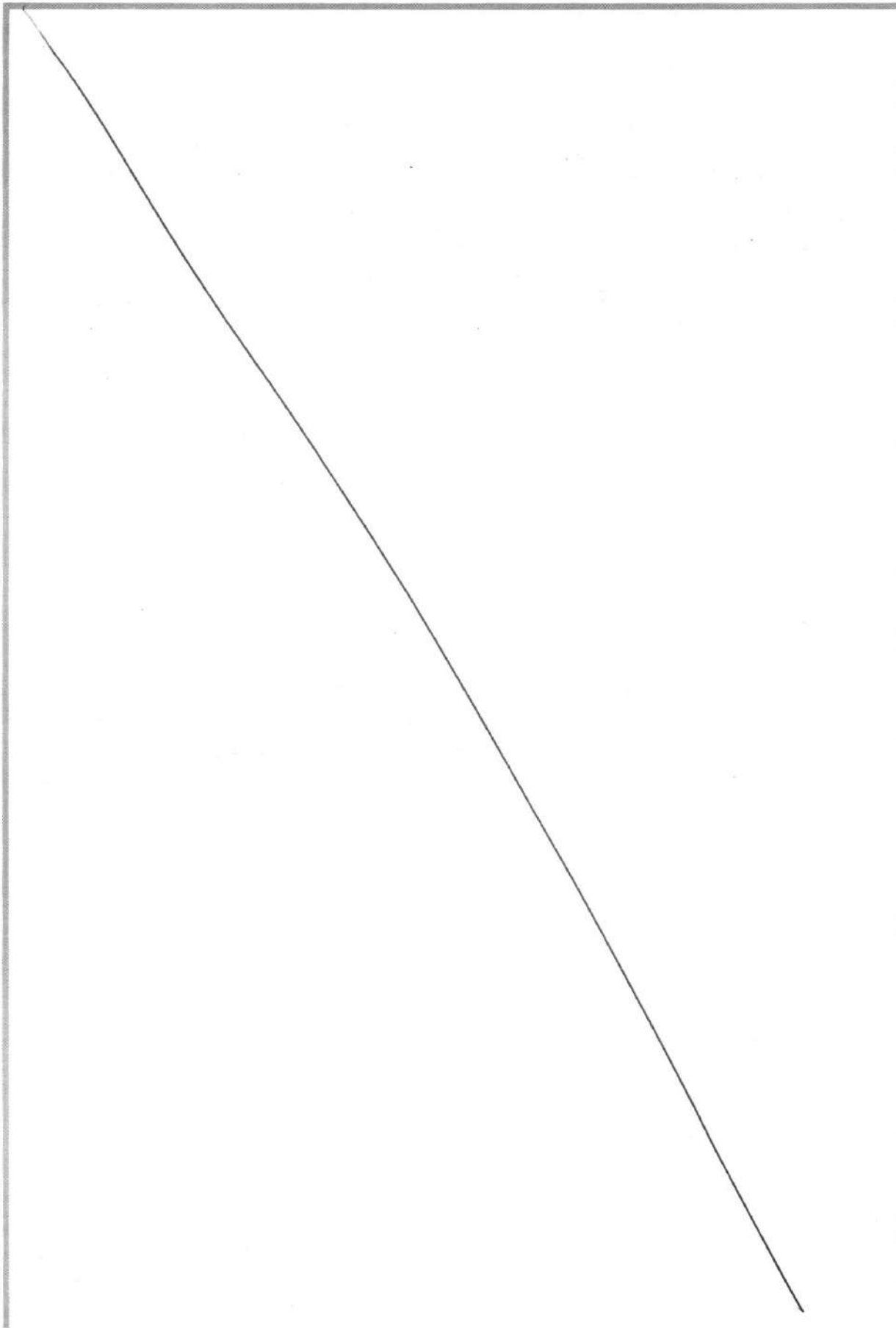
Para indicação de novo técnico para prosseguimento dos estudos.

GP/Condephaat, 06 de março de 1996.

*Handwritten signature: Valquíria Ardo Ganeu*  
~~VALQUÍRIA ARDO GANEU~~  
Diretora Técnica

/emws.-





Juntada

Segue  juntada 5 nesta data. Documento 4 folhas de informação rubricada

sob n.º 97 A JDA.

57/7-070 COB

Em 07 de REVELEIRO de 19 97

Assinatura





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECR. DOS NEG. JURÍDICOS - DEPTO. JUDICIAL - PGM.  
Av. Liberdade, 113 - 2º andar - Sl. 26

São Paulo, 05 de dezembro de 1996

Ofício n.º 002/96-JUD. 1

Prezado Senhor,

Servimo-nos do presente para solicitar a Vossa Senhoria informações quanto ao tombamento ou não do Mercado Municipal e outras edificações da Rua da Cantareira nºs 316/320, nos termos do Ofício ora juntado por cópia.

Agradecendo a colaboração de Vossa Senhoria, apresentamos nossos protestos de consideração e respeito.

ZENON MARQUES TENÓRIO

Procurador Chefe - JUD. 1

OAB/SP - 46.305

Av. Liberdade n.º 113 - 2º - sala 26  
Capital  
01503-000

Ilmo. Sr.

Dr. Carlos Henrique Heck

DD. Presidente do CONDEPHAAT

Av. Paulista, nº 2644 - 2º andar

São Paulo-SP.

CONDEPHAAT - Presidência

Em 10/12/96

Recebido por

Horas \_\_\_\_\_





SECR. DOS NEG. JURÍDICOS - DEPTO. JUDICIAL - PGM.  
Av. Liberdade, 113 - 2ª andar - Sl. 26

06 outubro

95

02/95 - JUD. 1

Folha 112 - PROCESSO  
43-001.350-88X04  
Ass. Julia  
Julia Kimiko Shimizu  
Adv. Titular - JUD.

Prezado Senhor

Servimo-nos do presente para solicitar a Vossa Senhoria informações quanto ao tombamento ou não do Mercado Municipal e outras edificações da Rua da Cantareira nº 316/320, nos termos do Ofício ora juntado por cópia.

Agradecendo a colaboração de Vossa Senhoria, apresentamos nossos protestos de consideração e respeito.

ZENON MARQUES TENÓRIO  
Procurador Chefe - JUD. 1  
OAB/SP - 46.305

Ilmo. Sr.  
Dr. José Carlos Ribeiro de Almeida  
DD. Presidente do CONDEPHAAT  
Av. Paulista, nº 2644 - 2ª andar  
São Paulo - SP.





SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA  
CONDEPHAAT

Exmo. Senhor

DR. ZENON MARQUES TÊNORIO  
M.D. Procurador Chefe-JUD-1  
Secretaria Negócios Jurídicos P.G.M/Departamento Judicial  
Av. Liberdade nº 113 - 2ª andar  
CAPITAL  
CEP.-01503-010

1



Folha 114 do processo 9742 NI

opn

Folha 113 do processo  
43-001.850-88X04

Ass.

*Guilherme*  
Ass. Sec. Adm. - JUD

a respeito, comunicaremos Vossa Excelência sobre deliberação do





**SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA**  
**CONDEPHAAT**

Ofício GP-197/96  
Processo 26.399/88

São Paulo, 05 de março de 1996.

Prezado Senhor,

Em atenção ao ofício 04/95-JUD.1, informamos a Vossa Excelência que os estudos visando o tombamento do Mercado Municipal e outras edificações da Rua Cantareira nos 316/320, nesta Capital, estão momentaneamente paralisados, em decorrência do afastamento da Técnica que vinha instruindo o processo. O mesmo deverá ser redistribuído para prosseguimento dos estudos.

Comunicamos que tão logo tenhamos uma posição a respeito, comunicaremos Vossa Excelência sobre deliberação do Egrégio Colegiado.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

*Valquíria Abdo Ganeu*  
VALQUÍRIA ABDO GANEU  
Diretora Técnica

ENCÓRPIO

1

M. / Departamento Ju

Folha 114 do processo  
43-001.850-88x04  
Ass. *Julia*  
Julia Kimiko Shimizu  
Aux. Tec. Adm. - JUD

700





1011

Do	Número	Ano	Rubrica
	26399	98	

- 1 - A SA para juntar ao respectivo processo.
- 2 - Ao STCR para manifestação, *in formar*  
GP/CONDEPHAAT, 10 / 12 / 96.

  
**Carlos H. Heck**  
Presidente  
CONDEPHAAT





Do

P. CONDEPERAS

Número

28399

Ano

88

Rubrica

Seuor Diretor Técnico,

Solicitamos a seguir informações técnicas para instrução do presente processo de tombamento. A instrução compõe-se de:

Pareceres técnicos Hist. Marly Rodrigues p. 103  
Arq. Silvia Wolff p. 104

Monografia N. Stella Bermani p. 106

Documentação fotográfica

- Acompanhamento da obra (1927. 1933) p. 147
- Detalhes e aspectos do projeto original p. 138
- Fotografias interiores e exteriores do estado atual p. 170

As fotografias da obra fazem parte do acervo da Biblioteca de FAVUSP e foram realizadas pela arq. N. Cristina Wolff de Carvalho, a quem pedido.

As fotografias recentes (1997) e as do projeto original foram cedidas por Beyla M. Pachó Money Fiorotto, Cláudia de Souza Galasso, Daniel Henrique Polachini, Daniela de Silva Costa, Flávia Fonseca Moraes, parte da monografia Mercado Municipal realizada para o curso de História da Arquitetura



que ministro de Faculdade de Artes Plásticas  
Armando Álvares Penteado.

Ilídio Swolff

Juntada

Segue \_\_\_\_\_ juntada \_\_\_\_\_ nesta data. Documento \_\_\_\_\_ / Folha \_\_\_\_\_ de Informação rubricada

sob n.º \_\_\_\_\_

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

Assinatura





Do	Número	Ano	Rubrica
----	--------	-----	---------

Processo 26399/88

Interessado: Silvia Beatriz Santana Amorim

Assunto: Tombamento do Mercado Municipal. Rua Cantareira 316/390, São Paulo

Há exatos dez anos tramita neste Condephaat o processo de tombamento do edifício do Mercado Municipal de São Paulo, bem cuja importância para a memória da cidade é incontestável.

Tal importância não se prende apenas aos aspectos arquitetônicos - embora ele seja uma obra de Ramos de Azevedo, na qual o uso do concreto armado permitiu amplitude de vãos e leveza de pórticos, resultando em beleza e funcionalidade - e ao fato dele ser um marco indicador da expansão da cidade que à época de sua construção, na virada da década de 1920, verticalizava-se, ganhava extensão e uma população cujo abastecimento precisava ser revisto e modernizado segundo novos padrões de higiene.

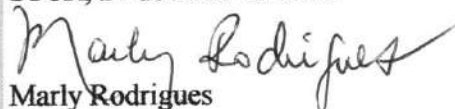
O Mercado, inaugurado em 1933, foi contemporâneo do Martinelli, de retificações do Tamanduateí e outras reformas urbanas que indicavam a adequação da cidade ao desenvolvimento da indústria, do setor financeiro e de serviços, os últimos ainda concentrados no centro histórico, nas bordas do qual seria erguido, junto à área cerealista e a um dos importantes pátios de ferrovia, o do Pari, onde se localizavam armazéns de estocagem, completando as funções de abastecimento alimentar de São Paulo, da qual também fazia parte o Mercado da Cantareira, especializado em verduras e legumes.

Além destas características, o valor do "mercadão" relaciona-se ao fato dele haver sido, e ainda ser, um ponto de encontro e convivência, o que o integra na rede de sociabilidade de parte considerável da população de São Paulo.

Estas considerações apenas arrematam as informações contidas no excelente trabalho da Professora Maria Stella M. Brescianni, oferecido a este Condephaat à título de colaboração, e anexo a este processo, e a exaustiva pesquisa, em especial no que se referer a imagens, realizada pela arquiteta Silvia Ferreira Wolf, do STCR.

As fotos que compõem este processo, além de documentá-lo permitem acompanhar diversas fases das obras e a inserção do edifício na paisagem da cidade. Vale ressaltar que este edifício, já incluído na Z8-200, tem inúmeros atributos que justificam o tombamento pelo Condephaat, o que o protegeria, com mais eficácia, contra as reiteradas ameaças do capital e da sanha destruidora de administradores públicos.

STCR, 28 de maio de 1998

  
Marly Rodrigues  
Historiadora

104  
50

Do	Número	Ano	Rubrica
----	--------	-----	---------

## INFORMAÇÕES RELATIVAS AO TOMBAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL

O Mercado Municipal da R. da Cantareira faz parte integrante do patrimônio cultural de São Paulo. O trabalho da historiadora M. Stella Bresciani, que gentilmente foi cedido para incorporar-se a este processo, explora em detalhes os antecedentes, as circunstâncias em que foi concebido e em que se concretizou e as vicissitudes porque este passou até chegar ao momento atual.

Não é tarefa fácil sintetizar os motivos pelos quais o tombamento pelo CONDEPHAAT impõe-se e caracteriza-se como um tombamento de *referendum*, o reconhecimento de um valor "incontestável", como afirma Marly Rodrigues, de um valor cuja própria trajetória do edifício já impôs.

O Mercado Municipal é representativo de um momento nos anos 20 e 30 em que o poder público municipal idealizou e construiu um edifício que buscava aliar a função de entreposto central da cidade, com os mais modernos conceitos de higiene e organização funcional dotando-o ainda, em sua aparência, da aura de compostura e dignidade que, segundo a perspectiva vigente, deveria revestir os edifícios oficiais.

A arquitetura do Mercado Municipal concebida, criada e contruída pelo Escritório Técnico Ramos de Azevedo (Escritório Técnico Severo Villares após a morte do titular) entre 1924 e 1933 organiza com racionalidade os espaços para fluxo, armazenamento e comercialização dos alimentos, chegando ao detalhamento das bancas para sua disposição.

A construção de estrutura de concreto armado e vedação de alvenaria revela a procura pela utilização lógica dos recursos e materiais construtivos. A cobertura é feita com um sistema de lanternins metálicos que fornecem iluminação natural, complementada por grandiosos vitrais coloridos inseridos sob os arcos das portas. Estes vitrais representam temas evocativos da economia e da agricultura paulista e foram realizados por Conrado Sogernicht.

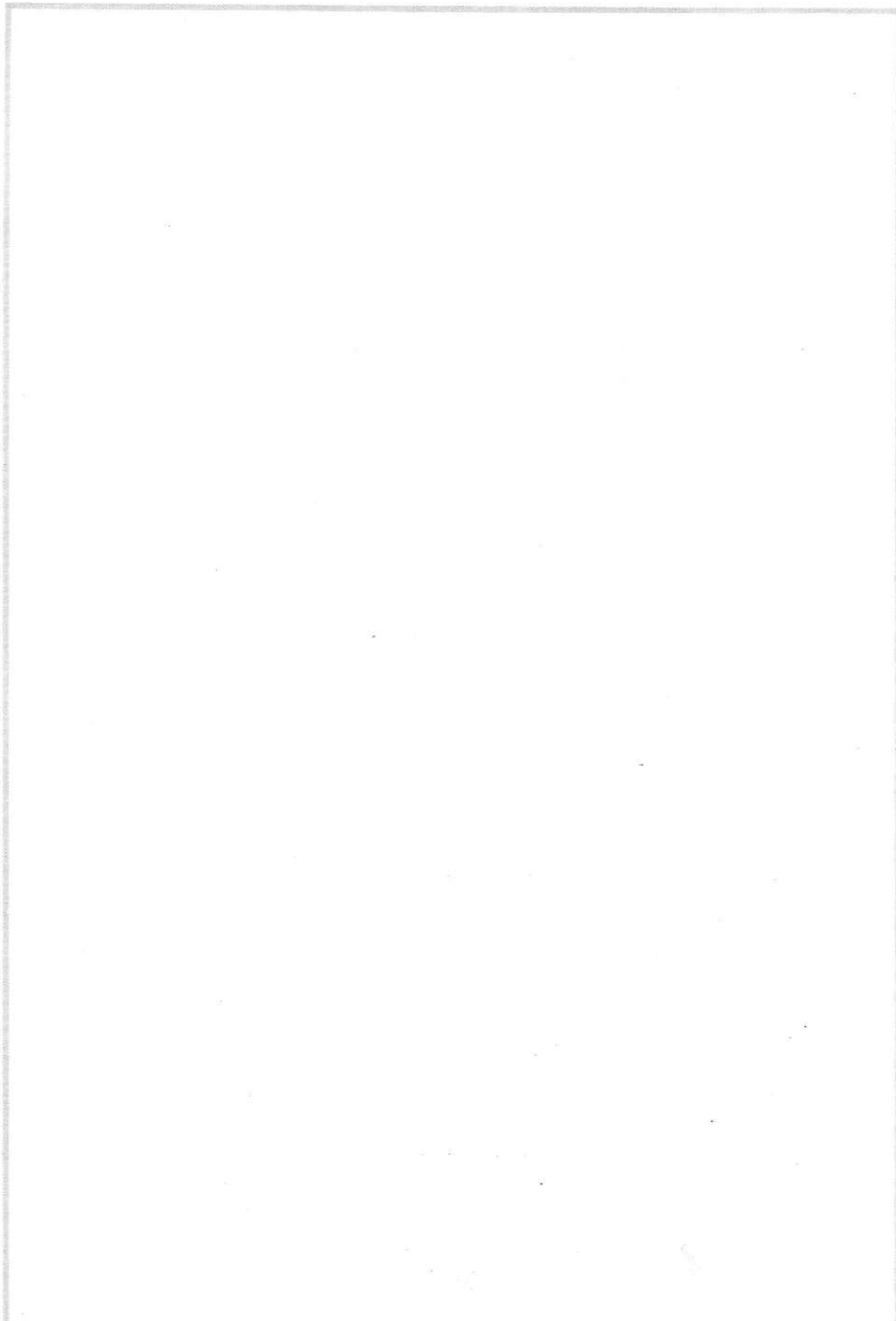
As fachadas recebem tratamento plástico com vários atributos da arquitetura neoclássica: a modulação regular, a marcação da massa de revestimento com rusticações, os arcos plenos encimados por chaves antropomórficas, o emprego de platibandas e mais diversos ornamentos próprios à linguagem clássica como ânforas com frutos, denticulos e medalhões.

A composição volumétrica monumental é regular e complementada por duas pequenas construções isoladas gêmeas, localizadas simetricamente nas laterais da fachada principal. Tal partido é corriqueiro nas construções de inspiração clássica e vinculam-se ao tema das construções tripartidas. É muito comum em nossa arquitetura do início do século, presente em exemplares como a Escola Normal de Itapetininga e em diversos grupos escolares do interior como o antigo Grupo Escolar Francisco Glicério de Campinas.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Neste sentido é inaceitável um projeto que a Prefeitura pretendeu realizar no Mercado que pretendia a demolição destes dois anexos, além do também inadmissível seccionamento do prédio em dois pavimentos através da execução de uma laje. (fl. 104)







Juntada

Segue \_\_\_\_\_ juntada \_\_\_\_\_ nesta data. Documento \_\_\_\_\_ / Folha \_\_\_\_\_ de informação rubricada

sob n.º \_\_\_\_\_

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

Assinatura



105  
sw

Do

Número

Ano

Rubrica

O volume maciço de linhas predominantemente horizontais do Mercado foi projetado com quatro cúpulas simétricas, das quais apenas duas foram realizadas. Estas cúpulas enfatizam os acessos, mas não são suficientes para romper a horizontalidade da composição. Ainda hoje a construção tem destaque na paisagem, embora seu entorno esteja extremamente adensado, bastante diferente dos anos 30 quando fazia contraponto com o Palácio das Indústrias com seus torreões e a ocupação ainda rarefeita das construções menores.

O edifício, além de representativo da cultura paulista nos múltiplos aspectos já mencionados, é exemplar ao mostrar os procedimentos e métodos para a realização de projetos e execução de obras públicas nas primeiras décadas deste século e final do XIX. A pesquisa de Stella Bresciani explicita como o escritório Ramos de Azevedo lograva obter os projetos e construções da administração mesmo quando havia concursos e concorrências públicas. Se não fosse ele o ganhador, de alguma forma o processo se revertia e não é de estranhar que seu nome esteja ligado aos mais importantes edifícios públicos edificados neste período em São Paulo.

O Mercado por todos os aspectos mencionados, com o tombamento, virá ocupar um lugar que lhe é reservado entre tantos edifícios públicos já tombados pelo CONDEPHAT, como por exemplo as Escolas Normais de São Paulo (Caetano de Campos), Itapetininga, São Carlos e Pirassununga, a Estação da Luz e o Museu Paulista.

STCR, 25 de junho de 1998

  
Silvia Ferreira Santos Wolff  
arquiteta



**Juntada**

Segue \_\_\_\_\_ juntada \_\_\_\_\_ nesta data, Documento \_\_\_\_\_ /Folha \_\_\_\_\_ de Informação rubricada

sob n.º \_\_\_\_\_

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

**Assinatura**



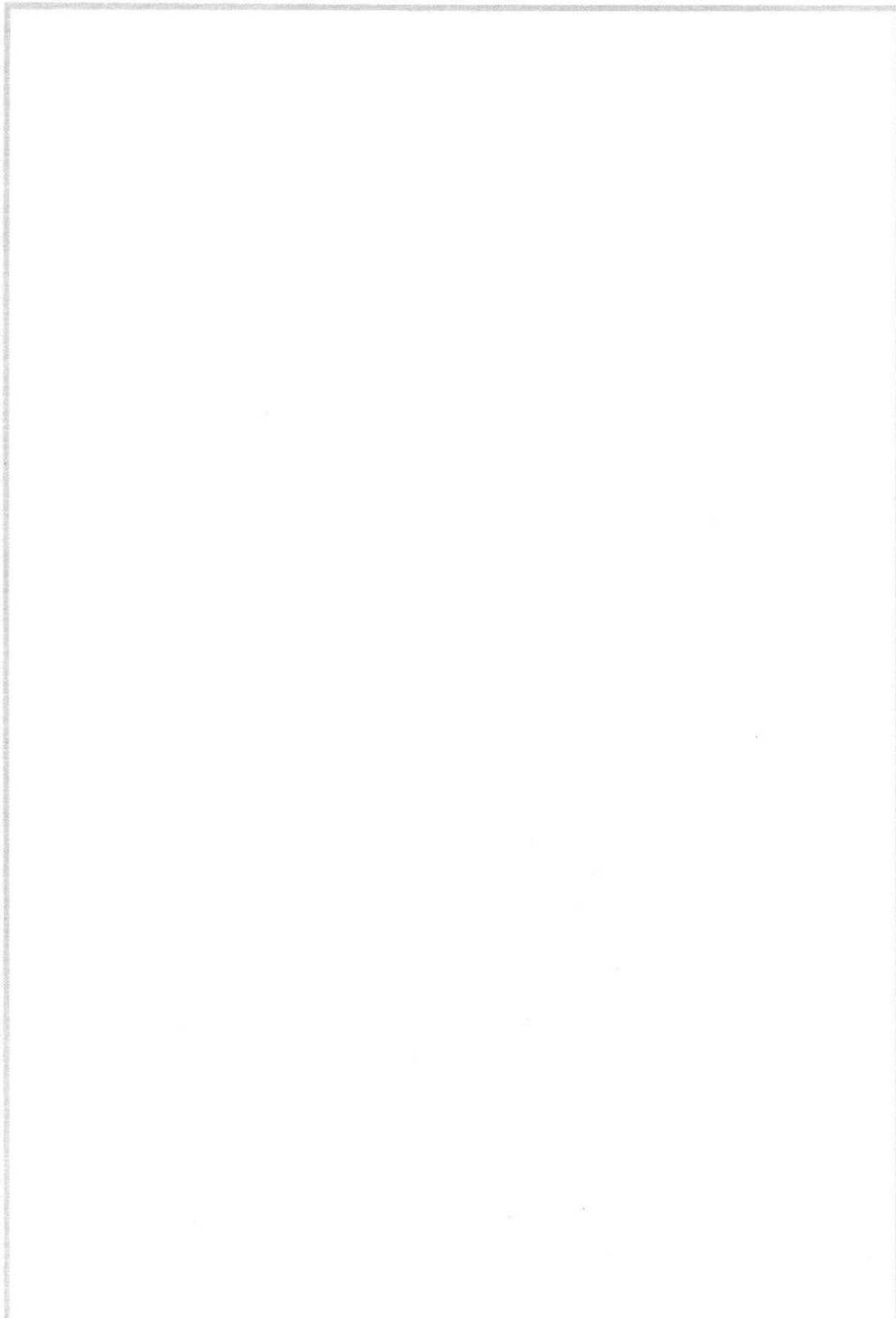


106  
SW

Do	Número	Ano	Rubrica
----	--------	-----	---------

DOCUMENTAÇÃO: TEXTO STELLA BRESCIANI





**Juntada**

Segue \_\_\_\_\_ juntada \_\_\_\_\_ nesta data, Documento \_\_\_\_\_ /Folha \_\_\_\_\_ de Informação rubricada

sob n.º \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

**Assinatura**

\_\_\_\_\_



167/80

## SANITARISMO E PREOCUPAÇÕES ESTÉTICAS. O MERCADO CENTRAL DE SÃO PAULO

Maria Stella M. Bresciani  
Depto. História - IFCH -  
Unicamp

### DE MERCADO A PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO

"MERCADO DE CARA NOVA". Com esta chamada, o jornal O Estado de São Paulo, edição de 8 de julho passado abre na página C1 matéria informando os leitores do processo de restauração do "Mercadão" da rua da Cantareira na área central de São Paulo. Comentando as obras realizadas na parte exterior do edifício e a necessidade de uma próxima gestão da prefeitura completar a reforma cuidando da parte interna, particularmente colunas e teto comprometidos pelo mofo, o articulista detalha a atenção com que os trabalhos de restauração estão sendo executados sob a supervisão do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat). Até o cuidado em identificar a composição da argamassa original e utilizar em seu preparo as areias do rio Tiête faz parte de um processo, cuja intenção é devolver ao Mercado Municipal a aparência do dia de sua inauguração em 25 de janeiro de 1933. O custo das obras é alto: para o restauro da fachada, paredes, portões e vidros foram gastos R\$ 1,7 milhão, que se somam ao R\$ 1,4 milhão já empenhados em 1994 na substituição do telhado, instalações hidráulicas e conserto das infiltrações; para finalizar os trabalhos dessa fase, completam-se os serviços de troca das instalações elétricas, muitas delas ainda originais, com o custo de cerca de R\$ 80 mil. O articulista nos dá também informações sobre a área do mercado -22.230m<sup>2</sup>-, a comercialização diária de 350 toneladas de produtos pelos 364 boxes, o número de mil funcionários responsáveis pelo antedimento e manutenção do estabelecimento e a passagem cotidiana de 15.000 pessoas pelo local. Na parte inferior da página, há uma chamada especial dizendo: "Comércio de produto pitoresco atrai público". O comentário refere-se ao "amontoado confuso de raridades gastronômicas, além de pássaros e outros bichos de estimação", bacalhau norueguês, avelãs americanas, azeitonas e queijos. Há também referências a boxes específicos onde se pode encontrar produtos refinados de tabacaria e até 40 marcas de uísque. O articulista menciona ainda o convívio entre frequentadores que unem a necessidade das compras ao prazer do bate-papo com velhos amigos nos botecos da viela da Rua E. O sábado é o dia preferido desses fregueses





especiais que, concluímos, não se rendem ao atrativo dos grandes espaços de compra, os atuais supermercados, nem se acostumam à distância e enormidade das dependências do Ceagesp.

Esses trabalhos de restauração colocam um ponto final, ao menos pelos próximos anos, na polêmica do início da década de oitenta, ocasião em que a Prefeitura do município planejou transformá-lo "em uma espécie de Shopping Center com o charme do passado". Pensava-se transferir o comércio atacadista, sua função originária e principal, deixando lá somente as bancas de venda a varejo. Mesmo os técnicos do DPH observam em 1979 na ficha do Mercado Central<sup>1</sup> a incompatibilidade do uso atual da edificação, dado ter-se "tornado obsoleto o espaço existente para as necessidades de estacionamento e serviços de carga e descarga". Em grande parte, isto acontecia por ter a área de entorno do projeto original sido ocupada por loteamentos e alargamentos de avenidas. Avaliando as condições do edifício, os técnicos referem-se ao estado de deterioração do lado externo das paredes, parte resultado da ação do tempo e do meio ambiente, parte devido ao descuido na manobra dos veículos que lá estacionam. Vitrais quebrados pelos entregadores de mercadorias, umidade proveniente da ineficiência do sistema de captação de águas pluviais comprometendo os capitéis e a sobrecarga da rede elétrica aliavam-se à alta taxa de ocupação interna que, elevando a altura dos boxes, impedia a iluminação prevista. Até na cobertura, as lajes encontravam-se sem impermeabilização, as cúpulas de ardósia faltantes permitiam a oxidação da estrutura metálica de sustentação e o apodrecimento do madeiramento. É interessante notar que em sua observação final, eles afirmam a impossibilidade de definir e orçar os trabalhos de restauração a serem executados antes de feito "o programa de uso" do edifício. Nessa afirmação de caráter técnico, define-se a importância do edifício como patrimônio histórico, a despeito das finalidades a serem a ele atribuídas. A materialidade da forma e massa arquitetônicas, datada e fixada num tempo significativo, os anos 1920 -1930, quando São Paulo se modernizava, reserva-lhe o direito à preservação, na condição de signo constitutivo da história da cidade.

Parte da reforma prevista pelo D.P.H. foi realizada pela Secretaria de Serviços e Obras em 1979. Nessa época, o Mercado, não estando tombado, era protegido de intervenções descaracterizadoras pelo prédio do antigo Palácio das Indústrias situado no parque Dom Pedro II, tombado como patrimônio

<sup>1</sup> Sobre a preservação do Mercado pelo Departamento de Patrimônio Histórico (D.P.H.) da Secretaria da Cultura do Município de São Paulo há um estudo com o título "Parque D.Pedro II. Mercado Municipal. Levantamento Preliminar (Departamento de Preservação), datado de fevereiro de 1979 e menção da reforma efetuada naquele ano na página 443 da volumosa obra que repertoria os edifícios considerados patrimônio da cidade. Também Bens Culturais Arquitetônicos no Município e na Região Metropolitana de São Paulo, op.cit.



histórico. Pensava-se cercar seu edifício com grades de dois metros de altura, acabar com as goteiras, melhorar a iluminação da parte alta do edifício e contratar os serviços de Conrado Sorgenicht Filho para refazer os segmentos quebrados dos vitrais originais elaborados por esse mesmo artesão no início da década de 1930. É digna de nota a importância conferida à manutenção do uso do edifício para o comércio de víveres, no arrolamento dos bens culturais e arquitetônicos de São Paulo, publicado em 1984<sup>2</sup>. Esta posição oficial em relação ao edifício do Mercado encontra-se já comentada, um ano antes, no Jornal Unibanco nº 127, de agosto de 1983, que se refere ao fato de ser a região considerada patrimônio histórico de São Paulo e de estarem boa parte das construções tombadas pelo Condephaat. Num contraste significativo, o mesmo artigo que ressalta o "inestimável valor" dos edifícios do Mercado, do Palácio das Indústrias e do Gazômetro, elogia o projeto de reforma do "antigo prédio de apartamentos de dois andares" na mesma rua da Cantareira para a instalação de uma nova agência do banco. O projeto mantinha intacta a fachada do prédio, modificando totalmente a parte interna. "A idéia de passado é deixada de lado tão logo se adentra a agência", enfatiza o articulista, comentando que "o trabalho maior foi o erguimento de um prédio totalmente novo por detrás da antiga fachada". Conjugava-se nesse empreendimento, uma das concepções atuais da preservação que mantendo a parte exterior em sua originalidade oferece um resultado decorativo. Algo que mantendo visualmente o tempo referencial da história, insere a edificação no fluxo do tempo presente. Exterioridade simbólica de um tempo significativo, o trabalho de reforma da agência Unibanco só assume sentido no contexto da preservação dos três outros prédios, em particular do Mercado, onde a finalidade original se mantém intacta e possibilita o diálogo com a instalação bancária.

Em contraste com os edifícios do Palácio das Indústrias, que na época abrigava uma repartição policial, e do Gazômetro, transformado em centro para atividades culturais, o Mercado mantém a ocupação originária, o que o torna singular e oferece elemento significativo para os argumentos na defesa de sua preservação. Numa cidade notabilizada por sua constante modificação e pouco apreço pelas áreas mais antigas, o Mercado Municipal conjuga a proeza de ter-se mantido intacto, na forma e conteúdo, à voraz picareta do progresso.

A singularidade de suas atividades é sempre enfatizada nos textos. Encontramos novamente referência ao comércio altamente especializado e mesmo sofisticado de produtos de variada procedência no artigo da Folha de São Paulo, de 29 de dezembro de 1987 (página A10), "Apreciadores de

<sup>2</sup>São Paulo (Estado) Secretaria dos Negócios Metropolitanos. Secretaria Municipal de Planejamento, Bens Culturais arquitetônicos no Município e na Região Metropolitana de São Paulo, São Paulo, 1984 (484 páginas), p.443-444.

iguarias" viam-se atraídos pelas nozes, avelãs e passas européias, argentinas e chilenas, pela exótica *li chia*, fruta chinesa transplantada para as culturas do interior do estado, peixes para os *sushi* japoneses e, em destaque especial, pelos fumos comercializados por Rizzieri João Bruno, de 73 anos, com banca no Mercado desde sua inauguração. Aqui o pitoresco fica por conta da variedade dos fumos de corda e das preferências de cada tipo de freguês, muitos deles pessoas conhecidas do mundo político. Assim, na opinião de Rizzieri, "a qualidade dos produtos e o atendimento personalizado" asseguram a fidelidade dos clientes e justificam a manutenção das características originais do mercado contra a projetada transferência de parcela de seus ocupantes e sua readequação para shopping center. Nas conversas com o articulista, os comerciantes rememoram outros tempos, nos quais o Mercado se via periodicamente inundado pelas enchentes do rio Tamanduateí, problema só resolvido em 1966 pela última de uma série de retificações do seu leito. Recuam mais longe para o tempo em que chegava até o mercado trazendo produtos o trem da Cantareira, que deu nome à rua da entrada principal do edifício e nomeou ainda o mercado de verduras anexo; mencionam também a ocupação militar das instalações na época da Revolução Constitucionalista de 1932, quando serviu de depósito de armas e de hangar de aviões.

Passados quase dois anos, o Jornal da Tarde, de 30 de agosto de 1989, intitula os dois artigos da página 30: "Procura-se um bom espaço. Motivo: alimentar a cidade" e "Mudar o Mercado Central. Um tema de muitas brigas". Em pauta, o congestionamento do trânsito junto ao Mercado e a insuficiência da zona cerealista das imediações. A questão do uso do edifício volta à baila mesmo depois da decisão do Condephaat, o que remete para a possível manutenção do prédio modificadas as finalidades a ele atribuídas.

Até certo ponto, somos levados a acolher a opinião de vários entrevistados que dizem não acreditar nas reiteradas ameaças de mudança do seu comércio. "Isso tudo não passa de conversa fiada. Que área tem por aqui para botar tanta mercadoria? Qual o cerealista que pode empatar dinheiro em um negócio desses? O governo vai construir? Vai fazer armazéns grandes como esses feitos nos tempos das vacas gordas?", pergunta o cerealista Victor Antonio sócio do seu José na "Casa do Arroz". As reclamações dos comerciantes, como o "rei da cebola", que em tempos de Plano Cruzado diz achar impossível o custo do cafezinho, NCz\$ 0,50, ser superior ao do quilo da cebola, Ncz\$ 0,30, e de outro cerealista, que embora reconheça a necessidade da mudança, afirma ser impossível aos atacadistas arcarem com as despesas da construção de novas instalações, mesclam informações claras ao tom emocional do descrédito. Mesmo a declaração bonachona dos dois sócios da mercearia do boxe 16 da rua G que se dizem tranquilos, pois, além do Mercado ser uma atração turística, a conversa da mudança dura já 35

H  
SW  
///

anos, contrasta, sem negar, com a fala "objetiva" e bem articulada do assessor da presidência da Ceagesp, Roberto Tumarco, e a do presidente da Bolsa de Cereais, Francisco Paulo Infante.

Para esses administradores, São Paulo merece e exige uma "Cidade Cerealista". Agora a argumentação assume tonalidade técnica e Infante diz ser "absurdo uma cidade com 16 milhões de habitantes continuar com a mesma Zona Cerealista da década de 30". Por outro lado, em suas projeções - a cidade prevista poderia "reunir infra-estrutura para servir a população nos próximos 100 anos"- escutamos os ecos do debate em torno de projeção semelhante proclamada por parcela das autoridades municipais e vereadores em relação ao projeto do Mercado Central nos anos vinte e trinta. Sem dúvida, a imagem de uma "Cidade Cerealista arrojada, que pudesse comercializar com tranquilidade, conforto e bons preços o arroz, feijão, milho e hortifruti-grangeiros junto aos grandes e pequenos varejistas que abastecem São Paulo", poderia bem ser o sonho de "milhares de comerciantes", como declara Infante. Em sua opinião, tudo se resumia no cumprimento da promessa do governador Orestes Quêrcia de doar uma área de 3 milhões de metros quadrados na estrada do Pêssego, em Itaquera. Em sua previsão, a Cidade Cerealista estaria pronta em quatro anos e, acrescentamos nós, manteria uma tradição paulista já afirmada muitas vezes, ao construir segundo eles, "o maior centro de abastecimento da América Latina". Na verdade, o projeto da Cidade Cerealista previa instalações complementares às de comercialização: 1 milhão de metros quadrados seriam reservados a hotéis e restaurantes, de modo a oferecer comodidade aos comerciantes, que não mais precisariam dormir dentro dos caminhões à espera do momento da entrega da mercadoria. Até áreas verdes projetadas por paisagistas constam das expectativas de Tumarco que as considera necessárias para completar essa cidade, que numa primeira etapa deveria contar com 500 módulos de 450 metros quadrados cada, dotados de plataformas de carga e descarga.

Outro técnico, o gerente de Operações de Tráfego do DSV, Sebastião Ricardo Martins, acredita ser esta a única solução para o problema do congestionamento das ruas adjacentes, avenida do Estado, rua do Gazômetro e Mercúrio. "A situação naquela zona é caótica. Não há programa ou operação do DSV que consiga aliviar o problema", afirma comparando o pequeno número de vagas no estacionamento, desproporcional ao número diário de caminhões e o tempo de descarga da mercadoria, bem como a dimensão dos enormes veículos trafegando por aquelas ruas estreitas do centro antigo de São Paulo. Naqueles anos finais da década de 1980 podia-se talvez ainda argumentar com as facilidades de tráfego nas vias marginais aos dois grandes rios que atravessam a cidade. Segundo esse técnico do trânsito, os motoristas que viessem do interior do estado e os procedentes da Zona Norte passariam pela marginal do Tietê e seguindo pela avenida Salim Maluf



chegariam em 15 minutos a Itaquera. Contudo, é um comerciante de laticínios da rua Miguel Carlos, atrás da Bolsa de Cereais, com uma loja de atacado e varejo na própria rua da Cantareira, "bem ao lado do hotel 'Flor do Mercado'; quem oferece um argumento fundamental: "aqui não tem mais condições de continuar: "um lugar que não é entrada nem saída da cidade", onde o sujeito que vem do interior fazer compras não tem onde parar...".

Mudara a concepção de localização dos grandes centros de abastecimento. As palavras com que a revista Architectura e Construções saúda a fase de acabamento das edificações do Mercado Municipal de S. Paulo em fevereiro de 1930 acentua exatamente o acerto da localização do novo Mercado "num dos pontos mais acessíveis do vasto Parque da Várzea do Carmo e no centro do Município"<sup>3</sup>. Nesta observação destaca-se exatamente o fácil acesso dos fornecedores e compradores e constitui parte importante da apreciação da obra a indicação da facilidade oferecida "ao público (por) suas entradas pelas quatro largas vias que o limitam - Avenidas do Estado e Cantareira e ruas Ceres e Mercúrio - onde, diz o redator, amplo espaço permite o movimento de veículos a par do seu estacionamento". No que se refere aos fornecedores, o articulista elogia a situação do Mercado: "muito próximo das estradas de ferro, será também ligado a todas as linhas de bonde por uma estação especial e até a navegação fluvial, por intermédio do canal do Tamanduateí, virá dentro pouco tempo facilitar mais as suas comunicações com os bairros mais distantes e com as populações ribeirinhas de cujas hortas e pomares será o grande distribuidor". As ferrovias lá estavam já quando da inauguração do Mercado; os que dependiam dos bondes precisaram esperar a instalação das linhas por seis anos.

Passaram-se cerca de cinquenta anos antes que se considerasse o Mercado Municipal da rua da Cantareira um sério transtorno para a área central da cidade. A questão de um espaço maior para concentrar a venda por atacado dos hortifrutigrangeiros fora resolvida com a construção do Ceagesp nas adjacências da marginal Pinheiros nos anos sessenta. Situado na junção das duas vias marginais, a enorme área do Ceasa de São Paulo oferece espaço para mercadorias e estacionamento. Assim, é significativo que, ao completar 50 anos, no dia do aniversário da cidade a 25 janeiro de 1983, um artigo da revista Abastecimento lamenta o esquecimento a que se relegara o Mercado Central; nenhuma comemoração para lembrar o meio século de existência e de serviços prestados pelo estabelecimento - "uma das grandes tradições da cidade"<sup>4</sup>. Nas fotos que ilustram a matéria, a aparência do prédio indica um

<sup>3</sup>Architectura e Construção, vol.1, nº 7, fevereiro de 1983, Estabelecimento Graphico EDANEE, pp.7-16. O artigo reproduz várias fotos do Mercado em acamento e plantas do edifício.

<sup>4</sup>Revista do Abastecimento, fevereiro de 1983, pp.18-20.

esquecimento não limitado à comemoração da data, mas muito mais significativo, em relação ao descaso com sua manutenção.

O silêncio marca o dia: fechado e deserto, situação tão diversa da “de todos os dias, quando é uma metáfora viva da agitação e burburinho do maior e mais importante município brasileiro”. Acrescentando elementos favoráveis ao seu argumento, o articulista salienta o valor arquitetônico do edifício e informa ter sido “planejado pelo engenheiro Ramos de Azevedo, o mesmo que projetou o Fórum e o Teatro Municipal e trouxe da Alemanha os belíssimos vitrais que se constituem numa atração à parte do mercado”<sup>5</sup>. Também o local merece comentário elogioso, já que, a seu ver, “ocupando um quarteirão inteiro da tradicional rua da Cantareira, às margens do rio Tamandateí e imediações do parque Dom Pedro, o mercado, pelo seu tamanho e localização, sempre foi um dos maiores polos de abastecimento da cidade, principalmente da Zona Leste, Guarulhos, São Miguel, Itaquera e Guaianazes”. Em suas palavras, o Mercado Central não mais caracteriza-se pela condição de maior centro de abastecimento, mas tão somente como um dos seus grandes polos. Em termos de quantidade e variedade de mercadoria, o mercado ultrapassava, ainda em 1983, e segundo dados fornecidos no artigo, os maiores centros de compra de alimentos: os 20 empórios, 21 peixarias, 9 casas de aves abatidas, 7 casas de vísceras, 3 de utilidades domésticas, 5 de massas, 3 de café moído, 11 de laticínios, 12 de artigos para feijoada, 27 açougues, 2 casas de ovos, 4 de aves canoras, 1 de flores, 1 tabacaria, 8 bares, 205 bancas de frutas em geral e 2 de legumes compõem uma gama bastante ampla de oferta que pode ainda ser completada pelas 1.300 bancas de legumes e verduras instaladas bem em frente no Mercado da Cantareira. No total eram 341 casas de comerciantes, muitos deles produtores, que, como informava o então diretor do Mercado Central, Lellis Caris, somados aos outros dez mercados municipais da cidade, eram responsáveis, direta e indiretamente, por 50% do abastecimento da cidade. O número dos frequentadores mantinha-se alto, cerca de 3 a 5 mil durante a semana, aumentando para 8 a 10 mil nos sábados. Caris explica a presença fiel desses compradores pela dificuldade de acesso ao Ceagesp que, segundo ele, “corrói os preços baixos”. Cita ainda em apoio da preferência pelo Mercado, a “beleza do edifício” e a sociabilidade proporcionada aos seus frequentes costumeiros.

Sua fala não encobre entretanto a existência dos supermercados e de sua concorrência; pelo contrário, sublinha até ter sido copiada de uma antiga

<sup>5</sup> Erroneamente várias pessoas referem-se à origem alemã dos vitrais do Mercado Central; trata-se de confusão feita em relação ao autor do conjunto de vitrais que se encontram na parte alta das paredes do edifício, obras executadas entre 1928 e 1933 pelo artesão Conrado Sorgenicht Filho, ele sim filho de alemães, em seu estabelecimento, a Casa Conrado”. Cf. Folha de S.Paulo 19.2.1987, p.B-7 e Estado de São Paulo 6.9.1979.



HB  
8w  
114

prática do Mercado a conjugação das compras com lazer e convívio social, de onde “até casamento saía”. Aliás, um artigo na página 12 do jornal O Estado de São Paulo, de 26 janeiro do mesmo ano, vai em direção semelhante a do depoimento anterior: “O mercado não se abalou nas últimas décadas, quando a cidade ganhou inúmeros centros de abastecimento, como o Ceagesp, supermercados, varejões.” A explicação vem a seguir: “Sua tradição de oferecer mercadorias diversificadas, abundantes e de qualidade, fez com que o movimento se mantivesse estável nesse período. (...) só não tem frequência maior devido à precariedade de estacionamentos”. “Afinal, conclui, entre as histórias que seus comerciantes contam com orgulho estão as dos velhos fregueses que não abandonam o Mercado Central por nenhum outro centro de abastecimento, mesmo quando se mudam para locais distantes”.

Os dois artigos comemorativos dos cinquenta anos do Mercado não fazem, entretanto, referência a intenção frustrada do prefeito paulista que ao deixar o cargo no início de 1979, lastimava não haver conseguido transferir o Mercado Central para um local mais distante. No entanto, o Diário Popular, de 22 de março do mesmo ano, em matéria intitulada “Memória”, comenta “a sucessão dos mercados que teve a Capital” e menciona a “declaração ressonante do prefeito” em tom jocoso. A falta de recursos financeiros havia impedido a transferência e os 318 comerciantes lá estabelecidos “ficaram tranquilos”, diz o articulista, e “até radiantes”, completa. Rememorando a história dos mercados, aproveita para lembrar que “ainda há anos, no glorioso Mercado Central, acontecia que, de madrugada, chegavam carroças e caminhões dos chacareiros que ainda cultivavam o solo paulistano, para oferecerem sua rica, variada e suada produção”. Os tempos mudaram, e a produção que, segundo ele, fora tão abundante de maneira a se enviar o excedente para a população do Rio de Janeiro, não mais atendia as necessidades da própria cidade de São Paulo. Viera então o CEASA, expressando as modificações do sistema de produção e abastecimento da capital paulista.

Aliás, ficamos sabendo, por artigo da Folha de São Paulo, de 19 de fevereiro de 1987, que o mesmo prefeito Faria Lima havia projetado em 1965, não só transferir o Mercado, mas também demolir o edifício para dar lugar a uma praça. Oito anos após, em 1973, os comerciantes sofrem a ameaça de serem transferidos para o Jaguaré, junto ao Ceagesp, ameaça que se renova em 1978. Em 1980, projetos de demolição ainda pairam sobre o Mercado, e em artigo para a Folha de São Paulo, de 1º de abril de 1980, Ernani Silva Bruno dá sua opinião: “Se o Mercado Central tiver de ser um dia desativado (...) o edifício que o abriga deverá ser preservado”. Esse historiador considera estar o edifício integrado à paisagem da cidade como um marco de sua memória.

Muda a concepção da boa localização dos mercados de abastecimento, assim como cresce a cidade, a circulação de veículos, suas demandas. Até o gosto

H  
SW  
MS

arquitetônico se modifica e passa a se ver nos edifícios em estilo neo-clássico relíquias de uma época em que a cidade passava de capital do café para a de capital mais industrializada do país. Mesmo a avaliação constante da ficha do D.P.H. de São Paulo, refere-se ao prédio, como “edifício (que constitui) um exemplar tardio do ecletismo”, conferindo-lhe contudo valor histórico por ser “um dos mais representativos da arquitetura paulistana”<sup>6</sup>.

A competência técnica, com argumentos racionais, desloca a importância do Mercado, da dimensão funcional para a arquitetônica, dele fazendo um monumento histórico. Executa-se uma operação de despojamento das atividades que o preenchem e justificaram até então sua permanência; despojamento extensivo às questões de trânsito externas ao edifício, para num recorte excludente fazer da parte material um monumento em si. Algo que assinala com ferro, cimento e vidro um momento da história de São Paulo, capturado pela memória cognitiva, que não incorpora em sua pretendida objetividade a memória afetiva dos que a ele se referem. Oferece uma emoção inscrita em outro registro, o da memória coletiva elaborada intelectualmente<sup>7</sup>. Ele será entregue à população da cidade, restaurado e assinalando um determinado tempo da história de São Paulo, na forma de ícone que relembra em termos visuais e estéticos, a concepção de modernização prevalecente nas primeiras décadas do século. Aliando magnificência e solidez arquitetônica às exigências sanitárias e técnicas de conservação dos gêneros alimentícios, sua presença assinala e fixa em um registro indelével o tempo em a cidade iniciava o percurso que a tornaria a maior do país. Um efeito de memória, portanto uma retroprojeção valorizada, em parte pelos testemunhos falados e escritos de época, mas, principalmente, pelo valor simbólico a ele hoje atribuído como monumento e presença concreta no tecido urbano de um tempo-referência da identidade dessa cidade em particular. Na errância permanente da “cidade que mais cresce no mundo”, o edifício do Mercado configura uma das relíquias salvas da dupla ameaça: o desgaste do tempo e a impetuosidade da picareta da técnica.

Para o comércio de abastecimento de gêneros alimentícios, as portas de entrada na cidade deslocaram-se das estações das vias férreas para os pontos iniciais das estradas de rodagem que ligam as cidades ao interior e às outras cidades da região. Se o congestionamento da área adjacente, dificultando o acesso ao Mercado e o trânsito normal da cidade, constitui tópico recorrente nos argumentos a favor da mudança, também a raridade e o preço do terreno na região impedem a ampliação das instalações para acomodar melhor os comerciantes aí instalados e acolher maior número deles. Acrescente-se a esses argumentos uma reiterada menção aos mendigos e

<sup>6</sup>Obra mencionada na nota 1.

<sup>7</sup>Remeto para os argumentos de Françoise CHOAY, L'Allégorie du Patrimoine, Paris, Seuil, 1992

catadores de mercadorias rejeitadas, com frequência pouco discerníveis dos assaltantes que circulam pelo local<sup>8</sup>. Como coadunar, sem recorrer à elaboração de ícone, a situação ambígua de um dos marcos da memória da cidade com seu anacronismo funcional?

O Mercado Central, agora protegido como patrimônio histórico e arquitetônico, tem sua permanência assegurada numa situação que privilegia os comerciantes lá instalados, adaptando-os a um papel que, embora mantenha o caráter comercial, a eles reserva a condição de figurantes de um museu vivo no centro da cidade, algo entre o utilitário e o pitoresco do exotismo e da raridade do comércio artesanal, hoje desaparecido. Até as ameaças de demolição ou de alteração da ocupação, que sobre ele pairavam, fazem dele um objeto raro, precioso para a história, preservado para a memória de uma forma muito particular, a de museu integrado ao circuito da vida da cidade. Sua massa arquitetônica apresenta-se a nós como "*presença* concreta, instalada num *passado* definitivo e irrevogável, elaborado pelo duplo trabalho da historiografia e pela consciência das modificações impostas pelas exigências atuais. Diferentemente do prédio do Covento da Luz, cuja técnica construtiva em taipa faz dele uma "reliquia de um mundo perdido", absorvido pelo tempo e pela técnica", testemunho vivo, imagem-presença "das origens da cidade", o prédio do Mercado assinala um outro tempo. Ele já se inscreve na lógica da eficiência. Enquanto monumento histórico, por conseguir manter seu valor de uso relacionado ao atendimento artesanal e servir a um público específico, o Mercado configura, em sua representação dupla de patrimônio, uma singularidade<sup>9</sup>.

## 2. A VÁRZEA DO CARMO E O MERCADO CENTRAL

Um recuo no tempo, mostra que a escolha do local para a edificação do Grande Mercado, nos anos 1920, recaía numa área até então pouco valorizada e sujeita a inundações periódicas, a várzea do Carmo. Amplo terreno situado às margens do rio Tamanduateí, próximo à colina histórica, ou seja, a elevação onde uma capela e o antigo colégio dos jesuítas assinalavam o marco de fundação da cidade. Ao lado do que restara do antigo Colégio erguia-se o Palácio do Governo, ladeado pelos novos prédios das Secretarias da Agricultura e da Fazenda. Na praça ao lado construía-se a Catedral da Sé. Na parte baixa da colina ficava o velho Mercado da Vinte e Cinco de Março e seu anexo, o Mercado dos Caipiras, bem às margens do Tamanduateí, onde

<sup>8</sup>Lellis Caris refere-se aos "catadores" pelos quais tinha cuidado especial, de modo a evitar que agulhoados pela fome se transformassem em ladrões. Artigo "O Estado de São Paulo". 26.1.83.

<sup>9</sup>Recorremos ao livro de Benedito LIMA DE TOLEDO, São Paulo: três cidades em um século, (São Paulo, Duas Cidades, 1983) para pensar essa sucessão de estilos e técnicas construtivas.

HE  
SW  
AA

mulas e pequenas embarcações concorriam com as lavadeiras e as roupas brancas estendidas na relva para clarearem.(1)

*mercado*

“Quem partisse do Largo do Tesouro”, esquina da Rua 15 de Novembro, descendo pela Ladeira João Alfredo (hoje General Carneiro)” diz Jorge Americano, “encontraria lá embaixo, à direita, na esquina da Rua 25 de Março, o “Mercado Grande”. Era uma construção em pavilhões de alvenaria, cobertos de telhas coloniais, onde se encontrava tudo quanto existia no ‘Mercadinho’”. Este último, o da Rua de São João, o cronista o descreve “quadrado, 50 metros por 50, uma entrada central em cada face”, tendo “do lado esquerdo o Teatro Politeama”, os dois edifícios com “paredes e telhado de folhas de Flandres”. Relaciona também as mercadorias disponíveis em suas bancas: “frutas, cereais, legumes, verduras, línguas e demais miúdos de carne de vaca, frangos, toda a pequena produção das chácaras dos arredores da cidade, e um setor de peixe, vindo de Santos”. Suas lembranças vão até detalhes pitorescos, como a menção de que lá não havia “artigos que não fossem comestíveis, a não ser as cestinhas e peneiras tecidas em taquara e os potes e moringas de barro”. Ainda segundo Americano, os comerciantes do “Mercadinho” iam buscar suas mercadorias, no “Mercado Grande”, que por sua vez “sortia-se diretamente das chácaras dos subúrbios à margem da “Central do Brasil”<sup>10</sup>. Constituía, pois, o grande centro de abastecimento da cidade.

Sua proximidade de bairros industriais e operários em formação no início do século - Bom Retiro, Luz, Brás e Mooca - pareceu aos administradores da época ideal para dotar São Paulo de um mercado modelo em meio a uma ampla atuação de saneamento, limpeza e modernização da cidade. Ainda nas duas décadas finais do século XIX, a construção dos prédios das Secretarias da Fazenda, Agricultura e Justiça no Largo do Palácio (hoje Pátio do Colégio) definiu um padrão arquitetônico neo-clássico para os edifícios públicos, projetados e executados, em sua maior parte, pelo escritório do arquiteto Ramos de Azevedo. Inauguradas respectivamente em 1891, 1893 e 1907 formaram conjunto uniforme de prédios com características reconhecidas quando do acabamento do primeiro deles, “pela severidade e elegância de estilo, pela robustez que ostenta, desde os profundíssimos alicerces até o levantado corucheu”. Logo depois de proclamada a república, decide-se a construção da Escola Normal na praça da República, inaugurada em 1894, ano em que também se deu a inauguração das instalações da Escola Politécnica, próxima ao prédio novo do Liceu de Artes e Ofícios, lá instalado desde 1900. Da extensa lista de edifícios construídos sob a responsabilidade do escritório de engenharia do arquiteto Ramos de Azevedo, com a efetiva participação de seus colaboradores, constam também o Teatro Municipal,

<sup>10</sup>Jorge AMERICANO, São Paulo naquele tempo. 1895-1915, São Paulo, Saraiva, 1957, p.108-109.





HA  
SW  
118

entregue em 1911, o prédio da Penitenciária, inaugurado em 1920, ano em que teve início a construção do Palácio da Justiça<sup>11</sup>.

Completando a sequência de prédios públicos executados por esse escritório de engenharia, o Palácio das Indústrias e o Mercado Central novo são erguidos em estreita vizinhança nos terrenos ribeirinhos do rio Tamanduateí saneados pela Companhia da Várzea do Carmo. Ernani da Silva Bruno relaciona outros edifícios com os quais as autoridades municipais procuraram conferir à cidade uma feição moderna em moldes internacionais nesses anos iniciais do século XX. Relaciona o novo Palácio do Governo em 1908, a demolição da antiga Sé e início da construção da nova e a ampliação do largo entre 1912 e 1913; a edificação da igreja de Santa Ifigênia entre 1906 e 1922, do Mosteiro e Colégio de São Bento entre 1910 e 1914, período em que, afirma, executou-se um vasto plano de transformações do antigo centro com os jardins públicos do Anhangabaú e da Várzea do Carmo, o Parque Antártica e o Museu Paulista nos arrabaldes da cidade<sup>12</sup>. O viaduto do Chá, projeto de Jules Martin, assegurava desde 1892 a ligação rápida entre o “triângulo” e as novas áreas abertas para a urbanização na região situada além da chácara do vale do rio Anhangabaú.(2)

Mais antigos, Luz e Bom Retiro. Este começava na estação da Luz e ia até a Escola Politécnica distante quinhentos metros do bairro da Luz que colado à ferrovia Inglesa (Santos-Jundiaí) estendia-se para os lados do quartel da Luz<sup>13</sup>, em um dos seus eixos, seguindo o outro da avenida Tiradentes à estação ferroviária do Pari. Brás e Mooca, de ocupação urbana mais recente, surgiam na região além-Tamanduateí e confinavam com o Bom Retiro, separados os dois pelos trilhos da Inglesa. Esses bairros, diz um cronista lembrando os tempos dos início do século, continham “toda a indústria paulista: tecido de juta para sacaria e tecidos de algodãozinho; serrarias e fábricas de móveis; refinações de açúcar; torrações de café; fábricas de botões de ossos, fábricas de telhas, olaria e cerâmica; louças de mesa chamada de “pó de pedra”. Indústrias rudimentares, de couros, e mais algumas coisas. “Seriam trinta ou quarenta chaminés de fumaça negra de coque da Inglaterra...”<sup>14</sup>. A ocupação mais densa dessa região colocava em pauta a área denominada Várzea do Carmo, ribeirinha do rio Tamanduateí e

<sup>11</sup>Ver detalhes desses edifícios no livro de Maria Amélia SALGADO LOUREIRO, Evolução da casa paulistana e a arquitetura de Ramos de Azevedo, Voz do Oeste, Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1981, pp.54-80.

<sup>12</sup>Ernani da SILVA BRUNO, História e Tradições da cidade de São Paulo, vol.III, Hucitec/Prefeitura do Município de São Paulo, 1984. pp.937-938 e 968-e 987.

<sup>13</sup>Há uma descrição detalhada do Quartel da Luz em 1900 feita por Alfredo Moreira Pinto no livro de memórias A cidade de São Paulo em 1900, Ed. fac-similada da original de 1900, São Paulo, Governo do Estado, 1979, pp.86-91.

<sup>14</sup>Vários memorialistas estabelecem com clareza o mapa de época da cidade. Usei Jorge Americano, São Paulo naquele tempo. 1895-1915, São paulo, Saraiva, 1957, p.104.

interposta entre os bairros industriais e a zona central da cidade. Os terrenos alagadiços situados entre a confluência do rio Anhangabaú com o Tamanduateí e a primeira das grandes voltas deste último na barragem natural do morro da Tabatinguera, vinham há tempos merecendo a atenção da administração municipal. (3)

Em 18 janeiro de 1889, na seção do jornal A Província de São Paulo, na qual se relatavam os andamentos dos trabalhos da Assembléia Provincial, noticiava-se um "projeto de saneamento e embelezamento da Varzea do Carmo", feito pelos "srs.drs. Augusto Cezar de Miraranda Azevedo e Samuel Malfatti". Em sua proposta, eles, ainda segundo o jornal, "aproveitando os estudos do sr. Revy, que modificaram em grande parte, propõem a construção de um grande canal com a extensão de 4k 385m, que dará expedição as aguas do Tamanduateí, seus afluentes e aguas pluvias, oferecendo condições de navegabilidade para pequenas embarcações. Procederão depois a um aterro geral ao nivel das atuais ruas", prossegue a notícia, "abrindo novas em continuação das existentes, tudo de acôrdo com um plano geral". Os melhoramentos vão além já que, "oferecem à municipalidade ou à província duas lavanderias cobertas, um vasto jardim e edifício para funcionarem duas escolas", e propõem ainda abrir, "ao longo do canal, duas grandes avenidas arborizadas que muito concorrerão", consideram, " para a beleza e saneamento desta planície". Em continuação, o articulista faz questão de salientar que "todas essas ofertas nada custarão aos cofres públicos, pois o pedido dos signatários da proposta, limita-se a pedir a concessão dos terrenos publicos aproveitados, depois da abertura do canal, ruas e avenidas". Diz também esperar que a Assembléia leve na devida consideração a proposta em questão<sup>15</sup>. O projeto de 1889 vinha somar-se aos anteriores, na tentativa de controlar o escoamento das águas do rio, sanear os terrenos ribeirinhos, livrando-os das enchentes periódicas e dejetos deixados pelas vazantes.

A primeira retificação do Tamanduateí ocorreu entre 1848 e 1851 afastando o rio da encosta da colina e dando espaço para a rua 25 de Março, exatamente lá, onde as sete voltas ziguezagueavam entre a ponte do Carmo e a rampa da rua Florêncio de Abreu. Mesmo assim, relata, Paulo Cursino de Moura, "a várzea inóspita do Carmo deu que fazer às administrações municipais e estaduais"<sup>16</sup>. Ainda depois de realizadas as obras de ajardinamento na várzea, o rio Tamanduateí insistia em alagar periodicamente boa parte da região. Fora nos primeiros anos da década, entre 1873 e 1874 que parte da Várzea do Carmo havia sido transformada em parque com a construção de um canal

<sup>15</sup>A referência ao projeto, bem como um resumo da notícia encontra-se no livro de Ebe Reale, Brás, Pinheiros, Jardins. Três bairros, três mundos, Pioneira/Edusp, 1973, p.32. O artigo foi publicado na primeira página do jornal, na referida sessão nomeada "Notícias".

<sup>16</sup>Paulo Cursino de MOURA, São Paulo de Outora (Evocações da Metrópole), São Paulo, Itatiaia-Edusp, 1980, p.178.



Handwritten marks: a stylized signature or initials at the top right, and the number '120' written vertically below it.

29 para "esportes náuticos e banhos" e a Ilha dos Amores. O projeto e as obras executadas em 1872, na presidência de João Theodoro de Mattos, drenaram as águas de parte da várzea, buscavam "aformoseá-la arborizando-a" e improvisando "esse pequeno jardim da Ilha dos Amôres". A exiguidade dos recursos impediu contudo a ampliação da área ajardinada, não tornando efetiva também a manutenção da existente pelas administrações subsequentes. O descuido atribuído à municipalidade ganha os jornais em 1885, e esta justifica a deterioração dos jardins pela deficiente drenagem do terreno, pelas enchentes periódicas e pela falta de pessoal e verba para a competente manutenção<sup>17</sup>. As enchentes continuaram a se repetir e da Ilha dos Amores sobra no final da década somente a "estatuetta do pagem dos tempos dos Médicis", conforme relata outro memorialista<sup>18</sup>.

A terceira retificação do rio, executada entre 1896 e 1915, termina alguns anos antes de terem início na Câmara Municipal as discussões acerca da necessidade de se transferir as atividades de abastecimento de alimentos da cidade do velho Mercado da 25 de Março para um que fosse "digno do grau de adiantamento da cidade". Em 1914, o projeto para formação do Parque da Várzea concebido pelo arquiteto francês Bouvard é aprovado na Câmara Municipal e o prefeito Washington Luis Pereira de Sousa afirma que a venda de parte dos terrenos drenados pelo trabalho de saneamento da região cobriria as despesas efetuadas. Acabava de ser entregue pelo governo do estado à municipalidade a avenida do Estado. Margeando o Tamanduateí, que com 18,5 m de largura cobria um extenso trajeto, saia do "Parque do Ipiranga", na época já realizado, e diz o prefeito, "atravessa a varzea do Carmo, que será transformada também em parque (...) até a avenida Tiradentes".<sup>19</sup> Em apoio da necessária execução do projeto, Washington Luis recorre a uma imagem da cidade dividida pelas terras alagadiças da várzea, configurando também uma separação social entre o centro urbano e o bairro do Brás: "Não pode ser adiado porque o que hoje ainda se vê, na adiantada capital do Estado, a separar brutalmente do centro comercial da cidade os seus populosos bairros industriais, é uma vasta superfície chagosa, mal cicatrizada

<sup>17</sup> Correio Paulistano, 01.12.1885. "Seção Livre" - "Ilha dos Amores, rio Tamanduatehy e Tieté". Escrito pelo Zelador da ilha.

<sup>18</sup> Moura se refere a Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, cf. Idem, p.182. Mais adiante, Moura diz que a Ilha dos Amores "famosa dos nossos avós, submerge na várzea do Carmo". A obra realizada durante a gestão de João Teodoro Xavier de Matos consistia na abertura de um desvio do rio que segundo Moura, "depois de servir na ilha de piscina pública, desaguava adiante no mesmo rio. Idem, p.212. Há também na página 211 um desenho da referida ilha feito por Martins Jesus com as datas 1874-1888, sendo a último portanto posterior à mencionada por Azevedo Marques.

<sup>19</sup> Relatório de 1914 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Washington Luis Pereira de Sousa, São Paulo, Vanorden, 1916, p. 87. Maria Celestina T.M.Torres, em seu livro O Bairro do Brás (Série História dos Bairros de São Paulo, 1970) relata alguns dos trabalhos realizados por esse prefeito na várzea do Carmo, transcrevendo inclusive trechos do relatório, pp. 179-189.

em alguns pontos, e, ainda escalavrada, feia suja, repugnante e perigosa, em quase toda a sua extensão". A má situação, ele a atribui às águas estagnadas no período de chuvas, à poeira no tempo das secas, além das práticas imorais "da vasa da cidade (...) negros vagabundos, negras edemaciadas pela embriaguês, restos inomináveis e vencidos de todas as nacionalidades (...) todos perigosos". Seu argumento se estrutura numa concepção limitada de sanitarismo, na qual a limpeza física de uma área elimina o problema pontual, sem resolver a questão daqueles que significativamente ele considera dejetos humanos. Nesse sentido, sente-se capacitado para afirmar: "tudo isso pode desaparecer e tendo sido já muito melhorado (...) substituído por um parque seguro, saudável e belo..."<sup>20</sup>. Num claro indício de adesão à concepção higienizadora centrada na boa ordenação dos espaços urbanos, o engenheiro Vitor da Silva Freire, Diretor de Obras e Viação na época, sublinha a importância da realização dos trabalhos no parque afirmando: "As suas condições técnicas refletir-se-ão, por outro lado, dentro em pouco, em melhoria sensível nos coeficientes de salubridade e nos de subida do nível moral e social da população".

As dificuldades do percurso pela área alagadiça é também rememorada por Jacob Penteado quando de suas idas semanais ao Mercado da 25 de Março, "ao pé da rua General Carneiro, antiga Ladeira João Alfredo". As valetas, lagoas e mato bem alto que encontravam ao atravessar a "Várzea inteirinha" não impediram que ele considerasse essas incursões às compras como "um belo passeio". Suas ressalvas e concordância com as autoridades administrativas fica para o período noturno, quando diz: "era perigoso passar por ali, devido aos marginais que pernoitavam nas moitas". Essas recordações não o impedem de lembrar com alegria da época em que a Várzea do Carmo, já aterrada pelos prefeitos Antonio Prado e Raimundo Duprat em 1910 e 1911, proporcionara a expansão da prática do futebol pela multiplicação dos campos ganhos aos alagados<sup>21</sup>. Nos relatos dos memorialistas essa área da cidade faz parte do Brás, percurso obrigatório para se atingir o centro da cidade, lugar da prática de esportes e passeios, de lazer<sup>22</sup>.

No mesmo período (1906) fora canalizado o Anhangabaú na maior parte de seu trajeto, e no cruzamento com a antiga rua (hoje avenida) São João instalou-se o Mercadinho de São João construído em 1890 com suas paredes e teto metálicos destinado a comercialização de frutas e verduras. (4) Já em 1893, o intendente municipal, ocupando o cargo de administrador da cidade nesses anos iniciais da república, considera-o "acanhado e impróprio para nosso clima", reconhecendo a urgência em ampliá-lo dado o intenso

<sup>20</sup>Transcrito em TORRES, op.cit., pp.182-183.

<sup>21</sup>Jacob PENTEADO, Belenzinho, 1910. Retrato de uma época, São Paulo, Martins, 1962, p.58 e 60.

<sup>22</sup>TORRES, op.cit., 89.

Ar  
SW  
122

movimento de pessoas em busca dos gêneros alimentícios de primeira necessidade<sup>23</sup>. Moura o relembra composto de "barracões feios, imundos, suando energia e atividade, na ânsia do lucro, nessa avançada heterogênea de nacionalidades várias...(...) um formigueiro de gente, o velho Mercadinho!"<sup>24</sup> Contudo, sua localização privilegiada e os rendimentos recolhidos pela edilidade asseguram-lhe a permanência. Em 1914, o vereador Alcântara Machado fala para seus colegas: "Precisamos suprimir o galpão ignóbil que ali está, a dois passos do centro, afrontando a nossa cultura e conspurcando a cidade"<sup>25</sup>.

## OS MERCADOS E A EXPANSÃO DA CIDADE

O Mercado da São João formava com o Mercado da 25 de Março e o do Largo de Riachuelo os três centros de abastecimento de São Paulo. O Matadouro da Vila Mariana, construído em 1886, completava-os abatendo e fornecendo variada qualidade de carnes para os açougues da cidade. Substituíam as antigas e precarárias vendas da Rua das Casinhas bem no coração do núcleo central antigo e abrigavam parte dos vendedores ambulantes que antes se aglomeravam pelas ruas centrais, nas escadarias das igrejas da Misericórdia e do Carmo e no largo em frente desta última, onde a presença desses vendedores configurava um mercado livre a céu aberto. Conviveram com os numerosos "quiosques" de venda de alimentos, distribuídos por vários pontos da cidade, e os "ambulantes", figuras singulares que com seus refrões mantinham um comércio de porta a porta. Não só de vendedores de alimentos se constituía o batalhão dos ambulantes; parcela significativa se dedicava à venda de bilhetes de loteria, causando apreensões para a prefeitura em relação ao engodo com que muitas vezes os compradores caíam<sup>26</sup>. Em 1923 há o registro de 858 vendedores ambulantes dedicados somente ao comércio de leite na capital<sup>27</sup>. Também no que se refere aos "quiosques", são frequentes as menções à necessidade de padronizá-los de acordo com modelos higiênicos e fiscalizar suas atividades. Em 1902, havia 61 deles distribuídos em diversas ruas e largos da cidade divididos em 46 destinados à comercialização de bebidas e comidas frias e 15 à venda de bilhetes de

<sup>23</sup>Relatório apresentado a Câmara Municipal de S.Paulo pelo Intendente Municipal Cesário Ramalho da Silva, 1893, São Paulo, Typ. a Vapor de Espindola, Siqueira & Comp., 1894, p.8.

<sup>24</sup>MOURA, op.cit., p.96.

<sup>25</sup>Nasce uma Metrópole. A evolução de S.Paulo no período republicano, São Paulo, Martins, 1954, p.

<sup>26</sup>Relatório do ano de 1904 apresentado à Câmara Municipal de S.Paulo pelo prefeito Dr. Antonio da Silva Prado, Typ. Vanorden, 1905, p. 7.

<sup>27</sup>Relatório do ano de 1923 apresentado à Câmara Municipal de S.Paulo, pelo prefeito Dr. Firmiano de Moraes Pinto, S. Paulo, Casa Vanorden, 1924. Anexo da Fiscalização Sanitária Municipal, p. 65.

122  
 123

loteria. Três anos depois, seu número subia para 76, dos quais 21 dedicavam-se aos "bilhetes". Pelos mapas anuais da prefeitura verifica-se grande concentração deles na área central, ficando-se onze deles nas imediações ou na própria rua do Mercado da 25 de Março<sup>28</sup>.

O mercado do Largo de Riachuelo (depois largo da Concórdia), inaugurado em 1892, teve curta duração. As instalações consideradas até luxuosas não atraem a população do Brás, e o rendimento auferido por suas atividades apenas cobriam as despesas com o pagamento do salário do porteiro e do administrador, segundo consta do relatório de 1983<sup>29</sup>. Moreira Pinto ao mencioná-lo, em 1900, salienta ser "o mais elegante, posto que menos concorrido". Descreve-o como "um edifício quadrangular, tendo no centro um pátio com um chafariz e aos lados diferentes casas de negócio. É todo rodeado por duas galerias interiores, com o madeiramento em forma de xadrez. Tem quatro portas de entrada e quarenta e oito janelas<sup>30</sup>." Nesse mesmo ano, a prefeitura declara-o em estado de decadência, contrapondo-o à procura e concentração da venda de gêneros alimentícios nos outros dois<sup>31</sup>. Encontramos em 1906 suas instalações arrendadas pelo prazo de 20 anos para o sr. Pedro França Pinto, que projeta reformá-lo, de acordo com planta aprovada pela Câmara, com o objetivo de aí instalar uma "casa de diversões". Na mesma página do relatório é transcrita a prestação de contas à municipalidade sobre o andamento das obras do Teatro Municipal feita pelo engenheiro Ramos de Azevedo<sup>32</sup>. O Teatro era mais um edifício público, dos vários realizados pelo escritório deste engenheiro, que dois anos depois se responsabiliza pela planta do novo palácio do governo que eliminará a parte restante da capela de taipa construída para assinalar o lugar de implantação da cidade pelos jesuítas<sup>33</sup>. Ainda a administração Antonio Prado (1899-1910) encarrega-se de executar uma ampla remodelação da parte velha do Mercado da 25 de Março, informando ter contratado os serviços do eng. Julio Micheli após concorrência pública. Em sua opinião, "com essas novas obras ficará

<sup>28</sup>Relatório do ano de 1902 apresentado à Câmara Municipal de S.Paulo pelo prefeito Dr. Antonio da Silva Prado, S.Paulo, Typ. Vanorden, 1903, p. 96-98.

<sup>29</sup>Relatório de 1893, op.cit., p. 9.

<sup>30</sup>Alfredo MOREIRA PINTO, A cidade de São Paulo em 1900, Governo do Estado de São Paulo, 1979, p.166.

<sup>31</sup>Relatório de 1900 apresentado à Câmara Municipal de S.Paulo pelo prefeito Dr. Antonio da Silva Prado, S.Paulo, Typ. Vanorden & Co., 1901, p. 7.

<sup>32</sup>Relatório de 1906 apresentado à Câmara Municipal de S.Paulo pelo prefeito Dr. Antonio da Silva Prado, S.Paulo, Typ. Vanorden & Co., 1907., p. 27.

<sup>33</sup>Maria Amélia SALGADO LOUREIRO, (op.cit.) relaciona e detalha a autoria dos projetos dos seguintes prédios públicos executados pelo escritório Ramos de Azevedo na cidade de São Paulo: Em colaboração com os irmãos Cláudio e Domiciano Rossi, Escola Politécnica, Escola Normal, Liceu de Artes e Ofícios, Teatro Municipal e, acrescento, o Palácio das Indústrias; com o arquiteto Dr. Hehl, Secretarias da Justiça, Agricultura e Fazendo no Pátio do Colégio; mais Estação sorocabana, Palácio da Justiça, Correios e Telégrafos, Hospital Militar e o Belvedere da Avenida Paulista. (p.50).





124

totalmente reconstruído o velho mercado, em satisfatórias condições de conforto e higiene"<sup>34</sup>. Essa reforma acontecia vários anos depois de ter sido registrada pela prefeitura, em 1893, a insuficiência do mercado que se situava às margens do Tamandateí.

O relatório de 1893 é aliás documento estratégico para se tomar conhecimento das avaliações feitas pelas administrações de São Paulo em questão de higiene e sanitarismo, e sobre as diretrizes administrativas do governo republicano recém implantado. Até certo ponto, a minúcia com que se fez o exame das condições físicas das habitações coletivas, os cortiços, ocupadas pela população de baixa renda, da situação dos tres mercados, do Matadouro e "quiosques", ao lado da questão do calçamento e limpeza das ruas e conservação dos jardins públicos indica a intenção de marcar uma ruptura com o regime monárquico e o começo de um posicionamento novo em relação à dimensão sanitária dos problemas urbanos. Expressa o ritmo com que o poder público e empresas privadas vão se preocupar em livrar a cidade de seu aspecto colonial e provinciano, do seu atraso em suma.

Em parte, a incidência de doenças epidêmicas colocavam na ordem do dia a questão da "higiene urbana". A comissão encarregada da inspeção das habitações operárias e cortiços da capital, define uma acepção ampla da sua área de atuação. Estipular logo no início do relatório que, não bastava "melhorar as condições do abastecimento da água e do serviço de esgoto, encetar a drenagem profunda e superficial do solo, proceder a regularização e limpeza dos terrenos baldios, retificar o curso dos rios urbanos, efetuar o asseio e limpeza das ruas e quintais, regularizar ou regulamentar as construções novas, arborizar as praças e logradouros públicos, calçar as ruas, tomar enfim todas as medidas para manter em nível elevado a higiene de uma cidade que cresce rapidamente e cuja população triplicou em dez anos". Era ainda necessário cuidar da *unidade urbana*, a habitação (...) aquela onde se acumula a classe pobre". No longo relatório sobre as "habitações operárias e cortiços do distrito de Santa Ifigiênia", a constante ameaça de epidemias justifica a ação fiscalizadora das visitas domiciliares, que haviam posto "em relevo essa chaga oculta no coração da cidade"; constituem também tópico relevante no equacionamento feito pelo poder público da necessidade de intervir no assunto de modo a se antecipar aos surtos de doenças e estabelecer as regras para um programa preventivo.

Cuidar das habitações precárias, estalagens e cortiços significava, do ponto de vista administrativo, evitar que "em uma cidade tão nova, a vida da classe operária descasse às condições misérrimas das velhas populações da Europa". A tônica da argumentação recai na abundância de amplos descampados disponíveis nos subúrbios e nos terrenos ainda vagos em

<sup>34</sup>Idem, p.10.

124  
SW  
125

bairros como o Bexiga, Bela Cintra, Pacaembú, Pari, Mooca e Cambuci. Com uma argumentação que oscila entre os dados comprovados, metáforas médicas de doenças assustadoras, o tom emocional e de cores sombrias das palavras utilizadas, os membros da Comissão estabelecem um rol de medidas que compreende “criar e manter trens de subúrbios até a distância de 15 km da cidade”; “facilitar a organização de empresas destinadas a construir vila e habitações operárias, mediante favores do Estado”; “desapropriar os cortiços existentes e reedificá-los”. Propõem também de forma bastante detalhada o encaminhamento legal e administrativo para a efetivação dessas providências, conferindo destaque particular aos incentivos oferecidos aos interessados em executá-las.<sup>35</sup>

Essa busca de modernização higienizadora e estética representa mesmo marca identificadora de S. Paulo nesses anos iniciais do século. Ruptura em termos de convergência de projetos e execução; contudo, marca identificadora mais remota, já assinalada em 1886 pelo italiano Lomonaco que mesmo dizendo que “São Paulo não apresenta ainda os aspectos de grande cidade, no sentido exato da palavra”, reconhece que a cidade “está sujeita, presentemente, a um regime, a uma obra de contínuas demolições e transformações, que a melhoram e embelezam de dia para dia e não pode concluir-se em breve lapso”<sup>36</sup>.

No plano maior da Comissão de 1893 incluíam-se a demolição e reconstrução de prédios, o alargamento e retificação de ruas, a formação de praças e largos amplos, a demarcação de novas áreas para a instalação de vilas operárias e de padrões técnicos de construção, de maneira a dar lugar a uma organização espacial “digna” da população de São Paulo e capital do estado. Formula-se um primeiro plano de remodelação da área central, plano que assumiria sua dimensão mais acabada em 1911 com as propostas de Bouvard, para dotá-la com um Centro Cívico. Também em 1900, o prefeito Antonio da Silva Prado, expõe aos vereadores medidas por ele tomadas em relação à “higiene local”, em estreita colaboração com a Diretoria do Serviço Sanitário do governo estadual. Novamente uma epidemia de peste bubônica, que desta vez se resume à ameaça, justifica a decisão do prefeito de dividir a cidade em 30 distritos, “nomeando para [fiscalizar] cada circunscrição comissões de três membros”. Eram atribuições dessas equipes realizar “visitas domiciliares, [dar] conselhos aos moradores e proprietários das casas, e comunicar quaisquer ocorrências à autoridade competente”. As preocupações sanitárias do prefeito estendem-se para o serviço de distribuição domiciliar de leite, realizada por ambulantes e sem a adequada fiscalização do poder público.

<sup>35</sup> Relatório da Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no districto de Santa Iphigenia, in Relatório de 1893, op.cit., pp.43-54.

<sup>36</sup> Citado por Richard MORSE, Formação Histórica de São Paulo, São Paulo, Difel, 1970, p.243.



125  
80

126

Entre os problemas ocasionados por esse tipo de comércio arrolavam-se a difícil condução das vacas pelas ruas da cidade, a adulteração de vasilhas medidoras e do próprio produto, e a vacinação das vacas contra a tuberculose. Como primeira intervenção urgente, a edilidade indicava a necessidade de proceder à matrícula de todas as vacas fornecedoras de leite para o município<sup>37</sup>. Relembrando o tempo de sua infância, quando pouco se precisava sair de casa para tê-la abastecida de alimentos, o cronista Jorge Americano relaciona em sua longa lista de vendedores ambulantes, o “seu José leiteiro”. Em suas palavras, desenha-se uma prática comum nas manhãs da cidade: Seu José “trazia às costas a lata de leite das vacas do estábulo, um funil e uma colher redonda, para tirá-lo e despejar na garrafa que o freguês trouxesse.” Porém a cena não se esgota nessa imagem. Ele lembra que “vinham também duas vacas e dois bezerros”, cuja utilidade era a de estimular a vaca a se deixar ordenhar. A operação terminava quando, com a vasilha completa, Narcisa, a empregada de sua mãe volta para a casa e põe o leite para ferver<sup>38</sup>. Referências ao problema das precárias condições do abastecimento de leite persiste por décadas. Em 1920, o relatório do prefeito ainda faz menção aos 55.000 litros de leite transportados e vendidos diariamente por 1.300 vendedores ambulantes, usando muitos deles “meios de transporte rudimentares e de venda inadequado, com o [mesmo] processo de medir o produto à porta do consumidor”<sup>39</sup>.

As diretrizes para a expansão da cidade, indicadas em 1893, confirmam-se com a ocupação de extensas áreas suburbanas por prédios particulares de moradia e barracões industriais. Relatando as obras realizadas no ano de 1921, Victor da Silva Freire, engenheiro responsável pela Diretoria de Obras e Viação, enfatiza a importância da abertura de estradas, realizada nos últimos três anos: 320 km em 1919, 365 km em 1920 e 386 km em 1921, mais a conclusão de pontes sobre o Tietê, facilitando o acesso a estradas e à parte da cidade que se desenvolvia na outra margem. Segundo dados do relatório, tornava-se evidente o crescimento da “zona excêntrica do município” e o “célere esparramar da sua população”. A avaliação do engenheiro oscila entre o valor positivo atribuído ao crescimento da cidade, “repercussão de progresso e de vitalidade”, e apreensões muito nítidas quanto às dificuldades para atender com serviços de infraestrutura e transporte exigidos pelo volume do conjunto das edificações. Se a previsão da expansão da cidade, preconizada pela comissão de higiene em 1893, via na ampliação da área urbanizada uma solução para as casas operárias, estritamente do ponto de

<sup>37</sup> Relatório do ano de 1899 apresentado pelo prefeito Dr. Antonio da Silva Prado, S.Paulo, Espindola, 1900, p.8.

<sup>38</sup> Jorge AMERICANO, op.cit., p. 111.

<sup>39</sup> Relatório do ano de 1920 apresentado pelo prefeito Dr. Firmiano de Moraes Pinto, S.Paulo, Casa Vanorden, 1921, p.82.



L26  
su  
127

vista sanitário, a parte complementar e necessária do crescimento planejado não se efetiva.

É justamente essa falta de diretrizes o tema de Victor Freire, em relatório de 1921, no qual considera serem as dificuldades presentes e apreensões futuras devidas “a constituição de verdadeiras aglomerações ‘satélites’ da capital propriamente dita, aglomerações essas que, “nascidas sem plano, à sombra de disposição legislativa por demais liberal, a do art.8º da Lei n.1.874 de 1915, têm proliferado como cogumelos ao longo dos novos caminhos nas cercanias das estações das vias férreas”. Isentos da aprovação de planta, do alvará de licença e pagamentos de emolumentos para as construções próximas das ferrovias, empreiteiros em busca de renda rápida construíam desordenadamente. Em sua opinião, a legislação incompleta e ultrapassada concorria para a abertura de “verdadeiros bairros novos, onde”, diz: “a regularização da via pública vai tornar-se difícilima e onerosa, em alinhamento e em nivelamento, em saneamento e em viabilidade”.

Outro registro do índice do crescimento rápido da cidade, não previsível ou então dificilmente controlável, pode ser também apreendido, nas palavras de Victor Freire, em sua afirmação do caráter obsoleto da legislação feita 5 anos antes e na ênfase com que solicita à Câmara a fiscalização administrativa das construções que se edificarem nessas áreas. Referindo-se a um documento de 1915, de sua autoria, denuncia o descuido dos vereadores em relação às deficiências legais que, prisioneiras do anacronismo da lei n. 38 de 1893, acobertavam o “especulador de vista curta”. A lei que tornara obrigatória a aprovação de plantas para construção de edificações, obrigando a observância de larguras previstas das ruas, dimensões de praças e largos, isentava, ou melhor, abria brechas para isentar, aqueles que, não se sujeitando aos seus ditames, recorressem e obtivessem ganho de causa pela “interpretação burocrática”. Em sua avaliação, “dentro dos 2,540 hectares, contidos pelo perímetro urbano, que formam a cidade atual, e em superfície da qual cerca de três quartas partes foi edificada posteriormente à promulgação da referida lei n.38, um dos mais pesados encargos atuais dos cofres municipais é o que resulta da correção de um arruamento defeituoso”. Acrescia-se ao encargo de retificação das ruas, a necessidade de instalar as redes de distribuição de água e energia, bem como o sistema de coleta de esgotos, além de tornar efetiva a segurança desses novos bairros.

Victor Freire mostra enfaticamente o ônus sobre os cidadãos da cidade. A estes cumpre carregar “o peso morto que a falta de método e previdência acorrenta ao pé [do contribuinte] de todas as aglomerações de crescimento desordenado”. Repetindo boa parte de sua conferência “Melhoramentos de S.Paulo”, proferida no Grêmio Politécnico em fevereiro de 1911 e constante do relatório do prefeito Raimundo da Silva Duprat, do mesmo ano, Freire discorre

sobre a importância, há muito reconhecida mundialmente, de um plano geral a dirigir a expansão das cidades e sobre as consequências advindas para a municipalidade e a população com o desenvolvimento ao acaso, desordenado, sem método<sup>40</sup>.

Um índice da forma pontual, localizada no espaço e no tempo, como as decisões administrativas se efetuam, pode ser visto na rapidez com que as instalações do Mercado da 25 de Março, inaugurado em 1869, são declaradas insuficientes no já mencionado relatório de 1893. Se por um lado, as palavras do intendente Cesário Ramalho da Silva sugerem a cadência com que as demandas se modificam e se sucedem, por outro, uma solução definitiva para um determinado período não se coloca entre as prioridades do orçamento. O intendente deixa bem claro a situação em que se encontram as instalações do mercado: "o maior e mais importante desta cidade, acha-se muito aquém das necessidades e progresso de uma Capital tão importante como a nossa. Todos os quartos, barracões, colunas, barracas, portas de entrada, ou área descoberta", prossegue o intendente, "acham-se literalmente cheios de gêneros que afluem para aquela praça; sendo certo que muito breve terão de ser recusadas as mercadorias para as quais não houver lugar algum". Se a preocupação com a higiene se faz presente nas observações a respeito da "venda de peixe, que é feita sobre o ladrilho junto e ao nível da porta da entrada pela rua 25 de Março, de modo desordenado e sem asseio devido à exiguidade do local", a preocupação financeira também marca sua fala. Em parte, o intendente lamenta não ter podido executar as obras para um mercado específico para o pescado "no terreno existente entre o alinhamento da rua e o rio Tamanduatéi". O esgotamento da verba prevista para as obras impedira sua realização. Os inconvenientes da permanência do estado atual das instalações para comercialização de gêneros alimentícios agravara-se, informa ainda o intendente, com os prejuízos financeiros causados à municipalidade pela precariedade do Mercado da 25 de Março; a falta de espaço conveniente para guardar melancias causava perdas de tal monta na arrecadação de impostos que o administrador propõe como medida de urgência, embora circunstancial, a construção de "84 quartos", junto ao muro construído pela Câmara na Ilha dos Amores. A provisoriedade da solução proposta fica patente quando algumas linhas adiante, ele insiste no "acúmulo inconcebível de mercadorias de toda a espécie no Mercado Grande". Com o encaminhamento que dá à questão, no sentido de enfatizar a "imperiosa necessidade da construção do novo Mercado", ficamos sabendo que há tempo ele estava projetado para ser construído "na Várzea do Carmo no lugar

<sup>40</sup> Relatório do ano de 1921 apresentado à Câmara Municipal de S.Paulo pelo prefeito Dr. Firmiano de Moraes Pinto, S.Paulo, Casa Vanorden, 1922. Anexo da Diretoria de Obras e Viação, pp.217-250.

demarcado na planta do projeto de Saneamento”, necessidade já reconhecida pela primeira Intendência<sup>41</sup>.

Não se pensava abandonar o velho Mercado Grande; a ele ficaria reservada a finalidade de servir, depois de reformado e ampliado, como centro de comércio a varejo ou, como alternativa, poderia ser arrendado ou alugado, mas sempre com o intuito de assegurar rendas para a municipalidade. As soluções parciais e a solução maior de construção de um novo e moderno mercado, todas projetadas para ocupar terrenos ganhos com o saneamento da várzea do Carmo - retificação do Tamanduateí e drenagem das áreas alagadiças - selam uma relação de partilha da área entre as instalações para fins comerciais, a imponência do prédio do mercado projetado e em grande parte construído pelo escritório Ramos de Azevedo e acabado pelo escritório Severo & Villares, o Palácio das Indústrias, com sua forma de fortaleza em estilo eclético, projeto do italiano Domiziano Rossi, também do escritório Ramos de Azevedo, e as finalidades atribuídas à essa região ganha às águas. Área de lazer com o Parque do Carmo em 1921, é rebatizada em 1922 como Parque Dom Pedro II, homenagem tardia ao monarca deposto, porém registro histórico e inscrição simbólica no centro da cidade. Ainda com dificuldades de manutenção e sem conclusão do projeto original, o espaço de passeio e folguedos cede lugar à especulação imobiliária, às necessidades do tráfego, com a construção de um conjunto de viadutos, e às exigências do transporte coletivo, tornando-se um grande terminal de ônibus na década de 1970. Hoje com a reforma e ocupação do Palácio das Indústrias pela prefeitura da cidade, o projeto de reurbanização e ajardinamento de extensa área adjacente, abandonado pela prefeitura atual, ainda uma vez se posterga parte do projeto de “revitalização” do centro da cidade, há muito degradado pela ocupação desordenada<sup>42</sup>. (5)

## A VÁRZEA DO CARMO E SUAS UTILIDADES

O pacto entre os edifícios e a área da antiga várzea se mantém contudo sem solução de continuidade a despeito da diferenciada sequência de ocupações do prédio do Palácio das Indústrias. Constantes referências à batalha para ganhar a área alagadiça para a urbanização relacionam o Tamanduateí ao seu tronco maior do Tietê. Atribuía-se às corredeiras próximas à ilha de Inhaúma nesse rio as dificuldades para corrigir o fluxo de águas de seu

<sup>41</sup> Idem, pp.7-8.

<sup>42</sup> Sobre o projeto de revitalização da área do Parque Dom Pedro II e reforma e restauro do Palácio das Indústrias ver Palácio das Indústrias. Memória e Cidadania. O restauro para a nova prefeitura de São Paulo, Prefeitura do Mun. de S.Paulo/Método, 1992. Há nessa cuidada publicação o projeto para o parque e o específico para o Palácio das Indústrias feito e em parte executado pela administração da prefeita Luiza Erundina de Sousa (1988-1992).



afluente. Já em 1885, o Correio Paulistano refere-se ao problema e menciona as questões sanitárias implicadas no período das secas de inverno se alterado o nível do Tietê, além dos problemas causados às pequenas indústrias dele dependentes. Nesse sentido, os técnicos Bryan, gerente da Companhia Cantareira de Água e Esgotos, e Asmussen reportam-se a estudos por eles realizados para se oporem à eliminação das corredeiras por ser a obra projetada insuficiente na resolução dos problemas da várzea do Carmo e prejudiciais à população ribeirinha do Tietê na altura da Ponte Grande<sup>43</sup>. Os trabalhos de retificação desse rio serão executados somente na década de 1920, quando em 1923, uma comissão especial é nomeada e inicia as obras no ano seguinte sob a chefia do engenheiro sanitarista Saturnino Rodrigues de Brito. Em relatório do ano de 1924, o prefeito Firmiano de Moraes Pinto diz que “os trabalhos de campo estenderam-se pela várzea do rio Tietê, desde Guarulhos até Osasco”. O prefeito explica ainda que, os mesmos “trabalhos prosseguiram pela várzea do rio Pinheiros, por não existir nenhuma planta topográfica com as curvas de nível necessárias (...) para a regularização dos rios, defesa e saneamento das terras inundáveis”<sup>44</sup>.

Dois anos depois, encontramos as obras do Tietê indicadas como a “segunda preocupação administrativa” do prefeito Pires do Rio. Atenção primordial fora dada ao calçamento da cidade, “o acontecimento mais notável de nossa administração”, afirma. Segundo suas previsões o calçamento total seria feito em quatro anos, conforme o contrato assinado com os empreiteiros. Contudo, boa parte dos trabalhos da abertura de novas avenidas mantinha estreito vínculo com os percursos dos rios definindo uma diretriz que se manteve até os dias atuais. “Sabeis, diz o prefeito, que o plano geral das grandes artérias da cidade de São Paulo se acha traçado pelas linhas gerais dos seus cursos d’água; já uma grande avenida existe ao longo do Tamanduateí, entre o Monumento do Ipiranga e a Ponte Pequena. Cogitamos atentamente da grande avenida do Tietê. Serão esses, de futuro, os grandes eixos da cidade, no mapa de suas vias de comunicação”. Traçando o percurso dessas vias mais importantes da cidade, a autoridade municipal desenha também o mapa da região industrial de São Paulo, já bastante ampliada em 1925: “Paralelamente aos dois [rios] correm as linhas férreas: umas subindo o Tietê, chegam à Luz; outras descendo o Tietê, chegam ao Norte; outras, finalmente, subindo o Tamanduateí, seguem para o Ipiranga. Serão essas, cada vez mais acentuando-se o seu caráter, as grandes avenidas dos bairros industriais de São Paulo. Já os bairros Água Branca, Barra Funda, Bom Retiro, Pari, Belenzinho marcam a zona industrial à margem do Tamanduateí.” Em suas palavras, a cidade crescera e seu desenvolvimento, seguira as “linhas gerais das vias de comunicação urbana” guiadas estas “pelas condições topográficas

<sup>43</sup> Correio Paulistano, 07.08.1885. “Seção Livre”.

<sup>44</sup> Relatório do ano de 1924 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Firmiano de Moraes Pinto, S.Paulo, Casa Vanorden, 1925, p.80.

120  
sw  
131

da região". Formara-se assim a avenida Paulista, uma "grande artéria seguindo a linha geral das cumiadas, pelo divisor de águas do Tamanduateí e do rio Pinheiros". Paralelamente, prossegue, "a canalização das águas pluviais e o desenvolvimento dos encanamentos dos esgotos da cidade vieram criar a necessidade das avenidas de fundo de vale"; a do Pacaembú, "um tanto fora do corpo da cidade", a do Anhangabaú, projetada e em início de obras, e outra em estudo entre as ruas Maestro Cardim e Vergueiro, saindo do Jardim da Aclimação e chegando até o Tamanduateí<sup>45</sup>.

O crescimento da área industrial e residencial da cidade demandava certamente maiores preocupações relativas ao abastecimento da cidade. No mesmo ano de 1924, em que o prefeito expressa sua preocupação com a retificação dos rios, o relatório anexo da Polícia Administrativa, dá conta das atividades do Mercado da 25 de Março, cujos serviços, diz, correram normalmente, "exceto no mês da revolução. Também o administrador do mercado da rua Anhangabaú referia-se ao "tormentoso mes de julho (1924), que devido ao movimento revolucionário, acarretou para este mercado e seus inquilinos, sérios prejuízos". Segundo ele, o povo assaltara e saqueara o estabelecimento no dia 9 de julho, ficando, conclui, "todos os compartimentos em completa desordem". Também a Diretoria de Obras sob a responsabilidade do engenheiro Victor da Silva Freire, menciona ter efetuado "o retelhamento e o concerto de parte do telhado do mercado da rua 25 de Março (...) estragado por balas e granadas nos negros dias da revolução de julho próximo passado". O mercado de verduras, aves e peixes, sediado no terreno da mesma rua e que pertencia à Cia. Várzea do Carmo, estava sendo transferido para outro local na rua General Carneiro, no Parque Dom Pedro II, "aproveitando-se todo o material velho e quase inutilizado das antigas instalações, demonstrando dessa maneira, a precariedade das soluções adotadas enquanto o "Mercado Modelo" era construído<sup>46</sup>.

No ano seguinte, o novo prefeito afirma ter encontrado no começo de 1926, pessimamente instalado o memo "pequeno mercado de frutas, aves e verduras, num terreno vizinho do local em que se constroi o grande mercado municipal, cuja inauguração", prevê, "talvez seja possível no fim do ano vindouro". Em sua descrição do "pequeno mercado" pode-se conhecer as más condições em que as atividades transcorriam antes de ter sido condenado pela autoridade sanitária e ter suas instalações incendiadas: "Num recinto mal fechado por muro fraco de meio tijolo, os mercadores faziam as suas barracas com taboas de caixão e coberturas de folhas de zinco meio soltas ou simples panos de aniagem. Nenhuma impermeabilização do solo, apenas em alguns

<sup>45</sup>Relatório do ano de 1925 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Dr. J. Pires do Rio, S.Paulo, Casa Vanorden, 1926, p.65-69.

<sup>46</sup>Anexos ao relatório de 1924, p.87-91 e 293.



lugares um grosseiro calçamento de pedras". Entretanto, em sua previsão, esse mercado auxiliar deveria manter-se por quatro ou cinco anos<sup>47</sup>.

Em 1926, com a criação da Inspetoria de Higiene, fechava-se enfim, depois de reiteradas observações quanto à inadequação das instalações e dos serviços prestados, as instalações do Matadouro da Vila Mariana. Há anos considerado "antiquado e anti-higiênico", teve seu fim decretado pela oferta de melhores condições de operação da parte de novos fornecedores, empresas particulares e em sua maioria filiais de firmas estrangeiras, expõe o prefeito. No relato, justifica a medida adotada dizendo que "este assunto era há mais de um decênio objeto de estudos, agravando-se dia a dia as necessidades de uma providência". Contratos fechados com a Continental P. Company, a Armour of Brazil Corporation e com os matadouros de São Bernardo, de Santo Amaro e o Nacional da Parnaíba, resolvia, de seu ponto de vista, a questão do abastecimento de carne para a capital e extinguiu as críticas fundamentadas "à manutenção de um verdadeiro pardiêiro num bairro populoso da cidade, infringindo todas as regras de higiene". Ganhavam a higiene e o consumidor, considera o prefeito, já que a concorrência velaria pelo preço e pela qualidade dos produtos<sup>48</sup>.

Esta avaliação da autoridade municipal havia sido entretanto objeto de acaloradas discussões na Câmara dos Deputados em 1925. Na sessão de 16 de maio, os vereadores voltam ao tema dos mercados da cidade, desta vez para falar das más condições sanitárias do Mercado de verduras, do Mercado de peixes e do Mercado da 25 de Março. Como não poderia deixar de ser, é trazido para o debate o Matadouro Municipal, ao qual, em linguagem jocosa, o vereador Luciano Gualberto assim se refere: "que só poderia sofrer uma pequena melhora se lá dentro colocarmos uma bomba de dinamite". Aplaudido pelo colegas, o vereador prossegue mencionando sua "velha amiga, a 'Continental Products Company'" e suas atividades "contra a saúde da população de S. Paulo". A conivência do prefeito Firmiano de Moraes Pinto e a empresa estrangeira é claramente estabelecida pela recusa dessa autoridade em dar acolhimento à denúncia sobre as condições anti-higiênicas em que se davam a matança do gado e a conservação da carne. Descreve, o vereador, com minúcias uma verdadeira escaramuça montada pelo prefeito e os técnicos, por ele nomeados, para fugir ao correto cumprimento da fiscalização, bem como a maneira como os dirigentes da referida empresa buscavam envolver a ele, com máu resultado, e ao prefeito, com sucesso. Em longo depoimento, esse vereador afirma que nem a intervenção do governo do estado conseguira quebrar o bloqueio da autoridade municipal. Só a ausência ocasional do prefeito e a ocupação do cargo vacante pelo próprio vereador

<sup>47</sup>Relatório do ano de 1926 apresentado pelo Dr. João Pires do Rio, Empreza Graphica Limitada, 1927, p. 11.

<sup>48</sup>Idem, p.169

Gualberto haviam oferecido a possibilidade da formação de uma comissão para dar andamento ao inquérito. Em suas palavras, a Continental aproveitava-se de todas as maneiras para ganhar dinheiro às custas da saúde da população e de infrações, como a da compra de folhas de chumbo, zinco e estanho, para a qual tinha isenção de impostos. Adquirindo maior quantidade do que a necessária para a fabricação das latas que acondicionavam suas mercadorias, os administradores garantiam lucro extra vendendo o excedente no mercado. Demonstrando não ser sua denúncia infundada, afirma que, essa atividade levava a Delegacia Fiscal a processar a Continental como contrabandista<sup>49</sup>.

Na mesma sessão da Câmara de maio de 1925, o vereador Júlio Silva pede a palavra para criticar a ineficiente atuação da prefeitura em relação aos problemas de higiene dos mercados. Suas palavras dirigem-se no sentido de evidenciar a precariedade do “mercado provisório”, construído após a área de vendas de verduras ter sido condenada pela fiscalização sanitária e reduzidas a cinzas suas instalações. Parte da precariedade eram atribuídas a utilização de material do antigo mercado, em particular as telhas. Outras transgressões à mínimas leis higiênicas são apontadas no rebaixamento do piso em relação à rua, lugar certo para acumularem-se as águas da chuva, na mistura altamente indevida de verduras e lama e na instalações sanitárias primitivas, as quais, diz “estão longe de preencher os necessários requisitos da higiene moderna”. Observações semelhantes são feitas em relação ao Mercado da 25 de Março, considerado em condições um pouco melhores em relação aos produtos, porém em situação análoga quanto às instalações sanitárias. As mesmas observações repetem-se ao discorrer sobre o Mercado de peixes, onde diz ter encontrado além do pescado, miúdos de vaca à venda. Suas críticas recaem sobretudo na má administração dos serviços de abastecimento da cidade e nas providências insuficientes adotadas pela prefeitura<sup>50</sup>.

A questão das condições sanitárias dos mercados perdura no decorrer dos quatro anos que separam a decisão de se construir o mercado modelo e a aprovação pela Câmara do projeto apresentado pelo escritório Ramos de Azevedo. Se a idéia básica refere-se constantemente a exigência de ser “um verdadeiro Mercado Modelo”, que estivesse “à altura da capital”, pouco acrescentam os vereadores em relação às questões técnicas requeridas. O debate se articula basicamente em torno das críticas aos mercados existentes. Ainda na fase de decisão sobre a improrrogável necessidade de se construir um novo mercado, na sessão da Câmara de abril de 1920, e sempre colorindo suas falas com alusões jocosas e metáforas terríveis, o vereador Gualberto arranca risos dos colegas e a adesão para suas propostas. Nomeando o

<sup>49</sup> Anaes da Câmara Municipal de S. Paulo, 18º sessão ordinária em 16 de maio de 1925, pp. 836-838.

<sup>50</sup> Idem, pp. 835-836.

133  
134

Matadouro Municipal de “produto teratológico”, “fator de miasmas e foco de pestilências”, ele joga ainda com outras imagens, a da “picareta modernizadora, ou mesmo de algum bonde piedoso e demolidor da benemérita Companhia Light que [contra ele] descarrilhasse...” O mercado da 25 de Março é chamado de “liga à favor da tuberculose”, ganhando junto com o Matadouro a alcunha de “abortos e mostrengos”. O vereador completa ainda sua descrição, advertindo os que o ouvem de que, “quem por aí pasa sente-se aturdido diante de tanta imundice”.

Destoando da fala do colega Gualberto, o vereador Anhaia Melo, engenheiro e depois prefeito de São Paulo, adota uma perspectiva técnica em sua crítica ao Diretor de Obras da prefeitura, em sua intenção de considerar o novo mercado a ser construído, “como solução passageira”. Parte dele a iniciativa de deslocar a questão para um projeto de Mercado Modelo, com instalações adequadas a suas finalidades e definitivas. Afirmado que, “essas soluções passageiras não são propriamente soluções, mas sim protelações da solução dos problemas”, propõe a junção de todos os pequenos e ultrapassados mercados num só mercado central.

É dele pois, a iniciativa da fusão do Mercado da 25 de Março com o novo mercado a ser construído. Segundo suas ponderações, o projeto original previa trazer para as novas instalações somente os mercados vizinhos das verduras e o do pescado, além do mercado do Anhagabaú, mantendo em uso o velho Mercado Central. Argumentando com o custo das obras para dotar a cidade de um centro de abastecimento moderno em relação aos gastos inerentes à manutenção de dois mercados, encaminha uma proposta onde, o aspecto financeiro corre paralelamente à concepção do que deve ser um Mercado Modelo. Referindo-se ao conjunto de edificações em ferro e vidro das “Halles Centrales” de Paris, construído na década de 1850 na gestão do prefeito Haussmann, afirma ser “o mais vasto e o mais belo de todos os edifícios desse gênero”, e mais, de ter se tornado “desde então o tipo adotado e seguido em toda a parte”.

Demonstrando conhecimento especializado no assunto, Anhaia Melo discorre sobre o que considera um projeto perfeito, que deve sê-lo não só do ponto de vista externo, mas também no que se refere a “distribuição e agenciamento interno, no qual”, lembra, “não deverá ser esquecida a necessidade de câmaras frigoríficas, para a conservação de frutas, manteiga, queijos e comestíveis de fácil deterioração”. Afirmo ainda não estar pedindo para o Mercado Municipal “o fausto da ‘Agora’ das cidades helênicas ou do ‘Forum’ romano”, mas, recorre à opiniões expressas por Baltard e Callet, engenheiros responsáveis pelo projeto e construção do mercado central parisiense, para defender sua concepção de “edifício digno da cidade”. Cita-os dizendo que “os edifícios desse gênero devem ser como aqueles que no século 16 construíra

134  
sw  
135

Leone-Baptista-Alberti, e que se impunham por uma magnificiência econômica". Ainda uma outra observação, atribuída por ele aos construtores das "Halles Centrales", sugere a concepção arquitetônica que faria do prédio novo do Mercado um elemento a mais no conjunto de edificações públicas da cidade de São Paulo construídas até os anos 1930. Segundo Anhaia Melo, "a orientação geral que tinha presidido a criação do esplêndido projeto" estava contida na seguinte frase: "un édifice d'utilité public, qu'elle que soit sa destination, par cette seule raison qu'il appartient au public, doit présenter une certaine dignité de forme et dépasser la vulgarité de l'oeuvre 'matérielle'"<sup>51</sup>.

A mesma sessão da Câmara de abril de 1920 sugere outras preocupações relativas à modernização e embelezamento da cidade: desapropriavam-se os terrenos para a formação de uma praça no cruzamento das ruas Mato Grosso e Itacolomi, a atual praça Buenos Aires, e autorizava-se o prefeito a adquirir do escultor Francisco Leopoldo e Silva, alguns de seus trabalhos para colocá-los em ruas, praças e jardins da capital.

Em 20 de novembro do mesmo ano, a Câmara aprova o parecer positivo das Comissões de Obras, Finanças e Justiça relativo ao projeto do engenheiro Anhaia Melo, com uma única modificação. Ao invés de outorgar a responsabilidade do projeto exclusivamente à Diretoria de Obras da Prefeitura, sugeria que a decisão fosse tomada mediante concurso público. Decidia também pela não concessão dos direitos de exploração do futuro mercado a particulares, pelo prazo previsto de 30 anos, ficando assim restrita à Prefeitura a "conservação e exploração de um grande e moderno mercado"<sup>52</sup>.

No ano seguinte, uma lei municipal "denomina 'Parque D. Pedro II' toda a área ajardinada no Parque da Várzea do Carmo". A área compreendida pelo parque, vizinha ao terreno reservado para o Mercado, acolhe também o Palácio das Indústrias, formando, segundo o projeto e fotos de época, um espaço verde na mesma área adjetivada antes como chaga a dividir a cidade.(6)

Nesse mesmo ano, o prefeito Moraes Pinto concede atenção especial em seu relatório ao "crescimento espantoso da capital do estado, excedendo todas as previsões". Em exposição demorada e ampla diz que a cidade contava em 1872 com 31.385 habitantes, atingindo sucessivamente, 239.820 em 1900, 375.324 em 1910, 472.728 em 1915, chegando a 579.033 em 1920. Detalha depois a distribuição dessa população por bairro em 1920, sobressaindo em termos numéricos, Mooca, Brás, Santa Cecília, Consolação, Belenzinho, Bela

<sup>51</sup>Idem, pp.266-267.

<sup>52</sup>Anais da Câmara Municipal de S.Paulo, 40ª sessão ordinária de 20 de novembro de 1920, pp. 737-738.



131  
Juv  
136

Vista e Santa Ifigiênia, onde a população ia de cerca de 40.000 a 68.000. Passa depois a relacionar o número de prédios, um total de 63.166, distribuídos por 30 bairros, concentrando-se porém nos de maior densidade demográfica. Detém-se com especial atenção nos problemas do trânsito nas ruas centrais, cujo fluxo avolumava-se com a convergência de bondes, automóveis e carroças de aluguel.

Na sequência, passa em revista os mercados livres e seus pontos de distribuição em 14 localidades, além dos mercados do Anhangabaú e 25 de Março, o mais novo de Pinheiros e o ainda existente Matadouro Municipal. Noticia também o resultado do concurso para a escolha de projeto para a construção do Mercado Municipal, explicando não ter nenhuma das 12 propostas apresentadas conseguido preencher os requisitos determinados pelo lei de 4 de dezembro de 1920. Na circunstância, haviam sido solicitados uma vez mais os serviços do "distinto arquiteto e construtor Dr. Francisco de Paula Ramos de Azevedo". Enfatiza a urgência com que o assunto deve ser tratado pela Câmara, dado que "no nosso Mercado Municipal, quase tudo deixa a desejar"<sup>53</sup>.

Entretanto, é somente em sessão de 12 de abril de 1924 que a Câmara Municipal decreta autorização para que o prefeito abrisse concorrência pública para a construção do mercado no Parque D. Pedro II segundo o projeto de Ramos de Azevedo<sup>54</sup>. A sugestão das comissões reunidas de Justiça, Obras, Higiene e Finanças, para que se adote uma forma reunindo a "execução por administração e por empreitada combinadas, dá início a acalorado debate. A partir do exposto pelas comissões, que relatam extensamente os prós e os contra das três formas disponíveis, os vereadores passam a defender suas opiniões, sendo aprovado, com um único voto em contrário, o projeto original, que encarrega o mesmo escritório de engenharia da construção dos prédios. Quando entra em segunda discussão, 4 dias depois, o debate recende-se na apreciação de emenda proposta pelo único vereador a votar contra o projeto na sessão anterior, e na qual defende a possibilidade da concorrência para a execução de partes específicas do projeto serem abertas por particulares e não pelo poder público como previsto. Vence o projeto original novamente, o que dá ensejo a discussões, seguidas de menções elogiosas à concorrência pública, como forma "que mais satisfaz aos interesses municipais" e por "estabelecer [para a Câmara] uma forma democrática e moralizadora para execução de suas obras"<sup>55</sup>.

<sup>53</sup>Relatório do ano de 1921 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Dr. Firmiano de Moraes Pinto, S. Paulo, Casa Vanorden, 1922, pp.3-4 e 42-56.

<sup>54</sup>Anais da Câmara Municipal de S. Paulo, 13ª sessão ordinária de 12 de abril de 1924, pp.283-284.

<sup>55</sup>Os debates da 33ª sessão ordinária de 4 de novembro cobrem 22 páginas (887-908) e os do dia 8, 18 páginas (932-949).



Contrariando as previsões do prefeito dr. João Pires do Rio, em seu relatório de 1925, o Mercado Central só será entregue, para preencher as finalidades previstas no projeto, em janeiro de 1933. Estando o estado de São Paulo sob intervenção federal, após a malograda "revolução constitucionista" de 1932, coube ao interventor General Waldomiro Castilho de Lima presidir a solenidade de inauguração no dia 25 de janeiro, aniversário da fundação da cidade. As informações sobre "O NOVO MERCADO MUNICIPAL" ocupam boa parte da folha de rosto do jornal O Estado de São Paulo que não poupa elogios ao "novo e majestoso próprio municipal". Na matéria, detalhes arquitetônicos, técnicos, material e dimensão da área útil, e dos serviços e conforto oferecidos aos seus ocupantes e aos usuários preenchem várias colunas, onde as preocupações higiênicas e técnicas para a acomodação e conservação dos produtos são sublinhadas. Explica-se também por que prolongou-se tanto o tempo de sua construção. As descontinuidades sofridas relacionavam-se a crises financeiras, mas também políticas. O articulista detalha em especial os momentos em que havia prestado serviço para a população de São Paulo, antes mesmo de sua inauguração: "tendo sido várias vezes ocupadas suas instalações para aquartelamento de tropas, depósitos de veículos de requisição militar, para centro de abastecimento, almoxarifado de equipamento e material bélico". Definia-se, com essas palavras, no momento de sua inauguração a áura de monumento, a marcar simbolicamente a posição de resistência atribuída aos paulistas frente o golpe militar de Getúlio Vargas, em 1930, e ao estado autoritário. A ocupação militar do prédio será sempre mencionada como componente da memória histórica e afetiva da população de São Paulo. Numa cidade tres vezes refeita neste século<sup>56</sup>, o edifício do Mercado Central configura um signo da sua primeira modernidade, expressa na massa e imponência do edifício. A referência metafórica de maior alcance, entretanto, estende uma ponte entre o passado rememorado e o presente elaborado intelectualmente, marcando sua presença um dos símbolos identificadores da cidade, já contido no texto do jornal no dia de sua inauguração:

"O novo mercado municipal de São Paulo que agora se inaugura oficialmente, contitui, pela grandiosidade da sua arquitetura e das suas proporções, não só o mais vasto edifício municipal do Brasil, como, na espécie, de toda a América do Sul".

(1) colocar reprodução das fotos do livro de Benedito Lima, p.45, 47 e 49)

(2) fotos Benedito Lima o viaduto do chá e anhangabaú p.116 com municipal, p.101 e com o parque p.115)

<sup>56</sup>Aqui, novamente a referência é o já citado livro de Benedito LIMA DE TOLEDO.



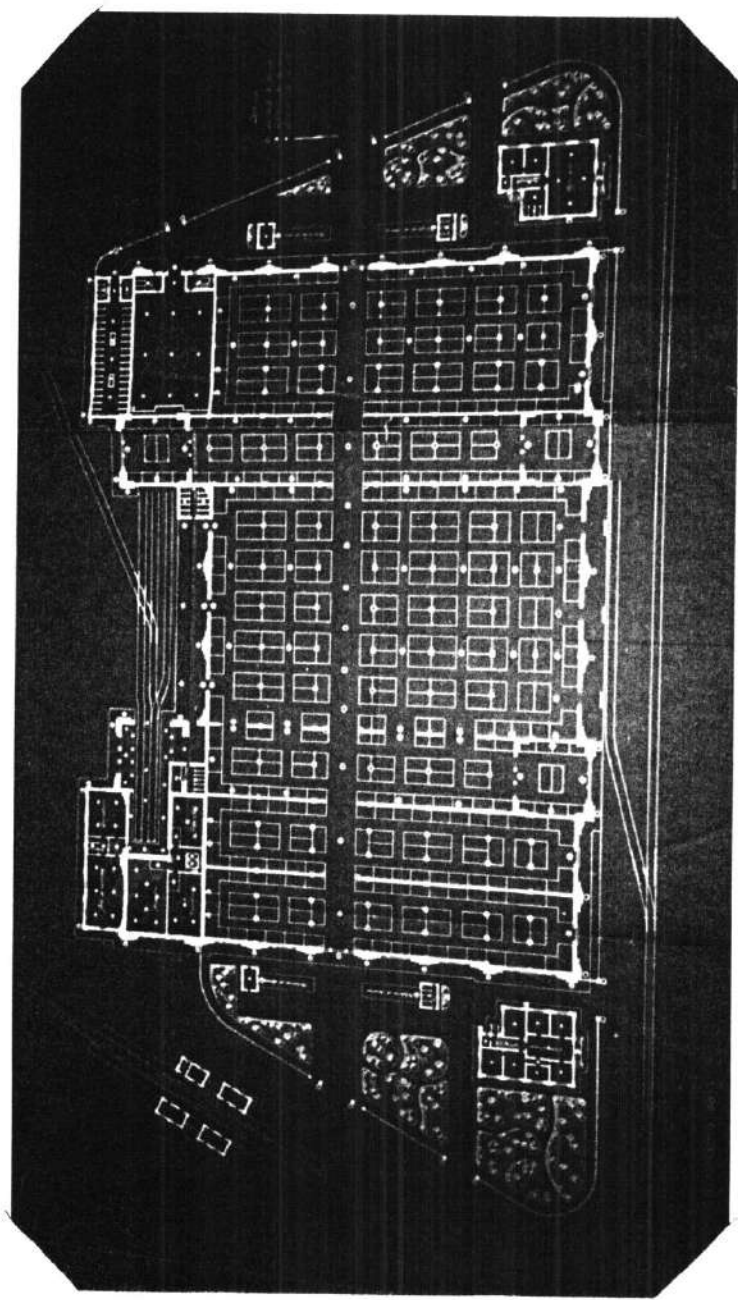
- (3) (mapas Debenedetti p. 16, Ebe Reale, p.16, 23 e 42, Ermani, p.1043)
- (4) (inserir foto do DPH)
- (5) (inserir a planta do parque projeto Buvard Benedito Lima p.110 e Cia Varzea p.28, a do palácio, p.30 e 80 do livro DPH)
- (6) acrescentar fotos do parque do DPH

138  
SW

139

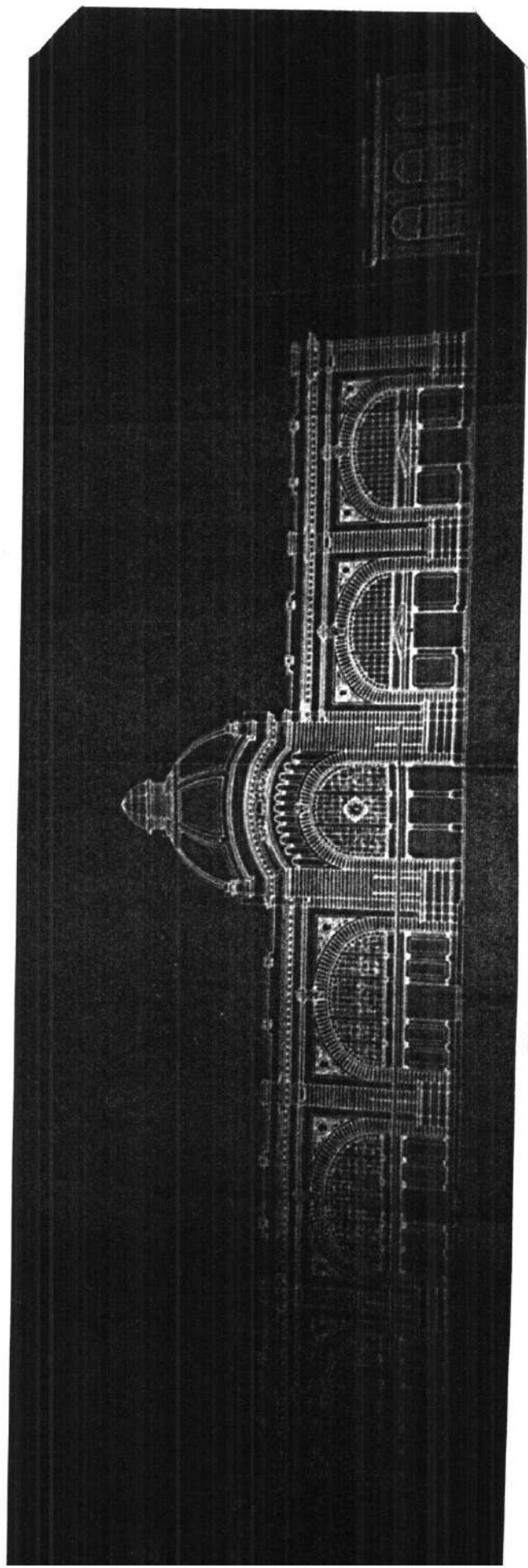
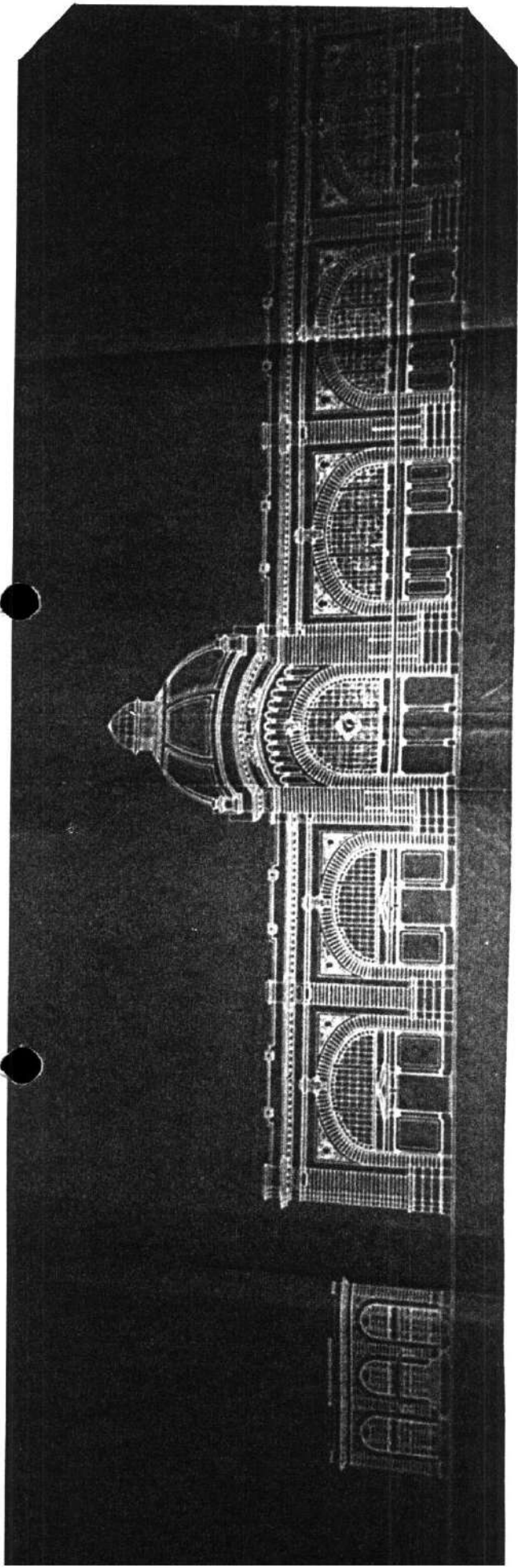
**FOTOS DO  
PROJETO ORIGINAL  
DE RAMOS DE AZEVEDO**

13  
5  
14



PAVIMENTO TÉRREO

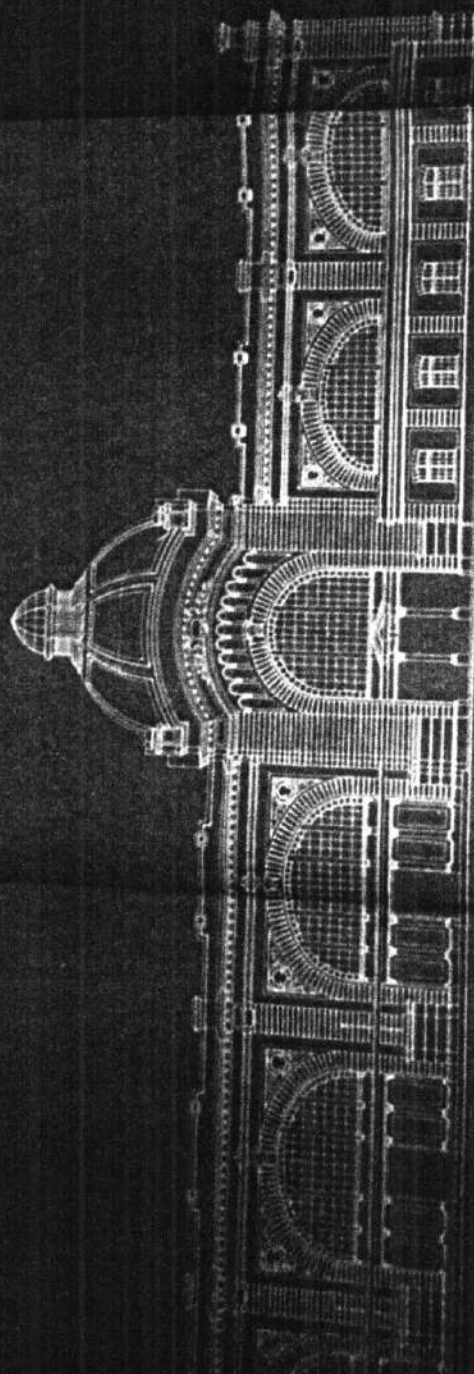
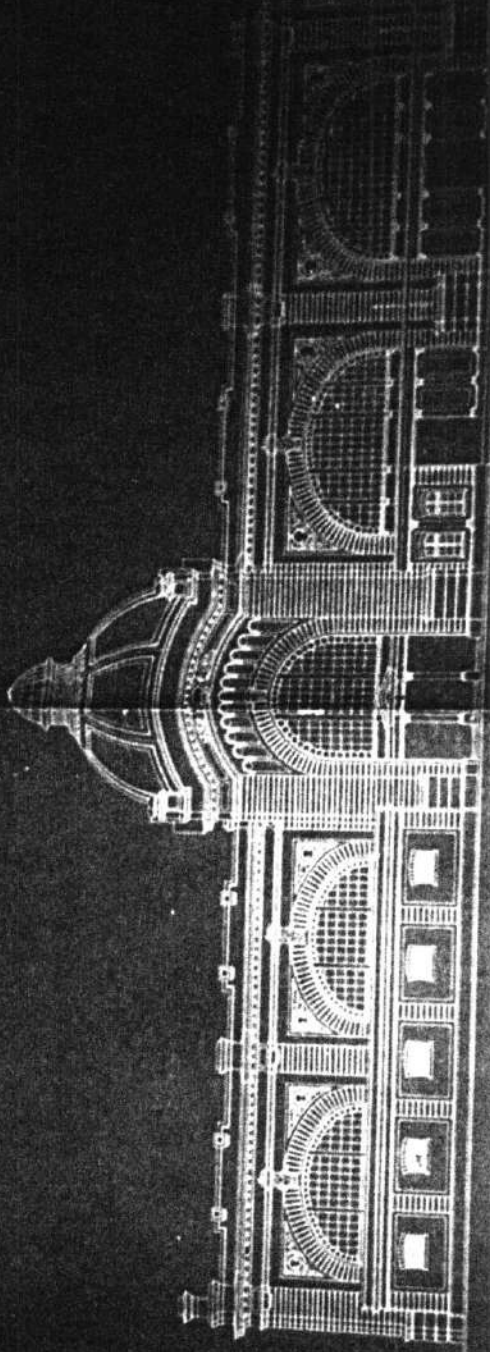
14



FACHADA PRINCIPAL

H  
8

14

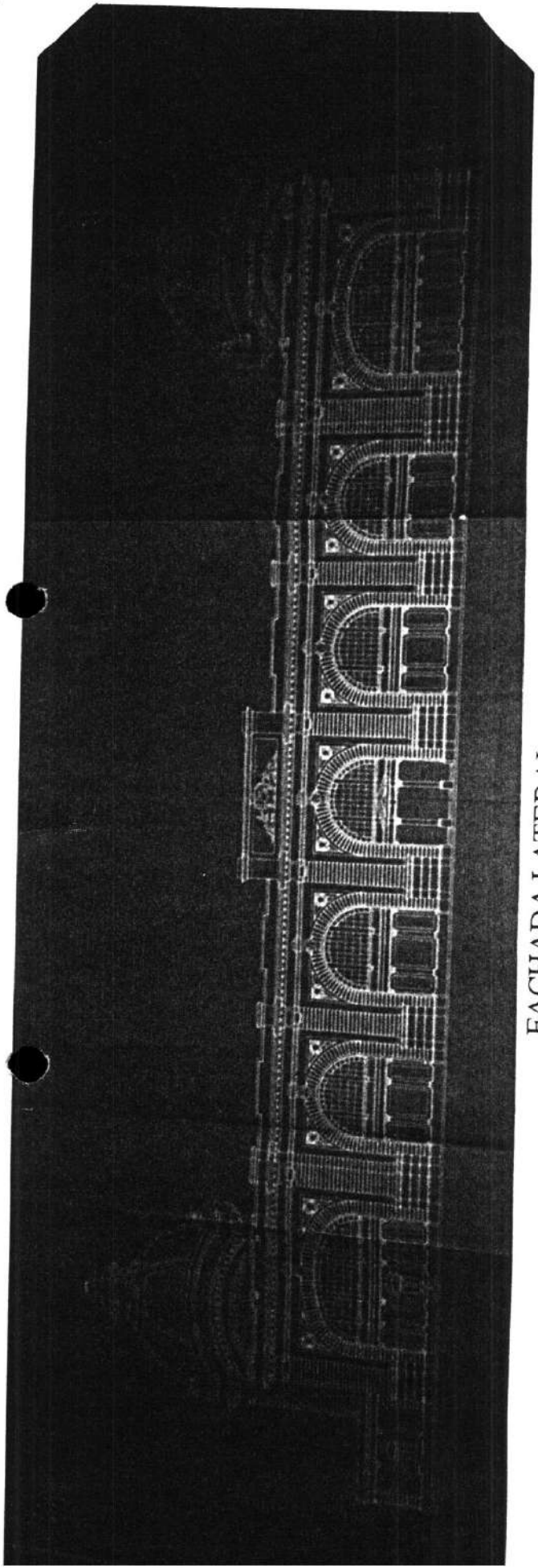


FACHADA POSTERIOR

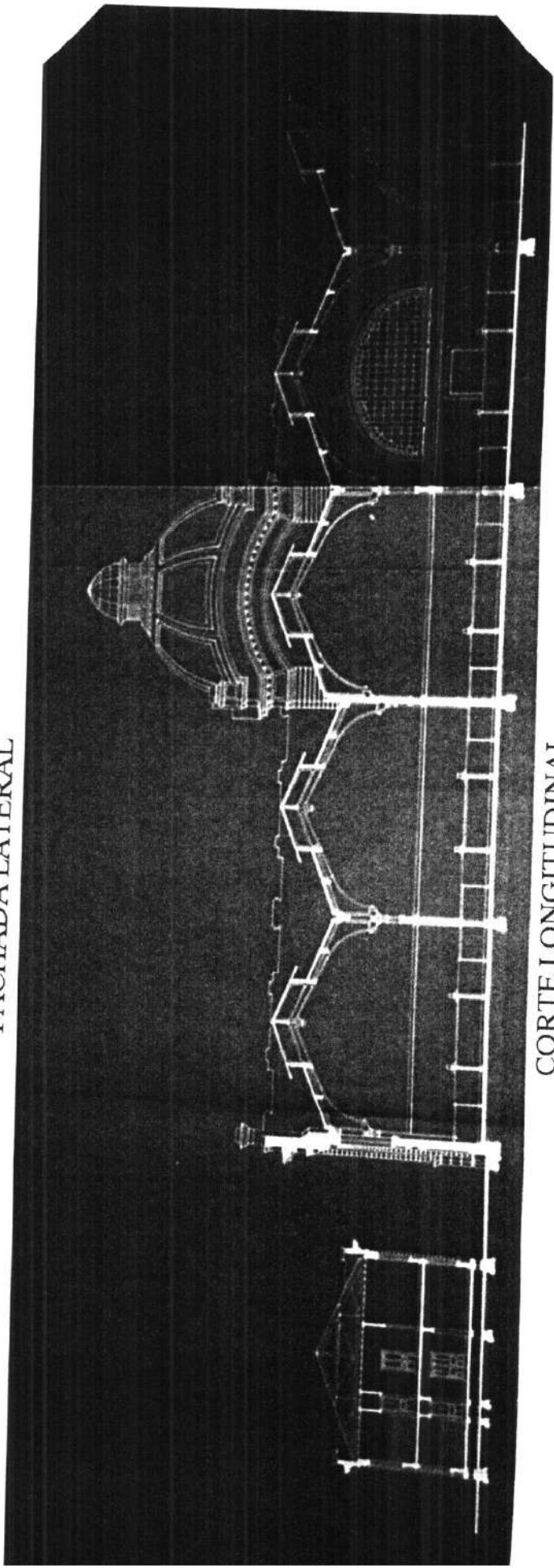




14



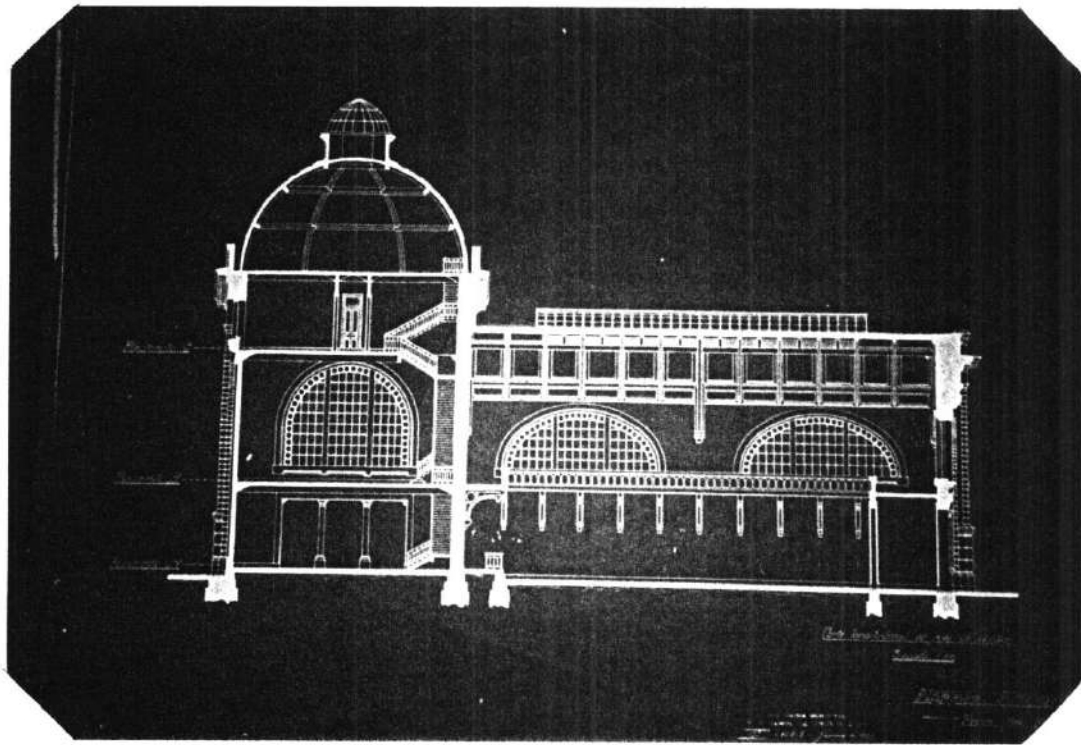
FACHADA LATERAL



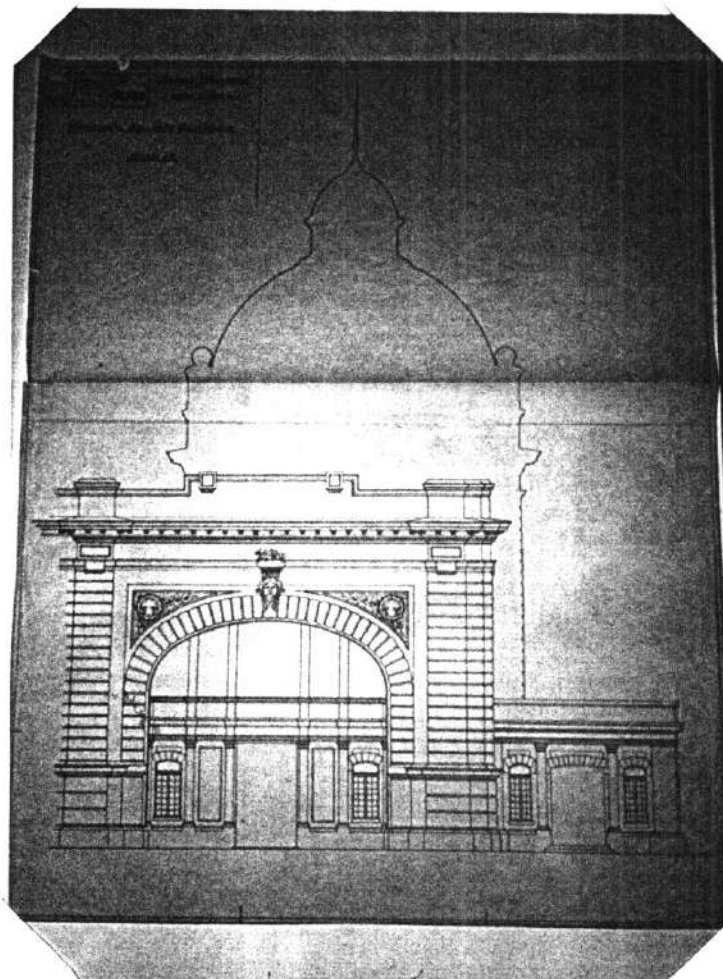
CORTE LONGITUDINAL



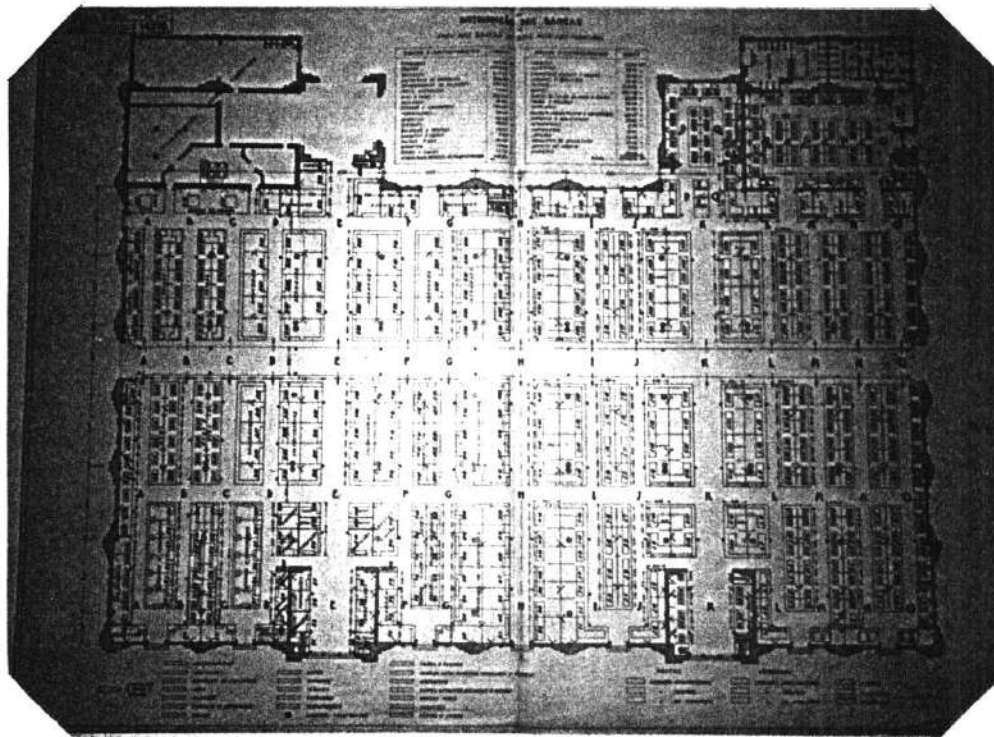
14



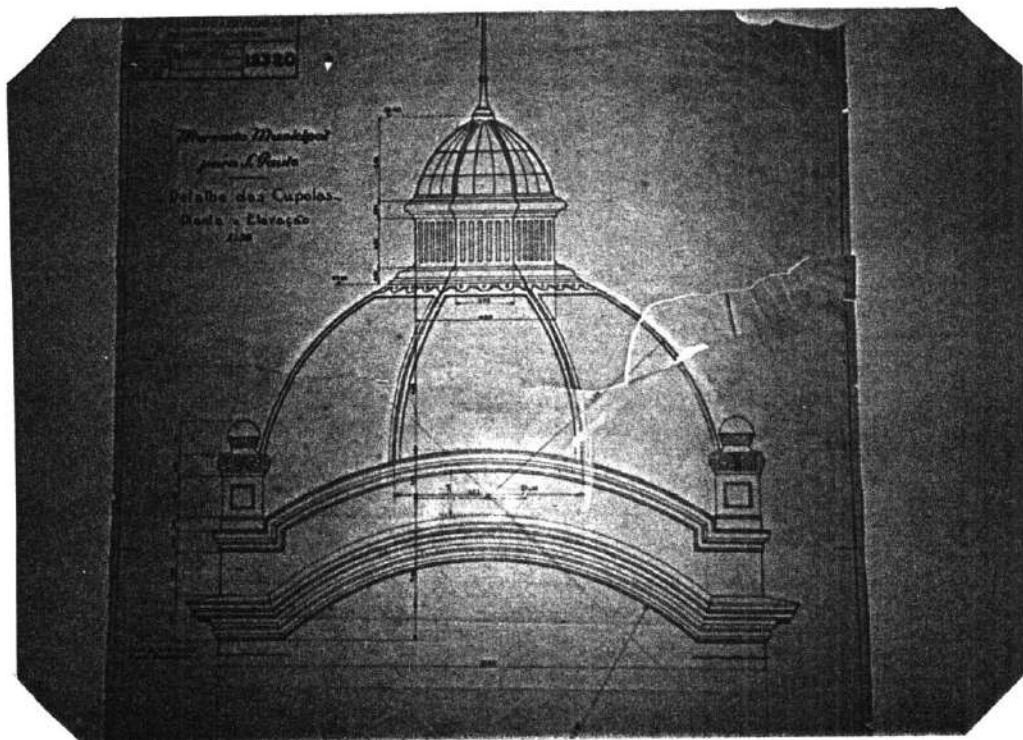
CORTE LONGITUDINAL DA SALA DE VENDAS



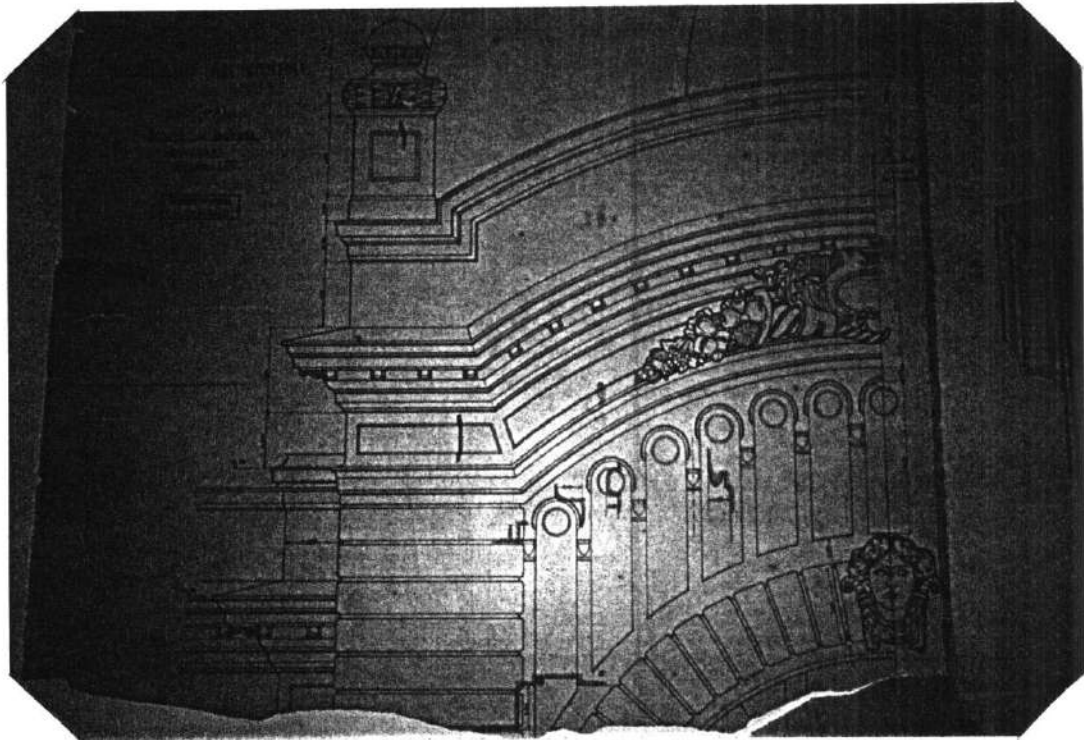
195



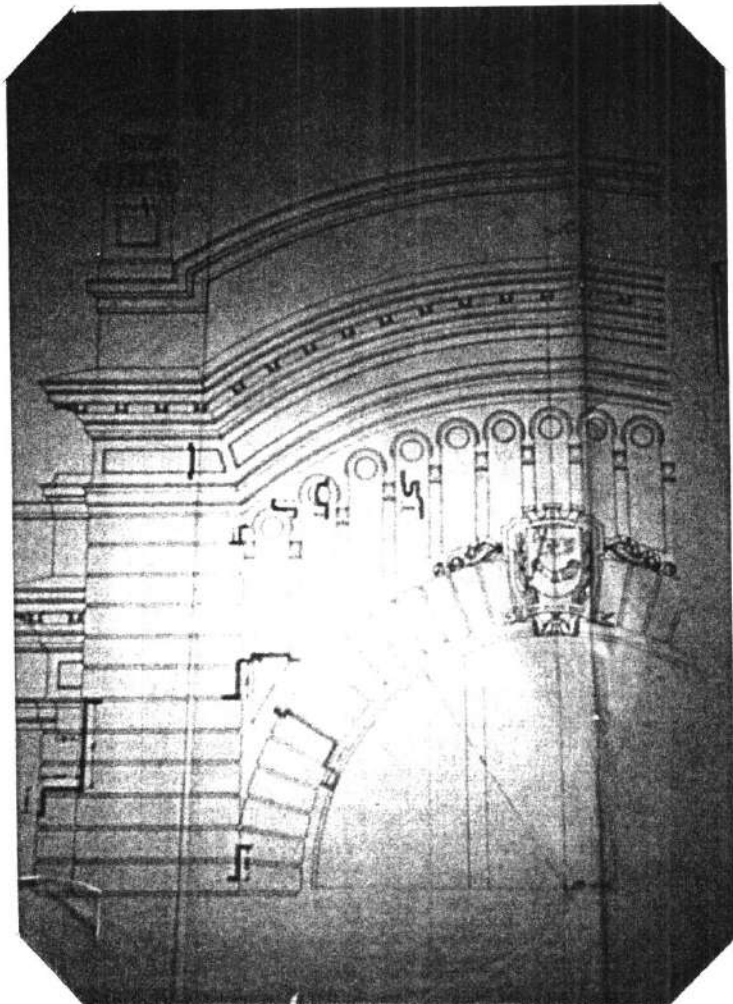
PLANTA DAS BANCAS



AS  
su  
146



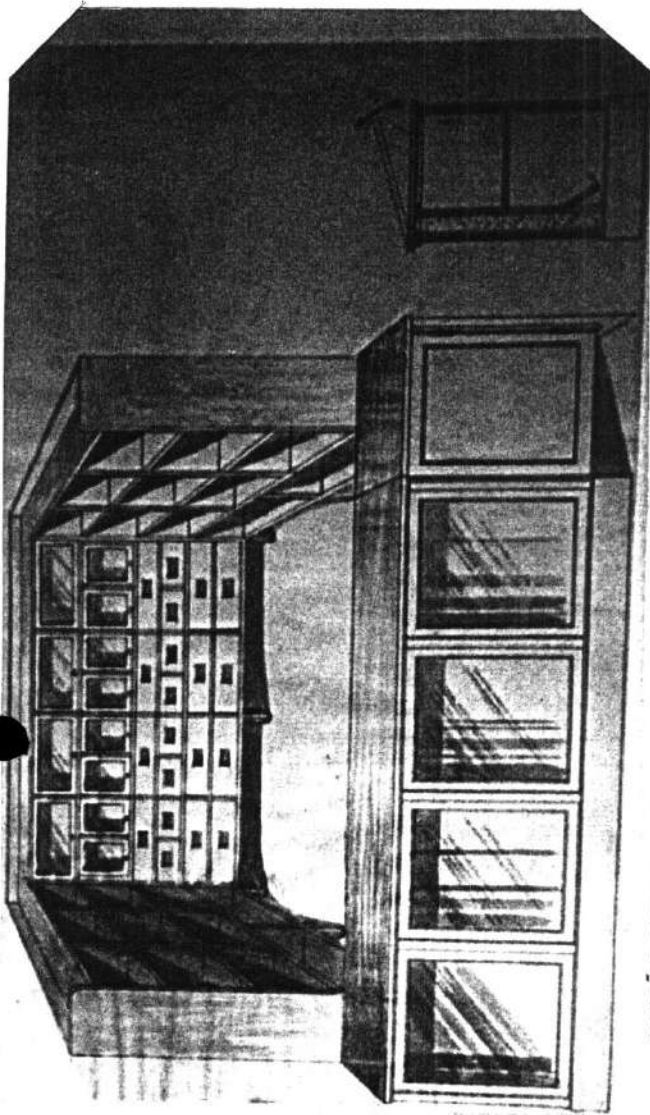
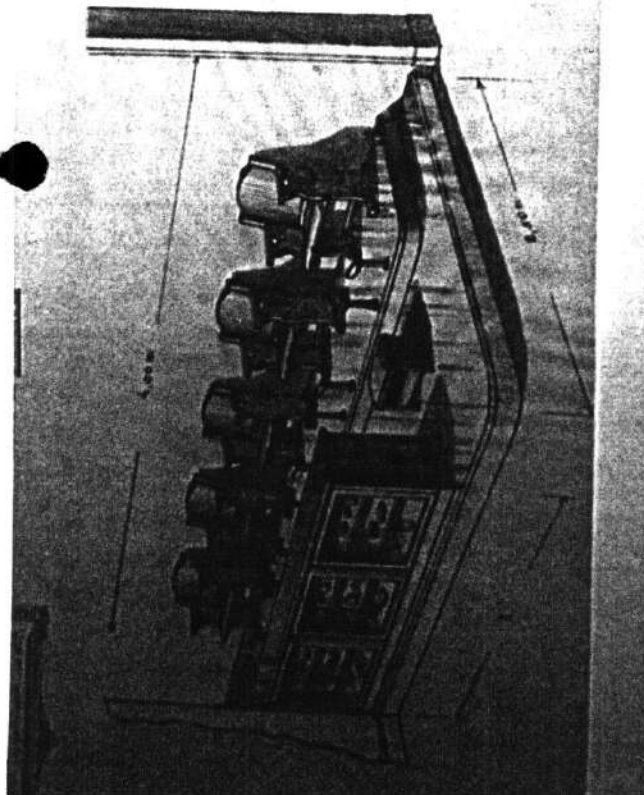
DETALHE DA FACHADA



DETALHE DA FACHADA



VITAINES E FRUTEIJEIRAS PARA O NOVO MERCADO

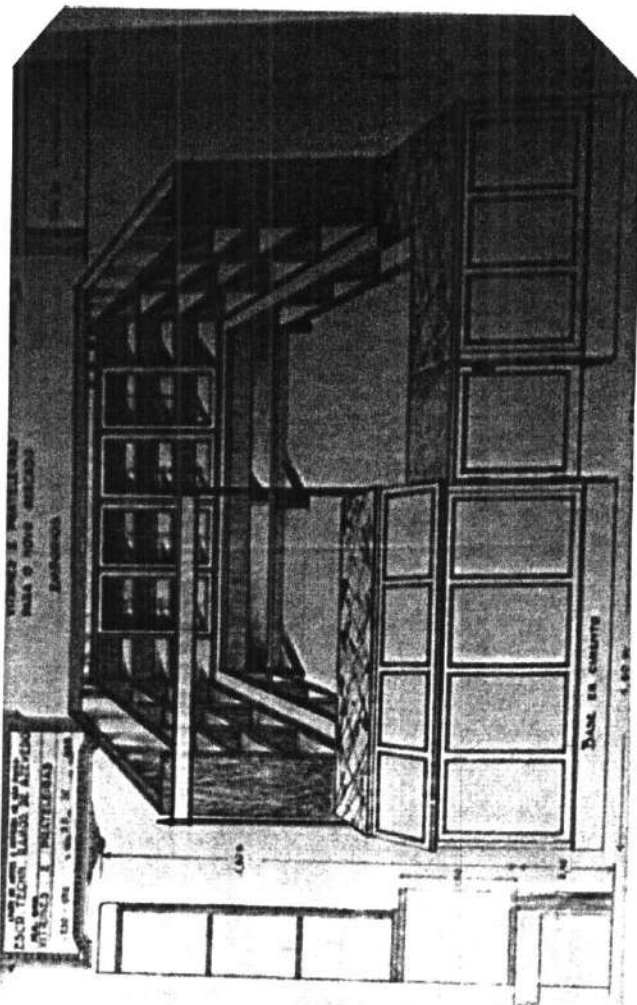
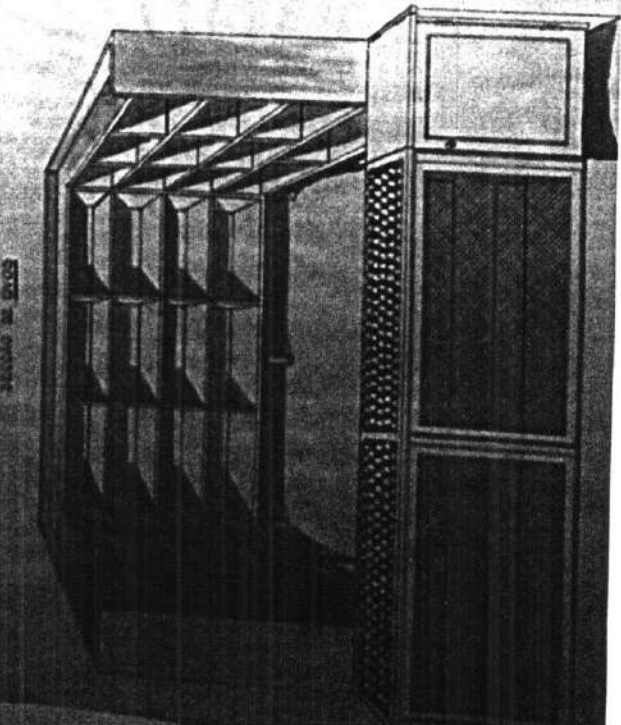


SEÇÃO DE ENGRAXATES

SEÇÃO DE SEMENTES E HERVANARIOS

ME 2

SEÇÃO DE OVOS



SEÇÃO DE OVOS

EMPÓRIOS



148

**Fotografias das obras de construção do edifício do Mercado Central de São Paulo**

Fonte: Arquivo Ramos de Azevedo / Arquivo de negativos da Biblioteca da FAUUSP

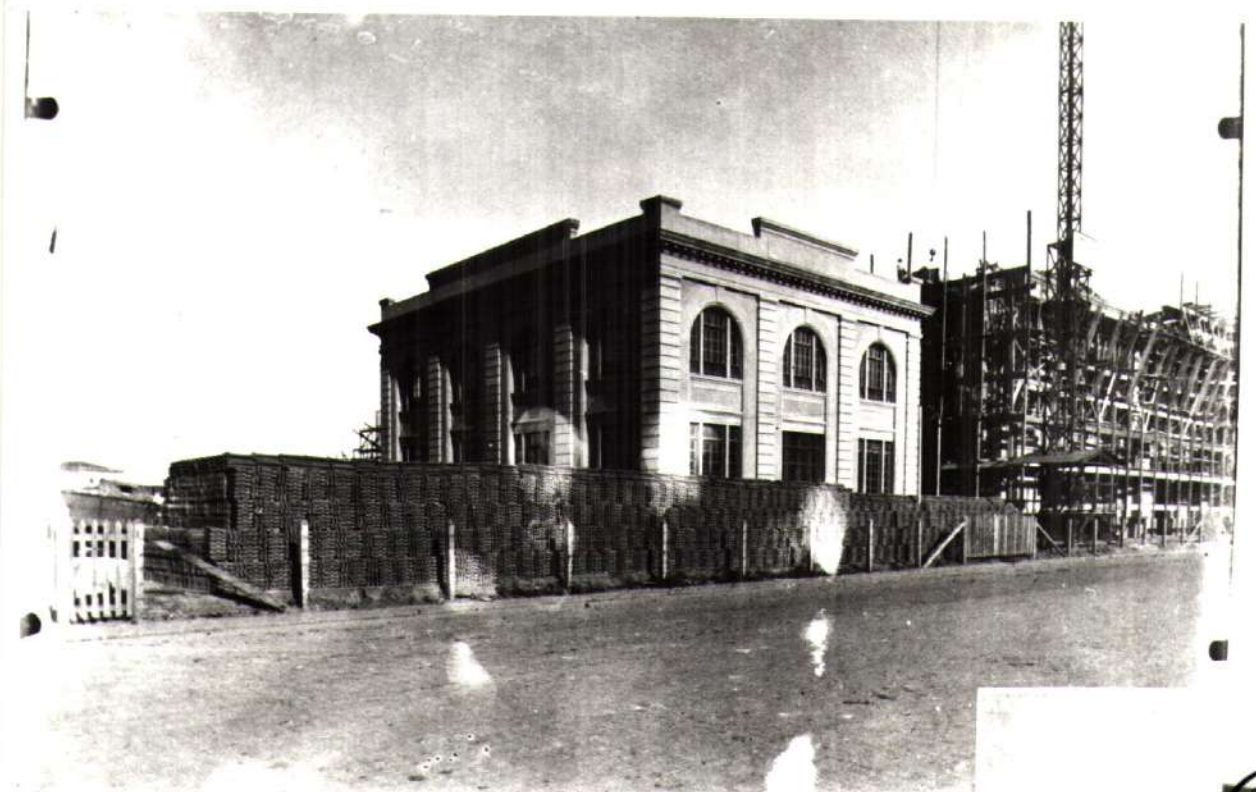
1. Edifícios gêmeos que compõem o conjunto, situando-se simetricamente em suas laterais. R. Cantareira com R. Ceres, no início da obra em 1927.
2. Um dos edifícios gêmeos acima referidos. R. Cantareira com R. Mercúrio. Início da construção do Pavilhão Central no começo de 1928.
3. Mercado em construção visto a partir do Palácio das Indústrias, em 1929.
4. Fachada Posterior, Av. do Estado em 1929.
- 5/6. Idem
7. Fachada Principal, R. da Cantareira em 1929
8. Fachada Lateral, R. Mercúrio, 1929
9. Vista aérea da fachada principal, 1929
10. Idem
- 11 a 18. Fases da construção - estruturas de madeira.
- 19 a 22. Fases da construção - Armação e concretagem.
23. Elevação da cambota de um dos vitrais.
24. Vitral sobre a rua interna central de autoria de Conrado Sogernicht.
- 25 a 29. Corredores internos, diferentes fases de construção das bancas.
30. Planta de distribuição das bancas.
31. Vista Geral interna, bancas 1933.
- 32 a 37. Diversas vistas do mercado equipado com as bancas.
38. Acesso à galeria da lateral direita da fachada posterior.
39. Vista desta galeria.
40. Planta de locação e rede de águas pluviais.
41. Vista da cobertura. Cúpula da fachada principal.
42. Fachada Principal, R. Cantareira em 1932.
43. Vista Geral. Inserção do edifício do Mercado Central na cidade de São Paulo, 1933.







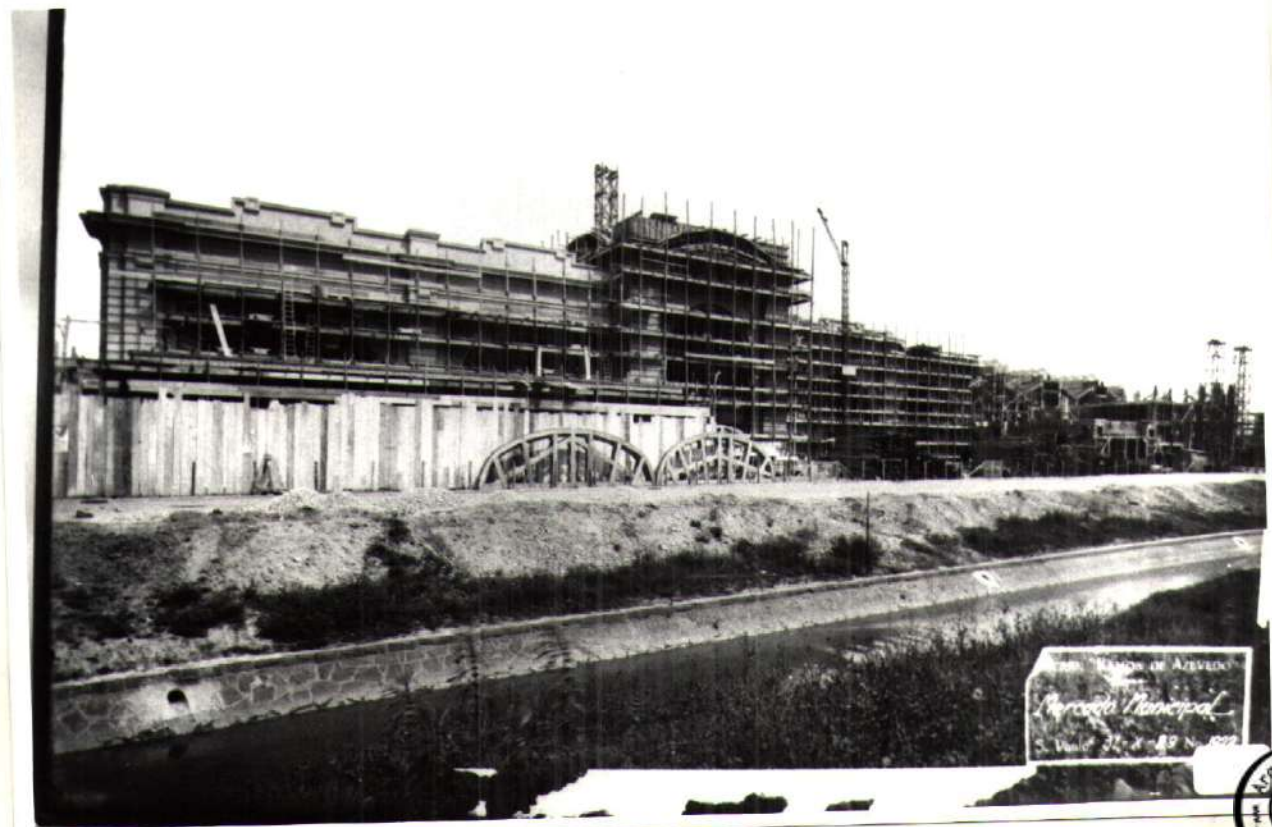
478  
sw  
149







149  
su  
150

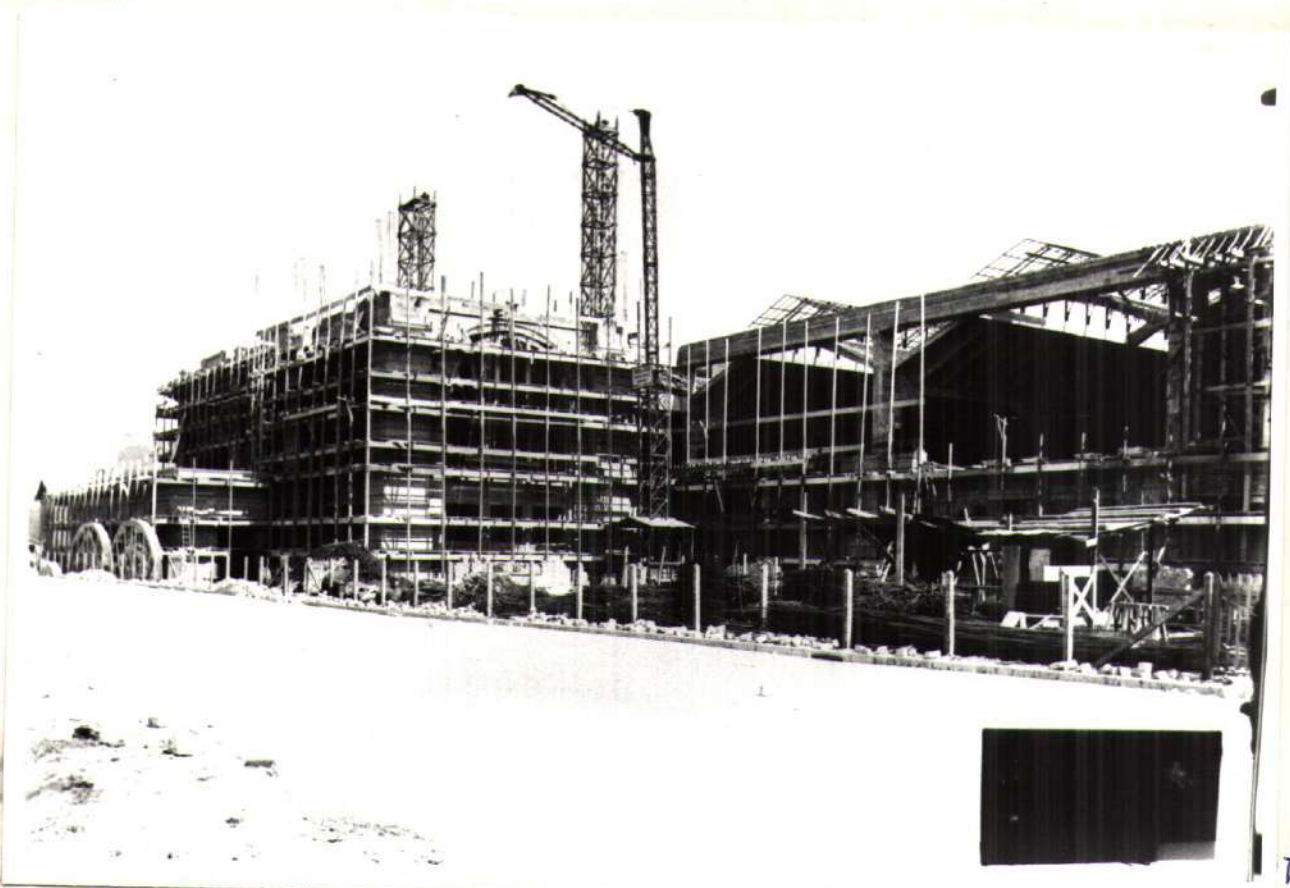






SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

150  
820  
151



5



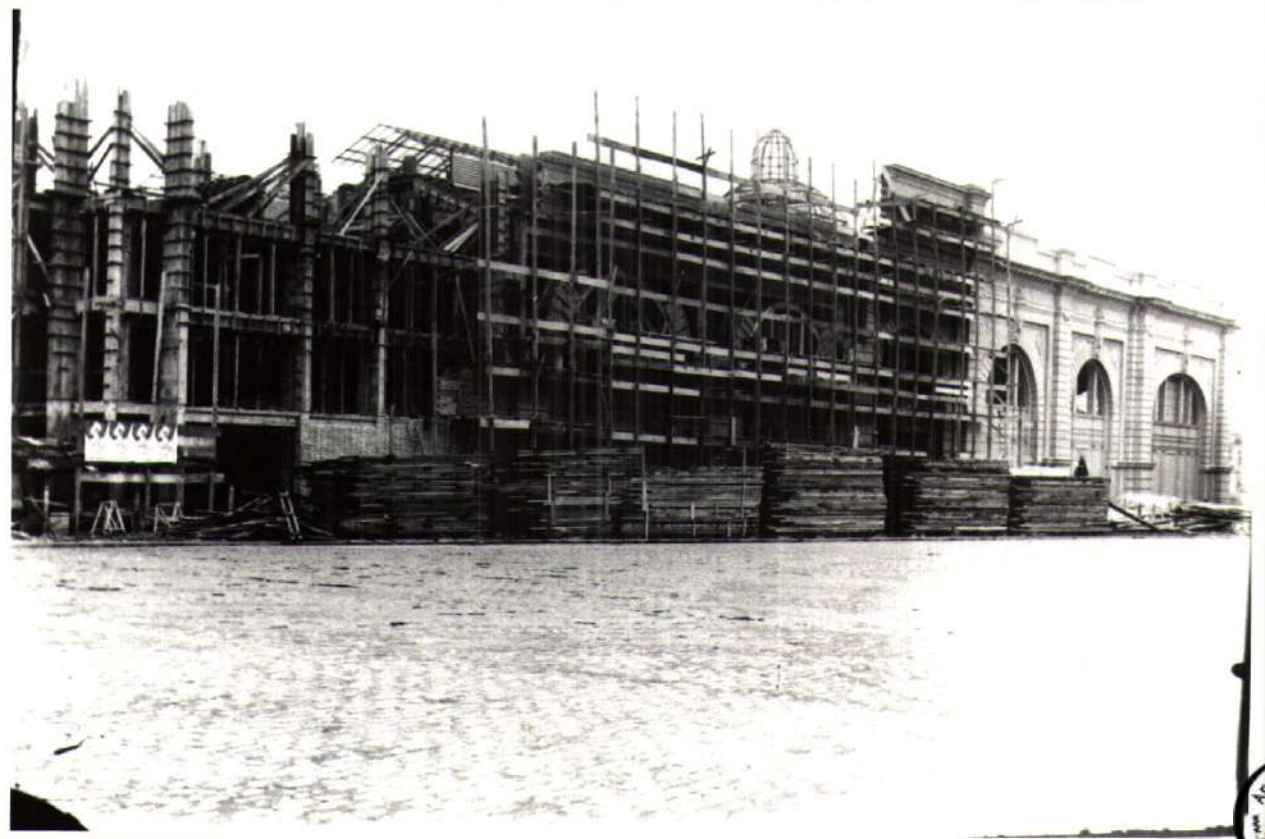




152



7







SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

153



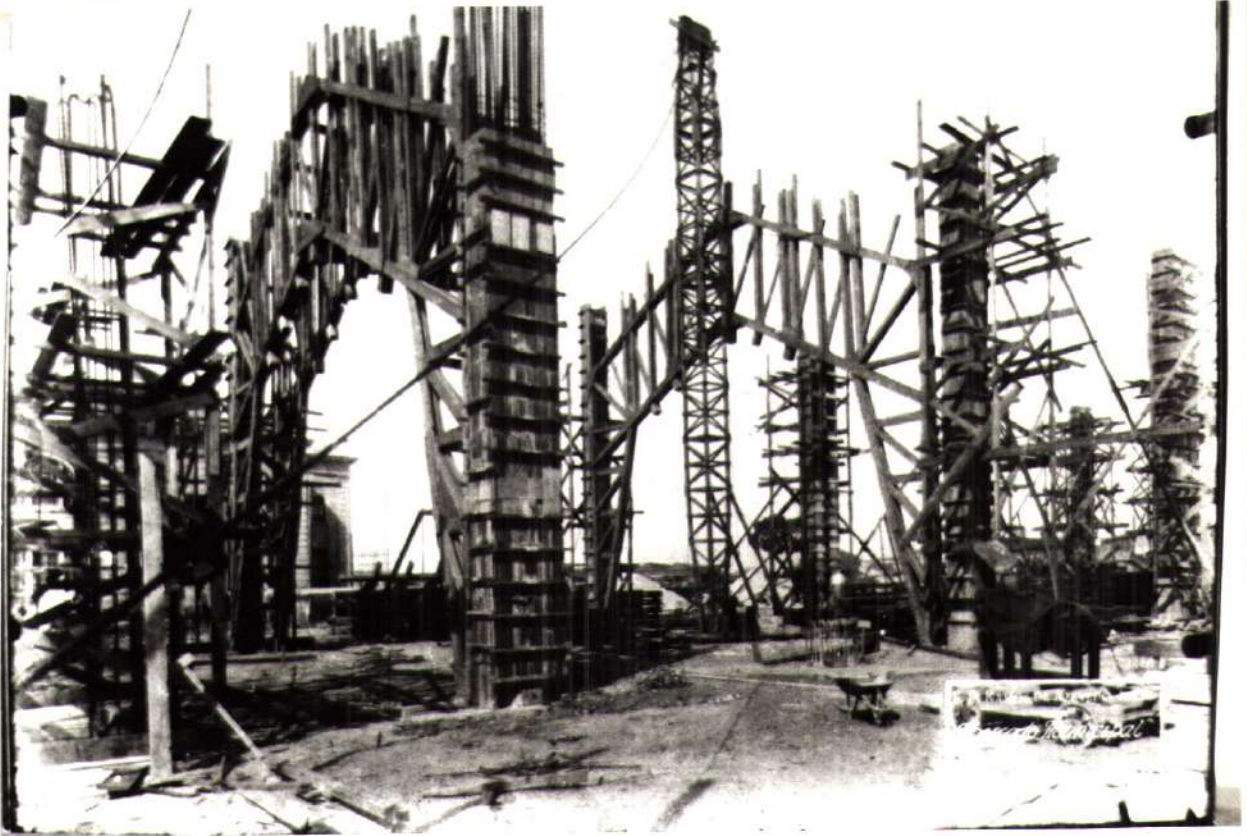
9







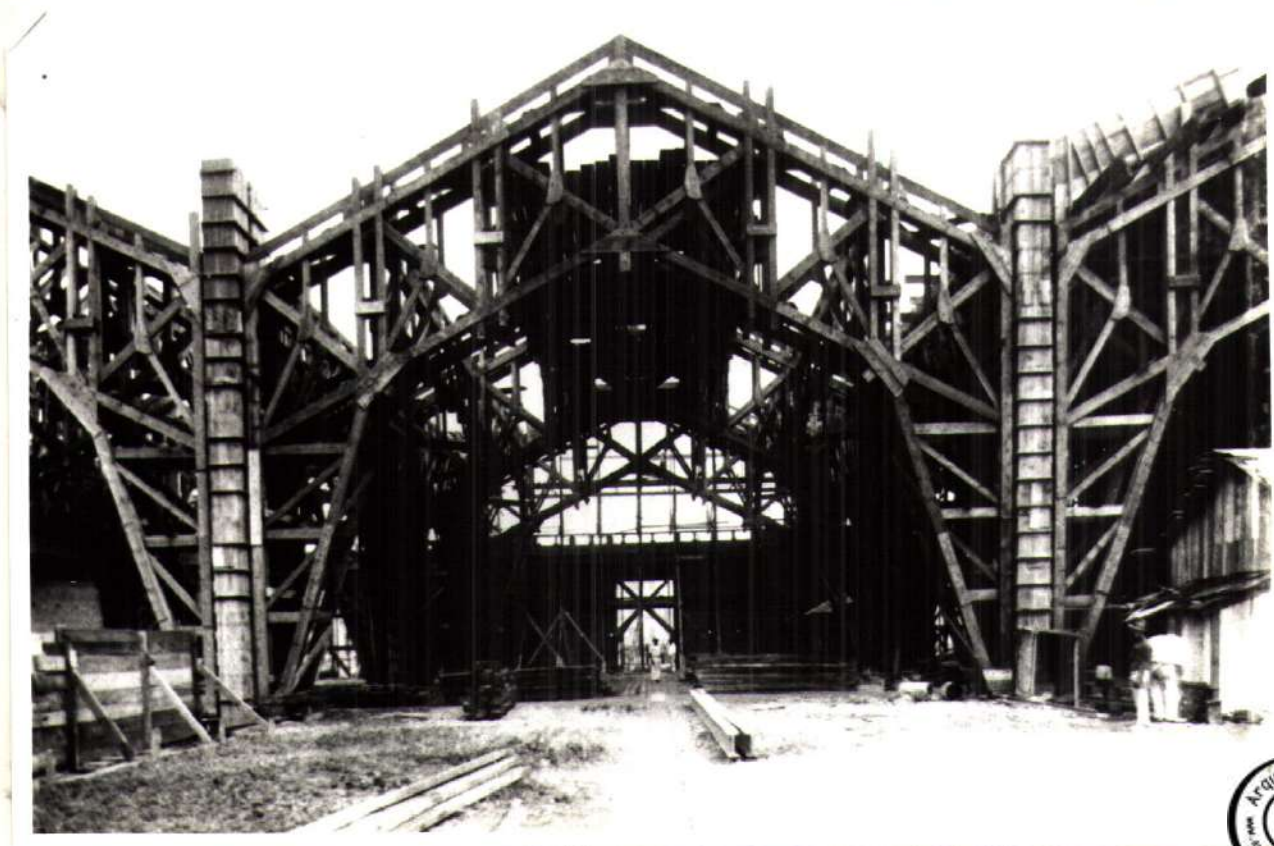
154  
154







5/3/52







154  
SW  
156



15



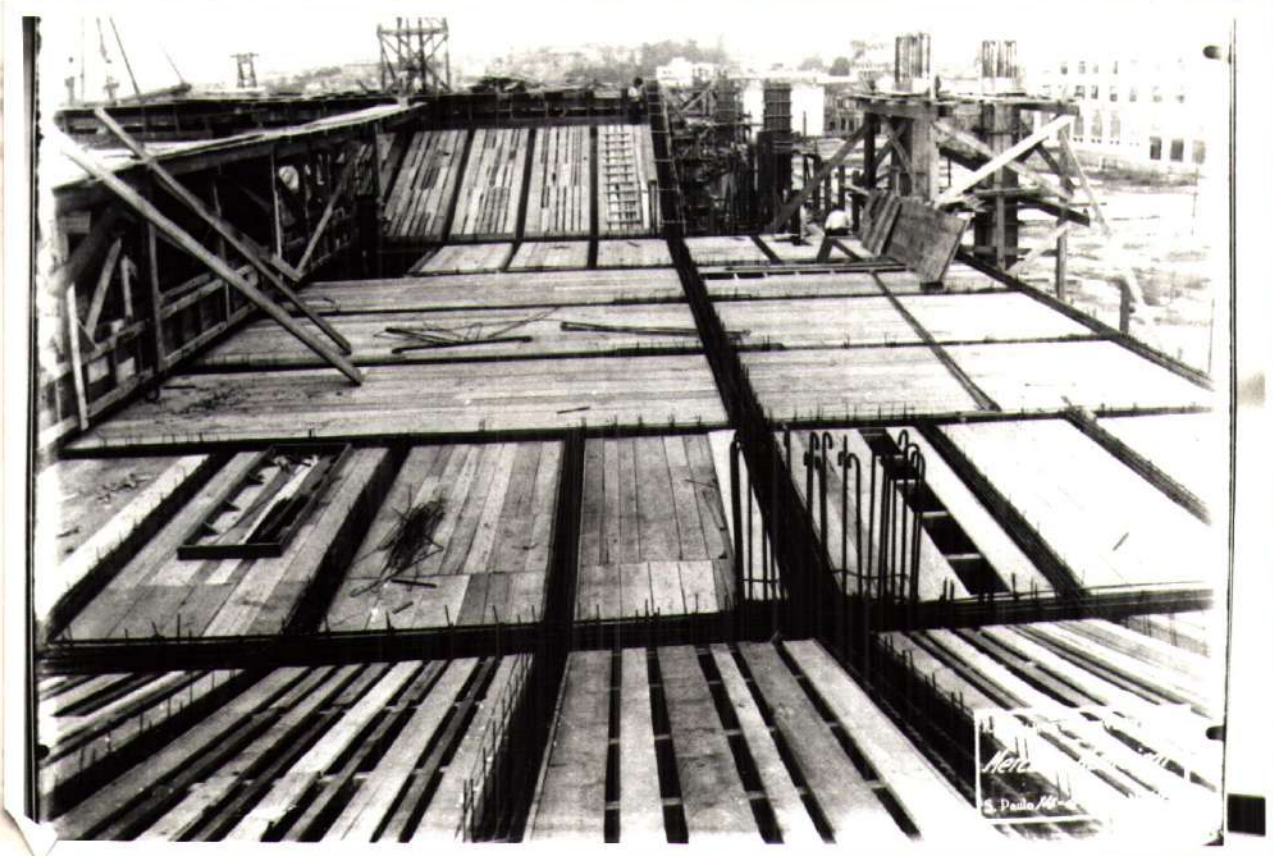
CIA.  
101



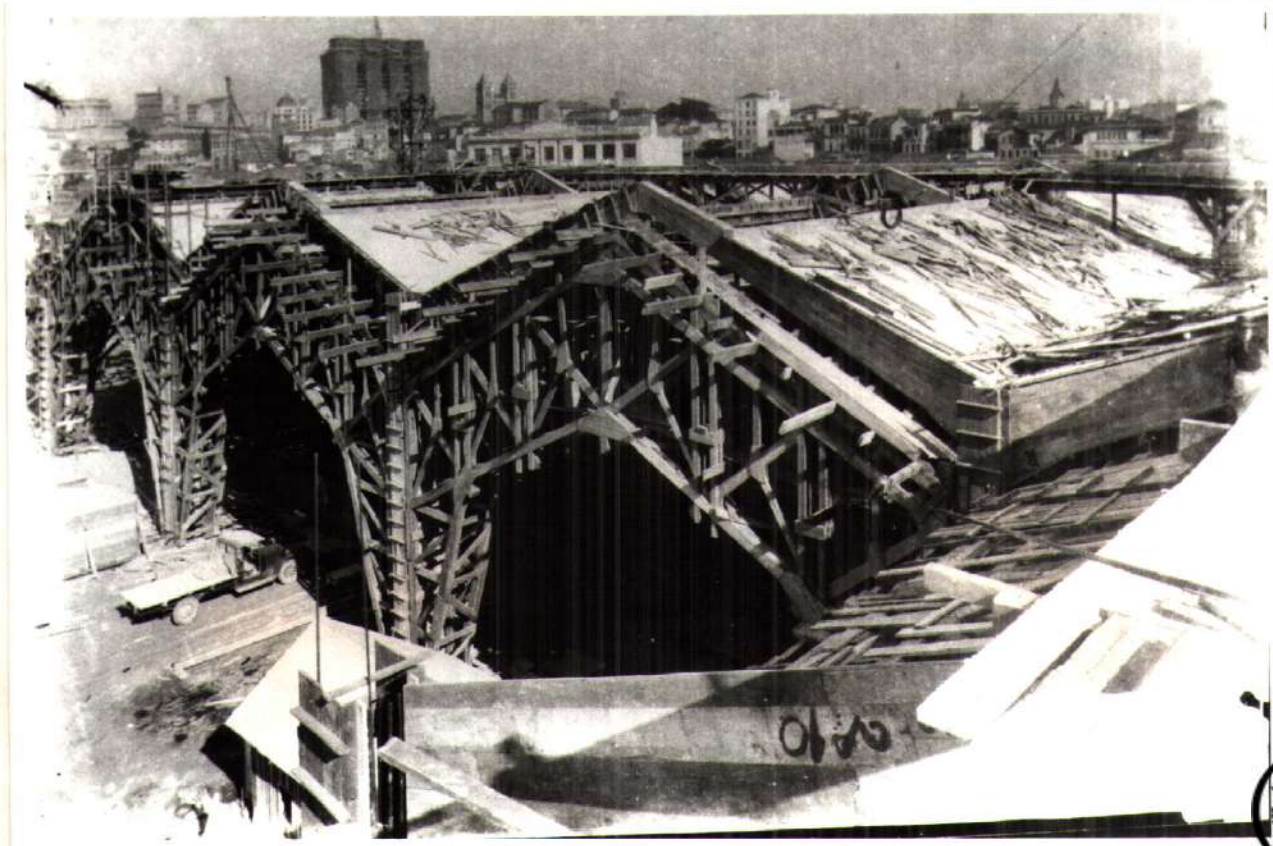




15/11/51



17

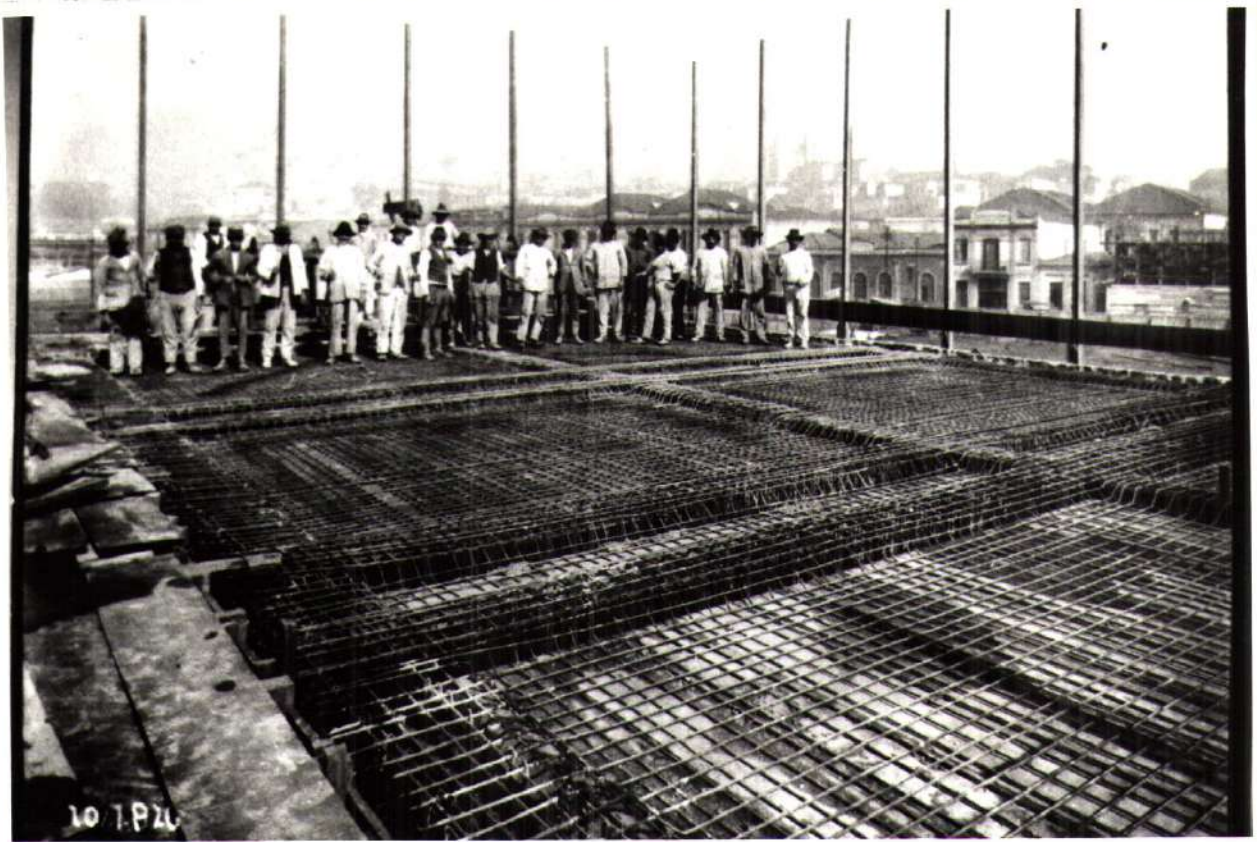






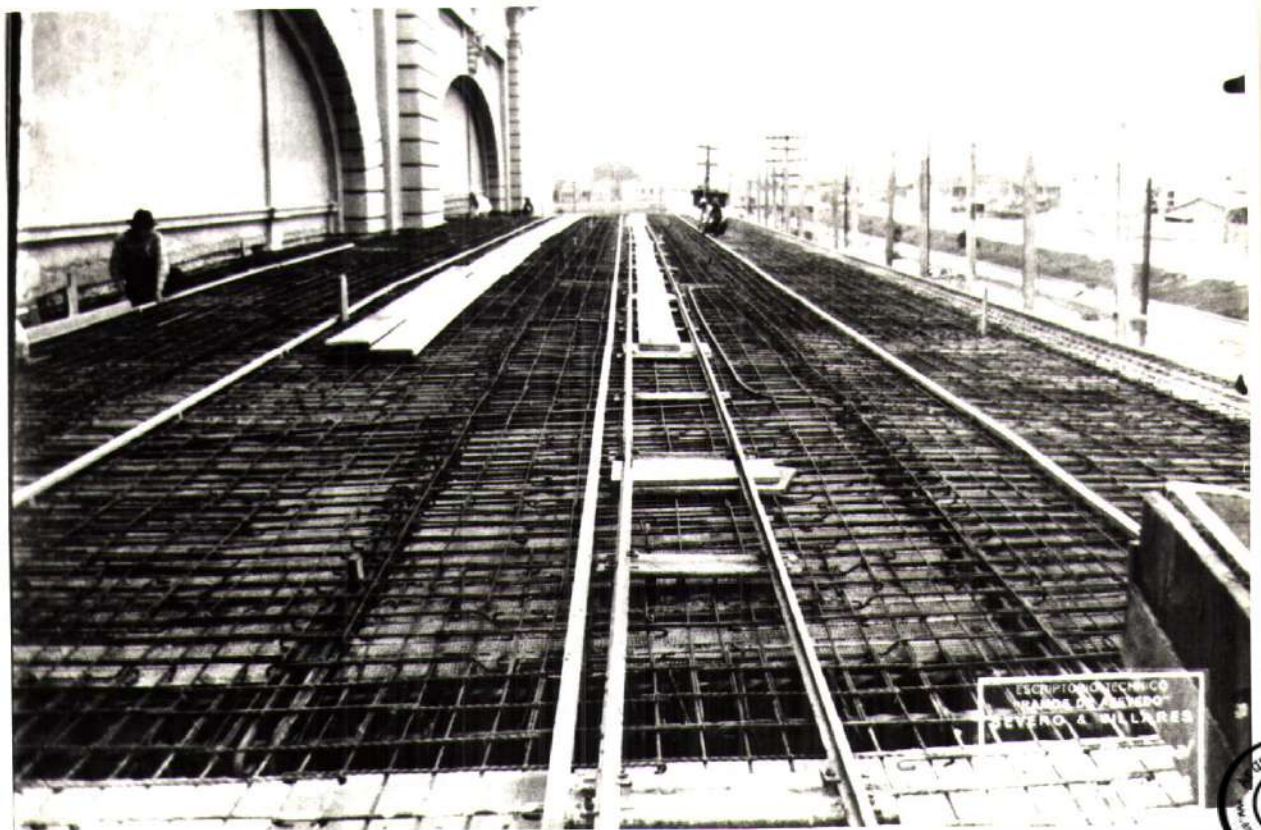
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

158



10 1.P.24

19



ESCRITÓRIO TÉCNICO  
"SARNEY DE ALBUQUERQUE"  
SEVERO A. MILHARES







157  
SW  
159



21



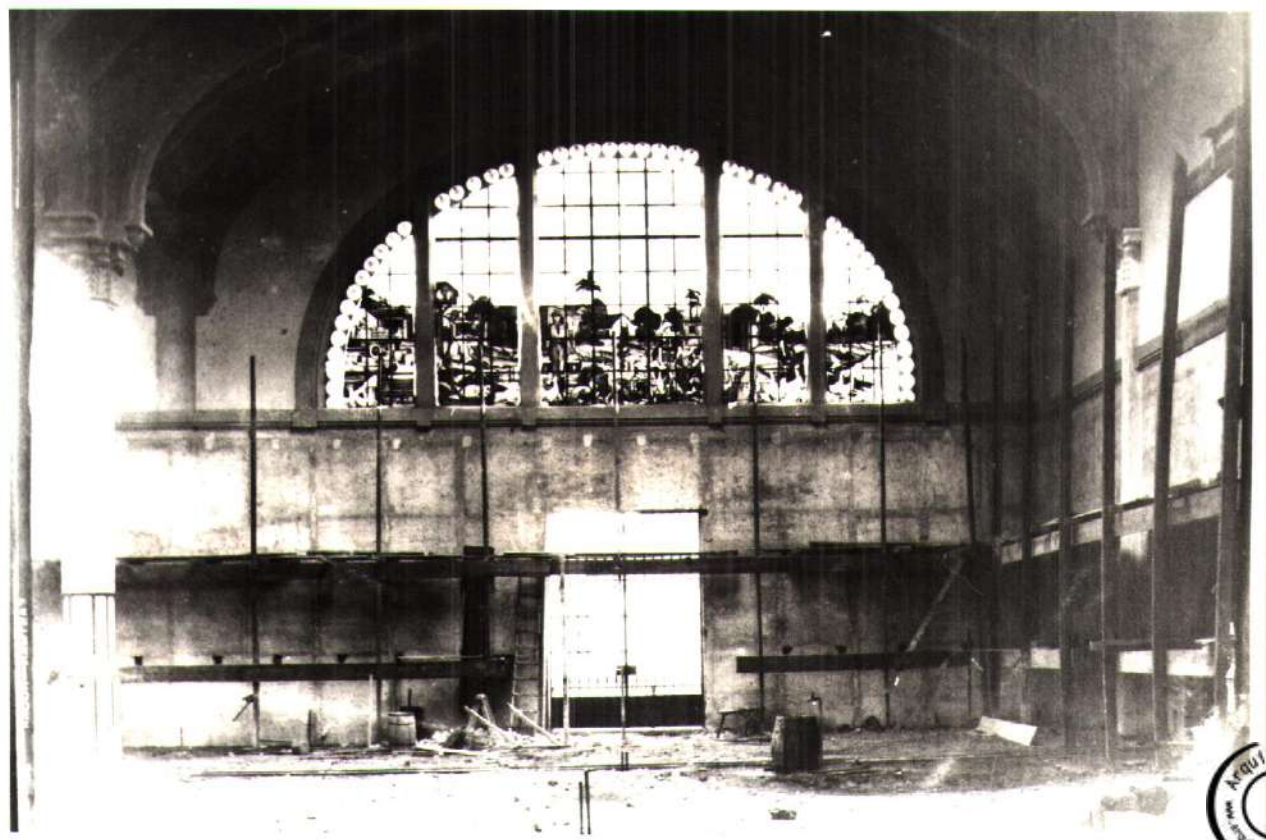




158  
su  
100



23



211



157  
SW  
161







*Handwritten:*  
H. G. W.  
162



*Handwritten:* 26





164  
SW  
163



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA



28



29

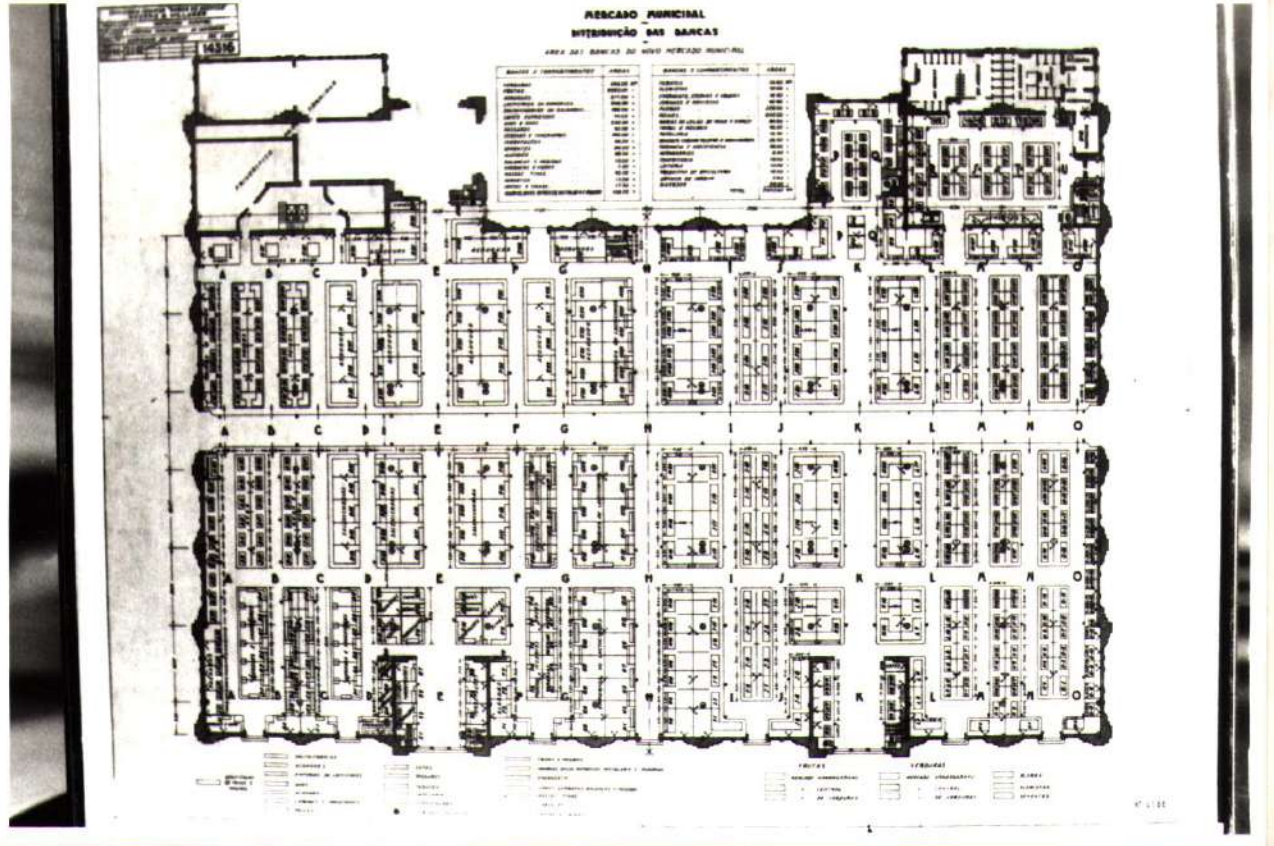




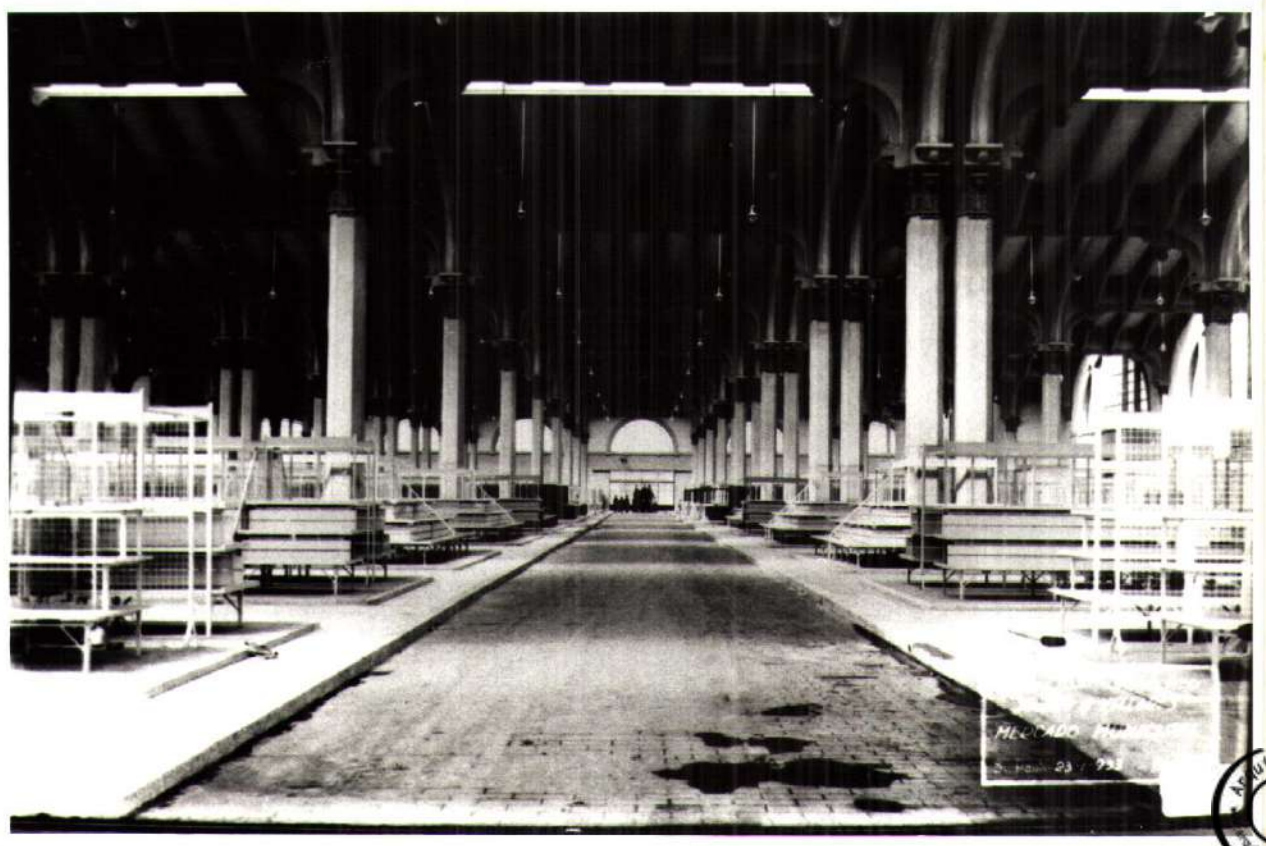
Hc  
sw  
164



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA



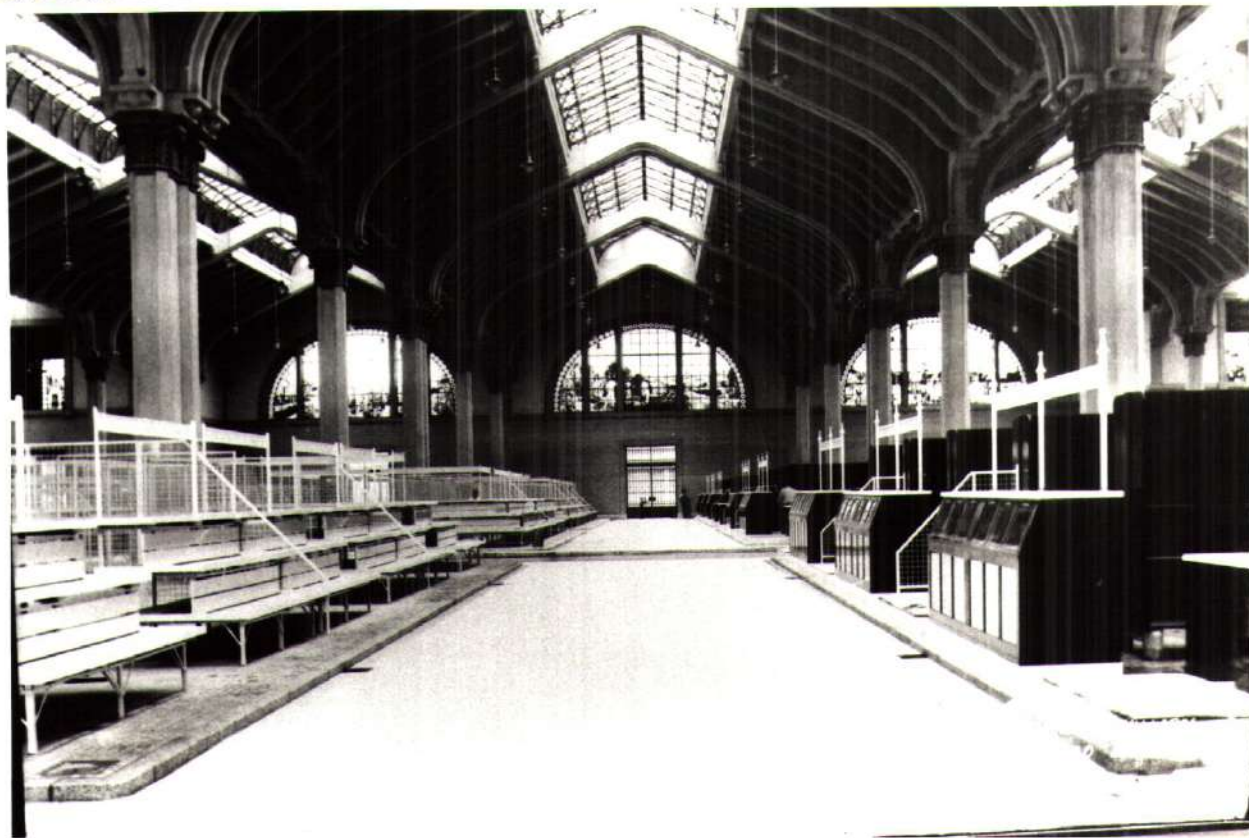
30



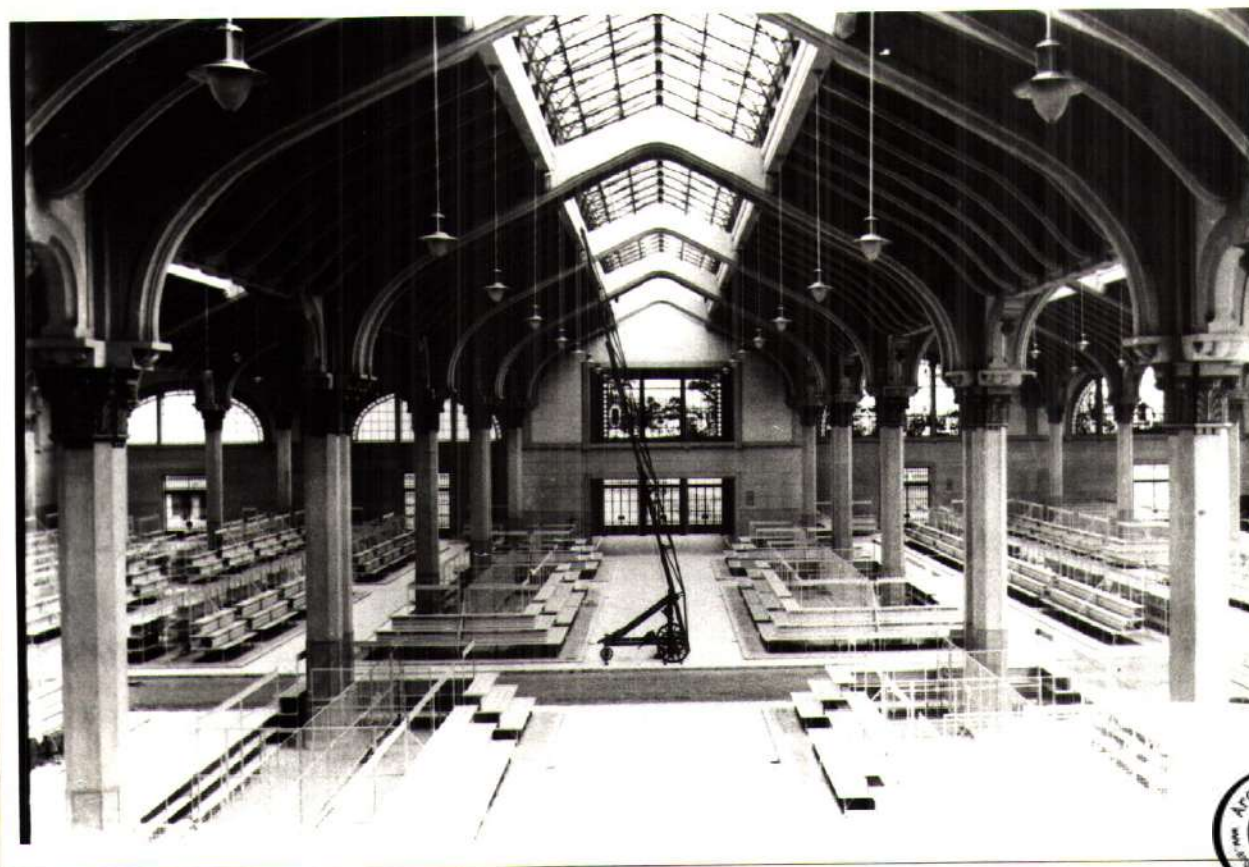




165  
SW



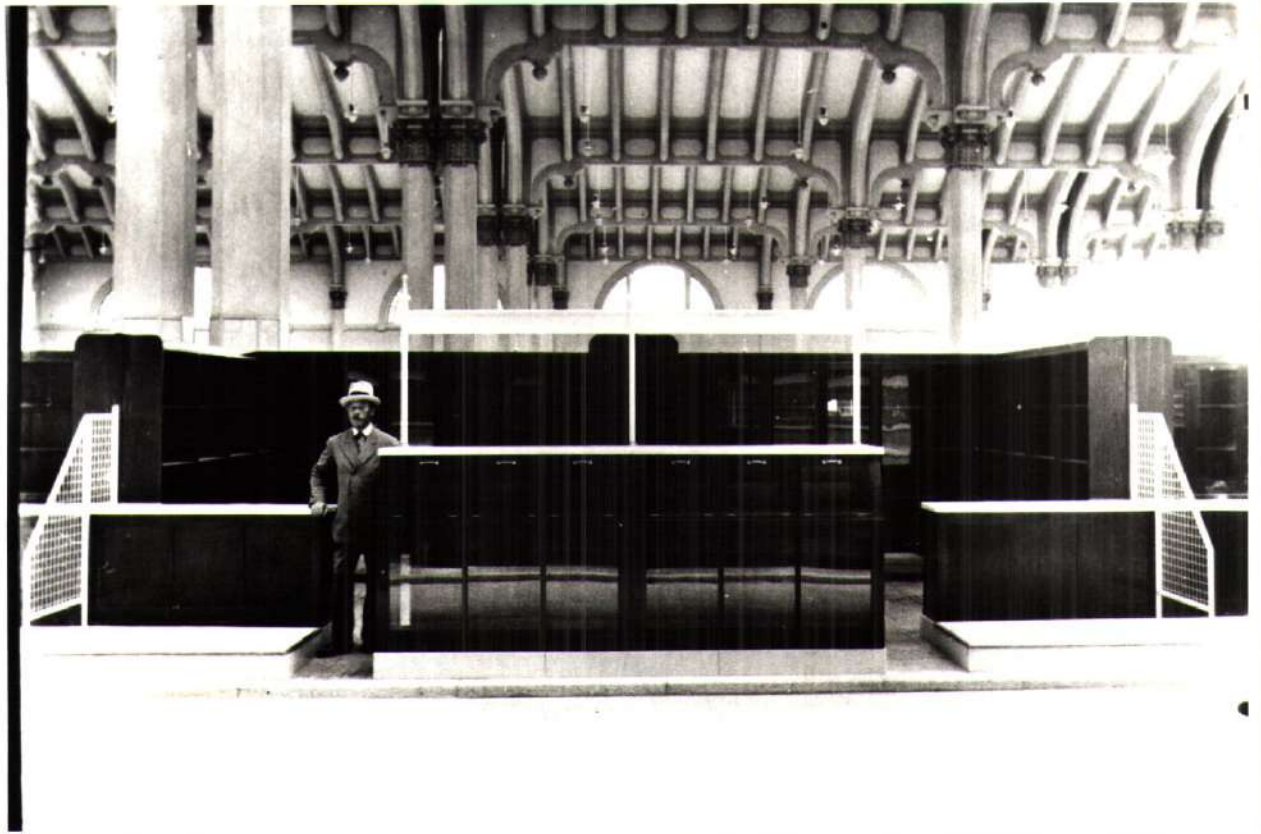
32







164  
S.C.  
166



34

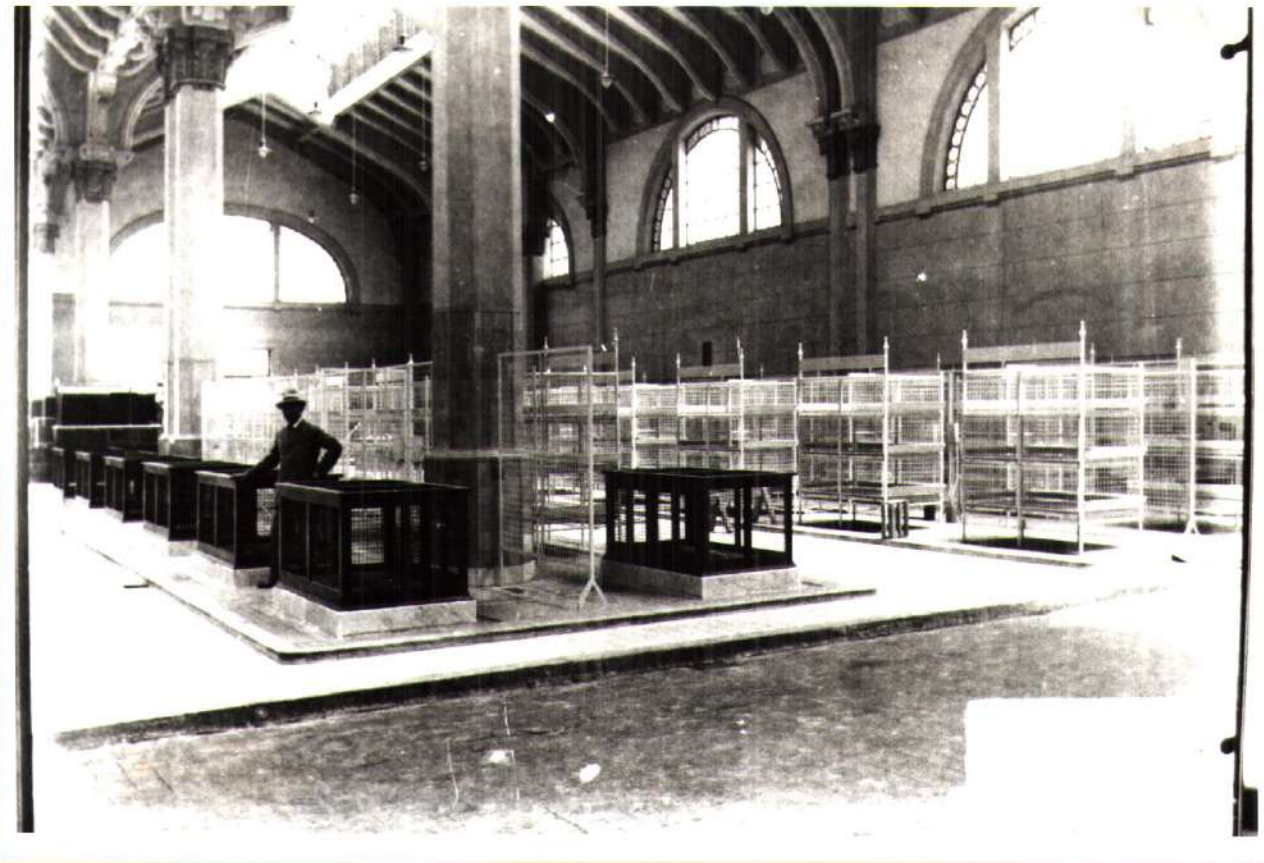


35

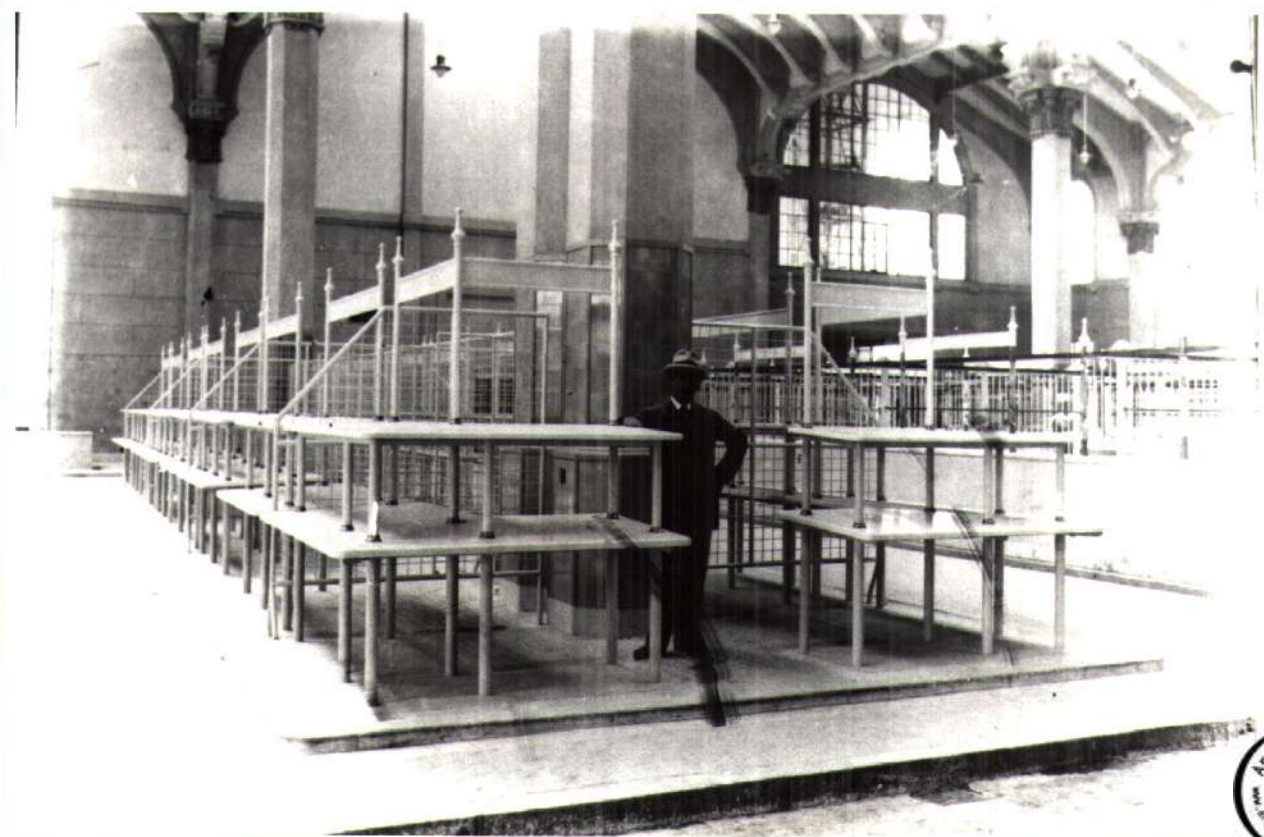




167  
sw



36





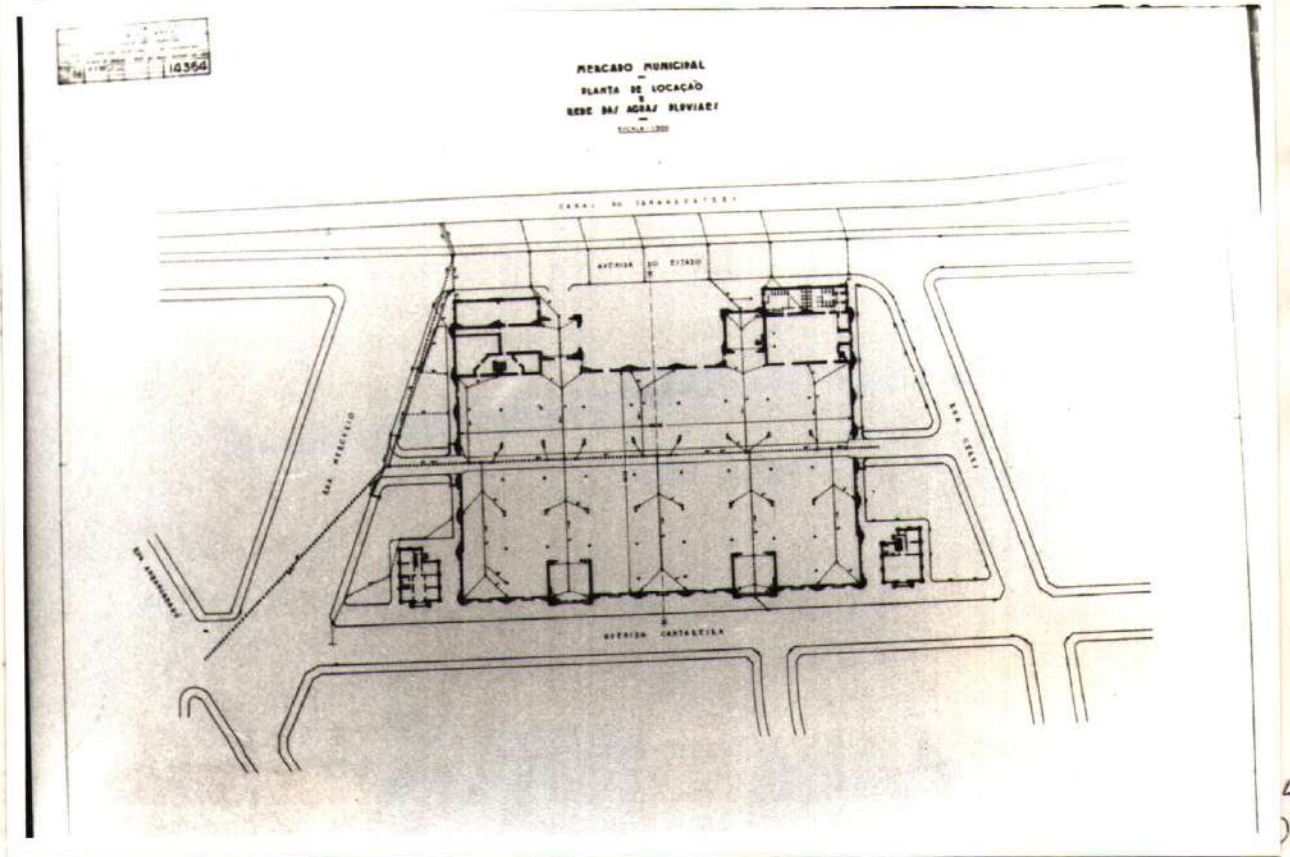






SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

167  
169





SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

168  
50  
170







SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

167  
SW  
171



43





14  
50  
4





PA  
520  
173





172  
SW  
174



137  
SW  
175





SW

176





~~177~~  
sw  
177



178  
sw  
178





~~139~~  
139



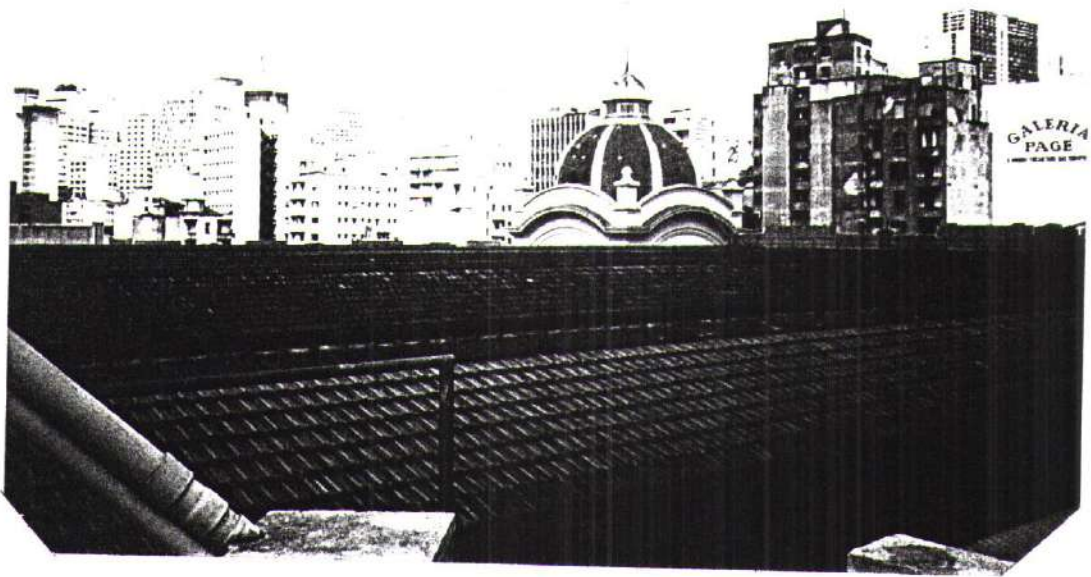


~~178~~  
Su  
180



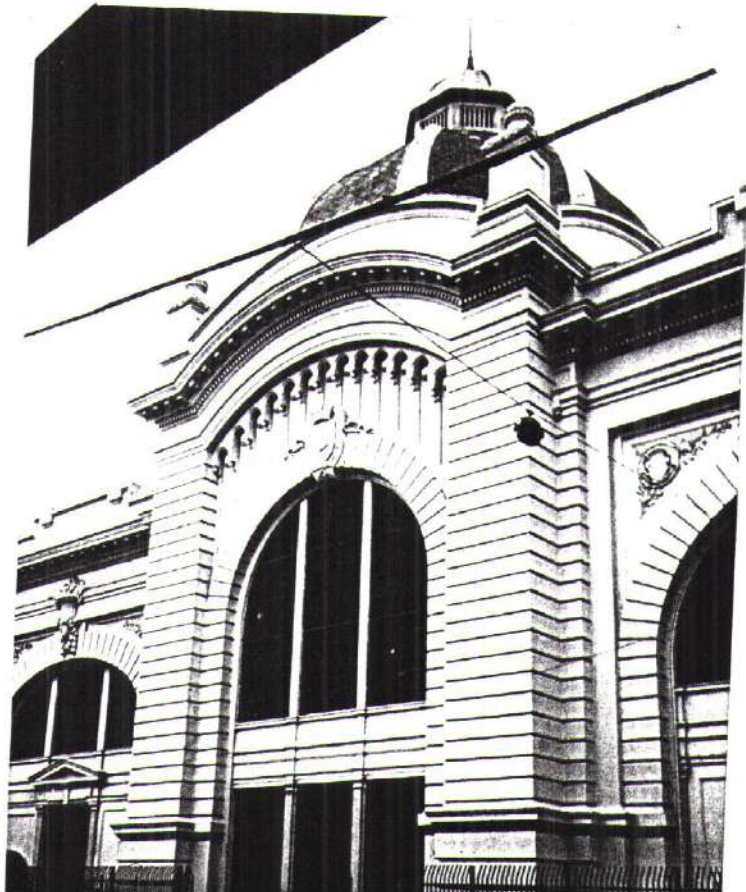


~~187~~  
187



182

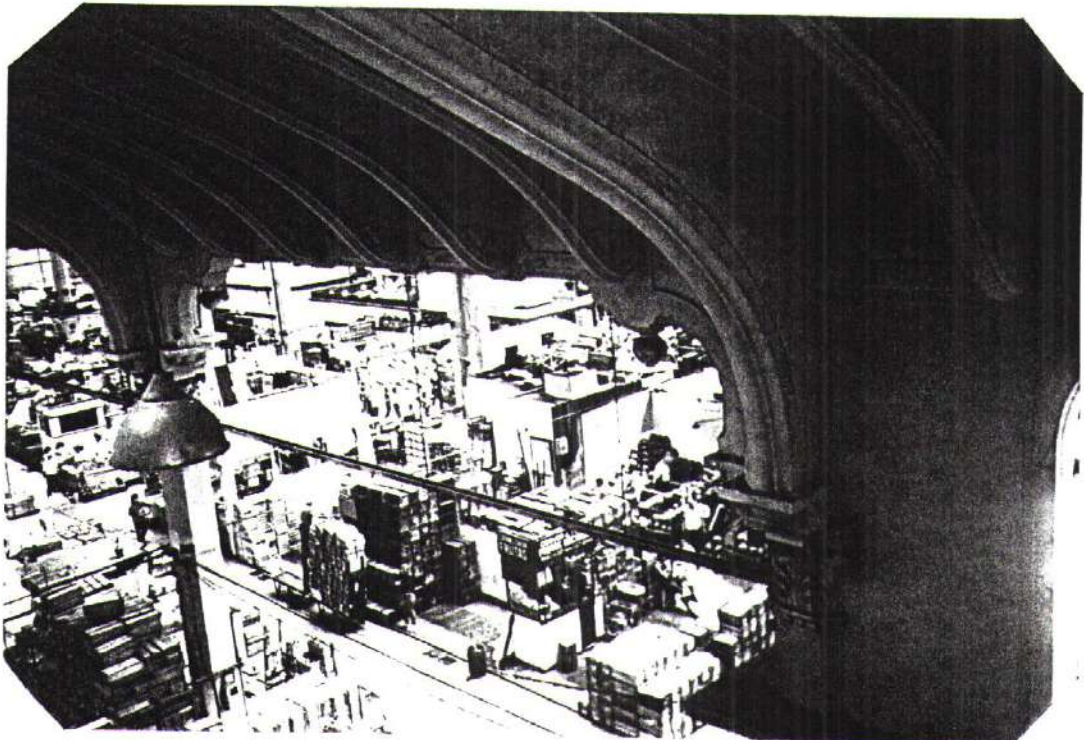
182





183

183





18c



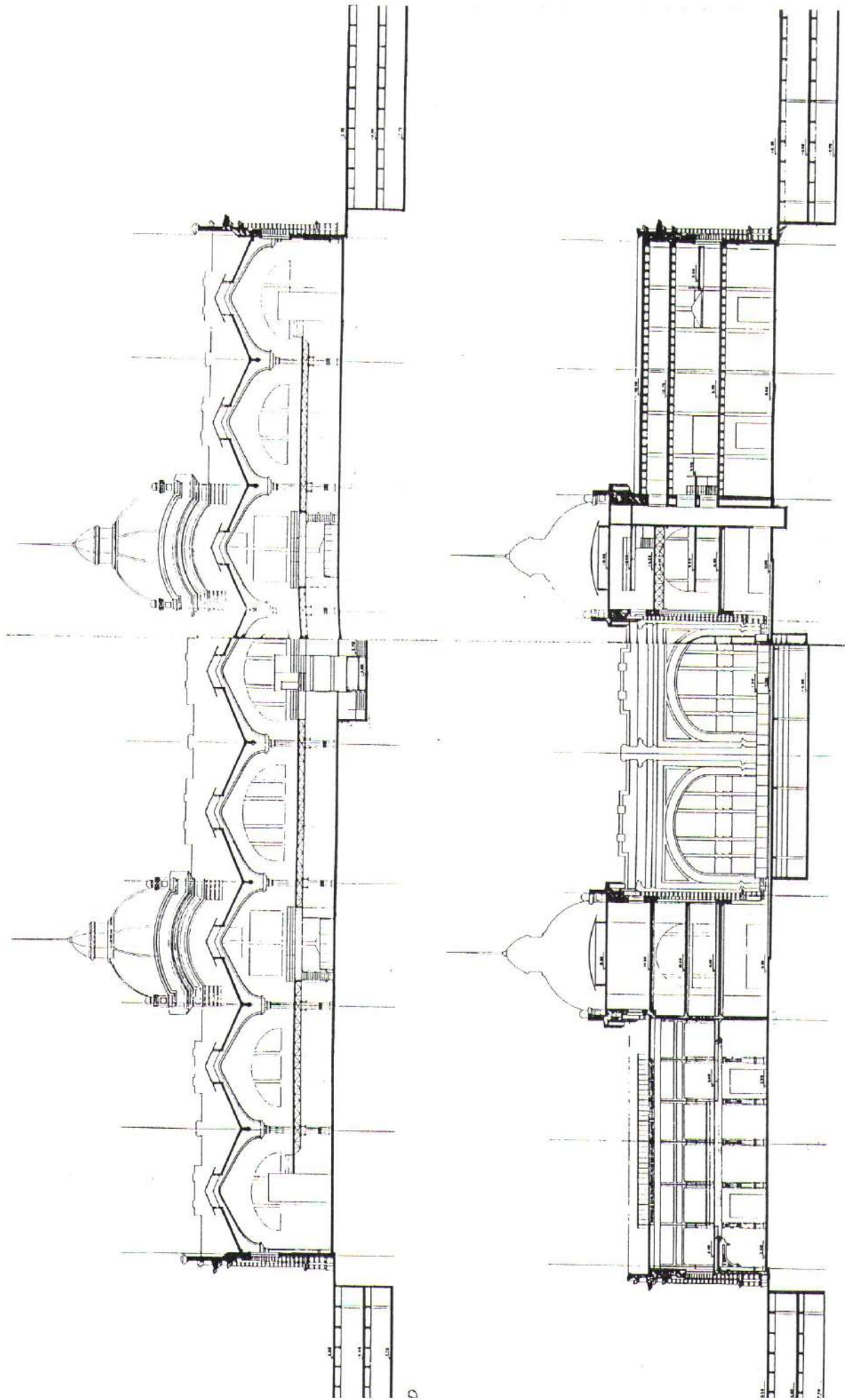


180





186



D





185

187

Do	Número	Ano	Rubrica
de Londrina	16.299	88	

AO GR  
 GONINHANDO, PARA APROVAÇÃO DO  
 CONSELHO, O PROCESSO DE TOMBAMENTO  
 DO MERCADO MUNICIPAL DE SÃO PAULO  
 DEVIDAMENTE INSTRUIDO PELA HISTÓRICA  
 MARLY RODRIGUES E DR. SILVIO WOLFF  
 S. PAUL, 10/07/98

*[Signature]*  
 José Guilherme Savoy de Castro  
 Diretor Técnico do STCR  
 CREA nº 17518/D-SP

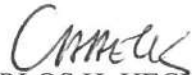




## SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado  
Av. Paulista nº 2644 - 2º andar - Tel.: 231.4110 - Fax: 231.2684  
São Paulo - SP  
Cep: 01310-300

186  
188

Proc. CONDEPHAAT nº 26.399/88	Data: 1º.09.1998
Interessado: Silvia Beatriz Santana Amorin	
Assunto: Estudo de tombamento do edifício do Mercado Municipal e duas outras construções sito à Rua da Cantareira nºs 316/390 - Capital	
Conselheiro (a) Relator (a):  José de Souza Martins	 CARLOS H. HECK Presidente
Parecer Aprovado em:	Ata nº



487  
185

CONDEPHAAT/Secretaria de Estado da Cultura

Processo N°. 26.399/1988

Interessado(a): *Silvia Beatriz Santana Amorim*

O pedido de estudo de tombamento do edifício do Mercado Municipal e duas outras construções, situados na rua Cantareira, n.ºs. 316/390, em São Paulo, SP, deu entrada no CONDEPHAAT no dia 26 de maio de 1988 e foi feito pela estagiária Silvia Beatriz Santana Amorim. Dez anos decorreram antes que o processo recebesse este parecer. Primeiramente, porque houve uma precipitada e descabida, porque nula em face da lei, tentativa de impugnação da medida por parte do sr. Jânio da Silva Quadros, então prefeito de São Paulo, em 15 de setembro daquele ano, quando notificado de que estava em andamento a referida solicitação. Mais adiante, o processo empacou por falta dos estudos histórico e técnico necessários à fundamentação de uma decisão por parte do Conselho, em virtude do desfalque de pessoal especializado.

O pedido foi amplamente documentado com artigos e notícias de jornal que justificavam a urgência da medida, tendo em vista concretas ameaças à integridade dos bens imóveis considerados.

Em 1992, o pedido recebeu um primeiro parecer da arquiteta Silvia F. Wolff (fls. 67 e 67v). Nesse momento, o processo ainda se encontrava em estudo de tombamento. No entanto, apropriadamente, a parecerista informou que “dificilmente este imóvel deixará de ser tombado. Ele já é patrimônio paulista e assim que for devidamente estudado terá seu valor reconhecido”.

Depois, disso, já neste ano de 1998, foram anexados pareceres técnicos da historiadora Marly Rodrigues (fl. 103) e da arquiteta Silvia Ferreira Santos Wolff (fls. 104 e 105), ambos favoráveis ao tombamento. Foi anexado, também, um útil estudo da sra. Maria Stella Martins Bresciani, professora de História na Universidade Estadual de Campinas, que é, num certo sentido, uma história dos lugares de abastecimento alimentar da população da cidade de São Paulo. E, por fim, uma coleção de fotografias das etapas de construção do Mercado, pelo escritório de Ramos de Azevedo, que fazem parte do acervo da biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

188  
190

Argumentos poderiam ser aduzidos para ampliar as justificativas de tombamento dos edifícios considerados neste processo. As tentativas de definir lugares apropriados e higiênicos para o comércio de gêneros alimentícios, segundo uma certa concepção de saúde pública e de limpeza, ganharam maior consistência na cidade de São Paulo no século XVIII. É da segunda metade desse século o estabelecimento da feira onde veio a ser depois o Jardim Público ou Jardim da Luz. Situou-se na própria rota de acesso dos tropeiros que traziam de Jaguari (depois Bragança), São João de Atibaia e outros pontos da Serra da Cantareira ou de além dela, no caminho de Minas, os produtos dos sitiantes caipiras, os mestiços de índia e branca, de índios administrados e de escravos negros que tinham permissão para pequenos cultivos em dias santos de guarda e nos domingos. Ou sitiantes brancos, muitas vezes retirantes das Minas Gerais reduzidos à pobreza com a decadência da mineração de ouro.

A feira não impediu que continuassem funcionando as casinhas, os mercados públicos, sujeitos a controle da Câmara e à fiscalização que também fazia as vezes de fiscalização da saúde pública. No geral, as proximidades do rio Tamanduateí foram os locais desses entrepostos: a ladeira do Carmo e o Porto Geral de São Bento, este último na altura mesmo do Mercado que é considerado objeto de tombamento, quando o rio ainda passava por onde é hoje a rua 25 de Março. Ali desde o século XVII atracavam os barcos que vinham com mantimentos do montante do rio, dos sítios e fazendas do Caaguaçu, da Borda do Campo e outros bairros da região. No século XVIII, os monges de São Bento mandaram construir um depósito ao lado do porto e ao pé da ladeira que levava ao Mosteiro, onde eram recolhidos e abrigados os materiais de construção e os alimentos provenientes de suas fazendas de São Caetano e de São Bernardo, revendidos à população da cidade e parcialmente usados ou consumidos no próprio Mosteiro. Foi uma edificação precursora do que viria a ser, ali perto, o Mercado Caipira, à beira do rio e ao pé da Ladeira João Alfredo, hoje Ladeira General Carneiro. Um serviço regular de navegação se estabeleceu entre as fazendas beneditinas e o porto geral, que funcionou por mais de cem anos, até a retificação do rio em meados do século XIX.

O Mercado Caipira foi o último testemunho arquitetônico e histórico da sociedade colonial e caipira que fora a cidade de São Paulo, ainda fortemente marcada por uma

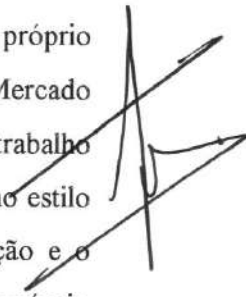
189  
1911

estrutura social dominada por linhas étnicas e pela mestiçagem que se consumou com o fim da escravidão indígena em 1757. O quadro de Benedito Calixto, “Enchente na Várzea do Carmo”, de 1892, hoje no acervo do Museu Paulista, documenta vivamente o funcionamento do Mercado, as características e os modos de suas personagens.

Se o Mercado Caipira foi o último testemunho da velha sociedade, do velho modo de vida, da simplicidade dos costumes, e do modo como a vida rural do sertão chegava pela estrada que vinha da Cantareira e da Ponte Grande até o Mercado ou do modo de vida do subúrbio que lhe chegava pelo rio, o Mercado Municipal da rua Cantareira documenta e celebra o fim desse modo de vida, o início de uma nova época, a dos tempos modernos.

Mais do que um local de abastecimento moderno da cidade que também se tornara moderna, o Mercado Municipal celebrava e celebra as transformações profundas que o café (e a indústria) havia propiciado, nos belíssimos vitrais de Conrado Sorgenicht Filho. Para realizá-los, ele fez no interior pesquisas sobre costumes agrícolas, inovações no cultivo e nos produtos, nos transportes, para conceber e construir uma bela, colorida e luminosa expressão do imaginário de então na obra realizada entre 1925 e 1933.

Até a época do Mercado Caipira, a comercialização e a produção dos alimentos não estavam separados na cultura cotidiana da população paulistana. Uma das belas fotos de Vincenzo Pastore, feita aí por 1910, mostra uma vendedora oferecendo suas galinhas na porta de um restaurante do centro da cidade. No Mercado Caipira, os tropeiros traziam seus produtos e produtos de vizinhos para vender no que estava a poucos passos do próprio Palácio do Governo e da própria Catedral da Sé. Quando da inauguração do Mercado Municipal, uma imensa fratura já se abrira entre o campo e a cidade, entre o trabalho agrícola e consumo alimentar. As alegorias de Conrado Sorgenicht Filho, baseadas no estilo das vinhetas de almanaque da época, tentam reconciliar simbolicamente a produção e o consumo, o trabalho e o desfrute do trabalho. Os vitrais do Mercado Municipal e o próprio Mercado constituem, nesse sentido, um imenso marco celebrativo da constituição da São Paulo moderna, da mentalidade de suas elites, das transformações sociais que marcaram definitivamente seus habitantes. Porque não é apenas a forma das edificações e o estilo dos edifícios que nos falam do moderno e da modernidade que dele decorre. São essas fraturas



de concepções e a imaginária tentativa de remendá-las na vida cotidiana e na arte que nos dizem que o mundo moderno se estabeleceu numa sociedade.

Por tudo isso, o edifício, e concretamente os edifícios aqui considerados, não se esgota em suas funções. Ele se abre para outras possibilidades e para outros exercícios da imaginação artística e da imaginação coletiva. O Mercado Municipal e os edifícios que lhe são anexos ainda cumprem as funções originais no abastecimento da cidade, ainda que especializadas e transformadas. Mas, na eventualidade de que essas funções venham um dia a ser deslocadas para outros sítios da cidade, eles já estão e continuarão integrados no viver de seus habitantes, com outras funções. Essa possibilidade já está contida na sua proposta como obra de arte.

Por essas razões opino favorável e enfaticamente pelo tombamento do edifício do Mercado Municipal e dos dois edifícios anexos, conforme a solicitação da interessada, e recomendo que essa medida seja tomada com urgência pelo Conselho e pelo Sr. Secretário da Cultura.

São Paulo, 21 de setembro de 1998.

*Professor Dr. José de Souza Martins*  
Membro do Conselho





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
Secretaria de Estado da Cultura  
CONDEPHAAT

191  
193

Do	Número	Ano	Rubrica
Proc. CONDEPHAAT	26.399	88	

INT.: SILVIA BEATRIZ SANTANA AMORIM

ASS.: Estudo de tombamento do edifício do Mercado Municipal e duas outras construções situadas na Rua da Cantareira n°s 316/390 – Capital

SÍNTESE DE DECISÃO DO EGRÉGIO COLEGIADO  
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 1998  
ATA Nº 1131

O Egrégio Colegiado deliberou, por unanimidade, aprovar o parecer do Conselheiro Relator, favorável ao tombamento do edifício do Mercado Municipal e dos edifícios anexos situados na Rua da Cantareira n°s 316/396, nesta Capital. Deliberou, ainda, pelo retorno dos autos ao STCR para a elaboração da Minuta de Resolução de Tombamento, que deverá conter: a) critérios e normas gerais para intervenção no bem, especificando os graus de preservação dos edifícios e de seus elementos internos e externos; b) regulamentação da área envoltória, que deverá considerar os envoltórios de outros bens tombados naquela área.

1. Ao GP para:
  - a) Providências visando a publicação de notificação no DOE;
  - b) Elaborar e encaminhar ofícios aos interessados e às autoridades competentes;
2. Ao STCR para elaboração da respectiva minuta de Resolução de Tombamento, considerando a presente deliberação.

GP/CONDEPHAAT, 30 de setembro de 1998.

  
CARLOS H. HECK  
Presidente



192  
194

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO,  
ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO-  
CONDEPHAAT

NOTIFICAÇÃO

Na conformidade do artigo 143 do Decreto Estadual 13.426, de 16/03/79, notificamos a todos os interessados e àqueles que deste venham a tomar conhecimento, que o Egrégio Colegiado do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT, em sua sessão ordinária de 29 de setembro de 1998, Ata nº 1131, deliberou, por unanimidade, aprovar o parecer do Conselheiro Relator, favorável ao tombamento do edifício do Mercado Municipal e dos edifícios anexos situados na Rua da Cantareira nºs 316/396, nesta Capital. Deliberou, ainda, este Conselho, através do STCR – Serviço Técnico de Conservação e Restauro, deverá estabelecer: a) critérios e normas gerais para intervenção no bem, especificando os graus de preservação dos edifícios e de seus elementos internos e externos; b) regulamentação da área envoltória, que deverá considerar as envoltórias de outros bens tombados naquela área. Conforme prevê o parágrafo único do artigo 142 do citado diploma legal, *“a deliberação do Conselho ordenando o tombamento ou a simples abertura do processo assegura a preservação do bem até decisão final da autoridade, pelo que o fato será imediatamente comunicado à autoridade policial sob cuja jurisdição se encontre o bem em causa para os devidos fins”*, ficando, portanto, proibida qualquer projeto ou obra que importe em mutilação, modificação ou destruição do bem sem prévia autorização do CONDEPHAAT, além de poder ser punido o descumprimento do acima disposto com as sanções penais previstas no artigo 166 do Código Penal, da Lei 7.347, de 27/03/1985 e “ex vi” do artigo 147 do Decreto Estadual 13.426, de 16/03/79.

  
**Carlos H. Heck**  
Presidente  
CONDEPHAAT



193  
195

Publicado no DOE de 17.10.98 - P. 17 - Seção I

Na conformidade do artigo 143 do Decreto Estadual 13.426, de 16/03/79, notificamos a todos os interessados e àqueles que deste venham a tomar conhecimento, que o Egrégio Colegiado do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT, em sua sessão ordinária de 29 de setembro de 1998, Ata nº 1131, deliberou, por unanimidade, aprovar o parecer do Conselheiro Relator, favorável ao tombamento do edifício do Mercado Municipal e dos edifícios anexos situados na Rua da Cantareira nºs 316/396, nesta Capital. Deliberou, ainda, que este Conselho, através do STCR - Serviço Técnico de Conservação e Restauro, deverá estabelecer: a) critérios e normas gerais para intervenção no bem, especificando os graus de preservação dos edifícios e de seus elementos internos e externos; b) regulamentação da área envoltória, que deverá considerar as envoltórias de outros bens tombados naquela área. Conforme prevê o parágrafo único do artigo 142 do citado diploma legal, "a deliberação do Conselho ordenando o tombamento ou a simples abertura do processo assegura a preservação do bem até decisão final da autoridade, pelo que o fato será imediatamente comunicado à autoridade policial sob cuja jurisdição se encontre o bem em causa para os devidos fins", ficando, portanto, proibida qualquer projeto ou obra que importe em mutilação, modificação ou destruição do bem sem prévia autorização do CONDEPHAAT, além de poder ser punido o descumprimento do acima disposto com as sanções penais previstas no artigo 166 do Código Penal, da Lei 7.347, de 27/03/1985 e "ex vi" do artigo 147 do Decreto Estadual 13.426, de 16/03/79.





## GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico,  
Artístico e Turístico do Estado  
Av. Paulista nº 2644 - 2º andar - Tel.: 231.4110 - Fax: 231.2684  
São Paulo - SP  
Cep: 01310-300



Ofício GP-1257/98  
Processos 26.399/88 e 31.194/93

São Paulo, 30 de Novembro de 1998

Prezado Senhor

Vimos através dar ciência a Vossa Excelência que em sua sessão ordinária de 29 de setembro p.p., Ata nº 1131, o Egrégio Colegiado do CONDEPHAAT deliberou aprovar o parecer do Conselheiro Relator, favorável ao tombamento do edifício do Mercado Municipal e dos edifícios anexos situados na Rua da Cantareira nºs 316/396, nesta Capital.

Cumpre-nos também informar que o referido bem cultural tem assegurada sua preservação, conforme reza o artigo 142, parágrafo único, e 146 do Decreto Estadual 13.426, de 16.03.79. O eventual infrator do mencionado dispositivo incorrerá nas sanções previstas no artigo 166 do Código Penal Brasileiro. Como consequência, qualquer intervenção no aludido bem deverá ser precedida de autorização deste CONDEPHAAT a fim de evitar eventual descaracterização. Segue anexo cópia da notificação publicada no Diário Oficial do Estado.

Aproveitamos o ensejo para solicitar o envio de relatório do estágio atual das obras de conservação e restauro do Mercado Municipal Central, situado na Rua da Cantareira nº 306, nesta Capital, para acompanhamento deste Órgão.

Atenciosamente,

  
CARLOS H. HECK  
Presidente

Senhor  
Dr. ALFREDO MÁRIO SAVELLI  
Secretário Municipal de Serviços e Obras  
Rua Breno Ferraz do Amaral, 415  
CAPITAL  
04124-020

/emws.-

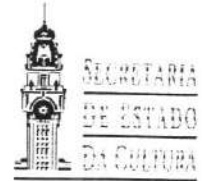






## GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico,  
Artístico e Turístico do Estado  
Av. Paulista nº 2644 - 2º andar - Tel.: 231.4110 - Fax: 231.2684  
São Paulo - SP  
Cep: 01310-300



Ofício GP-1256/98  
Processo 26.399/88

São Paulo, 30 de Novembro de 1998

Prezado Senhor

Vimos através dar ciência a Vossa Excelência que em sua sessão ordinária de 29 de setembro p.p., Ata nº 1131, o Egrégio Colegiado do CONDEPHAAT deliberou aprovar o parecer do Conselheiro Relator, favorável ao tombamento do edifício do Mercado Municipal e dos edifícios anexos situados na Rua da Cantareira nºs 316/396, nesta Capital.

Cumpre-nos também informar que o referido bem cultural tem assegurada sua preservação, conforme reza o artigo 142, parágrafo único, e 146 do Decreto Estadual 13.426, de 16.03.79. O eventual infrator do mencionado dispositivo incorrerá nas sanções previstas no artigo 166 do Código Penal Brasileiro. Como consequência, qualquer intervenção no aludido bem deverá ser precedida de autorização deste CONDEPHAAT a fim de evitar eventual descaracterização.

Segue anexo cópia da notificação publicada no Diário Oficial do Estado.

Atenciosamente,

  
CARLOS H. HECK  
Presidente

Senhor  
Dr. NAOR GEUFI  
Secretário Municipal de Abastecimento  
Av. Tiradentes, 1497  
CAPITAL  
01102-010

/emws.-





## GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico,  
Artístico e Turístico do Estado  
Av. Paulista nº 2644 - 2º andar - Tel.: 231.4110 - Fax: 231.2684  
São Paulo - SP  
Cep: 01310-300



Ofício GP-1257/98  
Processos 26.399/88 e 31.194/93

São Paulo, 30 de Novembro de 1998


Prezado Senhor

Vimos através dar ciência a Vossa Excelência que em sua sessão ordinária de 29 de setembro p.p., Ata nº 1131, o Egrégio Colegiado do CONDEPHAAT deliberou aprovar o parecer do Conselheiro Relator, favorável ao tombamento do edifício do Mercado Municipal e dos edifícios anexos situados na Rua da Cantareira nºs 316/396, nesta Capital.

Cumpre-nos também informar que o referido bem cultural tem assegurada sua preservação, conforme reza o artigo 142, parágrafo único, e 146 do Decreto Estadual 13.426, de 16.03.79. O eventual infrator do mencionado dispositivo incorrerá nas sanções previstas no artigo 166 do Código Penal Brasileiro. Como consequência, qualquer intervenção no aludido bem deverá ser precedida de autorização deste CONDEPHAAT a fim de evitar eventual descaracterização. Segue anexo cópia da notificação publicada no Diário Oficial do Estado.

Aproveitamos o ensejo para solicitar o envio de relatório do estágio atual das obras de conservação e restauro do Mercado Municipal Central, situado na Rua da Cantareira nº 306, nesta Capital, para acompanhamento deste Órgão.

Atenciosamente,

  
CARLOS H. HECK  
Presidente

Senhor  
Dr. ALFREDO MÁRIO SAVELLI  
Secretário Municipal de Serviços e Obras  
Rua Breno Ferraz do Amaral, 415  
CAPITAL  
04124-020

/emws.-





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico,  
Artístico e Turístico do Estado  
Av. Paulista nº 2644 - 2º andar - Tel.: 231.4110 - Fax: 231.2684  
São Paulo - SP  
Cep: 01310-300



197  
199

Ofício GP-1259/98  
Processo 26.399/88

São Paulo, 30 de Novembro de 1998

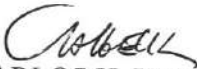
Prezado Senhor

Vimos através dar ciência a Vossa Senhoria que em sua sessão ordinária de 29 de setembro p.p., Ata nº 1131, o Egrégio Colegiado do CONDEPHAAT deliberou aprovar o parecer do Conselheiro Relator, favorável ao tombamento do edifício do Mercado Municipal e dos edifícios anexos situados na Rua da Cantareira nºs 316/396, nesta Capital.

Cumpre-nos também informar que o referido bem cultural tem assegurada sua preservação, conforme reza o artigo 142, parágrafo único, e 146 do Decreto Estadual 13.426, de 16.03.79. O eventual infrator do mencionado dispositivo incorrerá nas sanções previstas no artigo 166 do Código Penal Brasileiro. Como consequência, qualquer intervenção no aludido bem deverá ser precedida de autorização deste CONDEPHAAT a fim de evitar eventual descaracterização.

Segue anexo cópia da notificação publicada no Diário Oficial do Estado.

Atenciosamente,

  
CARLOS H. HECK  
Presidente

Senhor  
Dr. JOAQUIM DIAS ALVES  
Delegado Titular da 1ª Delegacia Policial  
Rua da Glória, 410  
CAPITAL

/emws.-





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico,  
Artístico e Turístico do Estado  
Av. Paulista nº 2644 - 2º andar - Tel.: 231.4110 - Fax: 231.2684  
São Paulo - SP  
Cep: 01310-300



Ofício GP-1260/98  
Processo 26.399/88

São Paulo, 30 de Novembro de 1998.

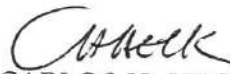
Prezado Senhor

Vimos através dar ciência a Vossa Senhoria que em sua sessão ordinária de 29 de setembro p.p., Ata nº 1131, o Egrégio Colegiado do CONDEPHAAT deliberou aprovar o parecer do Conselheiro Relator, favorável ao tombamento do edifício do Mercado Municipal e dos edifícios anexos situados na Rua da Cantareira nºs 316/396, nesta Capital, conforme notificação publicada no DOE de 17.10.98 (cópia anexa).

Aproveitamos o ensejo para solicitar o encaminhamento a este Órgão da Resolução de Tombamento desse Conselho do referido bem.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

  
CARLOS H. HECK  
Presidente

Senhor  
DR. EDGARD ALTINO FERREIRA LEITE  
Presidente do CONPRESP  
Praça Cel. Fernando Prestes nº 152  
CAPITAL  
01124-060

/emws.-

